MARIA ANTÔNIA DE SOUZA

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por Maria Antônia de Souza e aprovada pela Comissão Julgadora.
Data: 25/02/1999.
Assinatura: _____
(Orientadora)

AS FORMAS ORGANIZACIONAIS DE PRODUÇÃO EM ASSENTAMENTOS RURAIS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA – MST.

Tese apresentada como exigência para a obtenção do título de Doutora em Educação, na área de concentração: Administração e Supervisão Educacional, à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da professora Drª Maria da Glória Marcondes Gohn.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Campinas, fevereiro de 1999

MARIA ANTÔNIA DE SOUZA

AS FORMAS ORGANIZACIONAIS DE PRODUÇÃO EM ASSENTAMENTOS RURAIS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA – MST.

Tese apresentada como exigência para a obtenção do título de Doutora em Educação, na área de concentração: Administração e Supervisão Educacional, à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da professora Drª Maria da Glória Marcondes Gohn.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Campinas, fevereiro de 1999

UNIDADE BC
N.º CHAMADA
T
V.
TOMBO 37279
PROC. 229/99
X
PREÇO R$ 11,00
DATA 09/04/99
N.º (CPD)

CM-00122046-0

CATALOGAÇÃO NA FONTE ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP

So89f

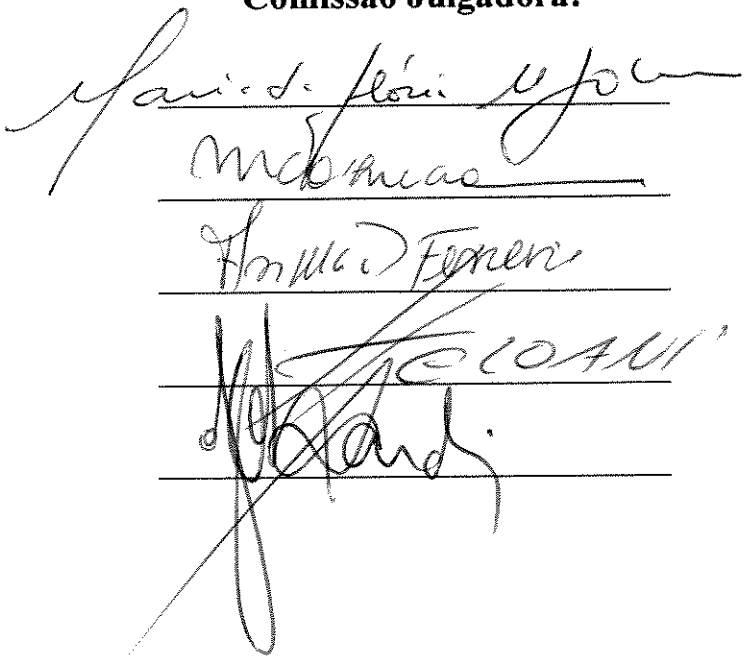
Souza, Maria Antônia de.
As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem - Terra / Maria Antônia de Souza. -- Campinas, SP : [s.n.], 1999.

Orientador : Maria da Glória Marcondes Gohn.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Cooperativas de produtores. 2. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 3. Assentamentos humanos. 4.Práxis (Filosofia). I. Gohn, Maria da Glória Marcondes. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Tese apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de DOUTORA em EDUCAÇÃO, na área de concentração: Administração e Supervisão Educacional, à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da professora Drª Maria da Glória Marcondes Gohn.

Comissão Julgadora:



Dedicação especial à minha mãe (Aparecida) e a meu pai (José), que são meus referenciais de vida e de trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS vii

LISTA DE GRÁFICOS vii

LISTA DE QUADROS vii

LISTA DE SIGLAS viii

RESUMO ix

ABSTRACT x

RÉSUMÉ xi

APRESENTAÇÃO xii

INTRODUÇÃO 01

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS 17

1.1 – Sobre Movimentos Sociais 17

1.2 – As categorias de análise 21

1.2.1- Experiências, saberes sociais e práxis... o mundo da vida 22

1.2.2- Participação política e social 29

1.2.3- Cultura popular e política 34

CAPÍTULO 2 – MST: ORIGEM E PAPEL NA CONJUNTURA ATUAL 43

2.1- O Brasil dos anos 70, 80 e 90: questão agrária e agrícola: os atores sociais em cena 43

2.2 – Formação do MST 48

2.3– A dimensão educativa dos movimentos sociais 53

2.4- O MST no contexto nacional .... anos 90 55

CAPÍTULO 3 – O MST NO ESTADO DO PARANÁ: UM CAMPO DE FORÇAS E CONQUISTAS 62

3.1 - Políticas estaduais relacionadas à questão agrária e a atuação do MST no Paraná: anos 80 e 90 68

CAPÍTULO 4 –O LUGAR DA COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NOS SETORES DO MST 87

4.1 - O Setor de Educação 89

4.2 - O Sistema Cooperativista dos Assentados – SCA – um dos setores do MST..... 95

4.3 - Setor de Formação 101

4.4 – Os três setores e o lugar da cooperação agrícola 103

4.5 – O lugar da cooperação na mística do MST 104

CAPÍTULO 5 – AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DO PARANÁ E AS ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS UTILIZADAS PELO MST 106

5.1 - Formas de cooperação organizadas pelo MST 107

5.2 – As "estratégias educativas" do MST: LOC, TAC e FIP 113

5.2.1 – Laboratório Organizacional de Campo 114

5.2.2 – Curso de Técnico em Administração Cooperativa 120

5.2.3 – Curso de "Formação Integrado à Produção" 122

5.3 - Autonomia e relações democráticas: elementos do processo de decisão sobre as formas de cooperação agrícola 125

5.4 – Caracterização das formas de cooperação agrícola no Paraná 130

5.5 - As questões de gênero e a cooperação agrícola 132

CAPÍTULO 6 – A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA EM ASSENTAMENTOS RURAIS ORGANIZADOS PELO MST: ORIGENS, DESENVOLVIMENTO, RUPTURAS E (RE)ELABORAÇÕES 137

6.1 – Assentamento Conceição/Abapan 138

6.2 - Assentamento Novo Paraíso – Cooproserp e Astroagri 143

6.3 – Assentamento Santa Maria – Copavi 147

6.4 – A cooperação a partir da percepção dos representantes/MST e assentados 150

CAPÍTULO 7 – REPRESENTAÇÕES DOS ASSENTADOS SOBRE A LUTA PELA TERRA E O NOVO MODO DE VIDA 166

7.1 – Assentado e assentamento: sujeito e espaço em processo de (re)construção..... 167

7.2 – Os assentados: quem são, porque ingressaram na luta e como vêm reconstruindo o seu modo de vida 171

7.2.1 – Quem são os assentados?..... 171

7.2.2 – O que pensam sobre o assentamento? 175

7.2.3 – A visão dos assentados sobre a participação individual, no assentamento e nas atividades gerais do MST 177

7.2.4 – Os cursos de formação política como conscientização ... e as primeiras experiências nos modelos de cooperação 179

CONSIDERAÇÕES FINAIS 188

ANEXOS

1- Listagem das áreas de assentamentos rurais no Paraná 202
2- Listagem das áreas de ocupações no Paraná 207
3- Projeto para a realização do Curso "Formação Integrado à Produção" 213
4- Síntese do Seminário Nacional do SCA/MST 232
5- Recuperando as definições políticas adotadas para a construção do SCA/MST 234
6- II Seminário Nacional: Perspectivas da Cooperação no MST 238

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 243
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA 252
DOCUMENTOS REFERENCIADOS E CONSULTADOS..... 257

LISTA DE FIGURAS

1 PROJETOS DE ASSENTAMENTOS VISITADOS 10

2 PROJETOS DE ASSENTAMENTOS PESQUISADOS 13

3 MUNICÍPIOS ONDE EXISTEM ÁREAS DE OCUPAÇÕES NO PARANÁ 75

4 ÁREAS DE ASSENTAMENTOS RURAIS EXISTENTES NO PARANÁ 77

5 MAPA DOS ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTOS – 1998 86

LISTA DE GRÁFICOS

1 NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS NO PERÍODO 1983-1990 72

2 DISTRIBUIÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS POR REGIÃO 73

3 NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS NO PERÍODO 1991-1994 79

4 NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS NOS ANOS DE 1995-1997 83

LISTA DE QUADROS

1- ASSENTAMENTOS RURAIS PESQUISADOS 138

LISTA DE SIGLAS

ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
ASTROAGRI – Associação dos Trabalhadores Rurais Organizados da Agricultura
ATRA – Associação dos Trabalhadores da Reforma Agrária
CCA – Central de Cooperativa dos Assentados
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
COAGRI – Cooperativa de Comercialização Agropecuária
COARA – Cooperativa de Comercialização Agropecuária da Reforma Agrária
CONCRAB – Confederação Nacional de Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil
COOPROSERP – Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga
COPACO – Cooperativa de Produção Agropecuária Conquista
COPAVI – Cooperativa de Produção Vitória
COPRAC – Cooperativa de Produção Agropecuária Camponesa
COTRAMIC – Cooperativa dos Trabalhadores Rurais da Micro-região de Castro
CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária
CPT – Comissão Pastoral da Terra
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FIP – Formação Integrado à Produção
FUNDEP – Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa na Região Celeiro
GEBAM – Grupos Executivos de Terras do Baixo Amazonas
GETAT – Grupos Executivos de Terras Araguaia e Tocantins
GEMDEC – Grupo de Estudos de Movimentos, Demandas Educativas e Cidadania
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola
IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ITC – Instituto de Terras e Cartografia
ITCF – Instituto de Terras Cartografia e Florestas
ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa de Reforma Agrária
LOC – Laboratório Organizacional de Campo
MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná
MASTES – Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná
MEAF – Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários
MIRAD – Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PROAGRO – Programa de Assistência Agropecuária
PROCERA – Programa de Crédito Especial à Reforma Agrária
PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste.
PIN – Programa de integração Nacional
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.
SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados
SEAB – Secretaria do Estado de Agricultura e Abastecimento
SEAF – Secretaria do Estado e Assuntos Fundiários
SECRA – Secretaria Extraordinária de Coordenação da Reforma Agrária do Paraná.
SEMA – Secretaria do Meio Ambiente
SUPRA – Superintendência de Política e Reforma Agrária
TAC – Técnico em Administração Cooperativa

RESUMO

O objetivo central do trabalho é compreender o processo de organização das formas de produção em assentamentos rurais, localizados no estado do Paraná, especificamente, os projetos de Cooperativas de Produção e áreas individuais que desenvolvem o associativismo do tipo grupos de máquinas e comercialização dos produtos. Através da análise dos documentos produzidos pelos vários setores do MST, especialmente o Setor de Produção, assim como das entrevistas realizadas com os assentados, procuramos destacar as experiências dos projetos coletivos, suas rupturas e (re)elaborações. Tendo como um dos eixos centrais, da pesquisa, a práxis do Movimento e dos assentados -, como redimensionadora do processo de cooperação, em conjunto com os elementos conjunturais, tais como acesso as políticas de créditos agrícolas. Nos primeiros capítulos, destacamos os elementos teóricos norteadores; o cenário político paranaense, enfocando as políticas relacionadas à questão agrária e a atuação do MST. Na sequência caracterizamos os setores de educação, produção e formação do MST, evidenciando a preocupação dos mesmos com a cooperação agrícola. Por fim, destacamos as formas de organização da produção propostas pelos dirigentes do MST, apontando algumas das estratégias educativas utilizadas no processo de formação para a cooperação. As experiências e representações sociais dos assentados na área conquistada, fazem parte das discussões dos dois últimos capítulos. Partimos da concepção que o assentamento rural constitui-se como um espaço de relações sociais educativas e que os assentados devem ser analisados como sujeitos que possuem saberes oriundos de suas práticas/experiências anteriores. Concluímos que as formas de cooperação estão sendo organizadas em função tanto das necessidade objetivas, quanto dos ideais de vida no assentamento. Ou seja, de um lado, a atual conjuntura não tem deixado muitas alternativas, uma vez que os créditos agrícolas são escassos e os preços dos produtos não compensam os gastos. Por outro lado, nem todos os assentados sujeitam-se a um novo modo de vida, que seja totalmente coletivo, pois possuem um conjunto de práticas e conhecimentos que não se rompem através da implantação de modelos, considerados ideais pelos Outros. Os mediadores têm papel fundamental no processo de socialização política e de (re)elaboração dos saberes técnicos, sociais e administrativos dos assentados. Podemos afirmar que as diferentes formas de cooperação são organizadas em função dos dois fatores citados, como também varia conforme o nível de formação política-ideológica do assentado e de engajamento nas atividades do MST.

Palavras chaves: formas de produção, cooperação agrícola, movimento dos trabalhadores rurais sem terra, participação, práxis.

ABSTRACT

The central aim of the thesis is understand through which production schemes are organized in rural settlement located in the State of Paraná; specifically the projects of Producers co-operatives association (Cooperativas de Produção) and individual lands which develope the associativism as machine group-type and products trade. Through the analysis of documents producted by several MST sectors as well as the interviews with the settlers we tried to highlight the experiences, break up and (re)elaboration of collective projects. Having as central axes the praxis of social movement (MST) and settlers individually considered this praxis together with conjunctural elements, maybe regarded as reshaper of the co-operation process, as such as the access to agricultural loan polices. In the first chapters, we highlight the theoretical elements, the political scenery of the state of Paraná, we focusing the politics concerned to the agrarian issue as well as the MST action. Afterwards we caracterize the education, production sectors and movement constitution of MST, putting into evidence their worries towards the agriculture co-operation. At last we show the schemes´organization of production proposed by the movement rolers, pointing up some of educative strategies used in the constitution process towards co-operation. The social experiences and representations of the settlers in the conquered area are part of the discussion in the last two chapters. We start by the conception that the rural settlement is structured as a locus for the educational social relation site and the settlers must be analysed as individuals who own knowledge from their previous practices and experiences. We conclude that the co-operation schemes are being structural through not only objective needs but also life ideas in the settlement. That is on one hand the current conjecture has not let many alternatives seen that the agriculture loans are scarce and the product´s prices don´t reach the expenses. On the other hand, not all the settlers accept the new life style which is totally collective as they have set of practices and knowledge which don´t break up through the implementation of models considered ideal by the Others. The mediators have a key role in the process of political socialization and (re) elaboration of the technical knowledge, social and administrative of the settlers. We can also afirm that different schemes are organized through the two cited factors, as well as they vary according to the political ideologic background level of the settler and his engagement in the MST´s activities.

Key words: production schemes, agriculture co-operation, rural settlers workers movement, participation, praxis.

RÉSUMÉ

Le principal but de ce travail est de comprendre le processus d'organization des formes de production dans des propriétés rurales de la reforme agraire situés dans l'Etat du Paraná, notamment les projets de Coopération de Production aussi bien que les propriétés individuelles que développent les groupes associatifs dans le but d'acheter ensemble des machines et de commercialiser leurs produits. A travers l'analyse des documents produits par plusieurs secteurs du MST (Mouvement des Travailleurs Ruraux), particulièrement le secteur de Production, ainsi qu'à travers les interviews réalisées avec les travailleurs ruraux nous voulons mettre en relief les expériences des projets collectifs, les ruptures et les (re)élaborations. Nous nous sommes fondés sur la praxis qui est un agent propulseur et modificateur du processus de coopération, praxis qui se compose avec d'autres éléments conjoncturelles, tels que les politiques de crédits pour l'agriculture. Dans les premiers chapitres nous mettons en évidence les éléments théoriques qui nous orientent; le décors politiques de l'Etat du Paraná, concentrant notre attention sur les politiques qui se rapportent à la question agraire et à l'action du MST. Ensuite nous caractérisons les secteurs d'éducation, de production et de formation du MST, soulignant leur préocupation envers la coopération agricole. Finalement, nous soulignons aussi les formes d'organisation de la production proposées par les dirigeants du MST, montrant quelques unes des stratégies éducatives utilisées dans le processus de formation pour la coopération. Les expériences et les représentations sociales des travailleurs ruraux dans les terres conquises sont le sujet de discussion de deux derniers chapitres. Nous sommes partis du fait que les terres conquises constituent un espace de relations sociales éducatives et que leurs habitants doivent être analysés en tant que personnes qui possedent leurs propres connaissances venues de leurs pratiques/expériences antérieures. Nous concluons que les formes de coopération s'organisent en fonction de leurs besoins objectifs mais aussi de leurs idéaux de vie dans les terres conquises. C'est-à-dire que, d'une part, l'actuelle conjoncture n'ouvre pas les portes à des alternatives etant donné que les crédits pour l'agriculture sont rares et les prix des produits ne couvrent pas les dépenses. D'autre part, ce ne sont pas tous les travailleurs qui acceptent le nouveau mode de vie, totalement collectif, puisqu'ils apportent un ensemble de pratiques et de connaissances qui ne se rompent pas à travers l'implantation de modèles jugés par les Autres comme idéaux. Les médiateurs jouent un rôle fondamental dans le processus de sociabilisation politique et de (ré) élaboration des savoirs techniques, sociaux et administratifs des travailleurs ruraux. Nous pouvons affirmer que les différentes formes de coopération sont organisées en fonction des deux facteurs mentionnés, mais qu'elles varient aussi selon le niveau de formation politico-idéologique de la base des travailleurs agricoles et de l'engagement de chacun dans les activités du MST.

Mots-dés: formes de production, coopération agricole, mouvement des travailleurs ruraux sans terre, participation, praxis.

APRESENTAÇÃO

A pesquisa que ora apresentamos resulta de uma trajetória construída nos últimos dez anos. Os anos da década de 80 são relembrados como o *tempo da iniciação científica*. Os anos 90 representam a construção de um objeto de pesquisa, concomitante à *consolidação do ser pesquisador*. A relação sujeito epistêmico e sujeito empírico construiu-se nos trajetos percorridos.

Na *memória*, a presença marcante das primeiras inquietações advindas de um processo de estágio, relacionado aos assentamentos rurais; a busca por caminhos metodológicos e referenciais teóricos, numa dimensão pluriparadigmática, que nos auxiliassem na interpretação do espaço social em estudo.

As primeiras atividades relacionadas à pesquisa aconteceram em áreas desapropriadas pelo Estado, onde foram assentadas famílias oriundas de uma enchente ocorrida no Rio Paraná, no ano de 1983, bem como famílias desalojadas quando da construção de barragens hidrelétricas. O espaço, Pontal do Paranapanema, não era tão conhecido como nos dias atuais. O tempo, 1988, marca o início de uma trajetória de pesquisas e de inquietações sobre as relações sociais construídas no "espaço rural".

A partir de uma pesquisa sobre a educação escolar em assentamentos rurais, novas problemáticas foram surgindo. Uma primeira se relacionava ao próprio significado de movimento social, como ele se desenvolve e quais são suas lideranças. Uma segunda inquietação estava relacionada aos processos de decisões no interior dos assentamentos rurais e do próprio movimento social. Uma terceira preocupação, referia-se à questão da cooperação agrícola, colocando a seguinte interrogação: "quais as formas de cooperação agrícola desenvolvidas nos assentamentos rurais e qual processo que dá origem a elas?"

Assim, num primeiro momento, deu-se ênfase ao movimento social enquanto organização contestadora de uma situação social excludente; num segundo momento, trabalhou-se com categorias analíticas que viessem possibilitar o entendimento das ações externas e internas do MST, na sociedade brasileira.

O tempo, 1992, marca o início de uma pesquisa sobre trajetória de vida das lideranças de assentamentos rurais. A experiência nos conduz ao trabalho metodológico com a História Oral, na dimensão de depoimentos orais. Desde 1988, um dos principais instrumentos metodológicos de pesquisa tem sido a entrevista. Essa conduta nos permitiu uma aproximação com as pessoas que fazem parte do processo de investigação, conduzindo-nos à contínua preocupação analítica dos processos descritos pelos entrevistados.

O ano de 1994 marca o fim de uma pesquisa e o início de outra, dando continuidade à construção de nosso objeto de estudo. Inicia-se a pesquisa de doutorado, cuja preocupação central referiu-se à atuação do MST na organização da produção, destacando os tipos de cooperação, o que pensam os assentados sobre os mesmos, enfim, como é o processo participativo no assentamento, procurando assim apontar elementos de uma práxis que possibilita a criação e recriação de alternativas de sobrevivência no espaço conquistado – o assentamento.

Na *ação*, persiste a certeza de que o objeto de estudo não pode ser definido num gabinete, mas sim no cotidiano das relações que compõem um processo de pesquisa, portanto, no contato direto com os atores que farão parte do estudo; no aprofundamento teórico contínuo e nas discussões científicas, coletivas.

No *texto*, as linhas e entrelinhas representam não só a interpretação de um problema de pesquisa, mas sim um posicionamento e comprometimento com a classe trabalhadora rural, a qual é conhecida de muito perto, através de uma vivência profunda.

Os *caminhos percorridos* nas pesquisas, mais especificamente nesta, foram trilhados cotidianamente, durante todo o período disponível para a realização da mesma. Foram longas viagens, jornadas de trabalho e construção de uma teia de relações sociais, em cada espaço estudado. A *sociabilidade* que vem sendo desenvolvida nesses anos de pesquisa tem sido fundamental para a construção do objeto de pesquisa, para o constante re-posicionamento do pesquisador enquanto tal. Pesquisar é muito mais que indagar, entrevistar, observar, anotar..., é também um processo de construção de relações que possibilitam o movimento contínuo de questionamentos, dúvidas, enfim, a problematização de uma realidade complexa, que recebe interpretações das diferentes áreas do conhecimento.

Esta tese significa muito mais que o término de uma pesquisa, significa o produto de uma construção dupla – objeto de pesquisa e ser pesquisador – do conhecimento, que continuará....

Ao longo desses anos, objeto e pesquisador sofreram transformações significativas: o *objeto*, inicialmente concebido como escolas de assentamentos rurais, foi sendo ampliado, suscitando a necessidade da compreensão dos movimentos sociais e, dentre esses, o movimento popular da luta pela terra. Conseqüentemente, consolidou-se a preocupação em entender como se constrói o jogo de forças entre o popular, o Estado e a elite - latifundiária, no caso de nossa pesquisa. Posteriormente, surge a necessidade de entendimento das contradições que permeiam um movimento social, sobretudo o MST, destacando seus fundamentos teórico-metodológicos, sua atuação e relacionamento entre dirigentes, lideranças e base. Portanto, o objeto sofre um processo de ampliação e de redução novamente, resultando neste estudo sobre a organização da cooperação agrícola nos assentamentos, enfim, como é que os sem-terra re-elaboram seu saber social, construindo-se enquanto atores de uma classe social, criando e recriando alternativas para a sobrevivência na terra. O *pesquisador* aprende a trilhar vários caminhos com o objetivo de interpretar as problemáticas que surgem ao longo das pesquisas; aprende que os constantes questionamentos não significam a impossibilidade de resolver os

problemas, mas compreende que a realidade é muito complexa e o máximo que se pode conseguir é aproximar-se dela, jamais reproduzí-la tal qual.

Por último, cabe lembrar a obra "A chegada do Estranho", de José de Souza Martins, que destaca *"que o estranho não é, entre nós, apenas o agente imediato do capital, como o empresário, o gerente e o capataz, mas é também o jagunço, o policial, o militar. E, ainda, o funcionário governamental, o agrônomo, o missionário, o cientista social"* (1993,p.13). Neste sentido, enfatizamos as contínuas "chegadas" nos assentamentos e a atitude de colocar-se no lugar daquele que recebe o estranho. Portanto, ao longo das pesquisas desenvolvidas, fica a aprendizagem de que os trabalhadores rurais devem ser considerados a partir dos silêncios que permeiam as entrevistas e conversas, bem como o tempo, que é diferente do nosso – é o tempo da luta, que é histórica e que tem continuidade no cotidiano e na memória. Assim, ao "término" de uma pesquisa, há a certeza de sua continuidade, embora o tempo acadêmico tenha findado.

Nesta trajetória de pesquisa, muitas pessoas devem ser lembradas, dentre elas:

A orientadora, profª Drª Maria da Glória Gohn, que possibilitou a continuidade da pesquisa sobre o MST, o assentamento rural..... Pela competência e seriedade nos encontros de orientação; no Grupo de Estudos – GEMDEC -, enfim, no cotidiano dos 6 anos de orientação teórico-metodológica, entre mestrado e doutorado.

As professoras que contribuíram teórico-metodologicamente durante o exame de qualificação: Drª Zeila de Brito Fabri Demartini e Drª Terezinha D'Aquino;

A profª Drª Samira Kauchakje, pela possibilidade de diálogo, nos últimos cinco anos; pelas palavras positivas, discussões teóricas e amizade....

O Marcelino de Souza, especialmente pela dedicação e seriedade, durante o ano de 1997, nas sugestões metodológicas para o estudo do MST no estado do Paraná.

Os colegas de graduação que sempre me deram força, especialmente, Renato Tavares e Rosemeire Aparecida Almeida.....

As colegas de pesquisa, Andréia Terzariol Couto e Rejane Aurora Mion, pelos inúmeros questionamentos. Graciete Tozetto Góes, Rosângela C. R. Lima, Maria José Subtil, Ademir José Rosso e Neuza H. P. Mansani colegas de departamento, que me ouviram, nos momentos de angústias .....

O profº João Jorge Corrêa, pelo auxílio na digitação do texto de qualificação.

Os assentados – homens e mulheres - que me receberam nos vários assentamentos, seria impossível citar todos os nomes .....

Os representantes do MST estadual, especialmente, Rogério, Luiz, Marcos e Márcia..... pelas indicações de contatos nos assentamentos e discussões na área de Educação e Cooperação...

A Marisa Rossetto, pela revisão do texto final.

As funcionárias da secretaria da Pós-Graduação, da Faculdade de Educação: Ana, Carmo, Dona Maria, Marina, Nadir.... As(os) funcionárias(os) da biblioteca da FE pelos 6 anos e meio de atenção... competência no atendimento.

A CAPES, pelo financiamento da pesquisa.

INTRODUÇÃO

Os acontecimentos econômicos e políticos das últimas décadas vêm contribuindo para o acirramento dos conflitos agrários no campo brasileiro. Os programas governamentais de modernização da agricultura introduziram grandes áreas de monocultura e utilização de maquinários agrícolas sofisticados, reduzindo a utilização de mão-de-obra. Os altos preços dos insumos agrícolas e os baixos preços dos produtos agrícolas contribuíram para a exclusão de pequenos produtores, no processo produtivo, resultando, portanto, em processos de migração rural-urbana; expropriação dos pequenos proprietários; redução do número de empregos no campo; concentração fundiária, aumento do exército de reserva de mão-de-obra na sociedade brasileira. A construção das usinas hidrelétricas é outro fator a ser considerado na expropriação dos trabalhadores rurais – o lago artificial ocupa um espaço, muitas vezes, habitado por populações rurais.

No campo político, um jogo de forças se estabelece entre representantes do governo e a organização dos trabalhadores rurais sem terra, mediados por alas da Igreja, Sindicatos, partidos políticos e confrontados com a UDR – União Democrática Ruralista. No Brasil, o século XX é todo marcado por movimentos sociais no campo[1], ao lado das manifestações populares no espaço urbano, reivindicando desde a infra-estrutura básica para a sobrevivência, até atitudes éticas por parte dos políticos ou ainda um processo realmente democrático de participação e de inclusão na sociedade.

No campo cultural, há influência da mídia[2] contribuindo para a preservação de valores individuais e da propriedade privada, levando grande parte da

---

[1] - Vide obra de MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

[2] - A influência da mídia deve ser inserida no contexto da educação informal; um conteúdo que atinge grande número de pessoas; poucas chances de problematização político-ideológicas sobre tais conteúdos, uma vez que a qualidade da escolaridade está sendo questionada, principalmente dos ensinos Fundamental e Médio, bem como o baixo grau de escolaridade da população brasileira. Fatores que contribuem, portanto, para que os conteúdos transmitidos pela mídia sejam aceitos como "verdades".

população a discriminar e a se posicionar contra determinadas estratégias de ação dos movimentos sociais (as ocupações ou "invasões" de terra, por exemplo). Não predomina o reconhecimento da cidadania, enquanto direito à vida, à opinião, à resistência e, sim estabelece-se a idéia da cidadania outorgada. Em contraponto, os movimentos sociais populares vêm reforçar a construção/consolidação de uma cidadania ativa[3].

Os anos 70, 80 e 90 são caracterizados pela atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra[4] (MST), com data inicial em 1979 e consolidação em 1984. Ao longo dos anos 80 e 90, o movimento social dos trabalhadores conquistou espaço público através dos acampamentos, de caminhadas, de inúmeras ocupações de terra, do destaque na mídia bem como do envolvimento de pesquisadores com a temática.

O MST tem se caracterizado como uma força social que pressiona o Estado para a realização da reforma agrária e elaboração de políticas públicas voltadas para a produção agropecuária, nas áreas de assentamentos rurais. No entanto, a reivindicação de políticas públicas têm suscitado a construção, meramente, de Programas Governamentais relacionados ao campo, tais como: Procera[5], Pronera[6], Pronaf[7] entre outros. O MST é composto por dirigentes com diversas formações políticas e acadêmicas; por lideranças oriundas das bases, com experiências em setores da Igreja e sindicatos e pela base – os "sem terra".

A partir da atuação do MST, novos[8] assentamentos são organizados. Da idéia de assentamento como projeto de colonização ou reassentamento, passa-se à idéia de assentamento como conquista coletiva, a partir de uma luta específica. Os

---

[3] - Vide Benevides, 1991, p.19-20, onde define a cidadania ativa como "um princípio democrático, e não receituário político, que pode ser aplicado como medida ou propaganda de um governo (...) é a realização concreta da soberania popular (...) supõe a participação popular como possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder, ou os poderes".

[4] - Fernandes, 1996, desenvolveu um estudo sobre o MST, enfatizando os processos de formação, espacialização e territorialização do referido Movimento.

[5] - Programa de Crédito Especial à Reforma Agrária.

[6] - Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária.

[7] - Programa Nacional para Agricultura Familiar.

[8] - Referimos a novos assentamentos com intuito de distinguí-los dos assentamentos resultantes de programas de colonização e reassentamentos. Enfatizamos os assentamentos resultantes da atuação do MST, que possuem, portanto, uma especificidade, ou seja, o processo de luta. Para conhecimento dos tipos de assentamentos existentes no Brasil, vide Bergamasco e Norder(1996).

primeiros assentamentos, oriundos da atuação do MST, desenvolveram experiências comunitárias na gestão da produção agrícola, ainda que a preocupação dos dirigentes do MST estivesse voltada para a ocupação de terras, para a luta política e "espacialização" do Movimento. A década de 90 é permeada pela preocupação com a viabilidade econômica e social dos assentamentos. Assim, são elaboradas e debatidas propostas relacionadas à produção agrícola, enfatizando as cooperativas coletivas e também outras formas de organização da produção, tais como: associações, condomínios, semi-coletivos e cooperativas de comercialização[9] .

No estado do Paraná, a primeira cooperativa coletiva foi organizada em agosto de 1989, embora as experiências coletivas e semi-coletivas estivessem sendo construídas desde o surgimento do MST. Um dos pontos que nos chamou a atenção foi a resistência dos assentados ao sistema coletivo, tão idealizado nos documentos do Movimento. Isto nos levou a investigar as formas organizacionais de produção, nos assentamentos oriundos da atuação do MST. As questões centrais que nortearam a pesquisa foram: "Quais as formas de organização da produção propostas e praticadas nos assentamentos?" – "Quais as estratégias educativas utilizadas pelos dirigentes do MST, para o desenvolvimento das formas de cooperação agrícola?" - "Que representações sociais os assentados possuem sobre o novo modo de vida – assentamento – e as formas de organizar a produção, especialmente os coletivos de produção?" - "Quais as principais práticas desenvolvidas nas cooperativas coletivas e em assentamentos individuais?". Em síntese, a questão central referiu-se ao como se dá a organização da produção nos assentamentos, destacando as cooperativas coletivas e as associações de produtores como locais para o desenvolvimento do trabalho de campo.

Estas questões tornaram-se objeto de nossa reflexão ao longo dos anos 90, quando acompanhamos várias experiências de assentamentos rurais, constatando que um dos grandes desafios para o movimento social - MST – é a organização interna do assentamento, em específico da produção. As preocupações dos assentados e representantes do MST relacionam-se com a assistência técnica, a organização política dos assentados, a obtenção de financiamentos, enfim, com o modo pelo qual

[9] vide caderno de Formação, n.21.Cooperativas de Produção. Produzido pela CONCRAB e MST.

os assentados poderiam se organizar para que os resultados de produção e comercialização fossem mais positivos. Em outras palavras, como dar continuidade ao processo de luta e de resistência para a sobrevivência na terra.

Ao longo de nossas pesquisas em assentamentos percebemos tanto as dificuldades conjunturais que são enfrentadas pelos assentados quanto as de relacionamento social no interior do "novo' espaço. A conjuntura político-econômica dificulta a organização da produção, uma vez que a liberação de crédito agrícola é lenta; a assistência técnica tem sido insuficiente em termos de quantidade de técnicos e de qualidade[10] do trabalho. Somente no final dos anos 90 é que surgem convênios estaduais e projetos federais, como por exemplo o Projeto Lumiar[11], os quais possibilitam o aumento do número de técnicos nas áreas de assentamentos. Os preços dos produtos agrícolas, geralmente, possuem um valor irrisório diante do trabalho e dos insumos aplicados na produção. Assim, a própria conjuntura nacional impõe limites à viabilidade sócio-econômica da reforma agrária. O MST reage a tais contextos conjunturais construindo os espaços de resistência, tais como a organização de associações, cooperativas coletivas de produção, grupos coletivos de trabalho, entre outros, que poderão surgir no cotidiano dos assentamentos.

Quanto às dificuldades de relacionamento social no interior do assentamento, geralmente caracterizam-se pelo confronto de opiniões político-ideológica-cultural entre membros da direção do MST e assentados não vinculados à direção do Movimento. Supomos que tais conflitos sejam resultantes da heterogeneidade cultural, caracterizada por diferentes experiências e formações técnicas/ideológicas sobre o trabalho na terra e ainda advindos do nível de organização política no assentamento. A chegada dos sem-terra ao assentamento representa o momento de enfrentamento das diferentes opiniões e sugestões. Nesse

---

[10] - Nos referimos à dificuldade dos técnicos em desenvolver um trabalho de qualidade, uma vez que são responsáveis por vários lotes, geralmente em mais de um assentamento, em alguns casos, também trabalham para pequenos produtores do município.

[11] - Conforme INCRA(1997) o Projeto Lumiar *"visa implantar um serviço descentralizado de apoio técnico às famílias dos agricultores assentados nos Projetos de Reforma Agrária, com iniciativa do Governo Federal, através do Gabinete do Ministro Extraordinário da Política Fundiária, coordenado de maneira compartilhada pelo INCRA com outras instituições (...) o objetivo geral é viabilizar os assentamentos, tornando-os unidades de produção estruturadas, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional"(p.3-4)*

contexto, os mediadores[12] – técnicos, lideranças, religiosos – têm um grande papel, ou seja, coordenar reuniões, trabalhar com informações locais e conjunturais, no caso, relacionadas à produção. No entanto, nem todas as áreas de assentamento possuem mediadores que exerçam o papel de "animadores" da organização.

Partimos da hipótese de que os elementos conjunturais influenciam na criação e recriação de formas alternativas de produção, entretanto, não são centrais na reconstrução do novo modo de vida, pois é preciso analisar a atuação do próprio Movimento Social enquanto articulador de propostas para a viabilização da produção, bem como considerar as experiências anteriores dos assentados e os ideais que possuem sobre o trabalho na terra. Portanto, um dos fatores predominantes na organização de uma ou outra forma de produção parece ser a práxis do assentado. Composta pela experiência anterior, pelas influências dos mediadores e pelo ideal de vida na terra, que o assentado já possui. Não esquecendo da influência exercida pelos acontecimentos políticos e econômicos da sociedade, que suscitam o desenvolvimento de uma práxis coletiva por parte do Movimento. Assim, a práxis constrói-se enquanto resistência, ou seja, condição necessária tanto para a sobrevivência dos assentados, quanto para a existência do projeto de assentamento e do conjunto de experiências que têm configurado a "reforma agrária" brasileira.

Optamos pela análise das formas de organização da produção porque acreditamos que as mesmas implicam em mudanças tanto na base produtiva, quanto no âmbito das idéias dos assentados, justificando, portanto, nossa preocupação em compreender os processos de construção de um novo modo de fazer e pensar a produção. Os assentados e as lideranças fazem referência aos cursos de formação política organizados pelo MST como fundamentais na articulação das formas organizacionais de produção, o que nos levou a investigar as estratégias educativas utilizadas, pelo Movimento, no desenvolvimento da cooperação agrícola.

---

[12] - Regina Novaes (1994:181-182) refletindo sobre a mediação no campo se refere a três tipos de mediadores, a saber: o mediador externo; mediador de cima e mediador de dentro. Afirma que atualmente a noção de mediador "... reserva-se a designação apenas para os que são considerados comprometidos com os interesses dos trabalhadores (...) os mediadores estão inseridos em um campo de forças, são condicionadores mas também são condicionados" . Quando falamos em mediadores como "animadores da organização" estamos nos referindo àquelas pessoas comprometidas com os objetivos do Movimento e que se preocupam em construir processos de discussão onde os assentados e os próprios mediadores possam re-elaborar seus saberes e construir novas formas de resistência/alternativas para a sobrevivência na terra.

Para entender como se dá a organização da produção é que escolhemos pesquisar assentamentos rurais consolidados ao longo das décadas de 80 e 90, no estado do Paraná, estabelecendo como objetivos da pesquisa:

- Caracterizar as formas de organização da produção orientadas pelos dirigentes do MST;
- Destacar as experiências dos assentados com relação às formas de cooperação agrícola, analisando como surgem e dissolvem-se, reconstituindo-se em novas configurações associativas;
- Analisar as estratégias educativas utilizadas pelo MST para o desenvolvimento de formas associativas no processo de produção;
- Verificar a influência das estratégias utilizadas pelos dirigentes, na construção de novas atitudes, valores e conhecimentos sobre o novo modo de vida.

Para atingir tais objetivos optamos por uma caracterização do surgimento do MST no Paraná, evidenciando as relações de forças estabelecidas no cenário agrário paranaense a partir da forte atuação do MST, principalmente na segunda metade dos anos 90, lembrando que os focos da atuação do MST surgem no início da década de 80, no estado do Paraná, impulsionados pelos impactos sociais da construção da hidrelétrica de Itaipu. Também a análise dos espaços de socialização política existentes no MST – aqui delimitados para os setores do MST -, propiciou a escolha do Setor de Cooperação como nosso centro de interesse, uma vez que o "sucesso" em termos de produção é uma das condições para a realização dos ideais dos assentados e do projeto político do MST – reforma agrária e construção de uma sociedade diferente no espaço conquistado. Posteriormente, a partir do trabalho de campo, analisamos as estratégias "educativas" utilizadas pelos dirigentes; as experiências das cooperativas de produção e as representações sociais dos assentados, sobre a luta e a conquista da terra.

Delimitamos três experiências de organização da produção, para serem estudadas. Uma experiência totalmente coletiva – terra e trabalho – denominada pelo MST de Cooperativa de Produção –CPA. Uma experiência de Cooperativa Coletiva e Associação Coletiva no mesmo assentamento, ou seja, a primeira organização era a CPA, que teve parte de seus sócios desistindo da mesma, e formando um grupo de

assentados individuais, que posteriormente se (re)agruparam e organizaram a Associação Coletiva – atualmente as duas formas de produção existem no mesmo assentamento. A terceira experiência refere-se a um assentamento onde os lotes são individuais e os assentados formaram Associações de Produção, com objetivo de compra e venda de produtos em conjunto. Atualmente, fundaram uma Cooperativa de Comercialização, juntando os grupos de associações de três assentamentos.

Nestas três áreas selecionadas utilizamos, conforme afirma Queiroz (1991:6) *"a forma mais antiga e mais difundida de coleta de dados orais, nas ciências sociais.."*, ou seja a entrevista. A autora destaca que a entrevista está localizada dentro do quadro amplo da chamada "história oral". Nosso roteiro de entrevistas foi organizado a partir de temas, tais como: trajetória de vida da família; a vida no acampamento e assentamento; a participação dos assentados na organização da produção no assentamento e na sociedade em geral e por fim cooperação agrícola. Entrevistas coletivas foram realizadas com intuito de registrar a história do assentamento e da origem da forma de produção adotada. A entrevista coletiva iniciou-se com as perguntas "quais os acontecimentos que os levaram a ingressar no Movimento de luta pela terra?" – "como se deu o processo de conquista e a organização do assentamento?". A partir destas questões e dos relatos dos entrevistados, conduzíamos a entrevista pensando em nossos objetivos, ou seja, entender as formas de organização da produção, principalmente, as cooperativas coletivas.

Camargo (1994) apresenta fatores que permitem pensar a História Oral com maior "confiança", dentre eles: 1) o fato de que a História Oral como metodologia e fonte de informações envolve um conjunto de entrevistas; 2) a idéia de ponto de saturação, lembrando Bertaud, ou seja, inicia-se um conjunto de entrevistas e quando as informações começam a se repetir continuamente, é sinal que o "o circuito de informação se esgotou"; 3) a questão do método dialógico, ou seja, a "relação entre o entrevistador e entrevistado, carregada de emotividade e subjetividade".

Além das entrevistas, trabalhamos com documentos produzidos no próprio assentamento, tais como os relatórios de cursos de formação técnica e

documentos produzidos pelo MST em âmbito nacional e estadual. Realizamos coleta de depoimentos orais com os presidentes de cooperativas e de associações de produção. Os depoimentos caracterizaram-se pela definição de temas relacionados à cooperação agrícola, solicitando, então, aos depoentes que comentassem sobre os mesmos.

Tendo escolhido o estado do Paraná como local para desenvolvimento da pesquisa de campo dirigimos um **primeiro olhar** sobre os assentamentos. Nessa primeira fase da pesquisa efetuou-se uma seqüência de visitas aos assentamentos rurais existentes no estado, com o objetivo de observar e de anotar aspectos organizacionais da produção que pudessem contribuir para nosso estudo.

Assim, o trajeto[13] de pesquisa teve como ponto de partida os assentamentos da região de Ponta Grossa, a saber Conceição/ABAPAN, Rio d´Areia, Fazenda São Joaquim e Três Pinheiros. Constatamos o tipo de cooperação existente ou não no assentamento, bem como data de origem do projeto, existência ou não de acampamento. Em seguida visitamos assentamentos existentes na região de Cantagalo e Nova Laranjeiras do Sul – assentamento Cavaco, Jarau e Vitória da Conquista - , assim como visitamos a COAGRI – Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro Oeste do Paraná Ltda. Conversamos informalmente com os assentados, com intuito de investigar o tipo de organização da produção existente e qual a influência da COAGRI na região; coletamos o estatuto da Cooperativa. Na continuidade do trabalho, fomos em direção a Lindoeste, onde visitamos a COARA – Cooperativa Agropecuária da Reforma Agrária. Em Querência do Norte, visitamos a COANA, onde entrevistamos o vice-presidente da mesma. Na cidade de Paranacity, conhecemos o assentamento Santa Maria, que exemplifica uma cooperativa coletiva. Na região de Imbaú, visitamos o assentamento Guanabara, constatando a dificuldade em desenvolver o trabalho de forma associativa. Na cidade de Pitanga, visitamos o assentamento Novo Paraíso, que possui uma cooperativa coletiva e uma associação de tipo coletivo. Em Nova Cantu, visitamos o assentamento Santo Rei, local onde foi desenvolvido o 1° Laboratório Organizacional de Campo, pelo MST. No município

[13] - A definição do roteiro de viagem foi estabelecida a partir de contatos com os membros da organização estadual do MST e, posteriormente, das indicações obtidas nos assentamentos visitados.

de Rio Bonito do Iguaçu, estivemos conhecendo o maior acampamento do estado, hoje com projeto de assentamento consolidado, composto de 900 famílias.

Elaboramos a figura número 1, a seguir, com o objetivo de destacar os assentamentos onde realizamos este primeiro trabalho de campo. Na figura podemos observar que as áreas visitadas localizam-se em várias regiões do estado, desde o centro, oeste, noroeste e norte. São assentamentos que representam um pouco da história da luta pela terra e do MST, no Paraná. Foram organizados ao longo das décadas de 80 e 90, no contexto de conflitos sociais permeados por mortes de sem-terra, desapropriações, atos públicos, marchas e ocupações de terra.

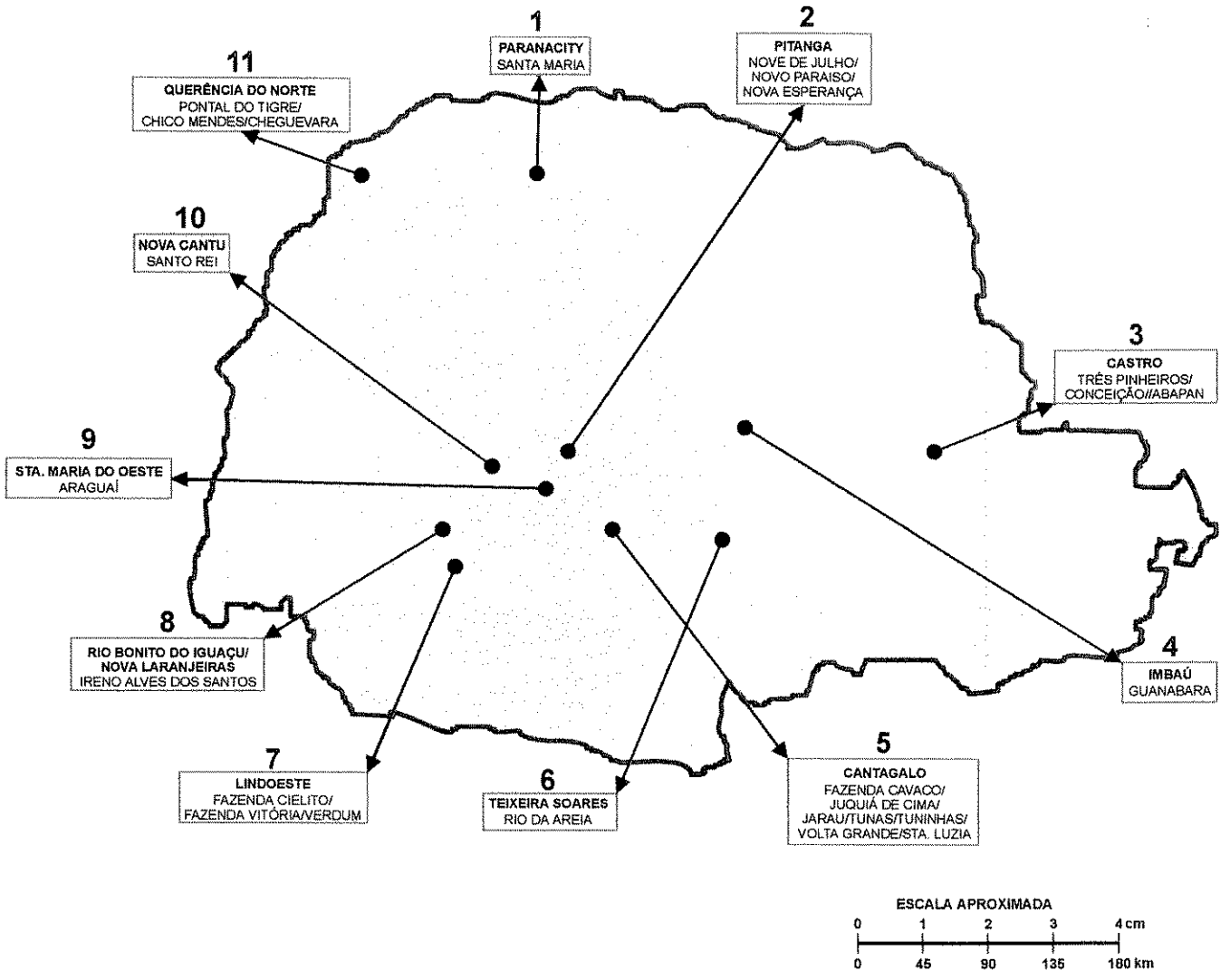
O assentamento número 1 foi consolidado em 1992 e localiza-se na região Norte do estado. Constitui-se numa Cooperativa de Produção Agropecuária – CPA – onde terra e trabalho são coletivos. Na área número 2, visitamos o assentamento Novo Paraíso, projeto estadual, criado em 1995[14], embora já existisse desde 1989 como área de acampamento e projeto coletivo de produção. Localiza-se na região Centro e destaca-se como área pioneira na organização de cooperativa coletiva, no estado. Na área número 3, visitamos os assentamentos Conceição e Três Pinheiros. O primeiro foi criado em 1985, caracteriza-se como uma das primeiras áreas de ocupação de terras no estado, organizada pelo MST, em que os trabalhadores são oriundos da região que foi alagada pela hidrelétrica de Itaipu. O segundo projeto foi criado em 1987. Ambas as áreas são organizadas em lotes individuais e a forma de organizar a produção se dá através de associações de produtores, atualmente sócios da Cooperativa de Comercialização do MST, na região. O assentamento Guanabara, área número 4, localiza-se na região do Norte Velho do Paraná. O projeto foi criado em 1995 e as famílias estão organizadas em associações de produção, embora grande parcela dos assentados trabalhem de forma individual. Na região de Cantagalo, Centro do estado, visitamos o assentamento Cavaco, onde constatamos a predominância do trabalho individual, embora os assentados sejam sócios da Cooperativa de Comercialização – COAGRI – existente na região. O projeto foi criado em 1987. Na área número 6, visitamos o assentamento Rio d´Areia, criado em 1987.

---

[14] - Os dados do INCRA destacam 1995 como o ano de criação do projeto, entretanto, os assentados afirmam que o projeto foi originado em 1993, ano de oficialização da cooperativa de produção – Cooproserp.

PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS VISITADOS

FIGURA 1



Na área número 7, visitamos o assentamento Vitória e a Cooperativa COARA, localizados na região Oeste do estado. O assentamento Vitória foi criado em 1987. Na área número 9, localizada na região Oeste, destacamos o maior acampamento de sem-terra do estado do Paraná, organizado em 1996 e oficializado como assentamento em 1997. Em Santa Maria d'Oeste, conhecemos o assentamento Araguaí, organizado em associações de produção e onde foi construída infra-estrutura para beneficiar erva-mate. O projeto de assentamento foi criado em 1987. Na área 10, localiza-se o assentamento Nova Cantu, região Norte do estado. O projeto foi criado em 1987. Na área número 11, localiza-se o assentamento Pontal do Tigre, projeto criado em 1995.

Este primeiro olhar nos encaminhou, então, para a coleta de documentos produzidos no estado, sobre as referidas áreas. O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES – constituiu-se num dos locais onde encontramos o maior número de teses, documentos e periódicos sobre os assentamentos do Paraná, bem como o contexto conjuntural dos anos 80 e 90. Concomitante à coleta documental, realizamos entrevistas com assessores dos Governos Jaime Lerner e Roberto Requião, com o objetivo de melhor contextualizar a conjuntura estadual nos anos 80 e 90. Os documentos governamentais e as entrevistas possibilitaram a reconstrução do cenário político do Paraná, no que se refere à questão agrária, comparando o conteúdo dos projetos governamentais com as ações realizadas no referido período.

Entrevistamos uma das responsáveis pela Central Cooperativista dos Assentamentos – CCA-, com o objetivo de esclarecer como vem sendo conduzida a discussão sobre a organização da produção nos assentamentos, uma vez que existe um projeto com a SEMA (Secretaria Estadual do Meio Ambiente) onde 30 (trinta) técnicos e agrônomos são contratados para atuar nos assentamentos rurais, apontando alternativas para a viabilidade sócio-econômica dos mesmos. Portanto, estes procedimentos configuraram o **segundo passo** do processo de pesquisa.

A realização de entrevistas e a análise de pesquisas desenvolvidas no estado, juntamente com os contatos estabelecidos com membros do MST estadual, conduziram-nos à escolha dos assentamentos em que realizaríamos entrevistas e

coleta de depoimentos. Os contatos estabelecidos no IPARDES nos possibilitaram o acesso a entrevistas[15] desenvolvidas no final dos anos 80 junto a assentados do estado. Destas entrevistas, procuramos destacar as questões referentes ao processo de organização da produção, salientando os motivos que levaram os assentados a organizarem-se de forma coletiva, individual ou semi-coletiva. Delineamos, portanto, o **terceiro passo** da pesquisa, ou seja, definição dos assentamentos rurais onde realizaríamos entrevistas com assentados, observações diretas e coleta de documentos sobre as referidas áreas.

Os assentamentos escolhidos para a realização do trabalho de campo definitivo foram: Novo Paraíso, Santa Maria e Conceição/ABAPAN.

Os critérios para escolha dos assentamentos foram:

- assentamentos que desenvolvem trabalho coletivo, na forma de Cooperativas de Produção (CPA): Santa Maria - município de Paranacity e Paraíso, município de Pitanga;
- assentamento que desenvolve trabalho individual, possui associação de produção e participa de Cooperativa de Comercialização.

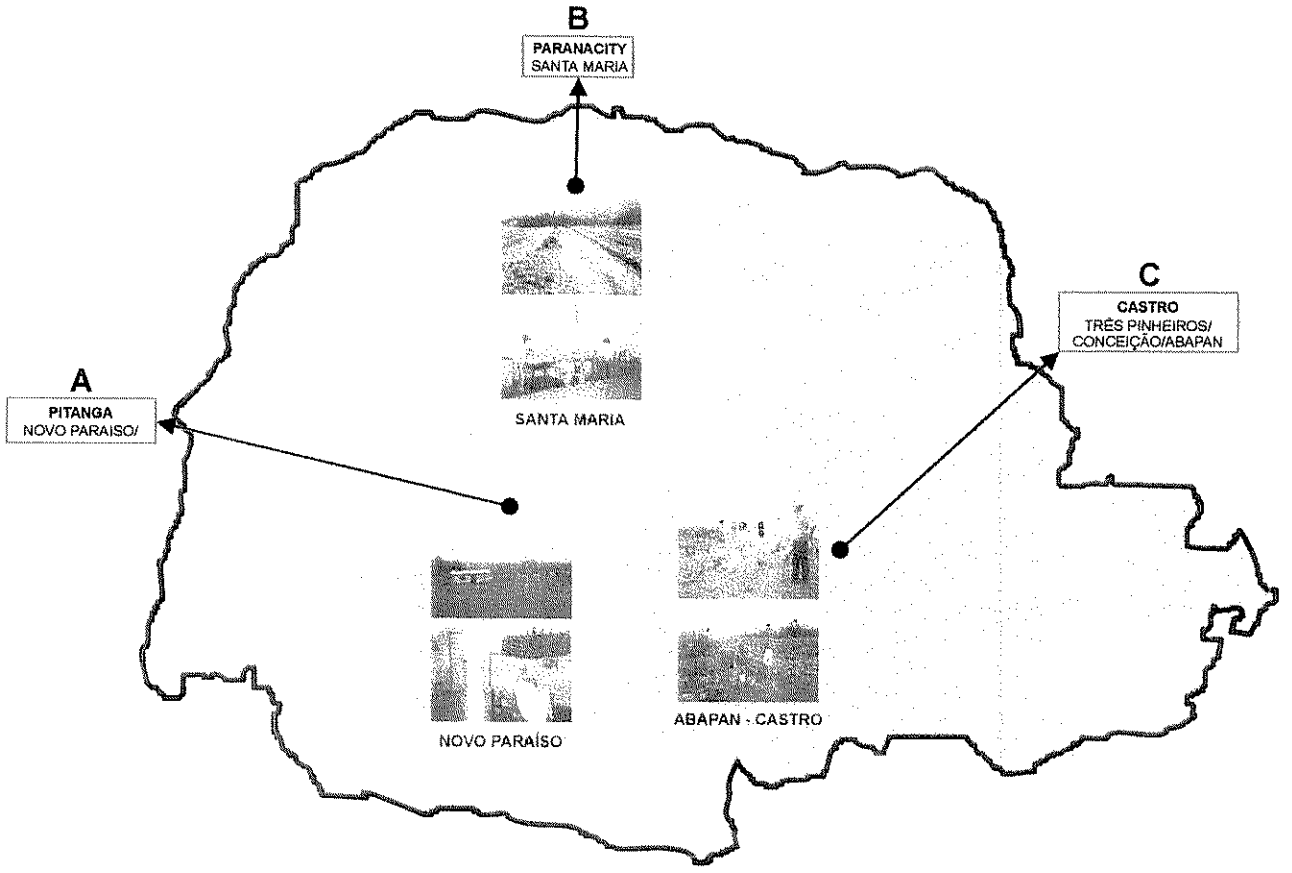
Elaboramos a figura número 2, a seguir, com intuito de localizar as áreas onde realizamos o trabalho de campo. Como podemos observar, os assentamentos A e B localizam-se na região Centro/Ponta Grossa; Centro/Guarapuava e o assentamento C na região Norte do estado.

---

[15] - Estas entrevistas foram realizadas por uma equipe do Ipardes, no final dos anos 80, entretanto, não foram objeto de análise do referido órgão. Fizemos uso de algumas delas com o objetivo de verificar a origem das formas de organização da produção nos assentamentos rurais, do início dos anos 80, apenas como subsídio à nossa pesquisa nas três áreas especificadas.

PROJETOS DE ASSENTAMENTOS PESQUISADOS

FIGURA 2



ESCALA APROXIMADA

0 1 2 3 4 cm

0 45 90 135 180 km

Nestas áreas escolhidas para pesquisa, realizamos entrevistas e coleta de depoimentos. As entrevistas foram realizadas com 8 assentados[16] do assentamento Novo Paraíso; 6 assentados em Santa Maria e 5 no assentamento Conceição/ABAPAN. O objetivo era analisar o processo de inserção do assentado na luta pela terra, sua origem, suas observações sobre o sistema de produção desenvolvido na área, suas análises sobre os coletivos de produção do MST, bem como questionar as mudanças consideradas necessárias tanto no assentamento quanto na sociedade. Ou seja, captar as representações sociais dos assentados sobre a luta pela terra e a vida no espaço conquistado, em específico a organização da produção. No assentamento Novo Paraíso foi realizada uma entrevista coletiva com o objetivo de caracterizar a organização dos assentados a entrada na área e a fundação da cooperativa – COOPROSERP. Ainda no assentamento Novo Paraíso e Santa Maria, foram coletados 4 depoimentos, em cada um, junto a membros do MST e da direção da cooperativa, com intuito de perceber tanto a atuação dos dirigentes do Movimento na área, quanto o funcionamento da cooperativa. Na região de Castro, foram 2 depoimentos, um junto ao presidente da Cooperativa de Comercialização, que é assentado em Três Pinheiros e um junto ao presidente de uma associação de produção, no assentamento Conceição. O objetivo era perceber como se dá o processo de organização da produção, nestas áreas individuais, e quais os fatores que contribuíram para a formação da cooperativa de comercialização.

Com relação ao esquema analítico, optamos pela discussão do contexto conjuntural onde se dá a ação dos Sem Terra; a prática do MST, consolidada nos diferentes setores, caracterizados como espaços de socialização política; a prática dos assentados com relação à organização da produção; as rupturas que ocorrem nas áreas de coletivos e as (re)elaborações das formas organizacionais de produção. Portanto, a práxis do MST e dos assentados, constituiu o fio norteador da análise do surgimento, desenvolvimento e re-planejamentos das formas de produção.

---

[16] - Ao longo de todo o texto utilizaremos o termo assentado, para nos referirmos tanto aos homens quanto as mulheres. Estamos pensando os sujeitos do processo de luta, sem nos preocuparmos com as questões de gênero, ainda que no capítulo 5 façamos alguns comentários sobre o papel da mulher, principalmente nas Cooperativas Coletivas.

O autor Melucci afirma que *"os movimentos contemporâneos não são nem novos nem velhos; são fenômenos que contém no seu interior uma multiplicidade de elementos, de significados, de níveis diversos da sociedade"* (1997:17). Com relação ao MST, tais elementos estão explicitados na simbologia utilizada nos momentos de mística, ao mesmo tempo que defendem uma sociedade socialista, idealizam formas de cooperação agrícola empresariais, que se insiram no contexto competitivo de mercado. Na luta política, o MST, ao mesmo tempo que se constitui em espaço de contestação e de resistência contra o sistema político, principalmente contra a concentração da terra e da riqueza, desenvolve micro espaços que se caracterizam pela reprodução de um conjunto de valores, símbolos, práticas e conhecimentos, específicos da linha político-ideológica do Movimento.

As categorias norteadoras de nossa análise são: práxis, participação, experiência, saberes sociais, resistência, solidariedade, cultura e cultura política. Tais categorias estão esboçadas no capítulo 1.

A tese está estruturada em seis capítulos, a saber: o **primeiro capítulo** contém os referenciais teóricos que nortearam o trabalho de campo e análise dos materiais obtidos. O **segundo capítulo** refere-se a uma reflexão sobre o MST, sua origem e seu papel na atual conjuntura político-econômica. O **terceiro capítulo** refere-se a uma contextualização dos movimentos sociais no campo, destacando o estado do Paraná. Caracterizamos os programas[17] desenvolvidos pelos governos estaduais, ao longo dos anos 80 e 90, com relação à questão agrária. Apresentamos conflitos que têm ocorrido no campo paranaense, enfocando a pressão do MST sobre os órgãos públicos e os resultados da luta no Estado. O objetivo é analisar o cenário político onde atuam o MST, o Estado e a classe dos grandes proprietários de terra. O **quarto capítulo** refere-se a uma discussão sobre os espaços de socialização política, destacando os setores que compõem o MST, com intuito de caracterizar a preocupação com a organização da produção e a cooperação no interior do Movimento. O **quinto capítulo** constitui-se pela caracterização das formas

[17] - Os programas governamentais foram utilizados com intuito de comparar as metas dos governos estaduais e as ações empreendidas, ao longo dos anos 80 e 90, no estado do Paraná. Nesse contexto, discutir a ação do MST, que se amplia nos anos 90, estando o Paraná, na lista dos primeiros estados em número de conflitos pela terra, no final dos anos 90.

organizacionais de produção enfocadas pelos dirigentes do MST; análise das estratégias educativas desenvolvidas pelo Movimento no que se refere ao desenvolvimento da cooperação agrícola e uma breve discussão dos autores que têm pesquisado assentamentos, destacando a questão da autonomia e da heterogeneidade nos assentamentos rurais. O **sexto capítulo** é composto de uma discussão das formas de organizacionais da produção nas três áreas pesquisadas, enfatizando origens, desenvolvimento e (Re)elaborações.

No **sétimo capítulo,** destacamos as representações sociais dos assentados sobre a luta pela terra e o novo modo de vida – o assentamento -, procurando evidenciar os ideais e as práticas presentes no cotidiano das áreas coletivas e individuais. Por fim, as **considerações finais**, onde desenvolvemos uma retrospectiva dos objetivos da tese, apontando os principais elementos que contribuem para a organização das formas de produção nos assentamentos, entendendo tais formas como exemplos da resistência dos assentados e do próprio MST, na viabilização dos projetos de assentamentos e do projeto político do Movimento.

CAPÍTULO 1- CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

O objetivo deste capítulo é apontar algumas categorias norteadoras da análise sobre as formas organizacionais de produção nos assentamentos rurais. Destacaremos, num primeiro momento, uma breve discussão sobre o termo movimentos sociais, procurando trazer elementos para pensarmos o MST, sua atuação e influência nas áreas de assentamentos rurais. Num segundo momento apresentaremos os principais eixos temáticos que permearam esta pesquisa, a saber: práxis, participação, cultura popular, cultura política, resistência e solidariedade.

1- Sobre Movimentos Sociais.....

Os movimentos sociais são reconhecidos pela população, em geral, como um grupo de pessoas que organizam passeatas, abaixo-assinados, acampamentos em prédios públicos entre outras manifestações, objetivando o atendimento de necessidades específicas. Algumas vezes são caracterizados, por membros da sociedade, como movimentos perturbadores da ordem social. Outras vezes são destacados como movimentos que reivindicam a real cidadania da população, através da utilização de diversas bandeiras de luta. Ao longo da história temos um conjunto de movimentos e lutas sociais que vão desde os movimentos operários; camponeses até os "novos"[18] movimentos sociais. Gohn (1995) realizou um mapeamento dos movimentos e lutas sociais no Brasil, nos dois últimos séculos, enfocando principalmente, as lutas empreendidas pelas camadas populares.

A autora faz uma reflexão sobre a construção da cidadania a partir dos movimentos mapeados nos dois séculos. Afirma que *"a luta pela cidadania no período colonial teve sua expressão maior na luta pela independência política da nação (...) na fase imperial o campo da cidadania se ampliou..."*, destacando outras

[18] - Scherer-Warren produziu um texto intitulado "O caráter dos novos movimentos sociais" que foi publicado na obra "Uma revolução no cotidiano?", organizada por Scherer-Warren e Krischke (1987), onde afirma que o fato cultural é que dá o caráter ao que se denomina "novo" nos movimentos sociais.

lutas, tais como: lutas pelo trabalho livre e desenvolvimento de conteúdos regionais às lutas nativistas. A autora destaca *que "o direito ao trabalho continuou a ser uma luta central, assim como idéias difusas sobre o igualitarismo, presentes por exemplo na Revolução Praieira, em que se teve uma mistura de ideais liberais com ideais socialistas, particularmente dos utopistas".*

A partir da segunda metade dos século XIX, conforme Gohn, com o movimento abolicionista, consolida-se a negação da ordem escravocrata no país.

> A cidadania construída com o advento da República trouxe fatos novos. Apesar de se ter instaurado uma nova ordem, as raízes oligárquicas e elitistas predominantes, que vieram a dar origem à política dos governadores, restringiram o perfil dos sujeitos a ter o direito à cidadania política. Assim, em 1891, o campo da cidadania ativa foi limitado pela decisão da comissão Constitucional, de excluir as mulheres, os mendigos, os soldados e os religiosos, além de vedar o voto também aos analfabetos, que constituíam a maioria da população brasileira. (Gohn, 1995:199)

A autora salienta que a partir do século XX novas demandas são introduzidas, dentre elas, eleições "limpas", voto das mulheres e outras categorias, direitos sociais dos trabalhadores, entre outras. Os cidadãos passam a ser reconhecidos pelo lugar que ocupam no processo de produção. Os anos 70 e 80 presenciam novas bandeiras de lutas, representando mudanças na cultura política. Por exemplo, as lutas por escola e creches não se reduziam à preocupação com a construção de prédios, mas com a qualidade do trabalho oferecido, portanto com a dimensão pedagógica, propriamente dita. Os anos 90 são permeados pelas lutas contra a violência, contra a degradação do meio ambiente, contra a corrupção dos políticos, entre outras.

Neste final de século presenciamos os movimentos contra o desemprego em massa. Destacando as contribuições de Castel (1998) de que a exclusão é muito mais que a marginalidade, é a perda de laços e referências sociais. As recentes manifestações realizadas na região do ABC paulista demonstra que a exclusão do processo produtivo tem afetado as várias dimensões da vida familiar, valendo lembrar a manifestação em que crianças, mulheres e homens reivindicavam o retorno ao trabalho numa indústria automobilística. Os excluídos do final do século deixam de ser aqueles com situação econômica precária e passam a ser os jovens e

crianças, que provavelmente não terão uma inserção num processo produtivo, tal qual historicamente construído.

No que se refere à concepção de movimento social, Gohn (1997b:245-252) afirma que há necessidade de estabelecer algumas diferenças quando se pretende definir movimentos sociais, a saber: diferenças entre movimento e grupo de interesses; uso ampliado da expressão; modos de ação coletiva e movimento social, e por fim, a esfera onde ocorre a ação.

Uma primeira conceituação estabelecida por Gohn (1997b:247) indica que *"... movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer (...) e um pensar (...) Trata-se de uma práxis portanto."*

A autora afirma que *"Movimentos sociais são ações sócio políticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura sócio econômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil ..."* (1997b:251-252).

Scherer-Warren (1987:20) define movimentos sociais como: *"... uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção)".*

Touraine (1996:85) discutindo movimentos sociais e democracia afirma que *"... só existe movimento social se a ação coletiva tem objetivos sociais, isto é, reconhece valores ou interesses gerais da sociedade e, por conseguinte, não reduz a vida política ao confronto de campos ou classes, ao mesmo tempo que organiza e desenvolve conflitos".*

Touraine (1998) destaca três tipos reais de ação coletiva, a saber:

> O primeiro tipo de ação coletiva é a busca coletiva de benefícios pessoais (...) outro tipo de ação coletiva é o tipo que objetiva a mudança não somente da relação entre contribuições e recompensas, e em particular, entre trabalho e salário, mas o modo de tomar decisões (...) o terceiro tipo de ação coletiva, a qual nossa tradição política e intelectual, ao menos na Europa, tem reservado o título de movimento social, é a que combina a defesa de interesses, que é a única forma de ação coletiva presente no primeiro tipo, com a designação de um

> antagonista – introduzida no segundo tipo de ação coletiva – e sobretudo com o apelo da defesa dos principais recursos culturais e orientações da sociedade, os quais dão uma dimensão societal para uma ação que permanece específica" (Touraine, traduzido por Kauchakje, 1998).

O autor afirma que *"não há movimento social sem defesa de interesse material, mas esta defesa, invariavelmente, envolve ir além de interesses específicos, é o fortalecimento da questão social, que define o movimento social (...) movimento social não existe no vácuo; ele é um par de contrários"*.

Tomando como base alguns elementos das concepções acima, destacaremos questões que poderão contribuir para nossa reflexão sobre o MST. Uma primeira questão refere-se aos atores sociais coletivos, articulados num determinado cenário econômico, político e social, ou seja, como o MST, enquanto sujeito coletivo, organiza-se e como dá continuidade à luta. Uma segunda questão diz respeito à práxis, projeto e ideologia do Movimento, enfim, buscamos saber quais são os princípios norteadores da organização do referido Movimento. Ou ainda se o Movimento possui um cunho revolucionário e como este se manifesta entre os componentes do mesmo. Ou também em que tais questões podem influenciar na organização da produção nos assentamentos rurais.

Gohn (1998) destaca questões que contribuem para a formulação de um paradigma dos movimentos latino-americanos, dentre eles: a diversidade de movimentos sociais; a hegemonia dos movimentos populares; os novos movimentos sociais; a mediação da Igreja católica em sua ala progressista, da Teologia da Libertação, com os movimentos populares; a questão indígena como fonte de conflitos e movimentos sociais; a questão do preconceito racial contra os afro-americanos; a relação dos movimentos sociais com o Estado variando em função dos objetivos estratégicos e das articulações do primeiro; a questão da ideologia enquanto elemento fundante da idéia de movimento social na América Latina; o importante papel dos partidos políticos; a questão agrária tem sido palco de violentos conflitos; a *"heterogeneidade de movimentos sociais comporta várias expressões da vontade política, cada qual contendo em seu bojo protestos políticos diferenciados"*; a questão da rede de articulação internacional dos movimentos nos anos 90; a influência das Ongs internacionais, introduzindo a idéia de movimento-organização.

Portanto, os movimentos sociais brasileiros devem ser analisados no contexto de tais especificidades. Utilizaremos, na reflexão sobre o MST, o esquema metodológico proposto por Gohn, a saber: evidenciar a origem do movimento social, as fases, a composição social, as práticas, o projeto, os opositores, as conquistas e as derrotas.[19] Ao longo de nosso texto, a preocupação central refere-se ao MST, um movimento de cunho popular, que cria e recria alternativas de luta e resistência no processo de conquista da terra, da Reforma Agrária e da luta contra a exclusão social.

3 - As categorias de análise

Em nossa pesquisa adotamos as seguintes categorias de análise: **práxis**–que se refere às dimensões interna e externa do movimento social, para se referir à ação, reflexão e novamente à ação sobre o cotidiano do assentamento ou do próprio Movimento. A **participação** – na dimensão das relações no interior do movimento social, especificamente na gestão da produção agrícola nos assentamentos – enquanto atitude de se envolver em reuniões, manifestações e proposição de idéias. Destacamos a participação dos assentados como um dos elementos centrais da (re)elaboração da práxis do Movimento e da construção de uma nova **cultura política** entre os envolvidos no processo de luta. A **experiência,** enquanto acúmulo de conhecimentos que possibilitam a (re)elaboração de novas situações e que está intrinsecamente relacionada com os **saberes sociais** construídos ao longo da participação no movimento social e no interior do assentamento. A experiência e os saberes sociais são dimensões do processo de resistência na terra, manifestando-se nas diferentes formas de produção que são organizadas nos assentamentos.

---

[19] - Para maiores informações vide Gohn (1993) texto em que discute questões metodológicas na análise de movimentos sociais e (1997 b) obra em que discute teorias sobre movimentos sociais, ver em específico o capítulo 8, em que apresenta uma proposta teórico-metodológica para a análise dos movimentos sociais na América Latina.

a) Experiência, saberes sociais e práxis.... o mundo da vida

Entendemos que a práxis do MST é constituída de experiências práticas e de conhecimentos gerais, que culminam num conjunto de saberes sociais, que poderíamos inferir serem diferenciados conforme a atuação e o papel desempenhado pelo sujeito do Movimento.

Thompson (1981:189) discute o conceito de experiência, afirmando que:

> As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento, de seus procedimentos, ou (...) como instinto proletário etc. Elas também **experimentam sua experiência como sentimento** e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (...) na arte ou nas convicções religiosas. (grifo nosso)

Com relação aos valores, o autor afirma que os mesmos:

> Não são pensados, nem chamados; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas idéias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (...) no habitus de viver; e **aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata**. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria. (1981:194). (grifo nosso)

As idéias de Thompson contribuem para a nossa reflexão de que a experiência não é meramente uma atividade concreta do cotidiano, mas sim um conjunto de conhecimentos que pressupõem relações sociais e sentimentos, que operam no âmbito do mundo da vida e que são essenciais na (re)elaboração de estratégias para a sobrevivência na terra.

Habermas (1989:167) afirma que "*o mundo da vida constitui, pois, o contexto da situação de ação; ao mesmo tempo ele fornece os recursos para os processos de interpretação com os quais os participantes da comunicação procuram suprir a carência de entendimento mútuo que surgiu em cada situação da ação*". Neste sentido, poderíamos pensar a experiência dos assentados a partir da noção de mundo da vida, que pressupõe a ação comunicativa entre os sujeitos da ação, ou seja, a busca de elementos para a interpretação da situação vivida e entendimento sobre quais as propostas e objetivos do grupo, para com uma determinada ação. Também,

poderíamos questionar até que ponto as estratégias de organização da produção têm sido pensadas em termos econômicos, principalmente, as Cooperativas Coletivas de Produção, cujo objetivo é tornar-se uma empresa competitiva.

Se tomarmos como fundamento que a ação comunicativa é fundamental no processo de socialização política e no desenvolvimento das formas de produção, teremos que nos referir ao mundo da vida, que conforme Aragão, constitui o pano de fundo da ação comunicativa.

As características do mundo da vida, conforme Aragão (1997), são:

> Os elementos do mundo da vida, com os quais somos ingenuamente familiares, não têm o status de fatos, normas ou experiência a respeito dos quais os falantes e ouvintes poderiam chegar a um entendimento; o mundo da vida forma o contexto indireto do que é dito, discutido e endereçado numa situação (...) o mundo da vida é anterior a qualquer desacordo, é comum a todos e não pode se tornar controverso da mesma forma que o conhecimento partilhado intersubjetivamente pode (...) o mundo da vida forma o cenário em que os horizontes situacionais mudam, expandem-se ou se contraem.

Habermas apud Aragão (1997:45-46) afirma que:

> O mundo da vida é o intuitivamente presente, nesse sentido familiar e transparente, e ao mesmo tempo, vasto e incalculável teia de pressuposições que têm que ser satisfeitas se uma asserção atua vai ter qualquer sentido, isto é, válido ou inválido (...) o mundo da vida é, por assim dizer, o lugar transcendental onde se encontram falantes e ouvintes, onde podem erguer reciprocamente pretensões de que suas asserções se adequam ao mundo (objetivo, social ou subjetivo) e onde eles podem criticar e confirmar essas pretensões de validade, acertar seus desacordos e chegar a acordos.

Habermas apud Boufleuer (1997:24) destaca o saber comum, considerado como aquele *"... saber que funda acordo, sendo que tal acordo constitui o resultado de um reconhecimento intersubjetivo de pretensões de validez susceptíveis de crítica. Acordo significa que os participantes aceitam um saber como válido, quer dizer, como intersubjetivamente vinculante"*.

Ao contrário, no agir estratégico *"... o ator não vê no companheiro da interação um sujeito com o qual é possível estabelecer um acordo intersubjetivo (...) sua opção será agir sobre ele, de induzí-lo a aceitar uma convicção como válida (...) o que importa é a busca do êxito"*.(p.24).

Os modelos de racionalidade que permeiam cada tipo de ação são: racionalidade comunicativa (normas que se orientam para a construção da vida intersubjetiva) e racionalidade estratégica (fundamentada num saber empírico que aponta para as condições necessárias a uma intervenção eficiente do ponto de vista causal, no mundo do estado de coisas existentes).

Conforme Boufleuer, a racionalidade de uma fala ou de uma ação, numa primeira impressão, pode estar na dependência da *"confiabilidade do tipo de saber que a fala expressa ou que a ação encarna"*. Habermas apud Boufleuer (1997:26) afirma *que "a racionalidade diz respeito nem tanto ao saber em si ou à sua aquisição, e sim à forma como os sujeitos capazes de linguagem e de ação fazem uso desse saber"*.

Os autores Cohen e Arato num artigo publicado em Avritzer (1994) cuja preocupação refere-se ao conceito de sociedade civil e à questão da ampliação da democracia em sociedades democráticas, utilizam o conceito de mundo da vida, afirmando que:

> Por um lado, o mundo da vida se refere a um **reservatório de tradições** implicitamente conhecidas e de pressupostos automáticos que estão imersos na linguagem e na cultura e utilizados pelos indivíduos na sua vida cotidiana. Por outro lado, o mundo da vida, contém três componentes estruturais distintos: a cultura, a sociedade e a personalidade. Na medida em que atores se entendem mutuamente e concordam sobre a sua condição, eles partilham uma tradição cultural. **Na medida em que eles coordenam suas ações por intermédio de normas intersubjetivamente reconhecidas, eles agem enquanto membros de um grupo social solidário.** Os indivíduos que crescem no interior de uma tradição cultural e participam da vida de um grupo internalizam orientações valorativas, adquirem competência para agirem e desenvolverem identidades individuais e sociais. A reprodução de ambas as dimensões do mundo da vida envolve processos comunicativos de transmissão da cultura, de integração social e de socialização. (grifo nosso)

Portanto, o mundo da vida caracterizado como um reservatório de tradições e de caráter não problemático, torna-se o espaço das inovações e (re)elaborações de saberes, quando é desenvolvida a ação comunicativa entre os participantes de uma comunidade ou, no caso, um movimento social.

Martins (1992) enfatiza as inovações culturais e os saberes de emergência, nas áreas de luta, afirmando que as roças comunitárias, por exemplo, constituem-se numa inovação cultural que tem o significado de resistência no processo de luta. Afirma que o saber de emergência tem duração conjuntural e provisória, mas que significa constante recriação e reinvenção cultural. Assim, o autor nos fornece os elementos "inovações culturais" e "saberes de emergência" para pensar a práxis dos assentados, que muitas vezes são denominados de artesanais e tradicionais, uma representação que possui o significado de velho e arcaico. No entanto, é a análise das práticas e das representações que os assentados possuem sobre o modo de produção no assentamento, que nos permitirá entender como é que os mesmos criam e recriam as alternativas de produção, tanto nas áreas individuais, quanto nas coletivas.

Grzybowski (1984:50) utiliza a categoria saber social para referir-se a um *"conjunto de conhecimentos e habilidades, valores e atitudes que são produzidos pelas classes sociais em uma situação histórica dada de relações, para dar conta dos seus interesses"*. Damasceno (1992) preocupada em discutir a construção do saber social do camponês[20], a partir da análise de sua prática produtiva e política,

---

20 - Damasceno(1990) define classe camponesa e a categoria camponês a partir das seguintes características: "possuir como atividade básica a pequena produção familiar do tipo camponês, onde o agricultor detém a posse ainda que parcial e nominal dos meios de produção (...) os mesmos não formam um grupo totalmente homogêneo". Define subgrupos de camponeses, a saber: campones pobres (não possui terra suficiente para o sustento da família); semi-proprietários (posseiros) e pequenos proprietários. Queiroz (1976) destaca algumas características para definir camponês, dentre elas: trabalho familiar e cultivo de pequenas áreas; diversificação de culturas conforme as necessidades; família representa detenção de posse, consumo e trabalho; questão da subordinação em relação ao espaço urbano, relação com o mercado - comercialização de excedentes e aquisição de bens não produzidos na unidade. Outros autores apresentam discussões sobre o termo camponês, dentre eles destacamos Shanin (1990); Poli (1995) em específico o capítulo 2 de sua dissertação de mestrado, onde resgata os autores que contribuem para a conceituação de camponês; Woortmann (1995) especialmente o capítulo 1, em que discute teorias sobre o campesinato. Diante das características apresentadas pelos autores, na conceituação de camponês e campesinato, não podemos afirmar que todos os "sem-terra" são camponeses. No caso específico do Paraná, a grande maioria dos beneficiários da Reforma Agrária é filho de pequeno proprietário, mas sofreram o processo de expropriação/expulsão capitalistas, tornando-se arrendatários, assalariados e trabalhadores em esquema de porcentagem, ou seja, ao longo de sua trajetória deixaram de possuir a terra; em alguns casos, os meios de produção; a família deixa de ser o centro de decisões sobre o que e como produzir, entre outros. Não são caracterizados como "camponeses" no sentido tradicional da palavra, seriam "novos pequenos proprietários", termo utilizado por D'Incao (1993), inseridos em relações de trabalhos coletivas e empresariais; familiares de produção; associativas; cooperativas e com uma trajetória específica de luta, ou seja, a participação num movimento social organizado nacionalmente. Poderíamos dizer que existe uma parcela de assentados que apresentam características que são atribuídas aos camponeses, no entanto, existe uma outra parcela que está inserida em relações empresariais de produção, tais como os coletivos e CPAs do MST. Estão inseridos numa "sociedade global" e num movimento também interligado mundialmente, através das Ongs, internet, meios de comunicação, em geral.

destaca três dimensões do que denomina de saber social. A primeira dimensão refere-se ao saber que é *"produzido coletivamente no processo de trabalho, nas relações de trabalho, na prática organizativa e política, sendo então apropriados pelos camponeses"* (p.38). A segunda dimensão é denominada de *"saber hierarquizado pela prática social do grupo (...) um saber dinâmico, vivo, que modifica-se em decorrência das mudanças históricas que ocorrem na agricultura e nas lutas sociais que têm lugar no campo"* (p.38). A terceira dimensão, refere-se à força do saber social, que *"reside em ser instrumento da prática social, permitindo ao grupo inserir-se em determinadas relações econômicas, políticas e culturais"* (p.38).

Portanto, Damasceno nos aponta alguns elementos para pensar o saber do sem-terra, ou seja, questionar em função de quais saberes eles organizam as formas de produção. Serão saberes construídos coletivamente, ao longo do processo de luta? Serão saberes estratégicos, construídos em determinados contextos conjunturais? Ou ainda, serão saberes técnicos apreendidos em cursos de formação?

Grzybowski (1991:60) afirma que *"através dos movimentos, os trabalhadores rurais rompem com o seu isolamento geográfico, social e cultural. Inserindo-se num mundo mais amplo, aprendem a reconhecer as formas de vida, a buscar alianças e a prestar solidariedade. Também, no movimento aprendem a conhecer seus adversários, suas táticas, suas organizações"*.

Os aprendizados destacados por Grzybowski ocorrem no cenário da práxis coletiva (acampamentos, manifestações, assembléias, confrontos, etc) e resultam em dimensões individuais de aprendizagem. Como destaca o próprio autor, *"todos estes aspectos são muito enfatizados pelos trabalhadores rurais de diferentes movimentos quando falam de sua história de vida e de sua participação"*(p.60).

Grzybowski, destaca a formação do saber social resultante da prática de luta e da cultura do grupo, quando afirma que *"a continuação da prática e o acúmulo de experiência permitem um salto na consciência, na socialização política"*.

No contexto do MST podemos distinguir três tipos de práxis oriundos de saberes diferenciados entre os sem terra: a práxis da liderança, resultado de longos cursos de formação, a vivência em espaços de agir comunicativo, onde são estabelecidos consensos sobre objetivos, atuação, produção de materiais divulgadores das propostas do MST. A práxis do assentado não liderança, resultado

de suas experiências no cotidiano - saber empírico, intuitivo - com objetivos relacionados à família em primeiro lugar. A práxis presente no movimento social, resultado das experiências dos dirigentes, dos resultados obtidos com as atitudes estratégicas e da relação com a base do movimento, manifestada nos grandes atos, caminhadas, ocupações, entre outros.

Gaiger (1994) referindo-se à diversidade cultural do campesinato, utiliza o conceito de ethos para se referir a uma *"... sabedoria implícita, ao domínio de um conjunto de informações, de códigos e de modalidades mentais operacionais, adquiridos ao longo das experiências de vida, as quais produzem e deixam aos indivíduos, num lento processo de sedimentação, um conjunto de saberes, um senso prático determinado" (p. 179 - 180).*

O referido autor comenta três modelos de ethos que demonstram a heterogeneidade do sem-terra pertencente ao MST, a saber: o ethos parcelar; o ethos militante e o ethos do trabalhador rural, que se distinguem pelo maior ou menor envolvimento do sujeito no movimento social. Quanto maior a vivência em setores do MST, como membros eleitos, maior a ênfase no trabalho coletivo ou associativo (característico ethos militante e do trabalhador).

Adotamos a concepção de práxis utilizada por Hurtado (1993:45) como *"uma concepção que integra em uma unidade dinâmica e dialética a prática social e sua pertinente análise e compreensão teórica, a relação entre a prática, a ação, luta transformadora e a teoria que orienta e ajuda a conduzir a ação"*. E, Kosik (1976:220) quando afirma que *"o homem supera (transcende) originalmente a situação não com a sua consciência, as intenções e os projetos ideais, mas com a práxis (...) com o seu agir o homem inscreve significados no mundo e cria a estrutura significativa do próprio mundo"*.

Tomando como referência as categorias práxis e saberes sociais, poderíamos refletir sobre a construção de uma nova cultura política, a partir da atuação do MST, que propicia ao indivíduo o sentimento de pertencer à sociedade, na forma de participação em todas as pressões/manifestações exercidas pelo movimento social; mas principalmente, em termos dos valores e atitudes cotidianas, que são recriadas a partir da inserção nos coletivos da organização. Um conjunto de conhecimentos que se constrói no processo de interação vivido na luta e, que se

manifesta em novas formas de atuação, de pensamento, de participação na sociedade e de re-organização do cotidiano.

Enfim, o mundo da vida seria o cenário onde acontecem as relações interativas entre os sem-terra; as negociações políticas; o desenvolvimento das formas de luta; os sentimentos com relação à derrota ou à conquista de um determinado objetivo. Porém, é no mundo da vida, através da ação comunicativa – espaço das conversas e aprimoramento das opiniões – que as pessoas constróem conhecimentos que possibilitam um olhar crítico sobre a realidade vivida e, através do espaço interativo construirão diferentes práxis, ora mais voltadas para idéias coletivas, ora resgatando costumes e tradições, no interior da comunidade. Portanto, é no âmbito do mundo da vida, enquanto espaço de experiências, de construção de conhecimentos que as decisões sobre a organização da produção ganham formas diferentes e objetivos distintos, tais como a dimensão do econômico-político, enquanto estratégia do MST, para a continuidade da luta, ou a dimensão sócio-econômica, em termos das conquistas e desejos da família assentada. É no âmbito do mundo da vida que novos conhecimentos, práticas, símbolos e palavras de ordem são construídos e consolidados, resgatando tanto a dimensão cultural dos sujeitos da luta, quanto a dimensão ideológica da luta do Movimento.

Assim, no contexto do mundo da vida, a **resistência** enquanto sobrevivência e enquanto fato histórico se consolida. Por exemplo, os acampamentos de sem-terra que denunciam uma necessidade imediata e constroem história, evidenciando as desigualdades sociais e a concentração fundiária, para citar alguns elementos. Fernandes (1996:238) afirma que o *"acampamento é na sua concretude o espaço de luta e resistência, é quando os trabalhadores partem para o enfrentamento direto com o estado e com os latifundiários"*.

A resistência se manifesta enquanto atitude de contestação de uma situação; reivindicação de condições objetivas de vida, sejam materiais ou direitos relativos à cidadania e, recriação de alternativas para superar determinadas condições de vida. Chauí (1986) destaca os processos de resistência existentes no contexto da sociedade brasileira destacando que, ao longo de nossa história, a classe popular não esteve o tempo todo submissa à elite política e econômica, ou seja,

evidencia os momentos de contestações e construção de uma cultura popular da resistência.

Ao longo de nossa pesquisa procuramos destacar tanto o processo de resistência desencadeado pelo MST, através das manifestações nacionais e estratégias de luta pela terra, quanto as resistências enquanto atitudes dos sujeitos do Movimento com relação às propostas desenvolvidas por lideranças do mesmo, como por exemplo, a resistência referente à participação nos modelos coletivos de produção. Tal resistência torna-se "inovadora" quando os assentados, a partir das desistências do sistema coletivo, recriam novas formas de organização da produção.

b) Participação política e social.

"As práticas dos movimentos sociais educam para a participação social" (Grzybowski,1991)

A categoria participação torna-se fundamental para entender a práxis do Movimento como a dos indivíduos que o constituem. A dimensão política pode ser entendida tanto no plano micro das relações, como macro, onde o Movimento se fortalece para participar da correlações de forças do sistema político. No âmbito micro, o desenvolvimento da participação nos coletivos do Movimento, como nas grandes manifestações, fortalece o sentimento de que é possível realizar conquistas, a partir da atuação do Eu (sujeito) no grupo. A dimensão social da participação, em termos de MST, é destacada nas bandeiras de luta e manifestações contra a exclusão social, por exemplo, no entanto, a participação social depende de fatores externos, como do contexto conjuntural, quanto de fatores internos, como o nível de clareza que as pessoas possuem sobre seus direitos e importância da participação. Na seqüência, apresentaremos algumas idéias que contribuem para pensar a participação no contexto do MST.

Lima (1980) se preocupa em analisar as situações cotidianas em que vivem as pessoas, para então buscar as formas de participação dos indivíduos, bem como seus significados tanto conjunturalmente quanto em relação ao grupo social a

que pertencem. A autora não parte de uma dicotomia entre participantes ativos e passivos, ela afirma que *"o cotidiano das pessoas é constituído por ações sociais, por relações com o sistema, por pensamentos e ações, por idéias e valores. Participam do mundo através do trabalho, da reprodução, de relações sociais variadas. Ao mesmo tempo que o sistema limita suas formas de participação, elas, de alguma forma, também marcam o sistema"(p.38).*

Ammann aponta algumas condições para o desenvolvimento da participação, afirmando que a participação *"constitui-se num processo dialético, numa prática quotidiana, que obviamente carece de requisitos para sua demarragem e sua consolidação. A intensidade da participação social pode ser ampliada ou reduzida em decorrência de condições propiciadas a nível societal e ainda por razões que se colocam na área da conscientização"*(p.27). Uma das condições para a participação refere-se ao nível *societal "o processo participativo, além de seu determinante fundamental – o modo de produção – depende igualmente das orientações do Estado , no sentido de criar ou não mecanismos de acesso às ações e decisões relativas à sociedade global"*. A condição está relacionada ao nível de conscientização, ou seja, o nível de compreensão que os indivíduos possuem das relações sociais construídas em uma sociedade e sua atuação crítica sobre tais relações. Conforme afirma a autora, os elementos organização, motivação, informação e educação inscrevem-se como condição do processo participativo. Entretanto, *"... em geral não há participação sem organização, mas nem toda organização propicia a participação social"*(p.43).

As autoras Ammann e Lima estão preocupadas com a participação das pessoas na sociedade em geral, enquanto que Pateman detém-se, em específico, na participação dos trabalhadores no interior de empresas, discutindo a questão da gestão democrática. Destacaremos algumas concepções de Pateman, uma vez que podem nos auxiliar na compreensão da participação no contexto das Cooperativas Coletivas, que conforme o MST, caracterizam-se como formas empresariais de produção.

Pateman (1992:95) distingue três tipos de participação, a saber: pseudoparticipação como a situação em que não há participação na tomada de decisões, ou seja, as pessoas são levadas a aceitar decisões já tomadas pela

administração. Como exemplo, a atitude de informar aos empregados sobre uma decisão, permitindo que eles discutam e questionem o próprio supervisor, criando, assim, um sentimento de participação. Participação parcial, onde os trabalhadores *"não têm igual poder de decisão sobre o resultado final do que se delibera, podendo apenas influenciá-lo (...) é um processo no qual duas ou mais partes influenciam-se reciprocamente na tomada de decisões, mas onde o poder final de decisão pertence a apenas uma das partes"*(p.97). Participação plena, *"situação em que não existem dois lados com poderes desiguais de decisão, mas um grupo de indivíduos iguais que têm de tomar suas próprias decisões a respeito da atribuição das tarefas e execução do trabalho"*(p.98).

A autora salienta que o nível de informação é uma condição essencial para que ocorra a participação, ou seja, os trabalhadores precisam ter informações suficientes para fundamentarem suas decisões.

Em termos de assentamentos rurais, D'Incao e Roy (1995) salientam a importância da construção de espaços realmente democráticos no interior do assentamento rural, dos coletivos de produção. Reforçam a necessidade do desenvolvimento de autonomias entre os participantes do coletivo de produção e do próprio movimento, para que se construa uma sociedade democrática.

Tragtemberg (1987) refere-se à participação como *"democratização radical da sociedade (...) qualquer ação que aumenta a autonomia, a iniciativa, a participação real, a solidariedade, as tendências igualitárias e a auto-organização dos trabalhadores"*(p.22-23)

Gohn (1988) estabelece uma distinção entre os termos participação, co-gestão, auto-gestão/autonomia, afirmando que a participação tem o significado de presença em atividades que já existem com suas estruturas e finalidades. Ao mesmo tempo em que ela contribui para a dinâmica do processo em ação, tendo em vista que os indivíduos não são neutros, nem passivos. Aponta dois tipos de participação: a participação real, no sentido de que dá origem ao novo, negando os termos colocados pelo instituído. Emerge da constatação de profundas contradições na sociedade. A participação formal, de caráter legalista, dá origem a novidades e não ao novo, leva à reforma e não a transformações. Sobre a co-gestão, a referida autora afirma que se *"constitui na alternativa mais avançada de trabalhar os conflitos, inserindo os*

agentes envolvidos num mesmo processo, que se diz neutro e busca assentar-se nas premissas do bem-estar geral". Restringe-se a opiniões e a consultas, um exemplo de co-gestão seriam os conselhos populares. Diferentemente da co-gestão, a auto-gestão é *"constituidora de práticas que objetivam a superação da participação no sentido de um mero compartilhar, colocando participação nos termos dos processos de planejar, gerir e controlar, segundo sua ótica de interesses"*.

Gohn mostra que a auto-gestão implica num processo que exige autonomia dos grupos envolvidos, no sentido de colocarem suas demandas livremente, com independência. Não se constitui num processo apenas consultivo e opinativo, mas sim deliberativo e normativo. Exige consciência política de quem participa, além de levar à formação e ao desenvolvimento da consciência, devido ao caráter pedagógico de suas práticas.

Com relação à autonomia, a autora enfatiza que esta não é negociável e que na auto-gestão vive-se o pleno exercício da autonomia. *"A transição para a auto-gestão não se limita às transformações políticas e econômicas (luta pela conquista dos meios de produção). É necessário a transformação cultural, a ser operada sobre a consciência de todos, de tal forma que as identidades se aglutinem em projetos político-culturais e expressem a vontade coletiva de seus agentes constituintes"*(Gohn, 1988:41).

Gohn (1998), discutindo a participação neste final de milênio, destaca que nos anos 80, a participação consistia na ocupação de espaços públicos com objetivo de se fazer ouvir – vozes diferentes das que estavam no poder. Nos anos 90, começam a emergir mudanças na cultura política da população, advindas das experiências construídas nas associações de moradores, nos movimentos sociais. Como afirma Gohn, *"a mudança gradual e lenta da cultura política é fator resultado do exercício da cidadania, sob a forma ativa, aquela que opera via a participação dos cidadãos de forma que interfere, interage e influencia na construção dos processos democráticos em curso nas arenas políticas, segundo os princípios da equidade e da justiça, e tendo como parâmetros o reconhecimento e a vontade expressa na universalização dos direitos"*(p.13).

Entendemos por participação nos assentamentos, o envolvimento dos assentados nas atividades relacionadas à elaboração e à gestão das formas de

produção. Estamos partindo do pressuposto que a maioria dos assentados vivenciaram o processo de participação na luta pela terra – experiência nos acampamentos, caminhadas, manifestações. Estamos, portanto, questionando até que ponto a experiência de participação no processo de luta pela terra influencia a participação – enquanto organização e decisão – sobre as formas de produção. Nos referimos à participação em âmbito micro, destacando a atuação das pessoas seja nos coletivos de produção seja nas formas associativas. No âmbito macro, questionamos o como os assentados vêem sua participação no contexto da sociedade e das questões agrárias/agrícolas, em específico.

A participação dos indivíduos no processo de luta política e nos espaços comunicativos do MST, propicia o aprendizado prático de como conquistar seus objetivos; a consciência de que participar em grupos, movimentos, etc. propicia o acesso a conhecimentos fundamentais para a (re)elaboração de práticas cotidianas, bem como para o redimensionamento dos costumes e das relações familiares. Ou seja, a condição de participante de um movimento social pode contribuir para a construção de uma nova cultura política, a partir do momento em que cada sujeito repensa sua prática e exercita o questionamento constante das decisões políticas, em âmbito nacional. Podemos inferir que o MST contribui para a construção desta nova cultura política. Como afirma Grzybowski (1991:60):

> O resgate político da cultura popular no campo, abrindo possibilidades para a sua renovação, é um ponto a destacar no processo de socialização decorrente dos movimentos (...) é o ponto de partida para se pensar os valores, símbolos e formas de uma cultura política diferente que se consolida no campo, aqui e ali, com matrizes da gente que vive na região, certa autonomia de iniciativa e ação, a valorização de seu jeito de ser, a descrença em partidos e no Estado, e a consciência de que direitos não se ganham mas se conquistam, dão vida e forma aos movimentos sociais.

Na seqüência destacaremos alguns autores que contribuem para a reflexão sobre cultura popular e cultura política.

c) cultura popular e cultura política

Partimos da idéia de Thompson (1998:22) de que "*cultura é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas*". Conforme destaca o autor, os componentes do termo cultura que precisam ser examinados para entender o *feixe* são: *"ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento dos costumes sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho"*.

Vivian Schelling (1990) na primeira parte de seu livro "A presença do povo na cultura brasileira" discute três conceitos de cultura.

1) Cultura entendida como "*uma esfera superior e separada da atividade humana*". Cultura vista como um produto resultante das relações materiais. Autocriação humana concebida conforme a lógica do processo tecnológico, visando uma transformação na organização da produção.

2) Cultura entendida como um 'modo global' de vida, tornando-se um "*substantivo coletivo para padrões de comportamento socialmente adquiridos através da tradição: linguagens, costumes, crenças e instituições (...) um fenômeno supra individual (...) aprendida, partilhada e adquirida, tornando-se permanente através do tempo e independente de seus portadores*" (pp. 27-28)

3) Cultura como práxis, onde o homem, ser natural, através da interação com a natureza e da interação comunicativa entre os indivíduos e sua organização social, se adapta ao mundo e o transforma.

Nesse conceito, de cultura como práxis, se destaca a relação social, consequentemente, a relação dominante/dominado. Assim, "*a produção cultural da sociedade está intimamente vinculada às relações de poder econômico, político e ideológico na vida social entre grupos, classes, nações e civilizações dominantes e subordinados*".(pp.36-37)

Essas três concepções de cultura foram destacadas apenas com intuito de contextualizar nosso entendimento acerca da mesma. Assim, creio que aqui não é o momento de refletir a origem epistemológica/filosófica de cada conceito, seja ele idealista, metafísico, materialista, etc, mas apenas explicitar que ao analisar a cultura

popular dentro do MST, prevalece o terceiro conceito de cultura, esta enquanto práxis transformadora.

Como afirma Caldart (1987) *"Em qualquer momento de sua vida em sociedade, o povo vive a contradição de ser expropriado cultural ao mesmo tempo que o sujeito de uma cultura alternativa, sua resistência ao próprio processo de marginalização cultural e social. Mas quando participa de um movimento social, ou seja, quando assume política e organizadamente o seu confronto com a estrutura social responsável por essa contradição, ela aparece mais nítida e acirrada porque a circunstância exige que seja assumida e superada".* (p.141)

O autor Canclini se refere a cultura popular no plural, destacando a variedade de formas que esta pode assumir. Assim, alega que as culturas populares "*se constituem por um processo de apropriação desigual dos bens econômicos e culturais de uma nação ou etnia por parte dos seus setores subalternos e pela compreensão, reprodução e transformação, real e simbólica, das condições gerais e específicas do trabalho e da vida*". (1983:42)

As diferentes categorias de trabalhadores que se denominam sem-terra, vivenciam situações concretas semelhantes (expropriação, violência). São acima de tudo, Sem-Terra; sem acesso ou com dificuldades de acesso à instituições de escolarização ou espaços destinados à divulgação/socialização da cultura dominante.

As atividades culturais desenvolvidas pelos sem-terra, em sua maioria, se constituem em protestos, denúncias acerca da realidade rural e geral do Brasil. São também, resgates históricos sobre a vivência na terra.

Como afirma Caldart "*os espaços de reprodução da cultura hegemônica e de produção de cultura própria estão de tal maneira interpenetrados, já que são integrantes de um mesmo processo social de vida cotidiana...*"(1987:39)

Essa afirmação pode ser ilustrada com a música "A Terra", autoria de Bogo, bem como nos referir a cultura erudita e cultura popular como formas não excludentes de cultura.

"Terra não é capital, É fator de produção, Não deve haver salário, pra quem cultiva o chão, pois a terra é de todos, ela é livre sem patrão.
Pelas correntes da lei, a terra foi segurada, tornou-se escrava dos grandes, sendo medida e cercada, da cerca brotou a fome e fez do pobre a sua morada.

Pessoas escravas na terra, acha-se em todo lugar defendidos pelas cercas os patrões vivem a explorar, da cerca nasceu a morte, não deixando o pobre entrar.
Da terra nasce a vida, Ela é mãe dos naturais, acolhe todos os filhos e nem um deles quer mais, a cerca é mãe da morte torna os filhos desiguais.
Mas na nova sociedade, as cercas são derrubadas, a fome cai com as cercas, as divisas são tiradas, terra é mãe se está sem cerca, com cerca é mãe fracassada". (Bogo, 1992)

A música, ao mesmo tempo que denuncia uma realidade (terra cercada, fome, pessoas escravas), propõe alternativas para uma sociedade menos injusta (cercas derrubadas, fome cai...). São as experiências do dia-a-dia no processo de luta, as relações sociais vivenciadas, atreladas às discussões/assessorias sobre a situação agrária do país, que enriquecem a produção cultural por parte desses sujeitos.

A produção cultural dos sem-terra está ligada à criação de poesias[21], músicas, festas de comemoração da vitória (conquista da terra) ou da produção agrícola, entre outras. É uma produção cultural contestadora. Contestadora porque é educativa. Educativa porque está relacionada com a prática enquanto práxis (ação-reflexão-ação).

Como afirma Brandão, "*no campo, valem mais as cerimônias de reconhecimento de um nós local, como nas festas de santo padroeiros, e de associação da biografia individual ao ritmo e ao sentido da vida comunitária, como no batizado, no casamento e no velório. E,mesmo a partir do que acontece com a própria pessoa individual, quando ela se festeja ou é festejada, que emerge clara a idéia tão antiga e atual de que a festa é uma **fala**, uma **memória** e uma **mensagem***". (1989:8)

Pensar a festa como uma fala, memória e mensagem, no contexto do movimento popular de luta pela terra, é denunciar uma situação de injustiça social e tornar público as conquistas e repressões dos trabalhadores. Na festa fica evidente o caráter coletivo, comunitário e solidário da luta pela terra.

A festa resgata os elementos da cultura (valores, modos de pensar, agir..) de um mesmo povo - sem-terra; contribui para a consolidação da identidade coletiva, manifestando portanto, o caráter educativo da festa, do movimento social.

---

[21] - vide o livro de Roseli Caldart intitulado "Sem Terra Com Poesia", publicado pela editora vozes, 1987, analisando as poesias produzidas pelos trabalhadores rurais sem terra, enquanto uma produção cultural e educativa de tal movimento.

Assim, a identidade sócio-cultural e política vai sendo (re)construída nesse contexto de interação comunicativa; nesse contexto educativo.

As "caminhadas" realizadas pelos sem-terra, vão desde grandes percursos até às pequenas distâncias. Constituem-se numa das formas de protesto e de tornar pública a luta pela terra e, ao mesmo tempo, de resgate dos valores religiosos do povo, uma vez que a origem das caminhadas está ligada às festas religiosas, novena, missa e procissão. Assim, a cultura popular é (re)construída através da práxis; das relações sociais mantidas dentro do movimento social e, deste com a sociedade como um todo.

A partir das reflexões sobre a cultura popular, em específico no contexto do MST, destacamos a **solidariedade** enquanto dimensão e matriz cultural da práxis do MST. A solidariedade Manifesta-se nas ocupações (mutirões; ajuda dos assentados aos acampados, através da doação de alimentos; divisão das tarefas; distribuição da alimentação, entre outros), nas manifestações (unidade do grupo heterogêneo em relação aos objetivos da manifestação), caminhadas e, principalmente no espaço da mística (os símbolos e palavras de ordem envolvendo dimensão subjetivas dos envolvidos e objetivas do processo de luta). Conforme afirma Gohn (1997b:253) *"o princípio da solidariedade é o núcleo de articulação central entre os diferentes atores envolvidos, a partir de uma base referencial comum de valores e ideologias construídos na trajetória do grupo, ou advindo dos usos e tradições e compartilhados pelo conjunto".*

Destacamos a dimensão da cultura popular e a solidariedade, no contexto do MST, com intuito de caracterizá-las como espaços de resistência construídos ao longo do processo de luta. Ao mesmo tempo, utilizamos a concepção de Bobbio, Matteucci e Pasquino, para referimo-nos à cultura política[22]

---

[22] - Bobbio; Matteucci e Pasquino(1991,p306-308) afirmam que o termo cultura política tem sido utilizado para designar "o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos [...] compõem a cultura política de uma certa sociedade os *conhecimentos*, ou, melhor, sua distribuição entre os indivíduos que a integram, relativos às instituições, à prática política, às forças políticas operantes num determinado contexto; as *tendências* mais ou menos difusas, como por exemplo, a indiferença, o cinismo, a rigidez [...] finalmente, as normas como, por exemplo, o direito-dever dos cidadãos a participar da vida política, a obrigação de aceitar as decisões da maioria...". Os autores afirmam, ainda, que em termos de macroanálise de uma sociedade global podemos falar em cultura política, entretanto não devemos caracterizá-la como algo homogêneo. "... a cultura política de uma dada sociedade é normalmente constituída por um conjunto de subculturas [...] um conjunto de atitudes, de normas e valores diversos, amiúde em contraste entre si".

como um conjunto de conhecimentos, valores, normas, crenças e atitudes sobre fenômenos políticos, compartilhado pelos componentes do MST, em específico, os assentados – indivíduos que passaram pelo processo de luta, seja acampando, participando de manifestações, abaixo assinados entre outros.

Moisés é um dos autores brasileiros que, em vários artigos, discutiu a questão da cultura política, definindo-a *como "um conjunto de valores, orientações e atitudes políticas entre os diferentes segmentos em que se divide o mercado político e resulta tanto de processos de socialização, como da experiência política concreta dos membros da comunidade política"* (1992:7).

Gohn (1992) analisa a cultura política gerada pela CONAM – ANAMPOS E PRÓ-CENTRAL dos movimentos populares, partindo do esquema proposto por Bobbio, Matteucci e Pasquino. Ou seja, destaca os conhecimentos, os valores políticos, as normas e mecanismos de organização dos movimentos, as correntes de pensamento consideradas como fundamentos e os símbolos e linguagem utilizados pelos movimentos.

Almond e Powell Júnior (1980:37) definem cultura política como:

> O padrão de atitudes e orientações individuais com relação à política compartilhadas por membros de um sistema político (...) esses aspectos individuais incluem: (a) orientações cognitivas como o conhecimento, preciso ou não, de objetos e credos políticos; (b) orientações afetivas, como os sentimentos de ligação, envolvimento, rejeição e outros, a respeito de objetos políticos; e (c) orientações avaliativas, como os julgamentos e opiniões sobre objetos políticos, que usualmente envolvem a aplicação de padrões de valores aos objetos e fatos políticos.

Os referidos autores afirmam que é possível falar em subculturas políticas, ou seja, um conjunto de atitudes, normas e valores diferentes segundo o nível de educação, grupo étnico, localização geográfica, posição econômica e social, e fé religiosa. A socialização política *"é o processo pelo qual as culturas políticas são mantidas ou transformadas"* (Almond e Powell Jr, 1980:46)

No Brasil, há predomínio de uma cultura política discriminatória, excludente e centralizadora, seja no interior da família, da escola seja veiculada nos meios de comunicação. São séculos de subordinação do trabalhador ao empregador; do aluno ao professor; dos meios de comunicação a serviço de uma classe social; de

atitudes clientelísticas diante dos excluídos. Nesse contexto, o movimento social popular se caracteriza pela reivindicação de direitos sociais, de cidadania, contra a exclusão social. Entretanto, nos anos 90, em específico o MST, que conquistou grande destaque, tem centralizado decisões e propostas entre as lideranças consideradas nacionais ou estaduais, num processo de desenvolvimento de ações estratégicas – com o objetivo de criar fatos políticos – e não ações comunicativas – que buscariam a emancipação político-cultural tanto dos sem-terra, quanto dos assentados – aqueles que já conquistaram a terra. Falamos em ação estratégica, termo habermasiano, para designar as ações orientadas para o êxito, para atingir objetivos coletivos, independente da vontade individual, ou seja, pouco importando a heterogeneidade. Ação comunicativa refere-se à construção de um espaço dialógico, onde possa haver o reconhecimento intersubjetivo dos objetivos e das ações a serem empreendidas.

Mainwaring e Viola (1987:107-108) definem cultura política como "*os valores políticos que provêm a base tanto do discurso e das ideologias políticas como da prática política (...) As culturas políticas representam configurações de valores formados historicamente, e não escolhas valorativas dos atores individuais autônomos*".

Os autores distinguem cinco tipos de culturas políticas, a saber: autoritária de direita, que combina o autoritarismo político com o elitismo social; a autoritária de esquerda, que combina igualitarismo social e autoritarismo político; a semidemocrática, que tem uma atitude instrumental em face da democracia; democrática liberal, que defende a democracia representativa de um ponto de vista não instrumental; democrática radical, que combina a crença na democracia política com a preocupação com o igualitarismo social. Afirmam que a cultura política da sociedade brasileira foi reforçada por formas de autoritarismo social, ou seja, "*o autoritarismo não tem sido característica apenas da vida política, mas marcou muitos aspectos das relações sociais*"(p.125).

As características da democracia brasileira na metade dos anos 80 e 90, conforme (Avritzer,1996), apontam para a "*persistência de um comportamento não-democrático das elites políticas (...) persistência de práticas não democráticas no nível micro (...) não aceitação da cidadania civil e social*". Em outras palavras, a

continuidade de um processo de decisões políticas nacionais e locais, distanciadas da consulta e das reais necessidades da população em geral.

Neste contexto, a predominância de uma cultura política da "descrença" popular com relação ao sistema político e aos representantes políticos, sugerindo, como afirma (Avritzer, 1996:128), *"um entendimento da democratização como um processo mais longo de transformação da cultura política e das relações Estado-Sociedade"*.

Avritzer (1996:137-138) afirma que a democratização *"ocorre em países que possuem uma cultura política que levou à ruptura com a democracia (...) a análise da democracia deve levar em conta a cultura política anterior ao estabelecimento da democracia..."*. O autor supõe a existência de duas culturas políticas[23], no Brasil, apontando a disputa entre elas, no interior do sistema político.

Concordando com o autor, podemos afirmar que a existência de práticas "não totalmente autoritárias" com práticas "não totalmente democráticas" constrói valores, conjunto de experiências que faz com que os atores sociais vivenciem momentos de participação, contestação política e outros momentos de descrença, des-mobilização, sentimento de impotência diante da ação dos representantes politicos.

A cultura política, nos termos de Gohn (1997), *"se constrói ao longo da trajetória e não é mera herança das tradições passadas (...) se constrói a partir da experiência vivenciada no cotidiano"*(p.259)

Tomando como base a afirmação da autora, poderíamos refletir sobre o processo de construção da cultura política no Brasil, nos anos 80 e 90, lembrando que a democratização está atrelada à re-construção da cultura política. Vivenciamos uma "transição política", porém em termos culturais e no que concerne à cultura política, observamos que o quadro pouco mudou, predominam atitudes políticas de troca, assistencialismos, política de destruição (desgaste) dos movimentos sociais, sentimento de impotência popular diante das tomadas de atitudes neoliberais pelos representantes políticos.

---

23 - Uma cultura política não totalmente autoritária e outra não totalmente democrática. Para explicitá-las o autor faz a seguinte indagação: *"porque a ação cotidiana de atores políticos relevantes, tais como governantes, membros do sistema judiciário e da própria polícia não se orientam pela normatividade existente"*, demonstrando que existe uma cultura política que não é democrática, no interior da democracia, mas ao mesmo tempo não é totalmente autoritária.

A existência de duas culturas políticas em movimento suscita a presença de práticas de dupla face no cotidiano da sociedade civil e, em específico, dos movimentos sociais. Poderíamos pensar a existência de uma cultura política democrática em transição, constituída por dois ciclos, a saber: início da década de 80 – movimentação da população, greves, Diretas Já, "renovação" da participação popular no cenário político – crença na transformação; anos 90 – um retrocesso em termos de participação popular, relacionado ao processo econômico-político-social neoliberal, que desenvolve a idéia do indivíduo, do esforço pessoal, da cidadania individual, portanto, uma descrença no sistema político (enquanto processo decisório) e na mobilização coletiva como meio de realizar as conquistas.

Concordando com Benevides (1991:197) algo tem mudado em nossos costumes/crenças políticas; há necessidade de rever *"as convicções arraigadas sobre o desinteresse do povo pela política"*. Comenta uma pesquisa realizada sobre cultura política e consolidação democrática no Brasil, destacando de um lado, o eleitor hostil aos políticos, mas que acredita no regime democrático; de outro lado, a população concordando que a política é complicada, porém afirmando a capacidade do povo em *"opinar sobre como devem ser as leis no Brasil"*.

Retomando os autores que citamos neste tópico, cultura política, é preciso destacar algumas diferenças entre eles. Almond e Powell Júnior se preocuparam em pensar a cultura política tomando como referência o sistema político e o envolvimento dos indivíduos nas questões políticas, tais como o voto. Consideram o processo de socialização política fundamental para a formação das práticas, valores, conhecimentos e atitudes na orientação do comportamento político das pessoas. Mainwaring e Viola, referem-se aos valores historicamente formados, como fundamentais na configuração da cultura política. Avritzer refere-se aos comportamentos políticos não totalmente autoritários e aos não totalmente democráticos, como predominantes na sociedade brasileira, o que configura práticas historicamente construídas a partir de tais referências. Por exemplo, a descrença da população em geral, com relação ao sistema político e a representantes políticos corruptos, ao mesmo tempo em que temos práticas clientelistas e assistencialistas. Não poderíamos nos referir a um sistema totalmente autoritário uma vez que existem as instâncias de participação social, fóruns de discussões, as eleições diretas, entre

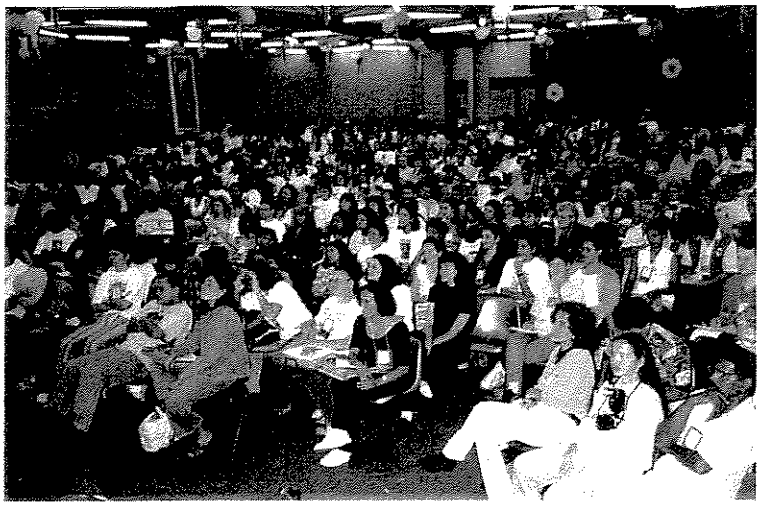
outros. Não seria uma prática totalmente democrática, tendo em vista a ausência de participação real dos indivíduos, como por exemplo, as recentes modificações políticas, sem a consulta da população – dentre elas os programas educacionais e o próprio processo de reeleição.

Em nossa pesquisa utilizaremos a concepção de Mainwaring e Viola, quando se referem aos valores historicamente formados e sua contribuição para uma nova cultura política. No caso do MST, estaremos exemplificando como que as práticas recentes contribuem para que os participantes se reposicionem no sistema político, lembrando, por exemplo, as avaliações que os assentados fazem sobre a atual conjuntura e a importância de continuarem organizados, ainda que não seja na forma de grupos ou cooperativas coletivas. As duas últimas décadas têm contribuído para a formação de valores e práticas participativas, que conforme Ammann, seriam influenciadas tanto pelo grau de conscientização, quanto pelas condições oferecidas pelo sistema político.

Supomos a presença de uma cultura política influenciada pela práticas atuais do MST – ocupação, manifestações, coletivos de discussão, entre outros – mas, ao mesmo tempo, permeada por elementos de experiências anteriores as quais foram formadas no contexto de uma cultura política "centralizadora" – onde um pequeno grupo decide o que é melhor para a sociedade, em termos culturais, sociais, econômicos e políticos. No contexto do MST e da formação de uma nova cultura política, poderíamos questionar até que ponto os elementos da cultura política "centralizadora" estariam influenciando a práxis do Movimento, por exemplo, ao considerar que a forma coletiva de trabalho é a ideal para os assentados, não estariam, os dirigentes, a partir de seus referenciais, decidindo sobre o que é **"melhor"** para o Outro. E a práxis dos assentados, o que nos indica?

Enfim, os teóricos referenciados ao longo deste capítulo nos fazem refletir sobre as experiências que os assentados vêm desenvolvendo, especificamente, no que se refere às formas organizacionais de produção. Esta experiência não se traduz apenas no fazer, mas no participar e no realizar os interesses que são particulares, numa conjuntura que impõe limites para a organização do novo modo de vida.

CAPÍTULO 2
MST: ORIGEM E PAPEL NA CONJUNTURA ATUAL



As três fotos ilustram "gente em movimento". **A primeira** delas foi tirada durante a 12ª Romaria da Terra, no assentamento "Ireno Alves dos Santos", município de Rio Bonito do Iguaçu, organizada pela CPT e MST. Destaque para o momento em que os Sem Terra se juntam para a missa de celebração da conquista da terra. **A segunda foto** ilustra os participantes da I Conferência Nacional "Por uma Educação do Campo", realizada em Luziânia, Go, em julho de 1998, onde o objetivo foi refletir sobre experiências e pensar uma proposta de educação no campo. A **terceira foto**, divulgada pelo MST, demonstra o movimento de luta por educação, dentro do MST. Momento em que foi simulado uma aula, em meio à rodovia, com objetivo de chamar a atenção da sociedade e dos governantes para a questão da educação, principalmente, no meio rural. Todas as fotos ilustram a participação como fundamento de uma práxis coletiva e constituidora da dimensão Resistência, no processo de lutas.

Foto 1: Maria Antônia de Souza
Foto 3: Celso Pinto
Fotos: Ermelindo Tadeu Giglio

CAPÍTULO 2 – MST: ORIGEM E PAPEL NA CONJUNTURA ATUAL.

1- O Brasil dos anos 70, 80 e 90 ... questão agrária e agrícola ... os atores sociais em cena.

Durante o regime autoritário-militar, no Brasil, o setor agropecuário brasileiro estava sofrendo transformações decorrentes da atuação do Estado no espaço agrário e no setor agropecuário, através da implantação de políticas agrárias e agrícolas[24].

Em termos das políticas agrícolas, o Estado, um dos atores presentes na realidade agrária e agrícola brasileira, tem destaque a partir de fins da década de 60 e decorrer da década de 70, quando foi estabelecido o crédito rural (fundiário, investimento, custeio e comercialização) foi, também, institucionalizada a pesquisa agropecuária, via criação da EMBRAPA e EMBRATER, a última responsável pelas atividades de assistência técnica e extensão rural. O Estado deu estímulo à produção agrícola (adubos, corretivos para o solo) e fortaleceu os canais de comercialização dos produtos agrícolas, via implantação da política de preços mínimos, do seguro agrícola e do estímulo ao cooperativismo.

No que se refere às políticas agrárias, a ação do Estado ocorre no sentido de redistribuição fundiária, via regularização das terras e implantação de assentamentos estaduais. Esses assentamentos estaduais tinham o objetivo de resolver os conflitos sociais locais. Guedes Pinto[25](1995) comenta sobre a política agrária no período de 1964 a 1994, destacando a partir da década de 50 a criação de órgãos que "cuidariam" da questão agrária, dentre eles: 1962 - Criação da SUPRA: Superintendência de Política Agrária; 1963 - Criação do Estatuto da Terra para

---

[24] vide José Vicente Tavares dos Santos, artigo publicado na Revista Perspectiva, Fundação SEADE, 1991.

[25] Vide Luís Carlos Guedes Pinto. Reflexões sobre a política agrária brasileira no período 1964-1994. In: Revista ABRA, n. 1, vol. 25, jan./abr. 1995.

normatizar as relações de trabalho no campo; 1964 - Decreto desapropria uma faixa de 10 km ao longo das rodovias, ferrovias e açudes construídos pela União.

Com o Estatuto da Terra, foram criados dois órgãos, um para cuidar da reforma agrária - IBRA (Instituto Brasileiro da Reforma Agrária) e outro para cuidar do desenvolvimento rural - INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola).

Em 1970, é extinto o IBRA e o INDA, criando o INCRA; 1980, criação do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF) e o Grupos Executivos de Terras Araguaia/Tocantins (GETAT e do Baixo Amazonas (GEBAM), posteriormente extintos; 1985, Criação do Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD).

É ao longo da década de 70 que o Estado incorpora novas terras ao setor agropecuário, implementando a política de colonização, vigente até 1985. O exemplo dessa política de colonização é a ocupação da Amazônia, bem como do Centro-Oeste por colonos oriundos principalmente da região sul do Brasil, atraídos pelo preço baixo das terras nessas regiões, demograficamente, pouco ocupadas.

Nessa década, a migração interna se caraterizou pela mudança de pessoas de área rural e de pequenas cidades do interior, em direção às grandes cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, entre outras. Esse fenômeno ocorreu tanto no interior da própria região como entre regiões, como é o caso do nordeste e sudeste, por exemplo.

Tavares dos Santos (1995) mostra que a partir da diversidade social e regional que caraterizou o Brasil da década de 70, em termos do agrário e agrícola, é possível reconhecer a emergência e consolidação de um movimento social de camponeses e trabalhadores rurais ao longo dos anos 80, produto da multiplicidade de lutas sociais que ocorreram em todo país. O autor agrupa essas lutas sociais em três eixos principais:

1- lutas sociais dos assalariados agrícolas, permanentes e temporários;

2- lutas sociais em torno das condições de comercialização dos produtos agrícolas;

3- lutas sociais pela posse da terra, consolidando a categoria dos sem-terra;

Essas diversas lutas contribuíram para a modificação de alguns sindicatos rurais assistencialistas para sindicatos reivindicativos, bem como contribuíram para a identificação de adversários comuns, dentre eles os grandes

proprietários e as agências do Estado e, atualmente, década de 90, outro adversário bastante fortalecido, o movimento dos trabalhadores rurais, categoria sem-terra.

Martins (1984) agrupa três frentes de lutas sociais no campo, definindo-as como:

1) os assalariados: a partir da 'abertura' política, iniciam uma luta sistemática pela concretização de seus direitos, na maioria das vezes, não cumpridos pelos fazendeiros. Essas lutas são mediadas pelo sindicato, tendo como instrumento principal de luta, a greve. Um exemplo desse tipo de luta pode ser ilustrado com a greve de trabalhadores de canaviais, cujos direitos, muitas vezes, ficam apenas no papel; trabalhadores que têm grande dificuldade de se organizar, uma vez que viajam horas e horas para chegar ao local de trabalho, quando as safras terminam, cada um volta para sua região de origem, são os trabalhadores temporários;

2) os posseiros: esses estão lutando contra um tipo de legalidade que garante a impunidade de grileiros e fazendeiros, aos quais dá condição de regularizarem, com mais facilidade do que os trabalhadores, a situação das terras que disputam. A luta dos posseiros é uma luta pelo instrumento de produção - a terra -, o problema central é a expropriação. É uma luta que põe em confronto o que é legítimo e o que é legal;

3) os sem-terra: distingue dois grupos de sem-terra. De um lado os sem-terra resultantes de construções de barragens nos grandes rios, principalmente na região nordeste. De outro lado, os lavradores sem-terra própria para trabalhar, tais como meeiros, pequenos arrendatários, filhos de pequenos proprietários, cujas terras são insuficientes para famílias extensas, como geralmente são as dos colonos do sul do país. Esse trabalhador sem-terra tem como alternativa de trabalho, proletarizar-se, como bóia-fria. Destaca a participação da igreja, início da década de 80, na região sul do Brasil, em apoio aos sem-terra, ao contrário do sindicato que acusava os sem-terra de estarem colocando em prática um sindicalismo paralelo.

As décadas de 60, 70 e 80, para o Brasil, significam um período de modernização da agricultura, desde a introdução de grandes maquinários à seleção de sementes, foi um salto tecnológico. Porém os sujeitos que participam desse salto, são os grandes proprietários, enquanto que os trabalhadores sem propriedades se vêem marginalizados, "população sobrante"[26] . Da noite para o dia, em termos de tecnologia, o Brasil teve um grande desenvolvimento na agricultura, porém, em termos da questão social, tais avanços tecnológicos contribuíram para o aumento de desempregados, trabalhadores temporários, migrantes, enfim, para a organização de

[26] Termo utilizado por José de Souza Martins.

um movimento social, que na década de 90, acelera as discussões acerca da Reforma Agrária no país, colocando em debate séculos de concentração fundiária.[27]

As décadas de 80 e 90, conforme Tavares dos Santos (1995), contextualizam a criação de um grande número de assentamentos no Brasil, valendo retomar a década de 70, período em que foram criados órgãos como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária); o PIN (Programa de Integração Nacional); o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste); o PROVALE (Programa Especial para o Vale do São Francisco); o POLAMAZÔNIA (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia; o POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento de áreas Integradas do Nordeste). Todos esses programas foram organizados pelo Estado, durante o período autoritário-militar, visando o desenvolvimento regional.

No final da década de 70 e início de 80, multiplicam-se as lutas sociais[28] , principalmente a partir da abertura política, lutas reivindicando o valor do produto, lutas pela terra, pelos direitos do trabalho, greves em regiões canavieiras, movimento dos desabrigados pela construção de barragens e expulsos pela modernização agrícola.

Ainda na década de 70, destaca-se o conflito igreja-Estado, pois em meados desta, década bispos são presos, por apoiarem a luta pela terra, enfatizando temáticas como diminuir a *pobreza, distribuir a terra, igualdade, fraternidade*, entre outras.

A partir de meados da década de 70, cresce o número de programas de colonização. O governo Sarney promulga o I PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária). Há a retomada da necessidade de Reforma Agrária e retirada do Estado da política de bem estar social no campo e a vinculação de camponeses às agroindústrias, via contratos de trabalho.

Durante a década de 80, os trabalhadores pressionam o Estado no sentido de participarem dos processos decisórios, bem como formalizam demandas

---

[27] Vide a popularização da luta dos sem-terra através das estratégias de luta; da mídia; do envolvimento de pesquisadores e atuação dos órgãos federais e estaduais, estes últimos dialogando sobre Reforma Agrária ou, melhor, "amenização dos conflitos no campo".

[28] Vide Medeiros, Leonilde Sérvolo de. História dos movimentos sociais no campo. RJ, FASE, 1989.

ao Estado, com intuito de viabilizar a política de assentamentos rurais, oferecendo condições de trabalho aos assentados - financiamentos agrícolas -, escolas, saúde e mais terras para os trabalhadores que se encontram em situação de acampados.

De um lado, o MST promete acelerar as discussões sobre a Reforma Agrária no país, de outro, há necessidade do Sistema Político enfatizar a questão agrária/agrícola no país, não somente do ponto de vista econônico-produtividade, mas também do ponto de vista humano, da qualidade de vida no assentamento rural.

Martins (1984:109) afirma que *"diversamente das relações e das lutas dos assalariados do campo, já institucionalizadas, nas lutas camponesas dos posseiros e dos sem-terra tendem a se definir como lutas circunscritas a um período de tempo, o tempo social de expropriação, mais curto e drástico do que o tempo social da exploração, cíclico, aparentemente repetitivo, em que as forças de sua desagregação se acumulam de modo invisível nas contradições do capital acumulado "*.

O autor destaca, neste contexto acima, que *"embora os conflitos sejam temporários, as mediações são duradouras (...) os resquícios de relações comunitárias, de concepções e de realidade cotidianas, excluídas das relações institucionais e das instituições, como sindicatos e partidos, acabaram revelando-se numerosos, significativos e suficientemente fortes para gerar grupos, movimentos sociais e até mesmo entidades de orientação oposta à orientação societária, contratual, institucional"*.

O MST surge através das ocupações de 1978, principalmente, na região Sul do país. É um movimento de massas com caráter Sindical, popular e político.[29] Os fatores que contribuíram para a organização do MST são relacionados por Stédile e Goergen (1993), que apontam a abertura política, a questão econômica vinculada à modernização da agricultura e a questão social com a expulsão e expropriação de trabalhadores rurais do Campo. As primeiras ocupações dos sem-terra são mediadas por atores envolvidos com a Teologia da Libertação, desenvolvendo processos participativos entre os trabalhadores. Em 1984, o MST se

---

[29] Vide MST, cartilha nº 2 - Vamos organizar a base do MST, São Paulo, 1995 e entrevista realizada com João Pedro Stédile, pela Revista Caros Amigos, ano 1, nº 8, 1997; precisamente a página 27, onde Stélide define o MST.

consolida, definindo instâncias nacionais, estaduais, regionais e locais de participação. Estrutura-se em setores de educação, produção, formação frente à massa, comunicação, saúde, finanças e relações internacionais.

Não podemos negar a importância histórica do MST na sociedade brasileira, questionando a propriedade da terra e os valores impregnados nas pessoas sobre o desejo de ser proprietário. O Movimento vem questionar as contradições existentes nos planos governamentais para o campo e a democracia no país.

O cenário onde há atuação do MST é permeado pela ação do Estado, que ora se manifesta conservador à situação – por exemplo a morosidade no processo de desapropriação e resistência na realização da Reforma Agrária – ora mediador, através da elaboração de convênios/parcerias com o MST, tais como o Programa de Alfabetização de Jovens e adultos da reforma agrária, ou os convênios que implicam na liberação de técnicos para atuação nos assentamentos, tais como o projeto Lumiar. A classe dos grandes proprietários é outro ator no cenário, que reforça a bancada ruralista no Congresso, bem como contrata milícias para proteção de "suas" terras. As mediações são estabelecidas entre membros da Igreja, principalmente a CPT, no caso, específico do Paraná. Alguns sindicatos combativos e convênios entre universidades, onde pesquisadores realizam trabalhos de mediação, na organização do assentamento.

2- Formação do MST

No que se refere a **origem do MST**, Stédile (1997:102) afirma que um dos primeiros períodos do Movimento ocorre entre 1979 e 1983, representando a retomada das lutas massivas pela terra, através da ocupação e da mobilização em várias regiões do Brasil. Fernandes (1996:133) destaca que *"na caminhada da luta, a práxis nasceu, quase sempre, a partir de um lugar social específico: a comunidade eclesial de base"*.

As lutas massivas, de que fala Stédile, contribuíram para o acúmulo de conhecimentos e articulação entre lideranças, o que propiciou a caminhada para um segundo período do MST, a sua constituição formal, enquanto Movimento Social, a partir da realização do Encontro Nacional dos Sem-terra, no ano de 1984. Stédile

(1997:102) afirma que três vertentes social-ideológicas foram fundamentais na constituição/formalização do Movimento, a saber: o trabalho pastoral da Igreja Católica; lideranças do nascente sindicalismo combativo e lutadores sociais de diferentes organismos. Neste segundo período, a organização torna-se fortalecida, ampliando o número de ocupações e manifestações em torno da luta pela terra no país. Os anos 90, como terceiro período de lutas do MST, o investimento na ocupação de áreas como o Pontal do Paranapanema, que deram "destaque" ao MST, a partir das várias reportagens presentes na mídia em geral. Este terceiro período destaca-se pela consolidação de materiais nas áreas de educação, formação e cooperação, principalmente, onde um dos objetivos era viabilizar economicamente os assentamentos rurais, através do desenvolvimento de formas associativas e de cooperativas de produção.

Fernandes (1996) afirma que a partir de 1979 várias experiências de ocupação de terra foram se consolidando no Brasil, marcando uma nova fase de lutas dos trabalhadores rurais. Afirma que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)[30], enquanto lugar social e espaço de socialização *"serviu como referência para as novas formas de organização social que emergiram, como foi o caso do MST. As CEBS eram os lugares onde foi possível criar espaços para se comunicar, apreender e se organizar para lutar..."*(p.74).

O MST tem sua origem ligada a um elemento central, a **luta pela terra**, seja pelos sujeitos expropriados, desempregados, pequenos proprietários, enfim, o conjunto de trabalhadores que compõem a categoria Sem-Terra. Este objetivo concreto, é motivo do engajamento dos trabalhadores no processo de luta. Na relação com os mediadores, a luta pela terra, torna-se um objetivo mais amplo, principalmente entre as lideranças do Movimento, passando a ser enfatizada a necessidade de transformação da sociedade, a busca pelo socialismo, enfim, um conjunto de idéias que como afirma Navarro, em sua discussão sobre as sete teses equivocadas sobre o MST, *"inexiste no imaginário social dos sem-terra,*

---

[30] - Eder Sader, 1988, em sua obra "Quando novos personagens entraram em cena", afirma que "as comunidades eclesiais de base (CEBs) se multiplicaram primeira e principalmente na zona rural (...) em 1981 calculava-se em 80 mil em todo o país (...) Entre os motivos de seu êxito, podemos pensar no caráter flexível de sua forma organizativa, na revivescência de relações primárias como espaço de reconhecimento pessoal para seus membros..."(p.155-156)

interessados, isto sim, em encontrar uma saída para a falta de oportunidades de trabalho e para os limites do acesso à terra..." (1997:119)

Navarro (1996) destaca que *"... constituindo-se e inspirado, como os outros movimentos, pelas metodologias de organização do povo que a Igreja progressista estimulava, no início o MST realizava com maior frequência consultas às suas bases, com uma prática assídua de reuniões e discussões sistemáticas. Com o tempo (...) a necessidade de tomada de decisões mais rápidas, aos poucos o MST centralizou suas decisões..."*(p.91).

A partir da afirmação de Navarro, temos alguns elementos para pensar a **práxis** do MST, ou seja, uma práxis oriunda, em grande parte, nos espaços comunitários da Igreja Católica, onde a interação e a dimensão dialógica estavam presentes, através da participação ativa da base. Tal práxis transforma-se em grandes encontros e assembléias nacionais, à medida que o Movimento amplia sua atuação e composição. A práxis direcionada à transformação de uma dada situação, como afirma Scherer-Warren, ocorre no âmbito das necessidades concretas entre os sem-terra e, no âmbito das idéias – ideologia socialista – entre as lideranças, que cotidianamente, participam dos cursos de formação. São objetivos diferenciados e ideologias diferentes que permeiam os membros do MST.

Com relação aos **princípios organizativos** do MST, conforme Stédile (1997:104-105), destacam-se os seguintes: vinculação permanente com a massa; lutas de massa; divisão de tarefas; direção coletiva; disciplina; formação de quadros e o desenvolvimento da mística. A idéia central é que a massa esteja constantemente envolvida no processo, pois é o elemento central para a continuidade do Movimento; que as lutas sejam massivas e tragam impacto na sociedade, ou seja, é uma forma de pressão organizar grandes passeatas, caminhadas, greves de fome, entre outros. A disciplina é um princípio fundamental para o MST, a começar pelos horários de reuniões, respeito às decisões coletivas e controle dos "vícios", principalmente nas áreas de acampamentos. A formação de quadros é a garantia da reprodução dos ideais e ideologia do Movimento, entre a base. A questão da mística, que se destaca como um momento de reflexões com símbolos – palavras, bandeiras, idéias – tidos como essenciais para a luta do Movimento, é um dos mecanismos de disseminar entre a base, as palavras de ordem, a motivação para a construção de uma nova

sociedade, enfim, a construção de laços de solidariedade que dêem sustentação à luta. Portanto, é um dos instrumentos da expressão individual e coletiva, mas também, de reprodução da ideologia do MST.

A característica de revolucionário, atribuída ao MST, bastante destacada pela mídia em geral, é considerada por Navarro (1997:118-119) como ilusória, afirmando que *"...independentemente de seus dirigentes responsabilizarem-se por cursos de capacitação de quadros intermediários em ambientes onde sobressaem-se icones do movimento socialista, símbolos e rituais do campo da esquerda (...) o fato é que tal potencialidade política transformadora, significando a ruptura do regime econômico e político prevalecente, inexiste no imaginário social dos sem-terra..."*.

Assim, temos elementos para inferir sobre a composição social do MST que, de um lado, é formado por dirigentes defensores de idéias socialistas; no âmbito intermediário é formado por lideranças, com destaque para os quadros jovens que recebem formação para ampliar/reproduzir tais ideais socialistas e, por último, destaca-se a base, como composição essencial para o caráter massivo do Movimento, mas que possui um conjunto de conhecimentos e de práticas que não condizem com o ideário revolucionário devendo, portanto, na ótica do MST, ser submetida a um conjunto de cursos, experiências, seminários e núcleos de discussão, com o objetivo de ser "conscientizada", da situação em que vive e do caminho a ser adotado para a transformação sócio-política e econômica do país.

O como tais características do MST influenciam na organização das formas de produção nos assentamentos, pode ser explicitado na inexpressiva adesão dos assentados às formas coletivas de produção, como por exemplo, as Cooperativas de Produção; as constantes desistências dos coletivos; as críticas que alguns sócios de cooperativas coletivas tecem aos princípios rígidos que norteiam a organização; à distribuição e controle das horas trabalhadas, enfim, críticas que denunciam um confronto de ideais presente entre os componentes do Movimento. Por outro lado, a adesão dos assentados às formas associativas e cooperativas de comercialização, que resguardam o poder de decisão da família, demonstra o uso de outras formas que, também, fortalecem a resistência do grupo contra um novo processo de expropriação.

A presença de práticas políticas e sociais orientadas pela participação "real" impulsiona a ação dos movimentos sociais, particularmente do MST, nos anos 80 e 90. Entretanto, é fundamental distinguir dois momentos da organização dos trabalhadores rurais sem-terra: o momento anterior à conquista da terra e o posterior. Respectivamente, o momento de busca do objetivo "Ter terra, emprego, casa, trabalho", conduz à socialização política, à coletivização das atividades, consensos.... O momento da conquista da terra revela a retomada de valores relacionados à liberdade, autonomia, não-submissão. Assim, os sem-terra/assentados constroem uma análise diferenciada da realidade, questionando as atitudes de lideranças do MST, as propostas e experiências de coletivização, bem como o papel dos técnicos e agronômos, dos agentes intermediários na comercialização dos produtos agrícolas.

Durante o processo de acampamento, há o desenvolvimento de uma cultura política dimensionada no ator social coletivo, seu papel, sua força, seus direitos... Os atores sociais, por sua vez, idealizam a conquista de "seu lote", condições de vida diferenciadas do acampamento e das experiências anteriores, de submissão ao patrão. Tais atores podem ser agrupados em lideranças e não-lideranças, conseqüentemente, constata-se a diferenciação de posições políticas no interior do acampamento, mas que serão evidenciadas concretamente, no assentamento rural, onde cada um quer o seu "espaço privado".

Navarro (1996:104) caracteriza quatro movimentos sociais rurais existentes no Rio Grande do Sul e afirma, em sua conclusão, que *"os movimentos sociais não têm, no geral, procurado assumir uma radicalidade democrática que os levem a promover práticas de participação e tomada de decisões que ampliem e solidifiquem um cultura política que rompa com a tradição autoritária brasileira..."*.

D'Incao (1997:210) afirma que o MST *"é uma das manifestações mais importantes do processo de democratização da sociedade brasileira (...) coloca novos desafios ao debate político (...) com sua incrível capacidade de organização e de mobilização, vem dando força e continuidade ao ainda débil processo de negociação democrático das questões ligadas à reestruturação da sociedade brasileira"*.

Tomando o cenário político-nacional e suas correlações de forças, o MST constitui-se num "sujeito coletivo" que impulsiona a inserção de novos

elementos na configuração da cultura política (organização dos trabalhadores, formação política, negociações políticas, estratégias massivas de atuação, suscitando questionamentos sobre as injustiças sociais na sociedade civil...).

Por fim, cabe destacar que, neste trabalho, o movimento social é entendido como ação grupal voltada para a transformação de determinada situação. A ação grupal envolve a existência de um projeto político vinculado a um conjunto de idéias, mediada por entidades do tipo igreja, partido, sindicato, universidades. Ou seja, estamos enfocando a dimensão popular do movimento social e não movimentos sociais de caráter interclassista ou movimentos da classe "dominante", como a UDR, por exemplo.

3- A dimensão educativa dos movimentos sociais....

Os autores Grzybowski, Gohn e Caldart destacam que os movimentos sociais possuem um caráter educativo, oriundo da participação política, dos processos de interação, das negociações com representantes políticos, das relações com os mediadores, enfim, o Movimento como espaço de socialização política, que segundo Fernandes (1996), é composto pelo espaço comunicativo, espaço interativo e pelo espaço de luta e resistência. Podemos resumir a especificidade de cada um dos espaços da seguinte forma: o espaço comunicativo como lugar onde as pessoas se conhecem, constroem conhecimento, debatem temas do cotidiano, relembram suas trajetórias, enfim, é o espaço da leitura e re-leitura da realidade vivenciada. O espaço interativo pressupõe um conhecimento crítico da realidade, o qual foi desenvolvido no espaço comunicativo. Conforme afirma Fernandes (1996:231) o espaço interativo *"é um estágio mais avançado do processo de luta em que os sujeitos em movimento, no processo de organização, já possuem o conhecimento crítico de sua realidade e a consciência da possibilidade da ação (...) possui um determinado conteúdo, construído pela memória, pelas referências históricas e pelas experiências vividas"*. O espaço de luta e resistência, de acordo com Fernandes, *"é a manifestação pública dos sujeitos e de seus objetivos. É efetivamente o espaço de luta"*(p.237).

A obra de Gohn (1992a) é fundamental para a reflexão do caráter educativo presente nos movimentos sociais. A autora explicita como, na prática, constrói-se o caráter educativo, partindo da idéia que:

> A educação é auto construída no processo e o educativo surge de várias fontes: (...) da aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício do poder; da aprendizagem gerada pelo exercício repetido das ações rotineiras que a burocracia estatal impõe; da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social (...); da aprendizagem gerada no contato com as assessorias (...); da aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência.." (p. 51).

A autora ressalta três dimensões que contribuem para a construção do caráter educativo: a dimensão da organização política; a dimensão da cultura política e a dimensão espacial-temporal. O plano individual da aprendizagem fica evidenciado, mas como afirma Gohn (1992a:52) *"o ponto fundamental de alteração que a prática cotidiana dos movimentos populares opera é na natureza das relações sociais (...) o resultado mais importante é dado no plano coletivo"*.

Caldart (1995:7-9) destaca algumas dimensões dos movimentos sociais como fenômenos educativos, a saber: Movimentos Sociais como movimentos de conhecimento; Movimentos Sociais como construtores de cidadania e Movimentos Sociais como produtores de uma nova cultura. A autora se baseia em Dandurand e Olivier (1993:394-399) quando afirmam *que "os movimentos sociais implicam, de fato, uma re-problematização de um campo do social e, ao mesmo tempo, impõem construir uma nova representação baseada num reconhecimento, fundando a legitimidade de uma visão transformada das coisas*".

Grzybowski (1991), discutindo os aspectos político-educativos dos movimentos sociais, afirma que:

> Enquanto espaços de socialização política, os movimentos permitem aos trabalhadores: em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo lugar, a elaboração da identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente, a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações, sociais e culturais. (p.59-60)

As três dimensões da socialização política, destacada por Grzybowski, são evidenciadas no cotidiano do MST, quando os trabalhadores nos relatam que aprenderam a participar, falar, lutar, negociar, perder o medo, enfim, é a dimensão do **aprendizado prático** de como fazer para conquistar a terra, em primeiro lugar. A elaboração da **identidade social** comparece nas frases, nas músicas e nos desenhos das crianças na escola, para citar um exemplo, um aluno de 4ª série relata em seu trabalho escolar que *"o povo sem terra é um povo que luta por toda a sociedade e não só por um pedaço de terra (...) o sem terra é chamado de vagabundo, mas é um povo que luta..."*. Os momentos de mística que resgatam a trajetória da luta, as relações sociais, enfim, as características de um movimento Coletivo. Com relação à terceira dimensão, a **apreensão crítica da realidade**, manifesta-se tanto na continuidade da luta no assentamento, quanto no reforço das diferenças de idéias, entre sem-terra e lideranças, destacados em muitos assentamentos. Ou seja, o movimento possui uma dimensão educativa que não se resume à mera reprodução de conhecimentos e de procedimentos, mas é uma visão de mundo que se constrói na inter-relação dos espaços educativos.

Portanto, a compreensão da dimensão educativa do movimento social, no caso o MST, deve ter como um dos pontos centrais a análise das representações sociais que os próprios sem-terra fazem de seu cotidiano, de suas práticas, seus objetivos, de sua luta pela terra. Ou seja, qual é a imagem que os sem-terra possuem de sua luta, será que é a mesma percebida pelas lideranças e dirigentes nacionais?

4- O MST no contexto nacional ..... anos 90

O MST tem sido tema de estudo de vários pesquisadores[31], englobando discussões específicas sobre características e atuações do movimento e questões relacionadas à educação; produção agrícola; saúde e violência - que

[31] Dentre eles destacam-se aqueles que estudam o MST, propriamente dito, e os que estudam assentamentos organizados pelo MST. Alguns pesquisadores podem ser citados: Sobre o MST: FERNANDES(1996); CALDART (1987, 1995, 1997); STÉDILE (1991, 1993, 1994 e 1997); NAVARRO (1995, 1997) entre outros. Sobre assentamentos rurais organizados pelo MST, podemos destacar alguns: BERGAMASCO, Sônia M.P.P.; FERRANTE, V.L.B; D'AQUINO, T; POKER, G.; ZIMMERMANN, N.; TORRENS, J. C.; ANDRADE, M. R. O.; TARELHO, L. C.; SOUZA, M. A.; ESTERCI, N.; D'INCAO, M. C.; KLEBA, J. B.; PAULILO,M. I; LEITE, S.; POLI, O.L. entre outros.

emergem tanto no acampamento (forma de luta) quanto no assentamento (reconstrução de um modo de vida).

Para iniciar nossa discussão, vale lembrar a concepção de Touraine (1997) sobre o MST: *"... Esse movimento indica a vontade de uma grande parte do país, que é um problema importante: é menos a desigualdade social (pobreza, falta de terras) do que a ausência de um processo político democrático para tratar dessas questões, e ainda o problema da violência (...) O MST eu o vejo (...) como um movimento que é antes de mais nada, um apelo a uma democracia realmente social..."*.

O autor Touraine (1996, p. 26) afirma que *"o que define a democracia não é portanto, somente um conjunto de garantias institucionais ou o reino da maioria, mas antes de tudo o respeito pelos projetos individuais e coletivos, que combinam a afirmação de uma liberdade pessoal com o direito de identificação com uma coletividade social (...) a democracia não se apoia somente nas leis, mas sobretudo em uma cultura política"*.

Na década de 90, um dos principais movimentos de oposição às propostas governamentais tem sido o MST. Ainda que sua bandeira de luta seja a Reforma Agrária, constatamos que o MST tem forte atuação na (re)elaboração de valores que começaremos a exemplificar a partir da própria questão da terra: nos primórdios da atuação do MST (final de 1978, ainda que não com tal sigla) grande parte da população sentia-se apavorada com as "invasões", manifestações e acampamentos – a propriedade da terra parecia ser inquestionável, ainda que vários movimentos já tivessem sido organizados, tais como Revolta do Sudoeste, Contestado, no estado do Paraná. Neste final de anos 90, praticamente após 15 anos de atuação do MST, verificamos que em qualquer parte do Brasil, da cidade, do campo, conhece-se o MST – ainda que algumas pessoas sintam-se receosas em falar sobre o Movimento, concordam que é preciso haver mais justiça no país – são pessoas que, muitas vezes, vivenciam o processo de exclusão social.

O MST, oriundo das práticas comunitárias, localizadas, porém com focos em cada canto do país, aparece no cenário dos anos 90 como o Movimento que consegue congregar o maior número de pessoas, como o organizador de ações que suscitam a tomada de decisão por parte de governantes e ministros, de uma forma

rápida. As figuras centrais do Movimento, diante da mídia, têm sido Stédile, Rainha, Diolinda e Gilmar Mauro. Tais pessoas tornaram-se conhecidas de praticamente todo o povo brasileiro. A bandeira vermelha, simbolizando o trabalhador e a trabalhadora brasileiros, tornou-se conhecida e reconhecida em todas as manifestações populares existentes no país. Conforme o Calendário Histórico do MST(1998), os desenhos e as cores da bandeira possuem os seguintes significados:

> O mapa do Brasil: representa que o MST é uma organização em nível nacional e quer levar a luta pela Reforma Agrária para todo o país; o homem e a mulher: o casal representa a necessidade de luta a ser feita por homens, mulheres e família inteira; o facão: representa as ferramentas de trabalho, de luta e de resistência; a cor branca: representa paz, pela qual lutamos, e que somente poderá ser conquistada quando houver justiça social para todos; a cor vermelha: representa o sangue que corre em nossas veias e a disposição de lutar pela Reforma Agrária e pela transformação da sociedade; a cor preta: representa o nosso luto e a nossa homenagem a todos os trabalhadores que já tombaram, lutando pela nova sociedade; a cor verde: representa os grandes latifúndios que temos por ocupar e fazer produzir. E a esperança de que a nossa luta seja vitoriosa a cada latifúndio conquistado. (p.20)

Entre os referenciais político-ideológicos encontram-se: Che Guevara – representado e lembrado em vários documentos do Movimento, cartazes, camisetas e bonés -; Mao Tsé Tung, Fidel Castro, Lênin e Marx. São figuras conhecidas de, praticamente, todos os militantes e lideranças do Movimento e que representam o ideal de transformação da sociedade.

Assim, o MST desenvolve um conjunto de práticas que vão desde as formações políticas, às reuniões de base, até as grandes caminhadas e marchas pelo Brasil – como ocorrido neste ano de 1998, quando os dirigentes do Movimento organizaram marchas pelo país, com objetivo de discutir um Projeto Popular para o Brasil.

O Movimento caracteriza-se pela organização e formação de quadros - processo de produzir e reproduzir lideranças[32], coordenadores –; resgate de culturas

---

[32] - Lembro-me do estudo de mestrado (Souza,1994), onde trabalhei com depoimentos de lideranças, atuantes no Pontal do Paranapanema, na época eram 15. Atualmente, existem novas lideranças, apenas o Rainha, continua a ser o representante nacional, ainda no local. Assim, nota-se a rapidez com que o movimento renova seus quadros, no cotidiano das reuniões, comissões, etc.

populares - através da mística, desenvolvida em todas as reuniões, encontros, assembléias, congressos, cursos, caminhadas -; atuação nos assentamentos, tentando organizar formas da cooperação agrícola. Atuação no âmbito educacional, organizando escola para formação de professores, técnicos agrícolas, cursos para jovens e adultos.

Um dos desafios, para a organização do MST, que temos constatado refere-se à concepção política-autoritária que perpassa o relacionamento entre os dirigentes, lideranças e base do Movimento. De um lado, temos os organizadores das propostas educacionais e para cooperação agrícola, com formação e experiências que extrapolam o âmbito nacional. De outro lado, temos a "massa", para utilizar a termilogia adotada pelos dirigentes, que pouco conhece o local onde vive, entretanto possui experiências e saberes que poderiam constituir ponto de partida para uma atuação realmente democrática e facilitadora no processo de emancipação cultural-político e social. Entre ambos os lados, temos as lideranças locais e regionais, que com muita dificuldade, tentam repassar as propostas elaboradas em âmbito estadual ou nacional. Tais lideranças vivem um duplo conflito: organizar a massa e repassar as informações obtidas nos cursos de formação.

O MST representa o novo, em termos de organização, capacidade de (re)elaborar valores, (re)organizar uma simbologia em torno da questão da terra e da exclusão social.

A linguagem utilizada pelo MST reforça valores ligados a terra – vide os temas das romarias da terra, por exemplo a 11ª Romaria, 12ª e 13ª, no estado do Paraná: "*Nos campos do senhor, gritam por direito e por valor*"; "*Libertar a terra, promover a vida*"; "*Terra libertada, fruto partilhado*". De um lado, a idéia de conquista e de reconhecimento enquanto cidadão; de outro, a terra como meio de sobrevivência, alimento e socialização. As místicas desenvolvidas pelos sem-terra e assentados, em suas reuniões, reforçam a idéia de luta, conquista, coletivo, sociabilidade, participação, união, cidadania, trabalho e refutam as idéias de escravidão, fome, analfabetismo, doença, discriminação entre outros. São momentos de motivação e reflexão para as pessoas que estão na luta e emoção por parte daqueles que presenciam tais representações.

A linguagem e a simbologia (re)elaborada pelo MST expressam-se nas músicas cantadas nos vários eventos organizados pelos sem-terra e assentados. O hino do MST reforça a idéia de luta, de participação e de conquista – *"Vem teçamos a nossa liberdade, braços fortes que rasgam o chão, sob a sobra de nossa valentia, desfraldemos a nossa rebeldia e plantemos nesta terra como irmãos"*. Outra música que representa a luta de classes e a necessidade da união: *"Sabemos que o capitalista diz não ser preciso ter Reforma Agrária, seu projeto traz miséria, milhões de sem terra jogados na estrada, com medo de ir pra cidade, enfrentar favela, fome e desemprego, saída nessa situação é segurar a mão de outros companheiros...."*[33]. São músicas que retratam a mulher, a educação, os trabalhadores, a luta, a solidariedade ... várias dimensões do cotidiano dos trabalhadores brasileiros, principalmente, relacionados ao espaço "rural" e ao mesmo tempo, caracterizam-se como formas de luta e denúncia de uma situação.

Outro ponto a destacar refere-se às normas e organização do grupo, o que caracteriza, de certa forma, a espacialização do MST pelo Brasil. As normas são construídas pelos coletivos de trabalhadores ao longo dos espaços de acampamento, assentamento, caminhadas, encontros, etc. Todos os momentos têm regras rígidas, horários a cumprir, tarefas definidas coletivamente, comissões que se responsabilizam pela alimentação, limpeza, mística, homenagem a assessores, entre outros. Esta é uma prática construída no cotidiano do Movimento, onde as pessoas habituaram-se à organização. É comum, no início de cada evento, os participantes e organizadores solicitarem um espaço para organização dos grupos e respectivas tarefas.

Enfim, no contexto nacional, o MST tem-se caracterizado pelos momentos de pressão e repressão. Surge num contexto de expropriação e exclusão de trabalhadores do campo, num momento de abertura política e torna-se elemento fundamental numa conjuntura de exclusão social generalizada – concretizada nos altos índices de desemprego. Composto inicialmente por trabalhadores rurais – arrendatários, filhos de pequenos proprietários, bóias-frias –, comporta ao longo de sua trajetória, neste final de século, trabalhadores desempregados do espaço

---

[33] - Música de Zé Pinto, "Assim já ninguém chora mais".

urbano[34]. O MST torna-se uma saída para algumas pessoas que têm vivenciado a experiência do desemprego.

No Brasil, os movimentos sociais de luta pela terra se desenvolveram com maior intensidade a partir do final dos anos 40, quando os conflitos sobre a questão agrária se ampliaram.[35] Isso não significa que anteriormente não existiram movimentos no campo[36]. A partir da década de 50, muitos trabalhadores rurais migraram para as cidades, em busca de melhores condições de vida. O grande número de pessoas que saiu do campo em direção às médias e grandes cidades contribuiu para o inchaço das mesmas; para o aumento da mão-de-obra ociosa e, consequentemente, salários menores. De um lado, o setor industrial urbano exercendo a atração da população; de outro, a concentração da propriedade no campo, expulsando posseiros, arrendatários e pequenos proprietários.

A situação se agravou com a chamada "modernização agrícola"[37], onde milhares de trabalhadores foram substituídos por maquinários e por culturas que não dispendiam grande número de trabalhadores.

A década de 70 foi o auge da realização dos projetos de construção de usinas hidrelétricas. Estas iriam ocupar mão-de-obra por pouco tempo e desapropriar milhares de trabalhadores que moravam nas áreas a serem ocupadas pelos lagos artificiais. Este é o caso do Estado do Paraná, quando da construção do lago de Itaipu, onde houve a expulsão de milhares de trabalhadores rurais em direção a municípios com clima e atividades de produção diferenciadas daquelas vivenciadas no local de origem.

---

34 - Nosso comentário é baseado em observações empíricas, onde constatamos que os assentamentos, no caso específico do Paraná, têm congregado pessoas oriundas da cidade, desempregadas, no momento.

35 MEDEIROS (1989) escreve sobre a "História dos Movimentos Sociais no Campo". Delimita como período inicial de sua pesquisa o ano de 1945, caminhando com a discussão até o final da década de 80. Mostra que os movimentos sociais começam emergir na cena política a partir de 1945, ampliando as lutas locais para lutas mais abrangentes. Nos anos 50 as ligas camponesas fazem emergir a luta dos trabalhadores rurais na sociedade. A referida autora apresenta números dos conflitos no campo, envolvendo as várias categorias de trabalhadores rurais, nos períodos de 1949 até os anos 80.

36 - Citaremos alguns dos conflitos existentes, antes do MST, no estado do Paraná, em tópicos adiantes.

37 Com a "modernização agrícola" há ênfase na utilização de agrotóxicos, vários tipos de fertilizantes; maquinários vêm contribuir com a saída do homem do campo; os insumos agrícolas encarecidos; solos desgastados; fatores climáticos afetando a produção e os baixos preços dos produtos, fazem pequenos proprietários se endividarem e entregarem as terras aos bancos. O custo da produção sendo encarecido, o pequeno proprietário tem dificuldades em manter a família completa vivendo na propriedade. Há necessidade da saída dos filhos em busca de emprego; desagregação da estrutura familiar, terra e trabalho. Para maiores detalhes sobre a modernização agrícola, vide obras de GRAZIANO DA SILVA (1982); KAGEYAMA (1983 e 1987) e MARTINE (1987).

O surgimento do MST no Paraná dá continuidade aos conflitos que ocorreram no estado, desde, principalmente, 1912 - 16 com a Guerra do Contestado, seguido por uma série de conflitos até 1947 - 53 com a Revolta de Porecatu; 1957 - Revolta do Sudoeste; 1970 com a desapropriação de áreas para a construção da usina hidrelétrica de Itaipu. Nos últimos anos, o MST tem realizado longas caminhadas estaduais e nacionais com objetivo de conquistar apoio da sociedade e de sensibilizar para a necessidade de Reforma Agrária.

CAPÍTULO 3 - O MST no Paraná: um campo de forças e conquistas

A organização do MST no estado do Paraná está atrelada aos fatores políticos e econômicos que desencadearam a modernização no campo, acrescida da concentração fundiária, bem como da construção de usinas hidrelétricas, como Itaipu que expropriou milhares e milhares de trabalhadores rurais de suas terras. Assim, analisar as forças sociais, os conflitos e as conquistas que permearam a atuação do MST no estado implica em retomar as origens, formas de luta e objetivos do próprio Movimento; propostas e realizações dos governos estaduais (em específico as décadas de 80 e 90); os diferentes atores sociais e o jogo de forças presentes nos conflitos no campo; conquistas e desafios do MST na atualidade, em específico no estado do Paraná.

O surgimento do MST no Paraná[38] é compreendido no contexto das transformações econômicas, políticas e sociais do Brasil, a partir dos anos 70 quando a modernização agrícola e a concentração fundiária se ampliam.

Ferreira (1987) afirma que *"A partir de 1967, quando se retoma, no país, o processo de crescimento econômico acelerado, a política econômica do Estado brasileiro, ao adotar medidas que viabilizassem este crescimento, levou à extrema concentração da renda no meio rural e da propriedade da terra, acompanhada por uma alteração nas relações de trabalho..."*(p. 13). Dentre as medidas que contribuíram para esta situação, conforme a autora, podemos citar o privilegiamento da agricultura empresarial; as políticas de créditos; expansão da soja, com aumento do número de maquinários.

Conforme destaca Ferreira (1987) as tensões e lutas no campo sempre estiveram presentes na história do Paraná. Os motivos destes conflitos estão ligados à passagem de terras devolutas para a competência dos Estados; à multiplicação das

---

38 - Os autores Ângela Ferreira; Carlos Torrens e Iria Zanoni teceram considerações sobre o surgimento do MST, no estado do Paraná. O trabalho intitulado "A luta pela terra no Paraná: os sem-terra de Imaribo", de autoria de Bonin, Ferreira, Torrens e Kersten, resgata antecedentes históricos referentes às transformações na agricultura e à luta pela terra, no Paraná, enfocando o caso específico da Fazenda Imaribo.

iniciativas governamentais de colonização direta ou indireta, através da concessão de terras a empresas particulares e à intensificação da ocupação legalizada da terra por lavradores advindos de outros estados.

As primeiras décadas do século XX se caracterizam por lutas pela terra, entre lavradores sem títulos considerados legais e fazendeiros ou empresas colonizadoras interessadas na exploração comercial da terra e investimentos especulativos. Outros agentes envolvidos neste processo foram os grileiros com capital e os grileiros/intrusos sem capital. A esses agentes somava-se uma situação fundiária, com questões de limite de "propriedade" e de superposição de títulos.

O pesquisador Villalobos elaborou um artigo onde caracteriza os conflitos rurais no Paraná, no período de 1912 - 1993. O autor destaca três conflitos centrais, o primeiro de 1912 a 1916, denominado conflito do Contestado, que estava centrado na *"...questão da terra, entre quem quer mantê-la para seu sustento, sejam índios ou posseiros, e quem tenta apropriar-se dela. Estes últimos não reconhecem e ignoram completamente a presença de outros sujeitos que não se adaptam as suas imposições e regras de um novo modelo de transformação e exploração da terra"(*s/d, p.36). O segundo conflito analisado pelo autor, refere-se à Guerra de Porecatu, no período de 1947 a 1953, *"A região de Porecatu foi alvo da corrida de terras para o Oeste, intensamente desenvolvida a partir da década de 40. O governo estadual tentara acordos com os posseiros da região, com o objetivo de poder titular as terras para novos proprietários ou passar a posse para o Estado (...) os posseiros passaram a ser literalmente massacrados pelos agressores (...) onde jagunços a mando dos grileiros e supostos titulares de terras, assassinavam..."*(s/d, p.36-37). O terceiro conflito é o do sudoeste, entre 1951 a 1957[39] onde, conforme afirma o autor, *"os conflitos do sudoeste são de violência institucionalizada. Os interesses de uma fração de classe, os camponeses, enfrentam o poder da oligarquia paranaense, que instrumentaliza o Estado, para ampliar seu poderio econômico, através da venda de terras usurpadas".(*s/d,p.40).

Até início da década de 60, os municípios que se destacaram em conflitos de terras foram os seguintes: Jacarezinho, região de Tibagi e Faxinal, Jaguapitã, Campo Mourão, Porecatu, Sudoeste, Cascavel e Alto Paraná.

---

[39] - Vide Gomes, Iria Zanoni. 1957: A revolta dos posseiros. Edições Criar:Curitiba, 1986.

Os agentes envolvidos em conflitos pela terra, no Paraná, eram os pequenos parceiros e arrendatários, empreiteiros, posseiros e os (supostos) proprietários de terras. As reivindicações eram relacionadas à prorrogação de contratos agrícolas, renovação de contratos, preço de arrendamento, condições de trabalho e salário e de direitos à posse da terra.

Na década de 60, os municípios de Londrina e Maringá sediaram os 1° e 2° Congressos de Trabalhadores Rurais do Paraná, reunindo mais de 300 trabalhadores no 1° Congresso. As reivindicações eram: legislação trabalhista para o campo, Reforma Agrária, Previdência Social, financiamento ao lavrador sem propriedade de terra, o aumento da indústria de tratores e máquinas agrícolas, a garantia de preços mínimos, entre outras.

No final de 1970, há uma diminuição no ritmo de desenvolvimento da modernização na agricultura, devido ao cancelamento de alguns programas especiais de incentivos e subsídios a investimentos em máquinas e insumos. No entanto, a construção de usinas hidrelétricas, causando a desapropriação de vários trabalhadores de suas áreas, constitui-se motivo para a (re)emergência dos movimentos sociais, dentre eles, o fortalecimento dos movimentos que culminariam no MST.

Assim, os movimentos sociais de destaque na área rural no Paraná[40] são os seguintes:

1) movimentos pela preservação ou conquista da terra: Barragens e Sem-terra.

O movimento relacionado às barragens tinha como foco as áreas atingidas pela construção de hidrelétricas. A primeira barragem concluída na década de 70, foi a de Salto Santiago, abrangendo terras dos municípios de Laranjeiras do Sul, Chopinzinho, Mangueirinha e Coronel Vivida. A ELETROSUL era a empresa responsável pela obra. Cerca de 170 famílias foram atingidas com a desapropriação da área. A CPT constituiu-se enquanto mediadora na organização desses lavradores expropriados. A reivindicação central era melhoria nos preços das indenizações de suas terras.

A construção da usina hidrelétrica de Itaipu foi um marco para a organização popular no meio rural. A construção dessa usina comprometeu 111.332ha do território paranaense. As águas do reservatório inundaram áreas tanto rurais quanto urbanas. Entre os produtores desapropriados encontravam-se proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, além de trabalhadores permanentes e temporários. A situação fundiária era bastante confusa. Houve movimentação por parte dos desapropriados, munidos de uma lista de reivindicações, após muitas discussões foi em parte aceita pela empresa. O resultado obtido foi que a empresa pagaria 50% da indenização aos não proprietários e pagamento das benfeitorias e aumento do preço pago por hectare.

O Movimento dos Sem-Terra se inicia na década de 80 - final de 70-caracterizado pela formação do MASTRO - Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná, cuja

[40] Fonte dessas informações é Ferreira, Ângela Damasceno, obra já citada.

reivindicação central era terra no Paraná. Além da reivindicação pela terra, o MASTRO pedia crédito fundiário favorecido ao pequeno e ao sem-terra, uma vez que a terra é o bem prioritário para a obtenção de financiamentos; aposentadoria integral aos 50 anos para lavradores; financiamento para casa própria no meio rural; entre outras.

2) Movimentos por condições de produção e de comercialização.

Esses movimentos se caracterizam como reações à política agrícola vigente e suas conseqüências para os produtores rurais. Subdivide-se em vários grupos:

a) suinocultores: reivindicando controle rígido do preço dos insumos e medicamentos; fixação do preço mínimo pelo quilo do suíno; revisão das normas gerais de financiamento para suinocultores; reformulação do sistema tributário de imposto de renda, distinguindo os suinocultores de outros profissionais;

b) movimento contra a forma mais usual de comercialização existente desde 1967, através das Notas Promissórias Rurais;

c) movimentos gerados pelos descontentamentos de produtores rurais contra os indeferimentos de cobertura dos pedidos de PROAGRO (Programa de Assistência Agropecuária).

3) Movimentos Sociais por condições de trabalho e de melhor salário: realização das convenções coletivas de trabalho, campanhas salariais; organização dos bóia-frias, cujos problemas centrais são: baixo salário, falta de serviço contínuo e falta de terra.

Conforme Torrens (1992:34-35), a criação do MASTRO, em 1981, representa o marco mais importante para a reorganização da luta pela terra no estado. *"No Paraná, o surgimento do MST está associado diretamente às experiências de luta dos camponeses (proprietário ou não) que viviam na região onde hoje encontra-se o lago da usina hidrelétrica de Itaipu."*.

Bonin et al (s/d) afirmam que:

> As experiências acumuladas durante a luta de Itaipu foram fundamentais para a estruturação do MASTRO, já que a presença da CPT e dos sindicatos mais atuantes foi essencial, não apenas na constituição do movimento, mas nas decisões quanto a sua organização interna: participação obrigatória dos inscritos nas reuniões e atividades do MASTRO, representação por comunidades, comissão central de nível regional, com representantes municipais dos sem-terra, dos sindicatos e da CPT(p.12).

Os referidos autores afirmam que a pauta de reivindicações do Movimento, no período de 1981-85, contemplava os itens: terra no Paraná, terra para quem nela trabalha, extinção do módulo mínimo, fixação do módulo máximo e crédito fundiário.

Outro movimento semelhante ao MASTRO surge no sudoeste do Paraná, denominado MASTES, cuja especificidade era a presença marcante dos sindicatos e da ASSESOAR[41]. Em 1984, conforme texto de Bonin et al, os sem-terra – da organização MASTRO - ocupam a Reserva Florestal de Ocoy e a Reserva ecológica do INCRA; enquanto que o MASTES organiza a ocupação da fazenda Imaribo.

Os sem-terra fortalecem sua organização, elaboram propostas para a área de assentamento, no entanto, apesar de no início o Movimento estar vinculado à CPT e a sindicatos, na atualidade tem feito prevalecer sua autonomia em relação a tais mediadores. De um lado, os próprios mediadores se afastam da organização, uma vez que suas vozes, ou não eram ouvidas, ou os dirigentes do MST tentavam impor suas idéias. Por outro lado, os dirigentes desenvolvem uma organização, praticamente autônoma, do ponto de vista dos princípios político-ideológicos, ainda que associada a alas Igreja, sindicatos e Ongs, quando da organização de encontros e conferências.

Assim, no contexto das transformações na agricultura e do cenário político do país, o MST se consolida, criando práticas de participação social entre os trabalhadores rurais – em âmbito nacional. Participação que gera experiências individuais e coletivas, que propiciam o aprendizado da cidadania, reelaborando valores, (re)organizando conhecimentos e (re)lembrando atitudes de sociabilidade e solidariedade. A cultura política da luta, da participação gera a preocupação entre os governantes. Preocupações que ultrapassam as atitudes de exterminação de sem-terra; requerem organização de, no mínimo, programas relacionados à questão agrária (vistoria de áreas, desapropriações) e agrícola (financiamentos e assistência técnica).

A questão agrária esteve sempre presente no cenário paranaense. As contradições existentes no estado local e federal propiciam a ampliação do número de ocupações de terra. De um lado, a luta contra o desemprego, miséria e ausência de cidadania. De outro, a luta para sobreviver na terra conquistada, construir um novo modo de vida, onde as experiências do passado orientem de forma "inovadora" a esperança de condições sócio-econômicas melhores. Alguns atores sociais se lançam

---

41 - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural.

no desafio de conquistar a terra e aprender a ser trabalhador rural; outros se lançam no desafio de resistir com a pequena produção, prática que aprenderam com os pais e que adquirem novas configurações no espaço assentamento.

Na luta pela reforma agrária, o MST tem conquistado a adesão de um grande contingente de "sem-terra", porém no momento da conquista da terra, esses trabalhadores sem-terra se distanciam da ideologia "de massa' defendida pelo movimento. Um dos grandes desafios do MST está em aprender organizar internamente[42] o assentamento, não através de uma pedagogia autoritária[43] - de reprodução de idéias - como tem feito, mas através de um processo de troca de experiências, uma vez que o sem-terra não é massa, é sim um sujeito que carrega "saberes empíricos", que necessitam ser valorizados, através do resgate de sua trajetória social, de sua cultura popular, como afirma Grzybowski (1991).

Enfim, no estado do Paraná os conflitos em torno da luta pela terra têm se ampliado nos últimos anos, devido à *conjuntura nacional* que, cada vez mais, mostra-se excludente, reforçando a reprodução de um grupo de lideranças políticas, no poder e também, conseqüentemente, a luta pelos interesse de uma classe social. Outro fator que contribui para ampliar as lutas refere-se à *concepção do governo estadual* sobre o que seja Reforma Agrária, reduzindo-a ao simples ato de "dar" terra e casa, atendendo diretamente cada município, o que vem contribuir para a desmobilização dos trabalhadores rurais. Portanto, a atuação do governo estadual reforça os interesses da classe "proprietária", no estado. Nestas circunstâncias, resta ao Movimento Social ampliar as formas de luta e pressão, através das inúmeras ocupações de terra, de prédios públicos e de marchas pelo estado. A *organização do MST* no estado, tem resultado na realização de convênios com as Secretarias de Educação e Secretaria de Meio Ambiente. A primeira refere-se ao convênio sobre

---

42 - Quando nos referimos à organização interna, estamos pensando nas propostas de gestão da produção, da educação, saúde, que são elaboradas por membros do MST. Sabemos que a organização de tipo – delimitação de lotes, construção de agrovilas, fica a cargo dos representantes do Estado, entretanto, queremos lembrar as propostas do Movimento, que são relevantes, mas carecem de um processo dialógico no momento de confecção.

43 - A Pedagogia autoritária se manifesta no enfoque dos ideais coletivistas por parte das lideranças, o que entra em conflito com o contexto cultural da base. Superar a dimensão autoritária implica em compreender o conjunto de conhecimentos culturais da base, que poderá oferecer subsídios para a proposição de modelos de produção, sejam coletivos totais ou outras formas que possam surgir.

alfabetização de jovens e adultos das áreas de assentamentos; a segunda é relativa ao convênio que prevê contratação de técnicos para atuarem junto aos assentamentos.

A atuação do MST demonstra a relação de forças presente na sociedade brasileira, o que evidencia a ausência de um processo democrático no interior do sistema político, pois trabalha-se com os interesses da minoria detentora do poder político e econômico. Neste contexto, o Movimento Social torna-se o ator essencial na reivindicação de direitos, de justiça e de maior igualdade social.

Em âmbito estadual, a atuação de governadores caminha no sentido da elaboração de planos de ação para a área rural[44]. A seguir, caracterizamos as propostas de reforma agrária dos governos estaduais da década de 80 e 90. O período 1983 - 1986 é governado por José Richa; 1987 - 1990 - governador Álvaro Dias; 1991 - 1994 - governador Roberto Requião; 1994 - vice-governador assume - Mário Pereira; 1995 - 1998 - governador Jaime Lerner. Em 1998, Jaime Lerner vence as eleições, prometendo dar continuidade ao Programa Vilas Rurais, enquanto forma de realizar a reforma agrária no estado.

Políticas estaduais relacionadas à questão agrária e a atuação do MST no Paraná: anos 80 e 90.

Os objetivos de cada governo estadual, relacionados à questão agrária, são sintetizados[45] abaixo, com intuito de contextualizar o cenário estadual onde ocorre a atuação do MST, bem como enfocar o aumento dos conflitos na luta pela terra, neste final de década, no Paraná. Nosso olhar é direcionado para os programas que cada governo organizou ao longo de sua gestão.

O objetivo do governo José Richa se refere à:

> Promoção da colonização de terras devolutas, bem como de várzeas drenadas e irrigadas, visando atender ao problema dos agricultores sem-terra do Paraná. Num primeiro momento, este programa orienta-se para a geração de empregos, por meio de obras de infra-estrutura (...) num segundo momento, a partir do início do programa de

[44] Vide Programa Paz na Terra do governador Roberto Requião.

[45] A referida síntese foi realizada a partir da análise dos planos de governos para os anos 80 e 90, bem como entrevista com assessores especiais, dos governos Requião e Lerner, para assuntos agrários.

> colonização - por meio da prestação de serviços de assistência técnica, pesquisa, crédito e eletrificação, entre outros - visa-se à fixação de 12.500 famílias de agricultores nessas áreas devendo-se verificar, simultaneamente, aumento na oferta de alimentos para a população e de matérias-primas que viabilizem a implantação de agroindústrias nos centros urbanos vizinhos. (Plano de Ação)

É um governo que se insere nacionalmente, no final de um período autoritário-militar e início da Nova República, portanto, a ênfase dada à colonização de terras devolutas pode ser analisada a partir da definição proposta pelo Estatuto da terra, em seu artigo 5, citado por Tavares dos Santos (1995), *"colonização é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agro-industriais, através da divisão em lotes ou parcelas, dimensionadas de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estado da Terra, ou através da cooperativas de produção nela previstos."*(p. 49).

Tavares dos Santos (1995) demonstra, através de vários gráficos, que o número de Programas de Colonização no Brasil cresce a partir de 1975, atingindo um número próximo de 30.000 famílias instaladas, no referido ano. Afirma que a partir deste período a questão agrária retorna ao centro do debate político.

Com a promulgação do 1° PNRA em 1985, constata-se um aumento no número de famílias assentadas. Conforme Tavares dos Santos, percebe-se *"... uma rápida aceleração da instalação de famílias de agricultores no governo Sarney, uma queda no governo Collor, uma pequena retomada no governo Itamar."* (1995:52).

Juntamente com a promulgação do I PNRA, há um fortalecimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, através da realização de encontros estaduais e de congressos nacionais, portanto, atores sociais estes que devem ser considerados na relação de forças para a realização de reforma agrária.

Na década de 80[46] , o governo do Paraná era representado pelo PMDB. Alguns episódios que obrigam o governo a tomar posições mais concretas foram: enchente no rio Paraná 82/83 e ocupação da fazenda Anoni. Estes dois acontecimentos começam a envolver o governo estadual com a reforma agrária. O

---

[46] Informações extraídas do Relatório IPARDES - Assentamentos Rurais no Paraná, Curitiba, 1992.

governo do estado, através do ITC (Instituto de Terras e Cartografia), vinculado à Secretaria da Agricultura, passou a vistoriar áreas que eram indicadas pelos sindicatos, MST e prefeituras. O primeiro assentamento realizado no estado foi o Poty, localizado no município de Arapoti. As famílias são oriundas da área alagada pela hidrelétrica de Itaipu.

De 1984 até 1987, o INCRA vistoriou 215 áreas, sendo 80 processos de desapropriação formalizados. Em 1984, surgem 4 assentamentos em terras do estado: Abapan, no município de Castro; Água da Prata, no município de Londrina; Colônia João XXIII, no município de Tunas do Paraná e Ilha das Flores, no município de Cândido Abreu. A partir de 1983 o movimento dos trabalhadores rurais ocupa áreas, cria um fato político que obriga o governo a se posicionar.

Com o aumento das ocupações, a Secretaria da Agricultura não dando conta de negociar os conflitos, começa então a participação da Secretaria de Segurança e Assuntos Comunitários. O apoio se concretiza na forma de doação de alimentos, lonas, equipamentos de trabalho, orientação e assistência técnica à produção, além da interferência contra despejos, negociando com os proprietários das áreas ocupadas. A Secretaria de Agricultura passa a atuar junto ao MST na demarcação dos lotes e na assistência técnica.

Em 1985, há reação contra a proposta - PNRA - em nível nacional, fortalecendo setores conservadores do governo paranaense, tornando as posições da Secretaria da Agricultura insustentáveis, levando à renúncia seu secretariado.

A partir daí, o governo abandona as intenções de apoio aos movimentos populares que lutavam pela reforma agrária, posicionando-se ao lado das forças conservadoras que acabam alterando o PNRA.

Em 1986, assume o vice-governador (João Elísio Ferraz de Campos), representante da oligarquia paranaense. Inicia-se outro momento da atuação do governo paranaense na questão agrária. O governo cria a Secretaria Extraordinária de Coordenação da Reforma Agrária do PR (SECRA), que incorpora o ITC, transformando-o em ITCF (Instituto de Terras, Cartografias e Florestas). A SECRA é o órgão que se relaciona com o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e também o canal de diálogo com o movimento dos trabalhadores.

A criação deste órgão objetivava amenizar conflitos, pois 4000 famílias se encontravam acampadas à beira de estradas.

Em 1986, a UDR (União Democrática Ruralista) forma um lobby para impedir a aprovação do 1° PNRA, centrando-se no campo jurídico; cria um corpo de especializados em sustar desapropriações, fixando-se nas eleições para o Congresso. Isto leva a um arrefecimento na atuação do movimento sem-terra, que se centra na organização dos assentamentos, procurando garantir a permanência dos produtores na terra.

Em 1986 - eleições para o Congresso e para governadores. No Paraná ganha o PMDB (Álvaro Dias e vice-governador Ary Veloso Queiroz), cujo programa já não enfatiza os movimentos populares. O Plano de Governo Álvaro Dias (1987) prevê o Programa de Desenvolvimento Rural do Paraná - Paraná Rural - cujo objetivo é combater as causas que desarticulam a pequena produção.

O apoio à reforma agrária, considerado de responsabilidade do governo Federal, será realizado pelo estado através da SEAB (Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento), tendo como objetivos:

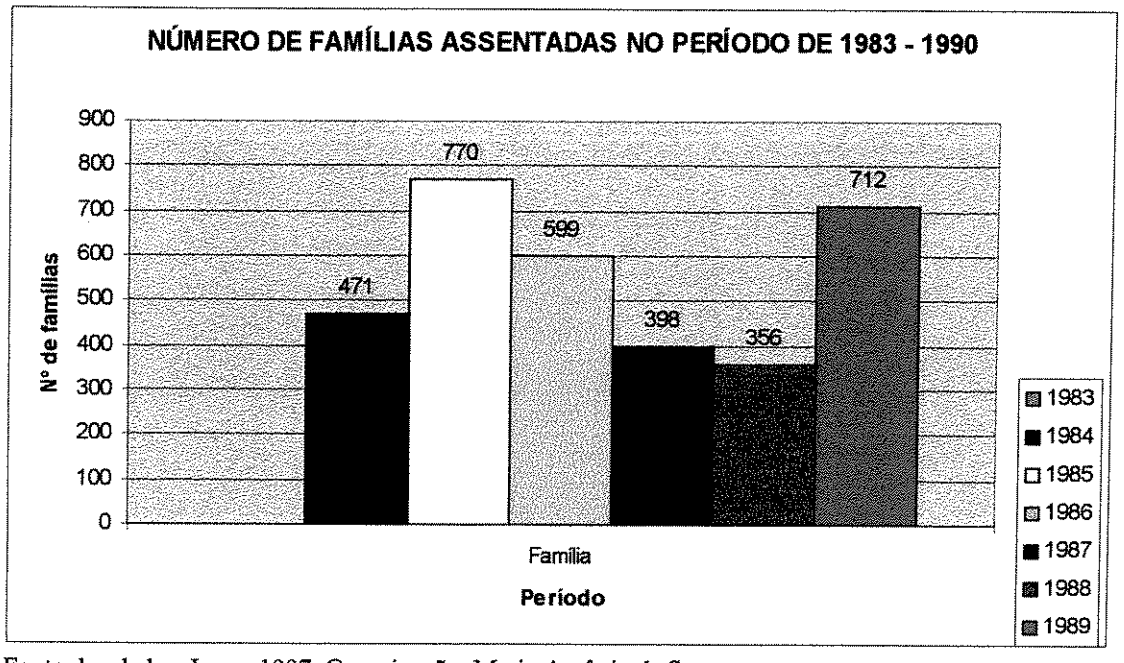
> Levantar o real estoque de terras objeto da Reforma Agrária, bem como estabelecer critérios claros de seleção das famílias, a serem beneficiadas; vistoriar anualmente, em conjunto com o INCRA, para efeitos de desapropriação de 120.000ha; assistir os assentamentos existentes e as novas famílias a serem assentadas no período 1987-91; apoiar diretamente a produção dos assentamentos através da: prestação de serviços de mecanização agrícola (...), fornecimento de cerca de 7.500t de sementes (...). apoiar a comercialização da produção dos assentamentos; realizar a medição de cerca de 50.000ha para efeito de regularização fundiária ... (Plano de Governo, 1987, p. 39-40).

A meta estabelecida para assentamentos rurais era de 8.000 famílias, na gestão Álvaro Dias, com alguns programas do tipo: *"levantamento e identificação de imóveis rurais desapropriáveis; cadastramento e definição do perfil sociológico dos potenciais beneficiários; avaliação e acompanhamento de resultados dos projetos de assentamento; realização de cadastro técnico de imóveis rurais, visando identificar e qualificar os existentes; realização de uma pesquisa sobre a história agrária do Paraná ..."*(1987:112).

Conforme relatório do IPARDES (1992:40-41), o número de famílias assentadas no período de 1982 até 1989 somou 3.528, acrescido de 1.543 famílias que estão em área com decreto de desapropriação e 852 famílias em áreas com pendências judiciária.

Assim, podemos ilustrar através do gráfico abaixo o número de famílias assentadas na gestão José Richa (1983-87) e na gestão Álvaro Dias (1987-90). A fonte de dados se refere à IPARDES (1992) e listagem do INCRA (1997).

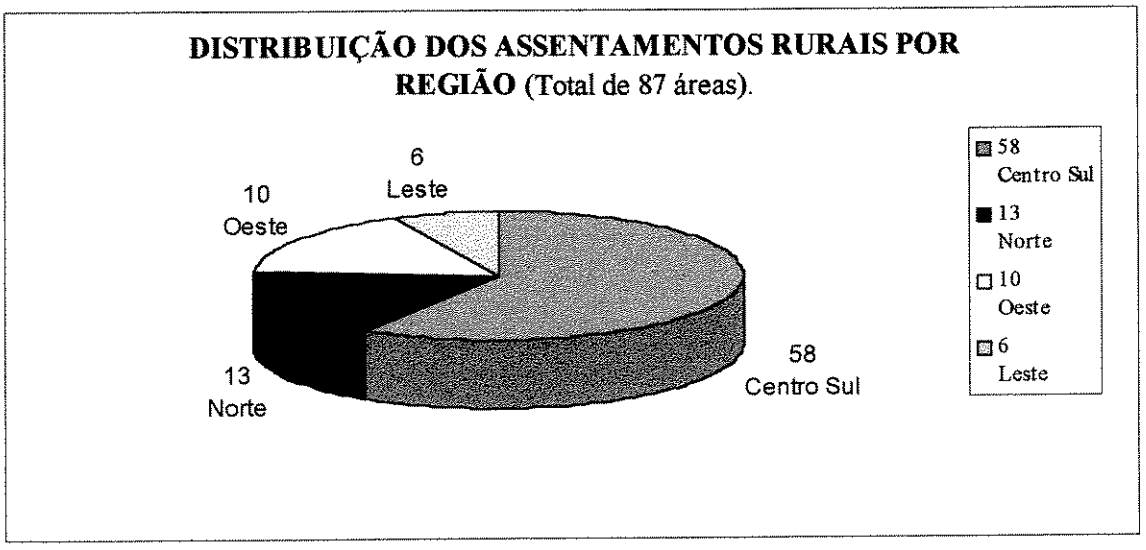
GRÁFICO 1



Fonte dos dados: Incra, 1997. Organização: Maria Antônia de Souza.

Até outubro de 1989, havia um total de 87 assentamentos rurais, conforme IPARDES (1992), distribuídos da seguinte forma:

GRÁFICO 2



Fonte dos dados: IPARDES, 1992. Organização: Maria Antônia de Souza

Destes 87 assentamentos rurais, 60 são considerados implantados (já passaram pela fase de vistoria, comissão agrária, desapropriação, imissão de posse, demarcação de perímetro, elaboração de quadro - natural e sócio-econômico, seleção das famílias e elaboração de projeto de parcelamento, possuem projeto junto ao INCRA, podendo receber financiamentos)[47] e 27 estão em fase de implantação (que já venceram as etapas até a desapropriação da área).

Portanto, a partir de março de 1987, iniciou-se nova configuração na atuação do governo estadual na questão da Reforma Agrária no estado.[48] Foi escolhida para a SECRA uma pessoa com maior envolvimento com movimentos populares. Mais tarde, a SECRA foi extinta, criou-se o SEAF e o ITCF volta a ser vinculado à Secretaria da Agricultura. O principal objetivo da SEAF (Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários) era planejar, coordenar e controlar a execução, pelos diversos órgãos estaduais, da reforma agrária e outras questões relativas à situação fundiária. Pretendia-se municipalizar as ações da Reforma Agrária. Propunha-se que o processo de desapropriação fosse amigável. A estrutura conservadora do governo e

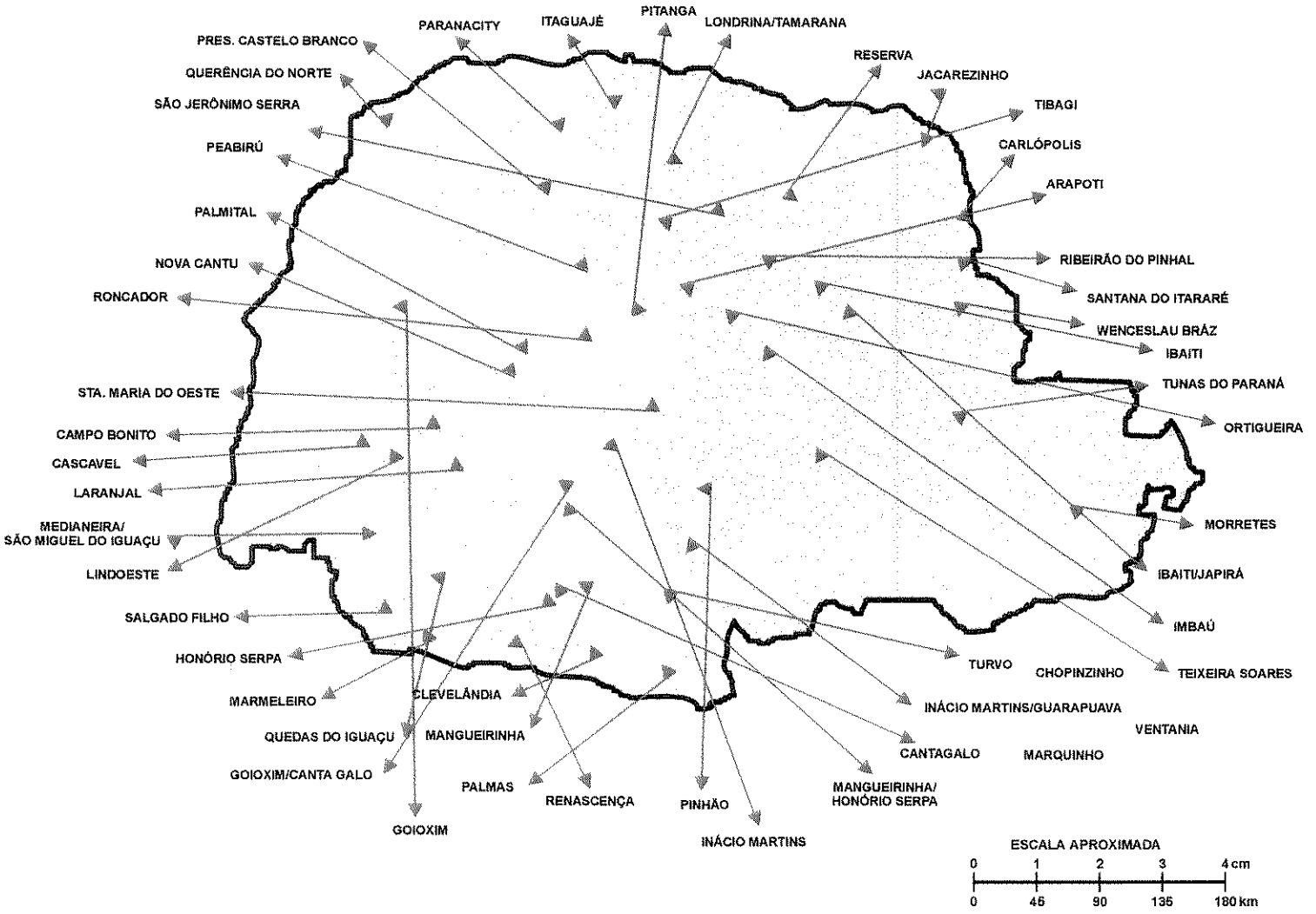
[47] Vide IPARDES, 1992, p. 46.
[48] Conforme IPARDES, 1992.

a oposição da Secretaria da Agricultura ao SEAF, imobilizou a ação do último. Em outubro de 1987, o SEAF renuncia. Em janeiro de 1989, foi extinto o cargo de SEAF, com suas competências sendo passadas para a Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimentos (SEAB).

Nesse período, a reforma agrária "perde" importância no estado; diminuíram as ações empreendidas; o número de técnicos responsáveis por trabalhos no assentamento e o volume de recursos alocados. Com relação aos assentamentos que continuam sendo organizados, sua ocorrência se deve à intensa atuação do MST, promovendo ocupações no estado. Conforme dados da SEMA (1997) e listagem do MST (1998), existem ainda 4 áreas ocupadas no estado, que são de 1989, entre outras 103 que vão do período de 1983 até 1997. **Na figura 1,** a seguir, procuramos localizar aproximadamente, as áreas de ocupações existentes no estado do Paraná. Ao final da tese anexamos a listagem das áreas de ocupações, destacando os municípios e as datas das ocupações.

MUNICÍPIOS ONDE EXISTEM ÁREAS DE OCUPAÇÃO NO PARANÁ

FIGURA 1



Fonte de dados: MST, 1998

Quanto à localização dos assentamentos rurais no Paraná, este reproduziu o movimento de migração interna ocorrido no estado, no decorrer da década de 80. Durante a década de 70, a migração era externa ao estado (Mato Grosso, Paraguai), os migrantes, encontrando dificuldades, voltavam. Na década de 80, a migração se torna interna, voltado para a região centro-sul do estado, que apresentava áreas pouco exploradas. O conhecimento dessa realidade (áreas pouco exploradas, baixa qualidade, terras baratas) orientou a atuação do MST. **Na figura 2**, a seguir, ilustramos de forma aproximada, os municípios nos quais existem assentamentos rurais.

A gestão de 1991 a 1994, referente ao governo Roberto Requião e a gestão de 1995 - 1998 do governo Jaime Lerner, serão sintetizadas na seqüência.

É importante ressaltar que durante o Governo Collor houve um retrocesso na política fundiária, em relação ao governo anterior. Conforme Abramovay (1992), a política fundiária teve duas características básicas: o acesso à terra por meio de compra e a realização de assentamentos em áreas de tensão social.

Amstalden (1992) afirma que a meta do governo Collor - 1990 - 1991 - de assentamento para o estado do Paraná era de 11.120 famílias em 222.400ha, sendo concretizado, apenas, o número de 187 famílias em 7.449 ha.

No estado do Paraná, o governo Requião elabora o Projeto Paz na Terra, caracterizado *"... como ação prioritária do Governo Estadual, e tem por objetivo geral atender as questões fundiárias e contribuir para dar efetividade ao direito de cidadania do trabalhador rural."* (Programa Paz na Terra, 1992).

Os objetivos específicos de tal Programa eram:

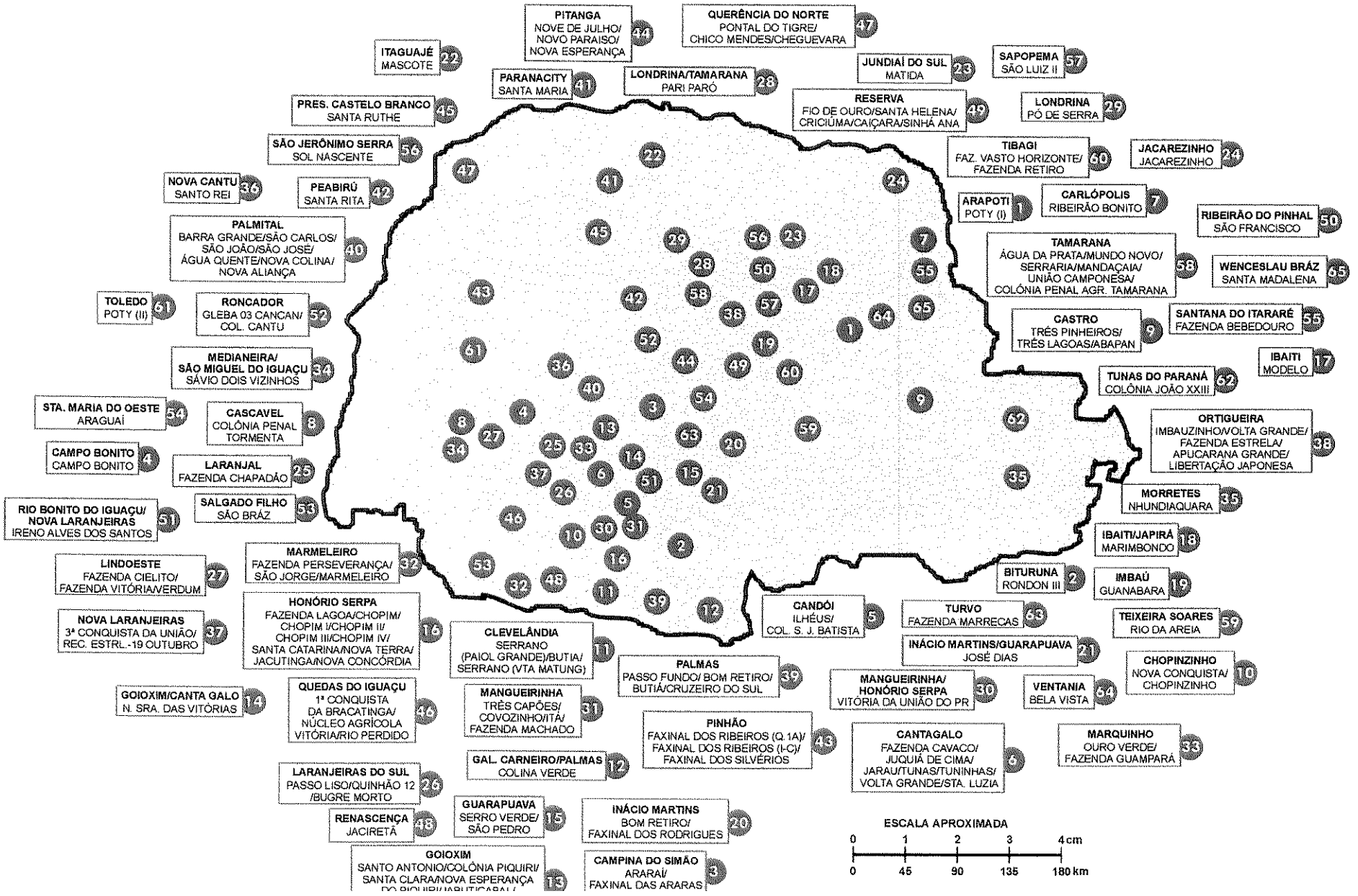
> Identificar áreas com pendências dominiais e possessórias; propiciar assistência jurídica gratuita aos necessitados do campo; regularizar os remanescentes das terras devolutas estaduais, de acordo com sua destinação social, econômica e ambiental; mediar os conflitos sociais no campo, participando de sua resolução, sempre respeitando a competência dos demais poderes; contribuir para a democratização do acesso à propriedade rural; propiciar o acesso aos meios de atendimento as necessidades básicas do homem do campo; desenvolver cadastro técnico de imóveis rurais[49].

---

[49] Extraído do Programa Paz na Terra, 1992.

PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS EXISTENTES NO PARANÁ

FIGURA 2



Conforme afirma Horácio Martins Carvalho[50] (1997), *"... o objetivo central do governo Requião era evitar a violência no campo, porque ela era a pauta do momento (...) era a grande bandeira de luta."*

Carvalho (1997), em entrevista, nos relata a política de reforma agrária do governo Requião:

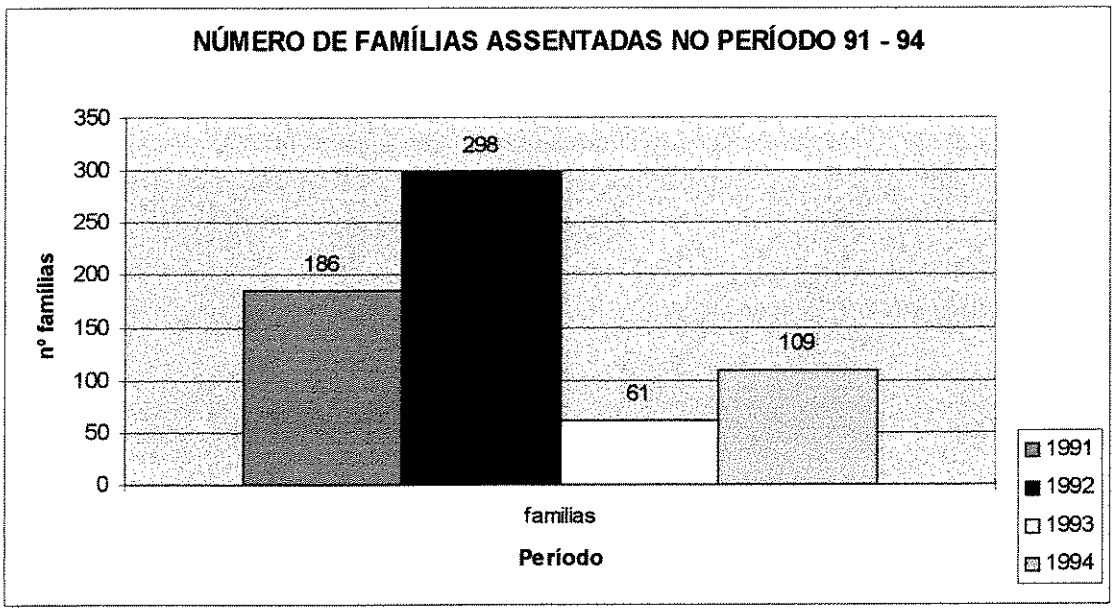
> No governo Requião não houve um programa de Reforma Agrária. É um período que se caracterizou como um ascenso das lutas no campo e um elevado nº de invasão-ocupações de terra. Isso exigiu que o governo corresse atrás das ocupações. Em três anos foram quase **40 ocupações**. Tinha mais ocupações do que tempo de você entrar num processo desapropriatório - isso por um lado. Segundo é que naquela oportunidade, no 1º ano do governo Requião, havia uma **intensa disputa com o INCRA**. O INCRA estava nas mãos do pessoal da direita e necessariamente não apoiava o processo de: vistoria; muito menos de desapropriação, houve uma imensa dificuldade de conduzir isso. Tanto foi forte, esse processo, que o Requião criou um Programa chamado **"Paz na Terra"**, exatamente porque havia um processo muito intenso de conflitos.
>
> O conflito principal começa logo depois do Requião tomar posse (6 meses), com aquele despejo que vai se fazer em Londrina; na qual tem alguns incidentes, tem pessoas feridas, houve um processo muito violento. Aquele processo da ferro-vila levou o Requião, praticamente, a rever a forma de ganhar o processo de reintegração de posse.
>
> A partir daí até o período da **morte do Teixeirinha**,(...) não houve nenhum processo de reintegração de posse; tanto que nesse período o Requião vai ter 27 pedidos de intervenção Federal no Paraná, por não cumprimento de reintegração de posses.
>
> O que houve, isso, via o antigo ITCF, que depois vai virar o SEMA, foi um Programa de Regularização Fundiária, já partindo de um acordo com a CPT e outros movimentos, da importância de paralelamente a você tentar conciliar o processo de resolução dos conflitos agrários, você ter a solução de um conflito crônico e passivo que é o do posseiro, que houve e talvez a situação mais complexa do Paraná, maior do que é a ocupação de terras. o Paraná deve ter algumas milhares de pessoas (40 mil ou mais) posseiros em situação de conflito muito intenso. A própria região de Pinhão sempre foi uma zona de intenso conflito com posseiros.
>
> No período, havia necessidade de você equacionar a **mediação**, não só pelas ocupações de terra, mas também, a tentativa de expulsão de

[50] Horácio Martins Carvalho foi assessor especial para assuntos agrários num período da gestão Requião, concedeu-nos entrevista no dia 10/11/97.

> posseiros das grandes madeireiras, das grandes fazendas ... até por questões de grilo, suspeita de grilo... que no período coincidia com o auge do processo de ocupação de terra e o auge de repressão contra o posseiro.Então, eu diria que nós fomos,(...) empurrados pelo movimento social, antes de ter uma proposta. Se houve alguma proposta foi "não haver despejos.

Nos anos de 1991 até 1994, foram criados 24 projetos de assentamentos rurais no estado do Paraná, conforme INCRA (1997), totalizando 654 famílias. O gráfico abaixo ilustra a distribuição das famílias assentadas, ao longo dos 4 anos.

GRÁFICO 3



Fonte dos dados: INCRA, 1997. Organização: Maria Antônia de Souza.

O ano de 1993 marca uma série de mudanças no trato do Governo do Estado com relação ao MST. Conforme o depoimento de Carvalho (1997), durante os dois primeiros anos da gestão Requião, havia um apoio logístico aos movimentos sociais; o MST fazia grandes ocupações, levando mulheres e crianças (tática de silêncio das ocupações); havia um acordo com o MST que se a fazenda não fosse produtiva ou em dúvida, não haveria reintegração de posse, não haveria despejo; se a fazenda fosse produtiva o pessoal se retiraria.

Quando, em 1993, o Teixeirinha (membro do MST) é morto, ou melhor, quando o grupo da fazenda faz a segunda ocupação, porque eles ocuparam há um ano atrás, como o governo não tinha cumprido uma série de exigências, eles voltaram a ocupar. Nesse momento, um pouco antes da ocupação, nós estávamos no auge dessas três variáveis. **Tinha 27/28 pedidos de intervenção federal, 37 mortos em reintegração de posse e vários juizes não estavam mais dando reintegração de posse;** os juizes estavam levando em consideração a função social da terra. Para isso eles montavam uma comissão, tendo perito indicado pelo juiz, um do INCRA, e um do ITCF, que iam dar um laudo de vistoria, antes da reintegração de posse. Mas como havia um **acordo com o MST**, de que se no laudo fosse considerado que a fazenda era produtiva , eles se retiravam; a reintegração de posses perdia sentido. Esse instrumento jurídico - reintegração de posse - nesse período passa a não ter força porque: primeiro: o juiz não estava dando; quando dava, o governo não cumpria, não mandava tropa para despejo ... e vários juizes começaram a não dar mais reintegração de posses. O primeiro a fazer isso foi o juiz de Palmas. Nesse momento assina-se o primeiro contrato na qual o governo colocou 11 técnicos a disposição da ANCA. Foi o primeiro convênio entre MST e Estado, que depois o Lerner ampliou e que como não podia assessorar os acampamentos produtivos , porque era uma área litigiosa, se fez um acordo de que o governo passava o recurso para a ANCA e esta contratava seus técnicos que iam dar assistência.

O comando da PM era exercido por um Coronel do Corpo de Bombeiro, e o pessoal da tropa, infantaria - da repressão mesmo - tinha grande divergências com ele, porque ele era do Corpo de Bombeiro e não da tropa. O Requião o tinha colocado, justamente porque ele colocava uma situação inusitada, dentro do comando da PM no PR, de não ser um oficial clássico da tropa (que passa por todos os cursos Interpol, formação anti-guerrilha...). ... se criou um Conselho - não me recordo o nome, assessor do governo, que era só para a questão fundiária. Esse conselho tinha gente - várias secretárias de Estado, pessoal da PM, MST, ITCF. Qualquer pedido de intervenção, da reintegração de posse e de tropa, passava por esse Conselho. Esse conselho, as vezes, demorava um mês, dois para analisar uma situação, porque, inclusive (...) tinha-se uma barreira contra qualquer ato de violência.

Nossa relação com o INCRA era uma relação sempre tensa, diferentemente do que tem havido contemporaneamente ... que é uma relação muito mais amena; ela é conflituosa ondulatoriamente. Naquele período, o INCRA não tinha nenhum papel no campo, tanto que o pessoal do INCRA não circulava nos assentamentos, que ia levar tiro. Carro do INCRA não ia, acabou indo mais, no governo Requião, mais abertamente. Como o pessoal era da direita, eles deixavam que o governo resolvesse, então no máximo o ITCF preparava todo processo desapropriatório, o processo de informações para o desapropriatório e entregava pronto para o INCRA, para ele iniciar o processo. Se nós não entregássemos isso pronto para ele, o

> INCRA não ouvia. Era um período onde quem conduziu toda a política foi o ITCF, o Secretário de Segurança e o gabinete do governador. O INCRA era omisso, na prática.
>
> **O episódio do Teixeirinha consagra a ofensiva da direita** (...). A carga explosiva de repressão vem com toda a força. Tanto que, por exemplo, uma acusação que circulou no palácio, na época da morte do Teixeirinha ou quando estava caçando o Teixeirinha, é que a polícia federal dizia que tinha gravado telefonemas meus com o MST, de que eu é que tinha mandado fazer a invasão das fazendas. Daí quando teve a morte daqueles três policiais e da PM, o Requião estava em Roraima, discutindo a Constituinte, campanha para plebiscito (presidencialismo...). O Requião na entrevista à Folha, me desautorizava publicamente ... ele já tinha informação, eu vim a saber depois, que a polícia tinha grampeado meu telefone, de que eu tinha mandado invadir a fazenda...
>
> Nesse período, o Requião estimula a caça de bandidos, que eram os sem-terra. Ele faz uma mudança, tanto que eu digo que: no fundo, o que tinha atingido o Requião não era a morte dos três policiais e do Teixeirinha, é que a autoridade dele tinha sido ferida. Ele não admitia ter uma autoridade contestada pelo movimento popular...

Tais acontecimentos refletem na queda do número de assentamentos realizados no período 93 e 94. Um ponto a destacar na gestão Requião, é a criação da figura do mediador, que iria negociar com os movimentos sociais no campo uma solução para o conflito. Outro ponto é a iniciativa de apoio aos movimentos sociais, no início da gestão, através da criação do Programa Paz na Terra. No entanto, o final do período Requião é permeado pelos conflitos, mortes e mudança de posição por parte do governo, que passa a atuar na ofensiva em relação ao MST.

Atualmente, existem 6 áreas ocupadas no estado, cuja origem de ocupação se refere aos anos de 91, 92 e 93. (fonte: SEMA/97).

Na seqüência, o governo Jaime Lerner (1995-1997) elabora o Programa Cidadania Rural, cujo objetivo é: *"O Programa visa conjugar esforços técnicos-operacionais para a instrumentalização do Estado nas áreas de Regularização fundiária, reassentamento rural, levantamento cadastral e sensoriamento remoto, fortalecendo os mecanismos de gestão do Estado."* (Plano de Governo LERNER, 1995:14).

O governador parece estar "fundamentado" no Programa Paz na Terra, da gestão Requião, quando se refere à cidadania rural e quando nomeia assessores para assuntos fundiários (mediadores entre os movimentos sociais e o Estado).

O Programa Vilas Rurais é a "inovação" do governo Lerner, com objetivo de:

> Este programa contempla uma faixa de trabalhadores que representa cerca de 27% da população rural paranaense. O objetivo é dar melhores condições de vida aos trabalhadores rurais volantes e suas famílias, com garantias de trabalho, moradia e alimentação, de modo a fixá-los no meio rural. Com o programa, serão qualificados para atender, com a qualidade que se exige hoje, as tarefas e demandas requeridas pela atividade agropecuária estadual, com vistas ao aumento da produção agropecuária ... meta do projeto beneficiar 60.000 famílias - 300.000 pessoas. (PLANO DE GOVERNO LERNER, 1995:5-6).

Sobre o Programa Vilas Rurais, a FAPEAGRO (1997) produziu um relatório, afirmando a existência de 130 vilas rurais no Paraná (sendo 20 já concluídas, 3 em fase de construção, 98 em obras e 18 em fase de Projeto).

Conforme explicito no "Projeto Paraná 12 meses", a meta do governo do estado é realizar 400 vilas rurais.[51] Tal programa vai ao encontro do que nos afirma José Carlos Araújo Vieira - assessor do governo Lerner para assuntos agrários: *"a questão da reforma agrária é viável dentro do modelo de acomodamento fundiário."*

A gestão Lerner é caracterizada de um lado pelo interesse em "des-organizar os trabalhadores rurais, politicamente" - Programa Vilas Rurais; de outro lado pelo acúmulo de áreas ocupadas no estado e a violência no campo (conforme notícias dos jornais estaduais, o estado do PR está no rol dos estados com maior violência no campo).

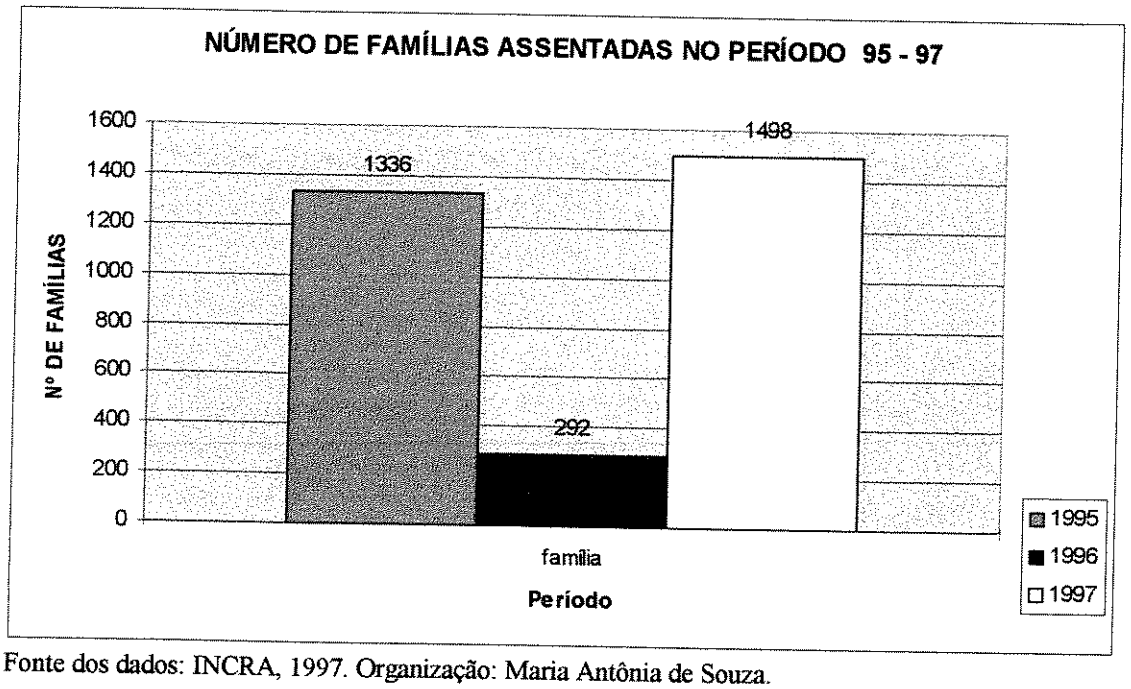
Conforme listagem do MST (1998), o número de áreas ocupadas desde 1983 até 1998 totaliza 106, sendo 23 delas ocupações realizadas no ano de 1998. Do período 1995 – 1998, ainda restam 96 áreas de ocupações que não sofreram processo de desapropriação. O assessor para assuntos agrários do governo Lerner afirma que *"o aumento das ocupações é mais político do que atendimento social."*

---

[51] Sobre vilas rurais vide: Normas Operacionais do Programa Vila Rural, maio de 1995; Avaliação participativa do Programa Vilas Rurais, elaborado pela FAPEAGRO, junho 1997 e Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural: subprograma Vilas Rurais, produzindo pelo governo do Estado, janeiro de 1995.

O gráfico número 4 ilustra o número de famílias beneficiadas ao longo dos anos 1995 e 1997, com projetos de assentamentos rurais.

GRÁFICO 4



Fonte dos dados: INCRA, 1997. Organização: Maria Antônia de Souza.

Diante do exposto e dos noticiários da mídia, o período de governo de Lerner se caracteriza por intensa violência no campo: aumento do número de ocupações, repressão policial, organização/armamento dos latifundiários. A política estadual para a questão agrária é a "cidadania rural", entendida como acesso a casa, comida e trabalho, o que seria propiciado pela construção das vilas rurais, na visão do governo.

O governo Federal tem atuado no sentido de: elaborar a meta para os próximos 4 anos de mandato, assentar 1.000.000 de famílias, através da compra de terras públicas, empresas de colonização, estímulo ao arrendamento e cédula da terra. A reforma agrária passa a ser um "negócio" e não desapropriação. Outra meta do governo é emancipar todos os assentamentos; o crédito de atendimento aos assentados fica por conta do PRONAF; privatizar a assistência técnica nos

assentamentos e, finalmente, incentivar a política da descentralização da reforma agrária.[52]

Em reportagem do dia 05/12/98, o Jornal Gazeta do Povo, destaca que o governo federal assentará 20 mil famílias a menos, em relação à meta de 100 mil deste ano, devido o corte de 47% no orçamento, conforme depoimento de Raul Jungmann.

Poderíamos indagar se a tendência é o avanço, nacional, do Programa Vilas Rurais, bem como a continuidade da experiência com a Cédula Rural? Paulinelli (1997) propõe *a "participação do Estado como incentivador do desenvolvimento através da criação do Programa Nacional de Cidadania no meio rural ..."*, dentre estes programas cita o 'Vilas Rurais' do Paraná.

Portanto, o campo político[53], caracterizado como campo de forças e das lutas, explicita-se no Paraná através das ações governamentais - por exemplo, no primeiro ano de governo Álvaro Dias (1987), *'150 policiais armados de metralhadoras e fuzis, acompanhados de pistoleiros e jagunços tentaram despejar 80 famílias que ocupavam a fazenda Santo Rei , município de Nova Cantu ...*"[54] -; outra ação a considerar, refere-se ao Programa Paz na Terra, onde há preocupação de criar a figura do mediador para negociar os conflitos agrários; o Programa Vilas Rurais, que a cada dia ganha maior dimensão e apoio dos partidos ligados ao governo FHC, entre eles o PFL. O campo político explicita-se, ainda, através da ação do MST e dos latifundiários. Os primeiros ampliando as ocupações de terra; os segundos organizando seguranças, jagunços e articulação política para a "proteção" da propriedade privada.

Enfim, o objetivo deste capítulo referiu-se à caracterização do MST no contexto nacional e estadual, através da demonstração de seu crescimento no âmbito estadual e das relações de forças com o Estado e latifundiários. Tal crescimento leva ao fortalecimento da preocupação com a viabilidade econômica e social das áreas conquistadas, através da organização de formas de cooperação agrícola. Os governos estaduais, durante os anos 80 e 90 tiveram atuação que vão desde os

---

[52] Temas discutidos em reuniões do MST em outubro de 1997.
[53] Arquivo do MST - 27/11/1987.
[54] Arquivo do MST - 27/11/1987.

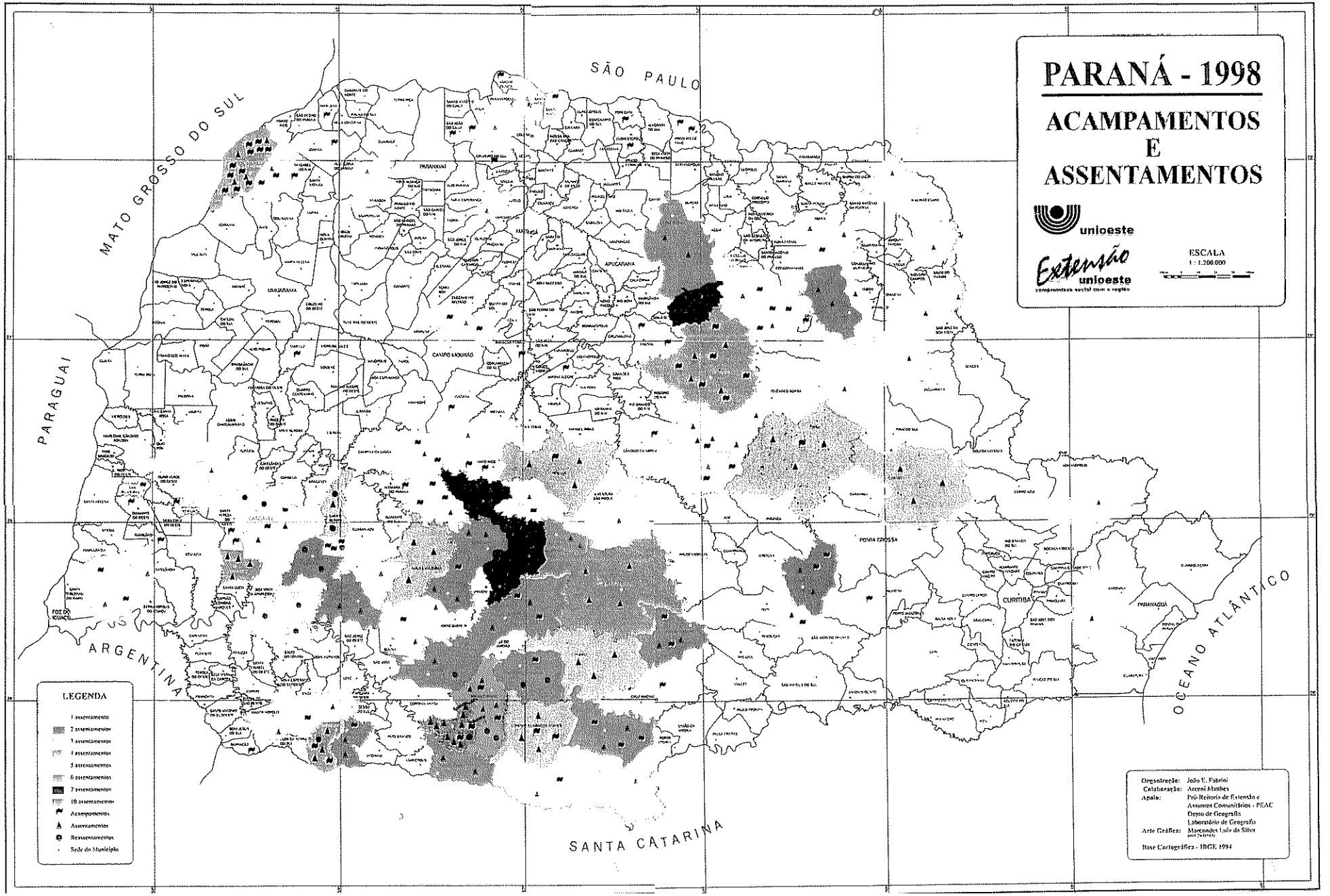
ataques/repressão ao MST, até o desenvolvimento de processos de mediação e, atualmente, uma repressão explícita, através dos confrontos com policiais, no ano de 97 e 98, bem como repressão camuflada, através da construção das Vilas Rurais, como mecanismo de esvaziamento do Movimento.

A figura anexa ao final deste capítulo refere-se à localização dos assentamentos e acampamentos existentes no estado, demonstrando a grande quantidade de acampamentos na região de Querência do Norte, área onde tem havido vários conflitos e confrontos entre policiais, milícias e os sem-terra, principalmente no ano de 1997 e 1998.

No capítulo seguinte a preocupação centra-se na discussão sobre o lugar ocupado pela cooperação agrícola enquanto forma organizacional de produção, nos setores do MST, principalmente o Setor de Educação, Formação e Cooperação.

LOCALIZAÇAO DOS ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS NO ESTADO DO PARANÁ – 1998

(Mapa organizado pelo profº Ms João E. Fabrini; produzido pela UNIOESTE)



CAPÍTULO 4 – O LUGAR DA COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NOS SETORES DO MST.

Neste capítulo destacaremos os setores que compõem o MST, localizando a presença da preocupação com a cooperação agrícola, em cada um deles. Entendemos os setores de educação, formação e cooperação como fundamentais no processo de socialização política e, consequentemente, lugares de redimensionamentos da práxis sócio-política do MST.

Os setores acima referidos fazem parte da organização do MST. São constituídos por pessoas que elaboram reuniões, sistematizam documentos, executam as propostas construídas "coletivamente". Entendemos que tais setores, enquanto espaços de interação, de aprendizagem e de formação política, propiciam o desenvolvimento de conhecimentos, de novas práticas e atitudes entre os participantes.

O conhecimento gerado da práxis cotidiana – processo de luta – e sistematizado nos setores do MST, produz uma nova práxis política, social e cultural entre os sem-terra e assentados. Para citar alguns exemplos, podemos pensar o contexto da educação escolar, onde no início dos anos 80 a preocupação era com o que fazer com as crianças dos acampamentos e assentamentos e, nos dias atuais, além dessa preocupação, existe a produção de materiais teórico-metodológicos para uso de professores das escolas de assentamentos, músicas que enfatizam a importância da educação, conferências sobre educação do campo, parcerias com universidades com intuito de formar professores para as escolas de assentamentos, os assentados atribuindo importância à educação dos filhos – principalmente o aprender fazer e interpretar o contexto político-sócio-econômico. Portanto, no cotidiano da luta, os atores sociais geram conhecimentos que transformam a própria ação, ampliam os sentidos da participação, dos direitos e da cidadania.

Para compreender o lugar da cooperação agrícola, enquanto forma organizativa da produção, nos setores do MST, trabalhamos com os documentos do

tipo cadernos de formação, relatórios de encontros e seminários, bem como os registros de nossas observações realizadas no interior de cada setor.

Os setores que compõem o MST são: Frente de massa; SCA- Sistema Cooperativista dos Assentados; Educação; Formação; Comunicação e Administrativo.

Os setores foram sendo organizados a partir das necessidades advindas do processo de luta pela terra. Por exemplo, o setor de educação consolida-se a partir da preocupação com as crianças dos acampamentos e assentamentos. O setor Frente de massa, organiza-se com intuito de agilizar as ocupações de terra, assim como de possuir um grupo de pessoas que vá à frente da ocupação. O setor de produção, atual SCA, consolida-se a partir da necessidade de organizar tanto a produção, quanto reivindicação de créditos, comercialização, assistência técnica e formação dos assentados. Assim, os grupos responsáveis por cada setor organizam espaços de discussão, de formação e de espacialização da luta pela terra.

Dessa organização resulta um conjunto de práticas, conhecimentos, simbologias e valores, que contribuem para a concretização de uma nova cultura política, que a princípio poderíamos caracterizar como: o sentimento de participação dos assentados e sem-terra; a produção de materiais; a vivência de espaços de resgate da cultura popular; a organização coletiva; o sentimento de constituir-se como sujeito do processo; a definição de palavras de ordem explicitando críticas ao modelo econômico, político e social do país; o envolvimento com propostas alternativas para o Brasil, como o movimento do Projeto Popular, difundido em 1997.

Tomando como referência o nosso objeto de estudo, ou seja, a organização das formas de cooperação nos assentamentos rurais do MST, objetivamos analisar qual a preocupação que cada um dos setores apresenta, em relação à cooperação agrícola. Para tanto, dividimos o capítulo em cinco partes: o setor de educação em discussão; o setor de cooperação; o setor do formação; os três setores e o lugar da cooperação agrícola e o quarto, destacando a mística enquanto momento e espaço de reflexão sobre a cooperação, educação, sistema político, dentre outros temas.

1. Setor de Educação ...

A criação do Setor de Educação do MST data de 1987, quando um grupo de pessoas envolvidas com a questão educacional, em alguns estados, se reúne para discutir as seguintes questões: o que se quer com as escolas de assentamentos e o como fazer tal escola. Isso não significa que a educação não era preocupação no interior dos acampamentos e assentamentos, ao contrário, desde os primeiros acampamentos torna-se evidente o problema da educação escolar, manifestada nas seguintes questões: o que fazer com as crianças de acampamentos e como conseguir a instalação de escolas tanto nas áreas provisórias, como nos assentamentos definitivos.

A realidade dos acampamentos e assentamentos, que são organizados a partir de 1978, demonstra a necessidade de uma organização que lute pela conquista dos direitos garantidos na constituição, sobre a escolaridade. Assim, várias escolas provisórias são organizadas nos acampamentos; emerge a preocupação com "quem são os professores destas escolas"; consolida-se a idéia da construção de uma "escola diferente". Nestes vinte anos de luta e, onze de existência do setor de educação, muitos materiais – cadernos de educação, boletins – foram produzidos; manifestações foram organizadas através da simulação de aulas em rodovias, em praças públicas; cursos de formação de professores – Magistério iniciado em 1990; curso de formação de técnicos em cooperação – TAC, iniciado em 1993 -; convênios com universidades para a realização do curso de Pedagogia, onde os alunos são pessoas assentadas; elaboração de propostas para a escola dos assentamentos; realização de cursos de alfabetização de jovens e adultos; conquista do PRONERA – Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária – encontros, seminários, cursos de capacitação, conferências, entre outras, foram realizados.

As concepções que orientam as práticas desenvolvidas nos referidos espaços é fundamentada, conforme explícito em documentos do MST, nas idéias de Paulo Freire, Pistrak, Makarenko, principalmente. Os responsáveis pelo setor organizam eventos onde discutem a situação educacional do país, experiências desenvolvidas por educadores, elaboram propostas para as escolas de assentamentos, ou seja, constróem um espaço de interação, de formação política e,

consequentemente, de aprendizagens. Tais práticas desenvolvidas pelo setor são caracterizadas como inovadoras e muito importantes para a construção de uma escola diferente. No entanto, questionamos, até que ponto os participantes deste espaço, quando ampliado para grandes encontros e cursos de formação e capacitação, vivem um processo de emancipação, no sentido de não apenas reproduzirem o conteúdo trabalhado, mas desenvolverem um processo de re-criação de tudo o que foi feito e dito.

A simbologia desenvolvida pelo setor de educação evidencia a importância da escola para o MST. Por exemplo, o slogan do início dos anos *90 "ocupar, resistir e produzir, também na educação"*; a música "Toda criança na escola", de autoria de Zé Pinto, que salienta a necessidade de "*estar fora de moda, criança fora da escola, pois há tempo não vigora o direito de aprender...*". A partir de 1995 o MST lançou o movimento de educação de jovens e adultos, com o lema "*Sempre é tempo de aprender*" e "*Toda criança na escola, aprendendo*".

Ao mesmo tempo, tal simbologia é criada como uma das formas de luta dos sem-terra, incorporando nas práticas cotidianas o sentimento de denúncia de um sistema político excludente e elaboração de reivindicações, propostas e ações contra a exclusão social. Os símbolos que envolvem a luta por educação influenciam na representação que os assentados atribuem à escola, ou seja, contribuem para reforçar a importância da escola enquanto instrumento de formação técnica e política.

Os conhecimentos discutidos e produzidos no interior do setor de educação são oriundos dos encontros locais, regionais e nacionais, onde os participantes são compostos por assentados, professores de assentamentos e intelectuais envolvidos com inúmeras questões relacionadas à educação. A prática teórica é fundamentada nas experiências e nas contribuições dos intelectuais reconhecidos nacional e internacionalmente, no entanto, a prática nas escolas de assentamentos é um pouco distante da idealizada, uma vez que a infra-estrutura é escassa, os professores, em sua maioria, desconhecem tanto as propostas do MST, quanto outras propostas que possam ser inovadoras; o acesso de professores e alunos às escolas é bastante precário.

Consideramos o setor de educação e os espaços organizados a partir dele, como lugares de construção de uma nova cultura política, reforçando a importância da educação e desenvolvendo a atitude questionadora por parte da comunidade sobre as questões da escola. A educação torna-se uma preocupação constante no processo de luta pela terra e na chegada ao assentamento. Considera-se que através da educação possa desenvolver atitudes críticas, cooperativas, contribuindo para a construção de uma sociedade diferente.

A nova cultura política desenvolvida em tais espaços é permeada por facetas democráticas, caracterizadas por processos participativos e deliberativos sobre documentos produzidos pelo setor, pela constituição de coletivos pedagógicos, no entanto, não é uma faceta democrática radical – no sentido de Tragtenberg ou Navarro – mas, uma democracia que possibilita pseudoparticipações. É permeada por facetas autoritárias, quando um grupo acredita possuir as idéias político-ideológicas que são as melhores para o desenvolvimento de uma sociedade menos desigual ou "socialista", como dizem os dirigentes do MST. Como afirma Freire, um processo educativo emancipador deve reconhecer as identidades culturais, propiciar um espaço dialógico de construção de conhecimentos e desenvolver o exercício de ouvir os envolvidos no processo.

O setor desenvolve uma nova cultura política quando consolida a luta pela escola de qualidade no assentamento rural, gerando a preocupação com o profissional que irá trabalhar, com o conteúdo e a metodologia, assim, instala a necessidade da participação constante da comunidade nas questões da escola, ainda que em muitas áreas a situação esteja bastante precária. Desenvolve a idéia de que a educação é uma conquista e não uma benfeitoria realizada pela prefeitura ou estado e que, durante muitos, anos as minorias estiveram excluídas da escola. Algumas manifestações ilustraram tal enfoque, por exemplo, a organização de aulas em frente a prédios públicos e no meio de rodovias, como maneira de reivindicar escolas e educação de qualidade para as áreas de assentamentos.

Com relação à cooperação agrícola, os documentos do setor de educação enfatizam o seguinte:

> Nosso objetivo maior é o de educar as crianças para que compreendam e se situem na realidade onde vivem, começando pelo

> Assentamento e chegando à sociedade e ao mundo como um todo; para que saibam pensar e agir com autonomia, tendo consciência da missão de continuadores da luta pela terra e de outras lutas da classe trabalhadora, e ainda para que tenham um preparo técnico e científico para **participar nos processos produtivos e organizativos do Assentamento**. (MST,Setor de Educação, 1990). (grifo nosso)

O documento acima, faz parte de um dos primeiros textos produzidos pelo setor de educação. Neste texto constatamos a preocupação com uma educação que contribua para a formação geral, bem com como técnica e que ofereça elementos para a organização da produção nos assentamentos.

Conforme Boletim da Educação, produzido pelo MST, em 1992, a escola de assentamento deve ter as seguintes características:

1- **preparar as crianças para o trabalho no meio rural;**
2. **capacitar para a cooperação;**
3. a direção da escola deve ser coletiva e democrática;
4- **a escola deve refletir e qualificar as experiências de trabalho produtivo das crianças no assentamento;**
5- a escola deve ajudar no desenvolvimento cultural dos assentados;
6- ensino deve partir da prática e levar ao conhecimento científico da realidade;
7- coletivo da escola deve se preocupar com o desenvolvimento pessoal de cada aluno;
8- professor tem que ser militante;
9- a escola deve ajudar a formar militantes e exercitar a mística da luta popular;
10- a escola também é lugar de viver e refletir sobre uma nova ética.

Vamos nos deter nos itens 1, 2 e 4 acima, objetivando analisar a preocupação relacionada com a cooperação agrícola nos assentamentos. Por exemplo, no primeiro item, está explícito que "*a escola deve ajudar no desafio de fazer o assentamento dar certo, nos aspectos econômicos, políticos e de relacionamento pessoal (...) criando condições para que as crianças participem deste desafio e também queiram e possam permanecer no campo (...) a condição é a capacitação técnica e científica para enfrentar as exigências de um modelo de produção mais empresarial e competitivo*"(Setor de Educação, 1992:2)

No item "*a escola deve capacitar para a cooperação*" está explícito que:

> Nos assentamentos, o trabalho coletivo tem sido o grande desafio: planejar coletivamente a produção; trabalhar dividindo tarefas e responsabilidades, pensar no avanço do conjunto e não só na família de cada um; lutar juntos por escola, por saúde, estrada, superar divergências, etc. (...) **precisamos nos reeducar, aprender a viver**

> **no coletivo, nos capacitar para a cooperação** (...) o grande papel da escola é ajudar no processo de educação do coletivo. E uma das principais formas de ajudar é criando condições objetivas para que as crianças, desde pequenas se capacitem para a organização coletiva, para a cooperação. Capacitar-se significa saber fazer na prática.(Setor de Educação, 1992:3-4).

No item 4 há destaque para a relação da escola com o sistema produtivo do assentamento, ou seja, "*nos assentamentos onde existe uma organização coletiva da produção a escola pode participar do planejamento e acompanhamento do trabalho das crianças (...) nos assentamentos onde a organização da produção não permita a participação coletiva das crianças, a escola pode ela mesma propiciar estas experiências de trabalho produtivo*" (Setor de Educação, 1992:6).

A luta pelo desenvolvimento da cooperação agrícola comparece, portanto, nos primeiros documentos do setor de educação, como uma das preocupações fundamentais do processo educativo. Trabalha-se com a proposta de cooperação na gestão da escola, onde o objetivo é a formação de coletivos de decisão e a vivência da democracia, através da participação. A preocupação central é a transformação da sociedade.

No caderno de Educação número 8, produzido pelo MST, há destaque para os princípios filosóficos e pedagógicos da educação no MST. Destacaremos os princípios filosóficos que são quatro, a saber: educação para a transformação social; **educação para o trabalho e a cooperação**; educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; educação com/para valores humanistas e socialistas; educação como um processo permanente de formação-transformação humana.

O princípio educação para o trabalho e a cooperação demonstra a preocupação com uma educação comprometida com a mudança de valores e atitudes relacionadas à produção, enfatizando que:

> O aprendizado de organização e de luta pela terra precisa se transformar numa nova mentalidade em relação às possibilidades de organizar a vida no meio rural, superando a própria oposição que tradicionalmente se tem estabelecido entre o mundo rural e o mundo urbano (...) a necessidade de uma formação intencionalmente voltada para a cultura da cooperação e para a incorporação criativa das lições

> da histórica da organização coletiva do trabalho. (Caderno de Educação,MST, 1997:8)

Os documentos do Setor de Educação evidenciam que a preocupação com a educação nos assentamentos vai além da escolarização, contemplando propostas que objetivam a mudança cultural entre os assentados, partindo do trabalho com as crianças e coletivos de gestão da escola. A educação torna-se um dos caminhos para reforçar o trabalho coletivo nos assentamentos e as demais formas de cooperação. A escola também constitui-se enquanto espaço onde emergem as diferenças culturais em termos da concepção de trabalho e cooperação, pois os alunos levam para o debate escolar, os conflitos que vivenciam no contexto da família, como por exemplo, os conflitos individual x coletivo.

Podemos sintetizar as práticas do setor de educação através do destaque aos coletivos de decisão e elaboração de propostas. O exercício constante de realização de encontros que possam fundamentar teórico-metodológica as idéias do grupo que compõe o setor, contribui para a análise de como, na prática, se desenvolve o conjunto de propostas sobre a educação, bem como quais as mudanças necessárias.

A música *"nova forma de aprendizado"*, de autoria de Zé Pinto, ilustra algumas das idéias presentes no setor de educação:

Ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho. *As pessoas se educam entre si, descobrindo este novo caminho;*

A frase acima ilustra as idéias de Paulo Freire com relação a educação, ou seja, que o processo de ensino-aprendizagem se concretiza no coletivo, na interação, na ênfase na dimensão dialógica do grupo e não na reprodução ou na centralização do saber em um único indivíduo. Portanto, o próprio movimento social destaca-se como um processo contínuo de aprendizado, que se consolida em novas ações a cada dia.

Como pensa o MST e o setor de educação. ***Muito além do a, e, i, o, u; ou um canudo na mão;***

A preocupação central do setor não se refere ao diploma ou ao aprender escrever, meramente, mas ao conteúdo do processo educativo que,

conforme explícito na música e nos documentos do MST, deve estar pautado na realidade do Movimento e do assentamento.

Professor tem que ser militante, ensinar dentro da realidade. A importância da Reforma Agrária e a aliança do campo e cidade;

Discutindo as tarefas da escola, ensinando como plano quer. Ir gerando sujeitos da história, novo homem e nova mulher;

Discutindo cooperativismo, o avanço da organização. É na vida do assentamento que a criança aprende a lição;

Uma das dimensões do conteúdo escolar refere-se à discussão do cooperativismo, seja no interior da própria escola ou no sistema de produção, o que implica em provocar/idealizar mudanças no âmbito cultural de trabalho com a terra.

Conhecer a caneta e a enxada, afinando estudo e trabalho. Aprendendo teoria e prática, nova forma de aprendizado;

Avançar nossa pedagogia, construir é bem mais que querer. Educando pra sociedade, que implantaremos ao amanhecer.

A música enquanto instrumento de luta e de motivação de uma prática, explicita o ideal de sociedade diferente, que está em processo de construção e que é evidenciada pela própria práxis cotidiana, carregada de elementos místicos que implantam molecularmente um novo modo de pensar. Uma práxis preocupada com a formação de um conjunto de jovens, novos militantes do Movimento, que reproduzirão a ideologia do mesmo. Preocupada com a ampliação da luta, que é um dos elementos para concretizar o ideal de uma sociedade diferente.

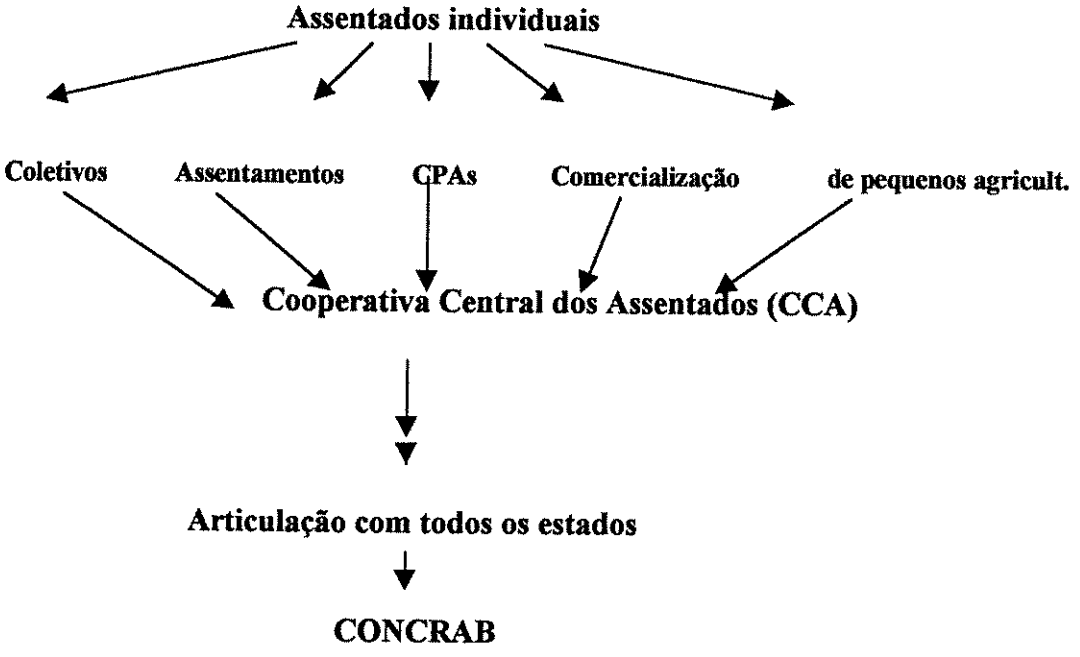
Na sequência destacamos o SCA como o setor específico de discussão das formas de cooperação nos assentamentos.

2- O Sistema Cooperativista dos Assentados – SCA – um dos setores do MST.

A primeira discussão sobre a organização dos assentados e da produção, aconteceu durante o I Encontro Nacional dos Assentados, no ano de 1986. Em 1989, durante o V Encontro Nacional do MST, adotou-se o lema *"Ocupar, Resistir e Produzir"*, demonstrando a preocupação com a organização da produção. Inicia-se o trabalho com os Laboratórios Organizacionais de Campo, experiência que deveria propiciar o desenvolvimento da cooperação agrícola.

A partir de 1989 e 1990, ocorreram discussões sobre a necessidade de avançar as formas cooperativas nos assentamentos, criando assim, o SCA, ao mesmo tempo em que as Cooperativas de Produção – CPAs – passam a ser consideradas como formas superiores de cooperação.

A estrutura do SCA é representada no organograma abaixo, conforme o caderno de formação número 20, CONCRAB.



A CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – foi criada em 1992, com os seguintes objetivos[55]:

> *articular e coordenar políticas gerais e do planejamento de médio e longo prazo, do desenvolvimento agropecuário das cooperativas estaduais e dos assentamentos; organizar uma escola técnica nacional para suprir as necessidades de quadros técnicos para as cooperativas na área administrativa, financeira e agronômica; manter um departamento de estudos estratégicos para projetos de maior escala; viabilizar atividades de exportação e importação; representar os interesses das cooperativas frente aos organismos públicos e internacionais; articular-se com outras confederações de cooperativas agrícolas e afins.*

Os objetivos do SCA, no contexto do MST, enfatizam uma dimensão orgânica, através da formação de quadros para atuação nas frentes de massa e nos

[55] - Conforme explícito no caderno número 20, CONCRAB.

assentamentos rurais; uma dimensão sócio-política que destaca a viabilidade da Reforma Agrária, através de formas alternativas de produção; uma dimensão econômica, com ênfase nas cooperativas como empresas econômicas, assim como o desenvolvimento de agroindústrias nos assentamentos, aumentando, assim, a renda individual de cada assentado. Na sequência apresentamos os objetivos do SCA, tomando como referência os documentos produzidos pela CONCRAB:

Os **objetivos orgânicos**[56] do SCA são:

> Garantir a **organização** do povo assentado: massificando e politizando; consolidar a organização de base do MST; conseguir liberar pessoas para participar dos Movimentos e Organizações populares; Cultivar a política e implementar a estratégia do MST; ser a retaguarda econômica do MST; desenvolver a consciência social e política da nossa base social, estabelecendo uma nova visão de sociedade e engajar-se nela; transformar a ideologia do camponês: substituir o "meu" pelo "nosso" e mudar o jeito artesão de trabalhar e enxergar o mundo; Criar condições materiais para a luta social e política, dispondo de infra-estrutura e recursos econômicos

Os **objetivos sócio-políticos** são os seguintes:

> Ser uma forma de **resistência** ao capitalismo (...) vincular-se a um projeto estratégico de mudança da sociedade (...) transformar a luta econômica em luta política e ideológica (...) provar que a reforma agrária é viável (...) servir de exemplo, de propaganda e de alianças na sociedade para que se unam na luta pela reforma agrária; aumentar o poder de barganha e pressão dos assentados diante do Governo (...) formar e capacitar quadros políticos (...) contribuir para a construção do Homem Novo e Mulher Nova....

Os **objetivos econômicos são**: *"ajudar a resolver os problemas econômicos de todas as famílias assentadas; desenvolver a cooperação agrícola como uma **empresa** econômica que produza sobras (...)**modernizar** a produção no campo (...) desenvolver a agroindústria..."*.

Partindo das citações acima, podemos destacar três pontos centrais. O primeiro refere-se ao Setor de Cooperação, como um espaço de **resistência** para a sobrevivência na terra. Ou seja, após a conquista da terra, novas formas de luta são configuradas no cotidiano do assentamento, sendo a cooperação, uma das estratégias

---

[56] - As informações foram extraídas do Caderno de Cooperação Agrícola, número 5, produzido pela CONCRAB.

e ao mesmo tempo, um elemento de denúncia de um sistema político-econômico que inviabiliza a pequena produção. Para que o ciclo de expropriações de pequenos proprietários não se reproduza no interior dos assentamentos é que se propõe a cooperação, em suas diferentes formas, como resistência e continuidade da luta.

A **organização** é um segundo ponto a ser destacado, uma vez que o SCA constitui-se como setor responsável por capacitação e massificação de formas de cooperação, objetivando a conscientização dos assentados, para que superem formas artesanais de trabalho na terra. Portanto, a organização diz respeito a uma mudança de práticas e de hábitos, característicos dos camponeses, tais como a produção individual e familiar.

Concomitante à resistência e organização temos, como terceiro ponto, a idéia de **empresa**, de sucesso econômico, o que tornaria o assentado realizado e, mostraria, político-economicamente, a viabilidade da reforma agrária. Desenvolver formas empresariais coletivas nos assentamentos rurais tem sido um dos desafios do MST, uma vez que implica em mudança de rotina de trabalho, de espaço de decisões e redimensionamento do papel da família. No entanto, as formas empresariais do tipo agroindústrias parecem ter maior aceitação, uma vez que são as relações comerciais que estão em jogo, podendo ser a produção de forma individual, semi-coletiva ou condomínios.

O SCA, enquanto setor do MST, surge como resultado de necessidades e práticas desenvolvidas em áreas de assentamentos. Constitui-se como uma dimensão no processo de construção de uma nova cultura política na medida em que objetiva organizar formas de cooperação que propiciem tanto resultados econômicos, como espaços de continuidade da luta pela terra, possibilitando a formação constante de novos quadros.

A partir de 1996, dentro dos SCAs, iniciam-se discussões sobre como massificar a cooperação agrícola, sendo definidas algumas linhas de atuação, tais como: iniciar a discussão no acampamento; desenvolver a organização no assentamento e a organização da produção, através dos núcleos de produção.

Desde o surgimento dos primeiros assentamentos organizados pelo MST, muitos conhecimentos foram acumulados sobre a organização da produção e os desafios que permeiam a sobrevivência na terra e a viabilização sócio-econômica

do assentamento. Com relação aos desafios presentes na organização da produção e de formas de cooperação, podem ser encontrados os seguintes: planejamento da produção; massificação da cooperação; trabalho político-ideológico permanente; direção política nas regiões; preparação de quadros políticos e técnicos; acesso a alfabetização e à escolarização. Conforme explícito no caderno número 20, da CONCRAB, os desvios que precisam ser superados entre os assentados são os seguintes: economicismo, social-democracia, comodismo, peleguismo e corporativismo.

Conforme material produzido pela FUNDEP(1994:31) *"... a implementação da cooperação agrícola requer um processo de re-educação do conjunto dos trabalhadores, de todos nós (...) é preciso estar disposto a transformar não só as estruturas de produção mas a si mesmo. Construir na prática o novo homem e a nova mulher. Combater os desvios ideológicos impregnados em nós pelo capitalismo. Capacitar-se técnica e politicamente. Ampliar os conhecimentos sobre a realidade do país e do mundo... ".*

Para a implementação de uma proposta de educação popular que objetive o desenvolvimento rural, considera-se fundamental[57]: a popularização do conhecimento científico; preparação para a produção; preparação para o trabalho coletivo; radicalidade democrática; vivência ecológica; revisão dos modelos tecnológicos; formação político-ideológica; reconstrução da identidade cultural popular; construção e vivência de uma ética solidária.

O material produzido pelo MST, em específico pelo Setor de Produção – SCA, demonstra a necessidade da continuidade de um processo que possibilite a construção de um novo modo de produção, no interior dos assentamentos, assim como uma nova maneira de pensar entre os envolvidos no Movimento.

Em agosto de 1998, ocorreu o Seminário das Cooperativas de Produção Agropecuária – CPAs -, no município de Caçador – SC. O tema central do seminário foi a análise e a problematização econômica das cooperativas de produção, que resulta de um programa de acompanhamento às CPAs, desenvolvido pela

[57] - As dimensões importantes para o desenvolvimento de uma proposta de educação popular foram extraídos da obra "Coragem de educar:uma proposta de educação popular para o meio rural", produzido pela FUNDEP, publicado pela Vozes, 1994.

CONCRAB. O seminário evidenciou que as CPAs têm conseguido melhoria na qualidade de vida dos sócios, promovendo o aumento da renda das famílias[58].

A simbologia que permeia as discussões sobre produção agrícola é composta por terra, trabalho e comida e por críticas às formas de subordinação nas relações de trabalho. É comum, nos momentos de mística, a representação sobre o trabalho na terra conquistada, assim como pratos de alimentos representando tanto a produção quanto a alimentação.

As práticas educativas constituem-se em reuniões, cursos de formação, os Laboratórios de campo – desenvolvidos até meados dos anos 90; o curso de Técnico em Administração Cooperativista. Tais práticas ainda carregam uma concepção de educação reprodutora, bancária - conforme Freire – no entanto, a práxis dos assentados vêm demonstrando que um processo de rupturas não ocorre a partir de um contínuo processo de transmissão de conteúdos, pois a grande maioria dos trabalhadores têm dificuldades em romper com heranças culturais tão consolidadas. Essas heranças culturais quando consideradas como vícios, dificultam o processo de emancipação, pois não rompem com o paradigma de que há uma única verdade – que seria a cooperação e não o trabalho individual; o coletivo e não o individual; o socialismo e não o capitalismo.

A concepção reprodutora de educação carateriza-se pela centralização do saber em um grupo de pessoas ou num único profissional, sendo que o mesmo procura incutir nos participantes do processo educativo os conhecimentos que possui e julga serem verdadeiros. Em contraposição à tal concepção, temos a proposta de problematização da realidade vivenciada, onde educando e educador estariam em processo de transformação, ainda que o segundo tivesse um acúmulo de conhecimentos teóricos em relação ao primeiro.

Assim, quando se trabalha com a idéia de reprodução de conhecimentos, há obstáculos para o desenvolvimento de uma democracia radical[59], pois parte-se do ponto que uns sabem e outros não; uns devem ouvir e aprender,

---

[58] - Vide Jornal Sem Terra, setembro de 1998.

[59] - Por democracia radical estamos entendendo a participação ativa de todos os envolvidos no processo de aprendizagem, ou seja, não significa apenas presença em reuniões deliberativas, mas o sentimento de sujeito, de responsabilidade pela organização, pela decisão ou modificação de uma proposta. Estamos denominando de democracia radical algo além da mera participação em espaços de decisão, é o envolvimento e, principalmente, a preocupação do líder ou organizador da reunião em que as pessoas estejam falando, trocando idéias e elaborando suas opiniões.

outros devem ensinar. O fato dos trabalhadores estarem se organizando e contribuindo para a continuidade das discussões no interior do setor SCA, demonstra que a cultura política do silêncio, da subordinação, da não cidadania e do isolamento está sendo redimensionada, num contínuo processo de lutas, de resistências e de inovações.

3- O Setor de Formação....

O Setor de Formação é responsável pela formação político-ideológica dos participantes do MST, dentre eles os coordenadores locais, lideranças e dirigentes nacionais. Conforme o MST(1995:18):

> Em cada assentamento deverá existir um núcleo responsável pela formação da massa assentada. Devem fazer parte deste núcleo os companheiros que participaram da Escola Nacional ou que fizeram outros cursos (...) o núcleo deverá assumir a responsabilidade de estudar o Jornal Sem Terra (...) o boletim do militante (...) nas assembléias ou em outros eventos, este núcleo deverá reservar um espaço de tempo para colocações e desenvolvimento de temas que ajudem na formação política dos assentados (...) o setor estadual e regional serão encarregados de repassar os materiais de estudo e acompanhar os núcleos de formação....

As linhas políticas e orientações do Setor de formação são descritas no Documento Básico do MST, produzido em 1991. Neste documento está explícito que a formação é um processo permanente, onde o ponto de partida deve ser a prática de cada um. O objetivo central é a garantia da unidade político-ideológica da organização.

Dentre as linhas políticas e orientações do Setor de Formação encontramos os seguintes pontos: os cursos de formação devem garantir o domínio de conhecimentos científicos; os quadros militantes devem ser moldados à imagem e semelhança da organização; os militantes e dirigentes são exemplos para suas bases; os métodos de formação devem incluir o trabalho prático e o estudo, devem contribuir para combater os vícios de origem artesanal da base; desenvolver

processos massivos de formação; pesquisar novos métodos de formação; desenvolver um trabalho de sistematização de experiências acumuladas pelo MST[60].

Uma das orientações do setor de formação refere-se ao seguinte: *"os monitores dos cursos devem ser verdadeiros dirigentes formadores que dominem a realidade, conheçam as linhas políticas do MST e estejam preparados teórica e tecnicamente para dar respostas aos problemas existentes. E tenha uma prática que os credencie politicamente com os militantes-alunos"*.

Diolinda Alves apud Souza (1994) afirma que *"dentro de qualquer luta que a pessoa parte, eu acho que o princípio primeiro tem que ser a prática. Mesmo você não tendo conhecimento, certo ou errado, você fazendo é o que importa. Agora, além daquela prática, é claro que tu tem que Ter uma teoria, pra tu ajudar debater..."*, neste contexto a existência dos cursos de formação organizados pelo MST.

A Escola Nacional de Caçador é um local de reunião de quadros de todo o Brasil, conforme afirma Diolinda Alves apud Souza (1994):

> Dirigentes de todo o Brasil, pra estudar uma conjuntura nacional e internacional, questão da economia política, movimentos populares, história do Movimento Sem Terra e um pouco experiências de outros países. Vem debatedores do Paraguai, Chile, etc, transmitir a luta de seus países para militantes e dirigentes aqui do Brasil. Então é um conhecimento que nós temos e tentamos dividir com os demais, para que possa um dia Ter esse movimento mais amplo e que possa contribuir naquilo que a gente faz hoje.

O setor de formação constitui-se num espaço de socialização política, caracterizado pela análise de elementos conjunturais nacionais e internacionais que fundamentam a atuação dos militantes e lideranças em suas regiões. Uma situação que nos chama a atenção ao visitarmos um acampamento ou um assentamento, refere-se aos representantes do MST, ou seja, há uma rapidez na geração de novos quadros que dão continuidade à luta e às propostas político-ideológicas do mesmo. No entanto, os novos quadros, em sua maioria jovens, que poucas oportunidades de acesso ao conhecimento científico tiveram, assim como ao entendimento de sistemas

[60] Maiores detalhes sobre a linha política e orientações do Setor de Formação encontram-se no Documento Básico do MST, Piracicaba, 1991.

políticos, sentem-se valorizados no interior da organização do MST e desenvolvem atitudes reprodutoras e repassadoras de informações.

4 - Os três setores do MST e o lugar da cooperação agrícola...

Estes setores, articulados em rede, no conjunto do que é o MST, desenvolvem atitudes questionadoras sobre o atual sistema político e, propõem alternativas, baseadas na idealização de uma sociedade socialista. A idealização de uma nova sociedade gera a necessidade de construir e de reproduzir novos conhecimentos, assim como o próprio acesso ao conhecimento. Gera a produção de uma nova simbologia, a partir do cotidiano dos participantes, onde os temas cidadania, participação, luta, conquista, igualdade, entre outros, tornam-se palavras de ordem.

Os setores acima descritos, ainda que fazendo parte da estrutura orgânica do Movimento, são os espaços de organização de cursos, produção de materiais, documentos resultantes de assembléias, encontros, negociações políticas, enfim, espaços que **consolidam novas práticas**, a partir do cotidiano vivenciado no processo de luta e resistência na terra. Estas novas práticas são oriundas do próprio processo de existência do Movimento Social, dos novos desafios conjunturais e locais que emergem no dia-a-dia. São práticas fundamentadas num modo socialista de ver o mundo, que possibilitam a existência de inúmeras reuniões, instaurando a atitude de participação, seja na dimensão de pseudoparticipação, parcial ou plena. Os setores difundem uma **maneira diferente de acesso ao conhecimento**, que não apenas via escola formal, mas através dos cursos de formação organizados no cotidiano. Assim, os discursos de várias lideranças são consistentes político-ideologicamente, em decorrência de uma práxis em associações e movimentos ou da aprendizagem oriunda dos cursos de formação. O conhecimento disseminado é selecionado a partir de um ótica de classes, evidenciando categorias tais como contradição, burguesia, exploração entre outros.

O MST objetiva a construção de *uma "nova sociedade e um novo sistema econômico"*[61]. O exemplo mais próximo de tal sociedade tem sido as

[61] - Vide MST."Normas gerais do MST, São Paulo, 1989.

Cooperativas de Produção Agropecuária, que se caracterizam pela não divisão da terra e pelo trabalho coletivo, organizado em setores de produção.

5- O lugar da cooperação agrícola na mística[62] do Movimento...

A mística[63], enquanto momento de representação de uma realidade vivenciada e motivação para a continuidade da luta, perpassa todos os setores do MST. Constitui-se como um exercício de resgate da cultura popular, assim como de explicitação de situações concretas vividas pelos brasileiros, exteriorização de subjetividades dos participantes da luta, do evento em andamento, dos encontros e reuniões. A mística torna-se o momento dos "arrepios", emoções e liberação de sentimentos, ao mesmo tempo, é espaço para motivar reflexões sobre o cotidiano vivenciado pelo grupo. É, também, um dos espaços de produção de conhecimentos, resultante da interação do grupo responsável pela preparação da mesma. Manifesta-se como resultado de um processo educativo, ao mesmo tempo que educa para a participação e para a reflexão entre os participantes da atividade – seja ela, seminário, congresso, curso entre outros. Este momento perpassa todos os espaços presentes no MST – educação, formação, SCA....

A mística configura-se como um momento de motivação e busca de um ideal de sociedade. É uma estratégia de luta que objetiva o desenvolvimento da solidariedade, reforçando a dimensão da resistência entre os sem-terra. Nos encontros do MST, a mística destaca-se como um momento de reflexão sobre

---

[62] - Gaiger (1987 e 1991) no texto de mestrado e doutorado, realizou estudos sobre a questão religiosa e os camponeses sem-terra. Na primeira obra, destaca a "práxis social conjunta dos agentes religiosos e camponeses sem-terra", resgatando alguns símbolos religiosos presentes na luta dos sem-terra e seus significados. No segundo trabalho, discute cultura, religião e práxis sócio-política no MST. Boff (1998) discute o significado do termo mística, destacando seus diferentes sentidos, a saber: a mística é adjetivo de mistério que possui um sentido antropológico-existencial; um sentido religioso; sentido cristão e, por fim, o sentido sócio-político de mística para referir-se ao *"conjunto de convicções profundas, as visões grandiosas e as paixões fortes que mobilizam as pessoas e movimentos na vontade de mudanças ou que inspiram práticas capazes de afrontar quaisquer dificuldades ou sustentam a esperança face aos fracassos históricos (...) a mística é pois o motor secreto de todo o compromisso, aquele entusiasmo que anima permanentemente o militante, aquele fogo interior que alenta as pessoas dentro da monotonia das tarefas cotidianas, por fim, permite manter a soberania e a serenidade nos equívocos e nos fracassos"* (37-38).

[63] - É importante destacar que a todo momento estamos nos referindo à mística desenvolvida no contexto do MST.

questões conjunturais e locais. Por exemplo, a dominação, a discriminação social e as desigualdades sociais são temas que permeiam a mística, no âmbito da reflexão global. Quando se trata do local, os temas solidariedade, participação, cooperação, amizade, dedicação, entre outros, tomam lugar nos desenhos e representações realizadas pelos participantes de uma reunião, encontro ou curso. A utilização de galhos de árvores, frutos e outros produtos naturais recebem destaque nos momentos de mística, reforçando a produção e alimentação de todos. Portanto, a mística é espaço de memória (relação presente-passado) e de reforço da dimensão grupal no MST, constituindo-se num dos elementos de todo o processo de luta.

Nos momentos de mística, a categoria cooperação não comparece apenas com intuito de referir-se à produção, mas sim como um resgate histórico de situações comunitárias e de solidariedade. A cooperação é uma matriz cultural dos sem-terra, enfatizada tanto na dimensão do cotidiano das relações familiares, quanto na produção agrícola, com fins econômicos. A cooperação é destacada como uma dimensão central da luta, desde o momento organizativo de uma ocupação, por exemplo, até a organização do assentamento, da escola, da produção, entre outros. Os momentos de mística trazem significados individuais e coletivos sobre a cooperação no processo de ingresso na luta, de desenvolvimento da luta e de conquistas, e consequentemente, a continuidade da luta na forma de cooperação agrícola.

A mística torna-se parte da práxis e da representação social que os assentados possuem da vida na terra e, através dela, configura-se um cenário de motivação para o aprendizado, conquista, participação e viabilidade de um novo modo de vida. Em todos os setores do MST, a mística tem sido o momento de refletir sobre a situação concreta de modo que novos elementos sejam acrescentados à histórica da luta e de cada um dos envolvidos no processo.

No próximo capítulo destacaremos as formas organizacionais de produção e as "estratégias educativas" – que visam contribuir para o desenvolvimento da cooperação - utilizadas pelo MST.

CAPÍTULO 5
AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DO PARANÁ E AS ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS UTILIZADAS PELO MST

Cada uma das fotos foi tirada com o objetivo de ilustrar a forma de organização tanto do trabalho quanto das moradias, nas áreas conquistadas. **A primeira foto**, representa a Associação Coletiva ASTROAGRI existente no assentamento Novo Paraíso. Um grupo de 11 famílias que pertenciam à Cooperativa Cooproserp abandona a cooperativa e decide trabalhar de forma individual nos lotes. Quando constataram que individualmente seria mais difícil sobreviver, formaram a Associação e construíram as casas de forma alinhada. **A foto do meio**, é uma visão das 25 casas que compõem a agrovila do assentamento Novo Paraíso Cooproserp. Elas possuem um pequeno distanciamento entre uma e outra, o que facilita a criação individual de aves e a possibilidade de ter um pequeno quintal, com jardim. **A terceira foto** foi tirada num lote individual, do Srº Valdemar, no Assentamento Cavaco, região de Cantagalo. Podemos constatar o casal de velhos trabalhando e morando numa parte do lote, o que nos faz refletir sobre a dimensão familiar do assentamento individual, onde os assentados têm a possibilidade de trazer membros da família, tais como pais e avós, de idade avançada, para morar no lote e desenvolver alguma atividade, tipo cuidados com a horta.

***Fotos**: Maria Antônia de Souza, 1997 e 1998.*

CAPÍTULO 5 - AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DO PARANÁ E AS "ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS" UTILIZADAS PELO MST.

A discussão sobre as formas de organização da produção[64], em assentamentos rurais do MST, teve início a partir de meados da década de 80, devido ao aumento do número de assentamentos no país e à necessidade de viabilizá-los econômica e socialmente; bem como concretizar a idéia de que através da cooperação agrícola o assentado pode sobreviver na terra, produzindo em maior quantidade e com melhor qualidade. Assim, as formas organizativas de produção são pensadas a partir da idéia de cooperação agrícola, seja ela, coletiva, semi-coletiva, associações, entre outras.

O objetivo deste texto é caracterizar as formas de cooperação agrícola existentes nos assentamentos organizados pelo MST, tendo como fonte de dados os documentos secundários produzidos pelo próprio Movimento (relatórios e cadernos de formação); realizar algumas indagações sobre a experiência dos "Laboratórios Organizacionais de Campo", os cursos TAC e FIP, enquanto estratégias educativas e, trazer elementos para a reflexão sobre as práticas de cooperação agrícola, tais como as questões de gênero e de relações democráticas que permeiam ou não o processo de gestão da cooperação.

A partir da análise dos documentos, são destacados os seguintes pontos:

1) Formas de cooperação organizadas pelo MST;

2) As "estratégias educativas" do MST: LOC, TAC e FIP.

3) Autonomia e relações democráticas: elementos do processo de decisão sobre as formas de cooperação agrícola.

4) Caracterização das formas de cooperação agrícola no Paraná.

5) As questões de gênero e a cooperação agrícola.

---

[64] Vide CONCRAB: "4 anos organizando a cooperação", 1996.

1) Formas de cooperação organizadas pelo MST.

A cooperação agrícola é entendida pelo MST como *"... o jeito de juntar ou somar os esforços de cada assentado (agricultor individual ou familiar), para fazer coisas em conjunto: comprar ferramentas, comprar e utilizar máquinas (...) até chegar ao ponto de ter a terra, capital e trabalho em conjunto ..."* (MST, 1997: 21)

A cooperação no MST teve seus primórdios da organização atrelada aos grupos coletivos, que eram eram formados por pessoas interessadas em participar dos coletivos, geralmente o número de participantes variava de 10 a 30 famílias. Conforme afirma o MST, os grupos eram estruturados *"com regimentos internos onde constavam os acordos feitos em assembléias, que orientavam a organização"*. (MST/CONCRAB, 1996). Esta fase, segundo a CONCRAB, refere-se ao período de 1980-1986. Era uma **estratégia** dos assentados para sobreviver na terra recém conquistada.

Num segundo momento - 87/89 - predominaram as associações de trabalhadores, buscando melhorias infra-estruturais para o assentamento. A adesão às formas associativas está relacionada à obtenção de créditos agrícolas e à compra de maquinários em conjunto. Portanto, é também, uma estratégia para iniciar o trabalho no assentamento, dentro das condições precárias que vão desde instrumentos para preparo do solo, orientação técnica até, principalmente, o recurso financeiro para viabilizar a produção.

No terceiro momento - 89/92 - foi criado o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), um setor do MST, tendo como objetivo o trabalho com todos os assentamentos rurais, independente da forma de cooperação adotada ou forma de organização do trabalho.

Conforme descrito no Caderno número 5, de Cooperação Agrícola do MST, é a partir de 1984 que a questão da produção torna-se preocupante. De um lado, o número de assentamentos é ampliado e, de outro, a produção de subsistência estava predominando nos mesmos, o que significava pensar que no futuro os assentados poderiam enfrentar problemas semelhantes aos dos pequenos produtores,

ou seja, falta de recursos econômicos para trabalhar na terra. É com a preocupação de viabilizar a produção nos assentamentos que a direção do MST desenvolve propostas de organização da produção, cursos de formação e experiências de coletivos de produção.

De acordo com o MST, a influência teórica presente nos primeiros grupos e associações era, por um lado, religiosa, refletindo sobre os apóstolos e as primeiras comunidades. Por outro lado, era marcada por idéias *de "...Mao Tse Tung que defendia que as pequenas associações poderiam ser um embrião (começar pequenas experiências como um embrião para chegar às cooperativas."(MST/CONCRAB,Caderno de Cooperação Agrícola, nº 5, 1997)*

A cooperação agrícola nos assentamentos rurais organizados pelo MST pode ser realizada de várias formas, a saber[65]: grupos de famílias; associação[66] ou grupos de máquinas; grupo de produção semi-coletivizada; grupo de produção coletivizada; cooperativa de comercialização; cooperativa de produção agropecuária (CPA); condomínios e cooperativas de crédito rural. No entendimento do MST, a cooperação agrícola é um processo que se justifica por razões econômicas, sociais e políticas[67].

As principais formas de cooperação agrícola são:

CARACTERÍSTICAS	GRUPO COLETIVO	ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA
QUEM PARTICIPA	Vizinhos, parentes ou amigos. Geralmente só homens.	Famílias. Homens e às vezes também mulheres	Famílias. Homens, mulheres e jovens acima de 16 anos
Nº DE SÓCIOS	Geralmente abaixo de 10 pessoas	Entre 20 e 400 conforme o tipo	Nº mínimo exigido por lei: 20
FORMA DE	Combinação verbal entre todos	Assembléia	Assembléias. Conselhos dos

[65] Caderno de Formação do MST - n.21

[66]Diferenciação entre - grupo coletivo, associação e cooperativa. **ASSOCIAÇÃO** É uma entidade civil sem fins lucrativos. Presta serviço aos associados. O dinheiro que sobra, ao final do ano, deve ser reinvestido. Não paga imposto para o Estado. Possui estatuto e regimento interno, em caso de associações com muitos sócios. Não tem capital, tem bens. **COOPERATIVA** tem fins lucrativos, cada sócio poderá receber os dividendos sempre que sobrar. Paga imposto ao Estado. O estatuto deve seguir um modelo padrão - INCRA. Tem capital. Para ser sócio o trabalhador precisa entrar com uma quota (estipulada pela assembléia). A cooperativa está vinculada ao INCRA. Pode exercer atividades comerciais, conforme suas condições. **GRUPO COLETIVO** é a forma de cooperação mais simples. Não precisa de Estatuto, organizam-se comissões, confeccionam o regimento interno e o plano de produção. Diferenciação extraída de GOERGEN & STÉDILLE (orgs.) Assentamentos. Petrópolis: Vozes, 1991. Tal diferenciação está descrita, também, no Caderno de Formação do MST, nº 20, 1993.

[67]Vide MST - Caderno de Cooperação Agrícola, nº 5, 1997.

PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES	os membros do grupo		Representantes dos setores.
PARA QUE SE JUNTAM	Geralmente para: * Compra de implementos * Venda de produtos Construção de benfeitorias * Ajuda mútua no trabalho	Geralmente para: * Prestação de serviços de comércio e transporte, etc. * Encaminhamentos das reivindicações da comunidade	Para: * Organização coletiva da produção e comercialização * Criação de agroindústrias
USO DA TERRA	Geralmente individual	Individual e semi-coletivo	Semi-coletivo e coletivo
DIVISÃO DO TRABALHO	No máximo mutirões de ajuda mútua	Formas simples de divisão social do trabalho	Especialização do trabalho através dos setores de atividades
ESTATUTO E REGISTRO	* Não tem estatuto * Geralmente não tem regimento interno * Quando existem registros, os principais são os contratos assinados por todos	* Precisa de estatuto * Pode ter registro interno * Não pode ter bloco de notas fiscais	* Tem estatuto regulamentado pela lei Cooperativista * Deve ter registro interno * Pode ter bloco de produtor e notas fiscais * Deve ter registro oficial da contabilidade

FONTE: MST, Caderno de Formação, nº 20, p. 32, 1993.

Segundo o MST, para organizar uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) é necessário: proximidade do mercado consumidor; ter um projeto de desenvolvimento para as áreas, previamente elaborado; produzir o que individualmente não se consegue e a terra deve ser coletiva.

A organização interna do trabalho pode ser realizada através de:

1) controle por dias trabalhados: Por ex., colhem-se 1000 sacos de milho em 200 dias trabalhados, quantos sacos saem por dia? Quantos dias cada pessoa trabalhou? Logo, X sacos por pessoa;
2) controle por horas trabalhadas: Por ex. pega-se o total da produção; o número de horas trabalhadas e tem-se um total de dinheiro por hora. Verifica-se quantas horas cada pessoa trabalhou;
3) controle das horas mais a produtividade do trabalho: Por ex. Parte-se do ponto que 10 arrobas de algodão correspondem a 8 horas trabalhadas. Quem colher 15 arrobas tem 12 horas de trabalho. Faz-se o cálculo, anterior, para saber o total de dinheiro por hora trabalhada.

A linha política do MST, denominada "produção: assentamentos e cooperação agrícola"[68], destaca os seguintes pontos para o desenvolvimento da cooperação agrícola:

1) estimular e desenvolver todas as formas possíveis de cooperação agrícola nos assentamentos como uma política capaz de gerar o desenvolvimento rural permanente e que leve ao aumento da produtividade e da produção;

[68] Vide MST, Documento Básico do MST, Piracicaba (SP), 1991.

2) o estímulo à cooperação agrícola deve ser rígido na aplicação dos princípios e flexível em relação às formas de cooperação agrícola. Os princípios são:

a) a cooperação agrícola como organização econômica está inserida no sistema econômico vigente na sociedade, ou seja, apesar dela ser uma forma socialmente avançada de organizar a produção na agricultura, por si só não derrotará o capitalismo;
b) os assentados devem aderir voluntariamente a qualquer forma de cooperação;
c) se os interesses econômicos dos cooperantes não forem satisfeitos, não existirá forma de cooperação que possa ir para frente;
d) respeitar as várias formas de associativismo, descobrir formas de combiná-los;
e) estimular a organização de cooperativas como uma etapa superior da socialização e da cooperação agrícola;
f) garantir que o processo de desenvolvimento da cooperação agrícola não represente apenas avanços econômicos, mas que seja acompanhado por um processo de discussão política e de integração dos assentados, nas lutas e movimentos sociais;
g) dar prioridade à implantação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), que compreende:

- formação de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), a nível de assentamento, para organizar coletivamente toda produção, armazenagem, transporte e benfeitorias;

- formação de Centrais Cooperativas Estaduais dos Assentados, aglutinando as CPA's e outras formas associativas, para organizar coletivamente o comércio, o transporte, projetos agroindustriais, linhas de crédito rural e convênios de assistência técnica e administrativa contábil;

- formação de uma Confederação Nacional das Cooperativas de Assentados, aglutinando todas as centrais estaduais, para defender os interesses do sistema, gestionar recursos junto aos governos, realizar planejamento de médio e longo prazo e atuar no comércio externo.

De acordo com o MST (1997), a primeira discussão sobre o Sistema Cooperativista dos Assentamentos (SCA) aconteceu entre 1989 e 1990, com a formulação de linhas políticas para a organização dos assentados e da produção. No ano de 1990 foi realizado o I seminário sobre as experiências de cooperação agrícola, dando início ao SCA, que passou a ser um dos setores do MST. Em 1992, aconteceu o I Curso Nacional de dirigentes do SCA; foi fundada a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. (CONCRAB). Durante o ano de 1993, em meio a crises no interior do SCA e tendo constatado problemas de ordem administrativa, o MST criou o TAC (Curso de Técnico em Administração de Cooperativas), cujo objetivo é formar jovens assentados, para a atividade de técnico

agrícola nos assentamentos. No ano de 1994, foi realizado o Seminário Nacional sobre a perspectiva da cooperação agrícola, discutindo a crise nas CPAs e Coletivos, bem como perspectivas para a cooperação no MST. Em 1995, foi fundado o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA). Em 1996, o SCA começou o debate sobre a massificação da cooperação agrícola e realizou o II seminário sobre as perspectivas da cooperação no MST.

Os principais objetivos da cooperação agrícola para o MST, conforme Stédile e Gorgen (1991), são: alcançar condições objetivas e materiais de organização do trabalho e da exploração de recursos naturais, que representem aumento da produção; aumento da produtividade do trabalho e da terra; aumento da renda e, por conseguinte, melhoria das condições de vida; condição para o progresso social, com melhorias do bem-estar social, possibilitando acesso à educação, à saúde, luz elétrica, água encanada, telefonia, estradas, etc; contribuir para a organização da classe para conquistar a Reforma Agrária.

De acordo com Goergen e Stédile (1991), o desenvolvimento da cooperação agrícola nos assentamentos depende das condições objetivas (aspectos físicos da terra, mercado, maquinários) e subjetivas (grau de consciência, nível cultural, conhecimento técnico em relação à agricultura, à mecanização e a métodos administrativos) presentes na comunidade.

Assim, eles ressaltam que: *"A experiência do processo de organização da cooperação agrícola nos assentamentos, é fruto tanto do amadurecimento político e doutrinário do movimento, enquanto organização social sobre esse assentamento, quanto da própria experiência e amadurecimento, com pontos positivos e negativos, de cada grupo em particular"*. (Göergen & Stédille, 1991:148)

Quando o MST surgiu, em fins da década de 70, a principal preocupação era com a "conquista da terra", mas a forma de trabalhar dependeria de cada trabalhador. Os trabalhadores adotavam as roças comunitárias, como primeira estratégia de produção. O trabalho coletivo era apenas uma proposta, concretizada em algumas associações formadas por um número pequeno de famílias.

A partir de meados da década de 80, quando o movimento começa a se expandir nacionalmente, aumenta o número de assentamentos, inicia-se a

preocupação com a "viabilidade" da Reforma Agrária perante a sociedade e, consequentemente, com novas formas de organizações sócio-econômicas dos assentamentos rurais.

Nesse sentido, a preocupação com a organização interna do assentamento gera discussão sobre: a constituição dos grupos coletivos (pequenos, grandes); a organização da empresa rural e a agroindústria; a assistência técnica integrada e a comercialização em grande escala.

Desenvolver a cooperação agrícola nos assentamentos rurais constitui, então, um desafio tanto para as lideranças do MST - que procuram discutir, mostrar experiências positivas para os assentados - quanto para os trabalhadores rurais sem-terra, que possuem uma visão individual e "familiar" de trabalhar a terra. Ou seja, histórico-culturalmente os trabalhadores rurais estiveram subordinados à forma de trabalho decidida, a priori, pelo patrão ou estiveram decidindo autonomamente o que como produzir e comercializar. Portanto, o que querem no momento imediato da conquista da terra é ter poder de decisão juntamente com o sucesso econômico.

A primeira polêmica por parte dos sem-terra está relacionada com a forma de divisão dos frutos obtidos do trabalho coletivo: "Quem trabalhar mais, vai ganhar igual aquele que trabalha pouco?"

Outra polêmica se relaciona ao "quem decide?", pois trabalhadores que quase sempre tiveram tarefas determinadas por outros, vivem o desafio de decidir individual ou coletivamente como trabalhar a terra. O que eles sabem é que não querem mais receber ordens, portanto, emerge a necessidade de desenvolver um processo participativo de gestão do assentamento rural, no qual eles se vejam como verdadeiros protagonistas do seu futuro.

Portanto, as formas de organização da cooperação sofrem um processo de aprimoramento no interior do MST e dos assentamentos. Os cursos de formação e as práticas coletivas indicam necessidade de revisões no processo de gestão/participação dos sócios, na cooperativa, por exemplo. Necessitam de mudanças em termos culturais, como o caso das práticas tradicionais de cultivo da terra. Neste sentido, o MST organiza experiências "educativas" tais como o TAC, FIP e LOC, esta última cujo objetivo central era a formação de cooperativas coletivas,

foi extinta devido à inadequação do método, ou seja, os resultados obtidos com os LOC não foram suficientes para ampliar a experiência dos coletivos e das cooperativas de produção. Além da inadequação do método, uma questão importante a destacar refere-se ao distanciamento entre a ideologia defendida pelas lideranças do MST e o contexto cultural da base que, em sua maioria, almejava tornar-se um pequeno produtor.

2 – As "estratégias educativas" do MST: LOC[69], TAC e FIP.

Daremos destaque ao LOC, TAC e FIP enquanto três dimensões educativas técnicas e ideológicas do MST, que objetivam a disseminação de formas de cooperação nos assentamentos. A primeira experiência – LOC – desenvolveu-se até a primeira metade dos anos 90, tendo sido caracterizada como uma experiência que não deu frutos, pelo menos no estado do Paraná. Do ponto de vista educacional, trata-se de uma técnica reprodutora de conteúdos, como veremos a seguir, caracterizando-se pelo que Paulo Freire denominava de educação bancária, enquanto concepção de educação que entende os alunos como passivos e aptos a receber conteúdos transmitidos pelo professor, considerado o centro do saber e do processo de aprendizagem. Com relação ao TAC, trata-se de uma experiência recente no interior do MST, que objetiva tanto a escolarização em nível de 2° grau, quanto a formação técnica dos assentados, para o trabalho nas áreas que desenvolvem alguma das formas de cooperação. O FIP – Formação Integrado à Produção – trata-se de uma experiência local, desenvolvida no assentamento Novo Paraíso, onde o objetivo central era a instrumentalização técnica e a formação ideológica para a continuidade da luta no MST. Na sequência comentaremos as características centrais do LOC.

---

[69] - Navarro (1995) desenvolve uma reflexão sobre o "MST e sua teoria da organização", no interior de sua pesquisa intitulada "Ideologia e economia: formatos organizacionais e desempenho produtivo em assentamentos rurais – o caso do assentamento Nova Ramada, RGS", destacando as origens da técnica LOC, que denomina de um suposto processo educacional.

2.1) Laboratório Organizacional de Campo.

O experimento denominado Laboratório Organizacional de Campo faz parte da "teoria da organização no campo", difundida pelo MST e fundamentada nas idéias e propostas de Clodomir Morais, o idealizador do referido Laboratório.

Morais (1986) organizou um caderno de formação do MST, intitulado "Elementos sobre a teoria da organização no campo", onde discutiu as seguintes temáticas: origens da organização do trabalho; comportamento ideológico de estratos emergentes; vícios determinados pelas formas artesanais de trabalho; mecanismos ou instrumentos para combater os vícios das formas artesanais de trabalho e o Laboratório Experimental.

O conteúdo proposto por Morais indica a utilização de uma pedagogia com fundamentos em práticas dirigidas e características de uma educação 'bancária'[70]. Destaca vícios existentes entre os assentados e como combatê-los. São vícios presentes nas formas artesanais de trabalho, do tipo: individualismo, personalismo, espontaneísmo, anarquismo, imobilismo, comodismo, radicalismo, liquidacionismo, aventureirismo e auto-suficiência. As formas para combater os vícios são: vigilância, crítica e reunião.

O MST defende as referidas idéias, quando as reproduz nos cursos de formação política e nos cadernos de formação. Desenvolve-se uma pedagogia caracterizada pela transmissão de conhecimentos; rotulação das formas de saberes dos sem-terra, enfim, o predomínio da idéia que a concepção do grupo dirigente é a ideal. A trajetória social do trabalhador que participa do movimento é ignorada, tornando-se um 'vício', quando poderia ser ponto de partida para a discussão da organização no campo.

Conforme Morais (1986:40), o laboratório experimental *"... é um ensaio prático e ao mesmo tempo real no qual se busca introduzir em um grupo social a consciência organizativa que necessitam para atuar em forma de empresa*

---

[70] - Nos referimos à educação bancária, como termos freirianos, com o significado de que o professor detém o saber e transmite-o para o aluno, para que este o reproduza. O conhecimento é trabalhado na forma de depósito de conteúdos, selecionados pelo professor.

ou ação organizacional." A categoria práxis utilizada para desenvolver a consciência organizativa, é entendida como 'análise teórico-prática'.

Esta concepção de práxis demonstra outra redução da dimensão educativa que permeia o movimento social, ou seja, não é atribuída importância à interação como elemento do processo ensino-aprendizagem, muito menos à bagagem cultural dos cursistas.

Os objetivos do laboratório experimental são: *"... formar quadros organizadores de empresas e ao mesmo tempo (...) formar técnicos na montagem e desenvolvimento de Laboratórios Experimentais ..."*(Morais, 1986: 40).

Para o MST, o objetivo central do Laboratório é constituir-se num aprendizado para a formação das cooperativas nos assentamentos, acreditando que a 'profissão de agricultor' desaparecerá através da setorização da produção, *"uns vão estar na lavoura, outros no setor de animais, outros no da horta, outros na cozinha, na creche, no setor de formação, etc."* (MST, 1993, p. 31).

Entretanto, tal proposta esquece do maior interessado - o trabalhador assentado - cujo ideal tem sido reconstruir um modo de vida diferente, autônomo. Será que o trabalhador assentado tem o 'desejo' de não ser agricultor? Várias pesquisas têm demonstrado que o sem-terra quer ter o "seu pedaço de terra".

Navarro (1995), relatando a experiência do Laboratório Organizacional de Campo no assentamento Nova Ramada/RS, questiona a proposta e a prática do MST na organização político-ideológica da cooperativa. Afirma que este experimento constitui uma *"simplificação de um processo dito como educacional."* (p. 14).

D'Aquino (1996), refletindo sobre 'modos de vida, modos de ser, tempo e espaço no assentamento' afirma que *"... o MST usa essa pedagogia denominada "laboratório de campo", em busca de construir um novo universo simbólico que resulte num novo cotidiano"* (p. 17). Entretanto, a autora demonstra, através dos fragmentos de depoimentos dos assentados, a recusa ao trabalho coletivo; medo de trabalhar cativo; discordância com relação à distribuição igualitária dos resultados do trabalho. Os assentados criam a alternativa da cooperativa de

comercialização que, segundo eles, eliminaria a figura do intermediário e facilitaria as compras dos insumos agrícolas.

O assentado demonstra medo de trabalhar "cativo", enquanto que o laboratório de campo parece induzir ao controle rígido: horários, setores de trabalho, laboratoristas. Na verdade, o laboratório de campo é um experimento artificial e descolado do cotidiano e da trajetória do assentado; é algo a-histórico que pressupõe o trabalho com sujeitos "passivos" que precisam ser conscientizados, através de um processo rígido de educação. E a democracia, a participação, a liberdade do assentado, quando aparece?

A experiência do laboratório de campo não trabalha com a questão da heterogeneidade cultural. Há uma homogeneização das pessoas em função dos objetivos do experimento. As pessoas se tornam tábulas rasas e os laboratoristas os "repassadores" de conteúdo. Assim, a resistência dos assentados à cooperação demonstra que esta "pedagogia' não funciona. Um exemplo concreto é o assentamento Santo Rei, primeiro local do estado do Paraná, onde foi desenvolvido o LOC, no entanto, a organização dos assentados é precária, predominando associações de compra e venda de produtos.

Morais elaborou o texto - fio condutor do laboratório de campo do MST - cujo título é "Plano do Laboratório Experimental ou Organizacional de Capacitação massiva para expansão de emprego e incremento da renda familiar", onde explicita os "atos operativos e elementos didáticos" do laboratório.

Os esquemas abaixo sintetizam o referido Plano.

Esquema 1 - ATOS OPERATIVOS DO PLANO

ATOS OPERATIVOS DO PLANO	CARACTERÍSTICAS
1) ATO TÉCNICO	Pesquisa e define as necessidades, organiza o evento da capacitação e avalia os resultados. Pressupõe o Antes (concepção da metodologia determinadora da consciência organizativa que se pretende gerar no grupo social); Durante (entregas teóricas e orientação da prática) e o Depois (informe e balanço crítico referente à aplicação da metodologia).
B) ATO ADMINISTRATIVO	Propicia o apoio para a realização dos atos técnicos. Estabelece instrumentos de controle e armazena os dados da experimentação. Pressupõe o Antes (inscrição dos alunos, confecção de materiais didáticos, definição

	de materiais necessários à realização do laboratório); Durante (controle de assistência, leitura e avaliações dos cursos) e Depois (confecção de certificados...)

Esquema 2 - ELEMENTOS DAS DIDÁTICAS DO PLANO

Didáticas	Elementos
1 - Didática do "Laboratório Organizacional"	Homens, fins, empresa, projeto, os meios de produção, meios de consumo, duração, laboratorista, entregas teóricas.
2 - Didática dos cursos (considerada como um "conjunto de técnicas através dos quais se realizam o ensino e a educação que permitem aos alunos se apropriarem dos conhecimentos vertidos pelos instrutores)	**Alunos**: sujeito e objeto da capacitação; **objetivos do curso**: definida pelos próprios integrantes do Laboratório, no coletivo.
3 - Componentes do Laboratório e dos Cursos	**teóricos** (palestras, leituras, etc.); conteúdos fundamentais e conteúdos subsidiários.
4 - Componentes práticos	**fundamentais**:co-gestão do laboratório (professores e alunos), estrutura orgânica da participação social (comissões), massa de atividades que o grupo assume, elaboração da memória do Laboratório Organizacional. **subsídios**: instalações, equipamentos, pessoal de apoio, materiais didáticos. Professores ou Instrutores; mecânica da aula (participação do aluno, etapas da aula, tempo e modelos de aula) **Avaliação** : do professor; da capacitação
5 - Engenharia Social	Potencial Pedagógico da Prática

Fonte: Morais, Clodomir.

É importante destacar algumas concepções que permeiam os elementos didáticos, por exemplo, as "entregas teóricas" são conferências, círculos, estudos coletivos onde os alunos aprendem a "Teoria da Organização no Campo",

discutindo mercadoria, divisão social do trabalho, propriedade privada, força de trabalho, os vícios do trabalho artesanal e os instrumentos para eliminá-los.

As entregas teóricas pressupõem um "despejar" de conteúdos sobre os assentados, com objetivo de assimilação e reprodução, o que caracteriza um tipo de pedagogia "tradicional" que exclui o aluno do processo ensino-aprendizagem, tornando-o mero receptor.

Os professores compõem o denominado *"componente prático" do Plano, sendo considerados como "orientadores do ensino, procurando guiá-lo no sentido de alcançar os objetivos ..."* (Morais, s.d.:11). A mecânica da aula, segundo o autor, não se refere à transmissão de conhecimentos, apenas, mas à ênfase no aluno - "discípulo" que "aprende-fazendo".

Diante do exposto, comprovamos a tendência transmissora - embora negada pelo autor - e autoritária do experimento, cujo objetivo é "despertar" o assentado para a necessidade de organizar cooperativas. Este tipo de atividade contribui para a resistência do assentado em relação ao trabalho coletivo, pois ao longo da experiência - laboratório - percebe o controle rígido do tempo e das atividades a serem desenvolvidas.

Sobrado (1992) traz algumas reflexões sobre o Laboratório Organizacional, tais como: diferenciar método de técnica e discernir os pressupostos que sustentam o método. Afirma que o Laboratório Organizacional consegue capacitar quando corresponde às necessidades criadas pela prática da organização.(p. 3, tradução nossa).

Conforme Sobrado (1992, p. 11), as principais características do Laboratório são: o interesse comum que aglutina os participantes; a capacitação, cujo objetivo é criar bases para uma forma de organização e a realização das atividades de capacitação após o trabalho do cotidiano e não em tempo integral.

O Laboratório de Campo constituiu uma prática do MST, objetivando "massificar a cooperação" nos assentamentos. Entretanto, não trouxe os resultados esperados. Oliveira (1996) trata da questão "massificação da cooperação nos assentamentos", enfatizando-a como uma necessidade. Entende que a Cooperativa de Produção (CPA) é a forma mais avançada de cooperação, porém não massifica. As

cooperativas de Prestação de Serviços e a Cooperativa de Produção e Prestação de Serviços (CPPS) são formas passíveis de massificação.

Durante o II Seminário Nacional sobre as perspectivas da cooperação no MST (1996), foram arrolados os desvios que aparecem nos assentamentos (economicismo, social-democracia, comodismo, peleguismo e corporativismo) e os desafios gerais (organizar a produção, massificar a cooperação, trabalho ideológico permanente, garantir a direção política nas regiões, como os assentados vão contribuir com a estratégia geral do MST).

Esta concepção de desvios e desafios apontada pelo MST (1996), indica que o movimento está preso a um velho paradigma revolucionário, não compatível com os anseios dos assentados. A principal crítica a estes encaminhamentos do MST, em nossa opinião, refere-se à exclusão do assentado enquanto participante no sentido de opinar, propor e expor seus anseios. A busca da consolidação da cidadania, apontada como uma das características do MST, não é compatível com a "cidadania ativa", com atores sociais que possuem saberes, sejam eles técnicos, empíricos, intuitivos. O grande problema é justamente ignorar o saber do sem-terra, na tentativa de manipulá-lo.

O LOC constituiu-se, enquanto uma experiência predominante até meados dos anos 90, no interior do MST. Foi uma tentativa de ensinar aos assentados o como se organizar no assentamento, objetivando a viabilização econômica do mesmo. Ao mesmo tempo, os trabalhos, cursos desenvolvidos durante o LOC, objetivaram a construção da cooperativa coletiva, entretanto, como afirma um dos assentados *"durante o laboratório de campo só tivemos cursos e, nós precisamos de prática, que o professor venha até o lote de um e de outro e explique o por que das coisas, o como fazer.... não adianta ficar só em curso, é preciso vim para prática e seria no próprio lote.... hoje no meu, amanhã no do vizinho e assim por diante, constituindo grupos de pessoas que acompanhariam o professor no trabalho nos vários lotes..."* (assentado participante do LOC, 1989, assentamento Santo Rei).

Em seguida comentaremos os objetivos gerais do curso TAC.

2.2 – Curso Técnico em Administração Cooperativa

Os dirigentes do MST organizaram um curso de Técnico em Administração Cooperativa – TAC – ministrado em Veranópolis, no Rio Grande do Sul. Os objetivos[71] gerais e específicos do curso são:

> Capacitar quadros organizadores e técnicos para o Sistema Cooperativista dos Assentados – SCA – a nível nacional; aprofundar a discussão e elaboração sobre a concepção de Desenvolvimento Rural das organizações dos trabalhadores rurais e, em específico o MST; desenvolver no grupo a consciência organizativa e a mentalidade empresarial e ética necessárias para a implementação da cooperação agrícola; capacitar os alunos em gestão empresarial cooperativa, dando ênfase às habilidades técnico- administrativas; aprofundar o conhecimento sobre a proposta do SCA e sobre o tipo de desenvolvimento rural que pretendemos construir; desenvolver habilidades pedagógicas na perspectiva de uma educação cooperativista e de uma metodologia de trabalho de base para a implementação da proposta do SCA e do MST como um todo; fortalecer a formação político-ideológica do grupo, ampliando seu universo de conhecimentos gerais e sua capacidade de análise da realidade ...

Os objetivos gerais da etapa são: *"organizar uma empresa associativa do tipo cooperativista e gerenciá-la com mentalidade empresarial; desenvolver no grupo a consciência organizativa necessária para dirigir uma empresa complexa; assumir a gestão democrática da etapa e do curso"*.

A organização do curso contempla o tempo escola e o tempo comunidade, onde o objetivo é que os alunos desenvolvam um processo de pesquisa em áreas de assentamentos[72]. Os alunos são oriundos de assentamentos ligados ao SCA ou pertencentes a cooperativas ou a associações de pequenos agricultores.

Um dos itens presentes na filosofia do curso refere-se à mudança de mentalidade entre os participantes, como descrito na proposta metodológica do curso:

---

[71] - Extraído do documento Proposta Metodológica. Curso alternativo de 2° grau, Técnico em Administração de Cooperativas. 2ª turma, 1993. Braga/RS.

[72] - O curso é desenvolvido durante 2 anos, em 6 etapas, sendo intercalado o tempo escola – aulas teóricas e gestão da cooperativa criada na escola – e o tempo comunidade – referente ao retorno dos alunos às suas áreas de origem ou estágios em outros assentamentos.

> A Cooperação Agrícola exige uma mudança de mentalidade: do individual para o coletivo. Cada indivíduo (ou grupo) precisa descentrar-se de si mesmo e passar a enxergar o mundo com os olhos do coletivo. Além disso, a cooperação supõe a eliminação das relações sociais de coação (autoritarismo) e a construção de relações verdadeiramente democráticas. Esta mudança de mentalidade (valores, comportamentos ideológicos cotidianos) somente acontece através de um processo permanente e sistemático de educação das pessoas no coletivo. Processo que será tanto mais rápido quanto maior a sua vinculação com as relações de trabalho reais entre os sujeitos envolvidos e deles com o mercado.

O TAC constitui-se numa experiência inovadora, tanto enquanto escolarização dos jovens assentados, quanto na formação político-ideológica para a cooperação agrícola. Uma das dinâmicas do curso é que os alunos, desde o início, gerenciem uma espécie de cooperativa, com todos os elementos necessários para o funcionamento da mesma. Constitui-se, também, num espaço de transmissão de conhecimentos que devem ser reproduzidos nos assentamentos, incluindo o trabalho político.

Com relação ao objetivo de transformar a mentalidade, do individual para o coletivo, os próprios alunos formados no curso têm destacado que, quando retornam para o assentamento, o trabalho é muito difícil, pois há a questão dos costumes das pessoas, portanto, as áreas que já têm projetos coletivos, continuam desenvolvendo seus projetos, com a orientação do técnico, mas nas áreas em que há apenas alguma forma de associação, torna-se difícil articular o coletivo. Um dos alunos formados em 1996 destaca que na teoria a proposta do TAC funciona muito bem, gerenciando uma empresa, durante o curso, no entanto, no assentamento, encontram dificuldade em trabalhar com a diversidade de opiniões e a diversidade cultural. Num dos trabalhos de final de curso, de um dos alunos, há a constatação da ausência de participação dos sócios no processo de gestão das cooperativas coletivas, demonstrando que a carga de trabalho fica por conta dos membros da direção, ou seja, *falta o sentimento de que a cooperativa é de todos.*

Em seguida caraterizaremos o FIP, enquanto curso de formação desenvolvido a nível local, no assentamento Novo Paraíso – Cooproserp.

2.3 – Curso de "Formação Integrado à Produção"[73].

O curso FIP, realizado na Cooperativa de Produção – Cooproserp – município de Pitanga, foi promovido pela própria cooperativa e Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná – CCA-PR, no ano de 1992, tendo a participação de 54 pessoas. Os objetivos gerais e específicos, conforme consta no projeto do Fip, foram os seguintes: *viabilizar economicamente o assentamento Novo Paraíso; obter uma consciência organizativa e empresarial da Cooproserp* – enquanto objetivos gerais. *Capacitar os associados em diferentes áreas de produção; aumentar a organização empresarial da Cooperativa; melhorar as técnicas de produção da cooperativa e capacitar pessoas na área de administração e contabilidade* – enquanto objetivos específicos.

As justificativas apresentadas pelos promotores do curso, para a realização do mesmo foram:

> A Cooperativa em seu tempo de funcionamento não conseguiu se viabilizar economicamente; os associados não são capacitados para desenvolver trabalho e atividades da Cooperativa, tendo um baixo rendimento e produtividade; não se tem uma organização empresarial em nível satisfatório que necessitam; as técnicas de produção da Cooperativa são muito rudimentares e com pouca produção, o que ocasiona baixa renda econômica dos associados; a Cooperativa não possui pessoal capacitado na área de administração **(...) visa superar muitas dificuldades que hoje a Cooperativa enfrenta**, despertar a **consciência organizativa empresarial** dos participantes, **incentivar o surgimento de outras associações** dentro dos assentamentos da região, melhorar o nível de **tecnologia** da produção do assentamento, **diversificar a produção** agrícola e pecuária, obter um **planejamento** para atender as necessidades da cooperativa, elaborar projetos na área de produção (Projeto do FIP, 1992:78) – grifo nosso.

O curso FIP foi organizado a partir das necessidades dos sócios da Cooperativa – Cooproserp – o que vai ao encontro do que disse um dos participantes do LOC, ou seja, o curso tem que ser desenvolvido a partir dos problemas de cada lote, no caso, na Cooperativa, os problemas do coletivo. Constatamos, através das

---

[73] - Vide ao final da tese anexo contendo o Projeto do curso de Formação Integrado à Produção, realizado no Assentamento Novo Paraíso.

entrevistas, que todos os sócios da cooperativa participaram do curso, enfatizando sua importância, principalmente em termos dos conhecimentos técnicos obtidos e, a partir do aperfeiçoamento de cada um dos assentados, num setor de produção, conseguir melhorar tanto o planejamento, quanto a própria atividade desenvolvida. Destacam os cursos de pecuária e veterinária, como importantes para quem trabalha no setor de gado e de suínos; os cursos sobre funcionamento da cooperativa e a parte de contabilidade, para aqueles que são responsáveis pela administração. Enfim, as falas demonstram a necessidade e a relevância de tais cursos, que são direcionados para que se possa refletir sobre os problemas que estão sendo vividos no cotidiano da área, no caso, o coletivo/Cooperativa.

Com relação aos aspectos de conscientização e de mentalidade empresarial, os assentados não fizeram comentários, o que demonstra não ser o prioritário para o momento. O que se caracteriza como preocupação política-ideológica do MST, até como estratégia de continuidade da luta e ideologia do Movimento, não aparece como relevante para os assentados, que necessitam de conhecimentos técnicos para a organização da produção. Alguns assentados destacaram que quando chegaram ao assentamento não sabiam trabalhar nem com gado nem com suínos, dois setores existentes na Cooperativa, no entanto, hoje, um dos assentados, tornou-se o responsável pelo setor de suínos, cuja criação é feita de forma extensiva.

O currículo do curso foi composto pelas seguintes disciplinas e objetivos: **Teoria da organização**, com o objetivo de *oferecer elementos de teoria da organização para alcançar o processo organizativo dos participantes do curso*; **Manejo de Gado leiteiro**, cujo objetivo foi *introduzir os princípios da produção leiteira e suas aplicações às condições econômicas e produtivas da região, da abrangência da Cooproserp e contribuir com os elementos técnicos para o planejamento da produção de leite*. **Apicultura**, cujo objetivo *foi capacitar o grupo para a criação racional de abelhas, tirando proveitos econômicos da atividade – mel e polarização*. **Planejamento da Produção**, com o objetivo *de capacitar os produtores para o planejamento global da cooperativa*. **Horticultura**, *mostrar a viabilidade econômica, despertando nos participantes a importância dessa atividade*

para a subsistência e como fonte de renda, capacitar tecnicamente os interessados nesta área de produção. **Contabilidade**: *preparar os sócios que possam realizar os controles necessários, visando garantir uma boa administração do patrimônio da sociedade cooperativa.* **Cooperativismo**: *expandir o conhecimento e a doutrina cooperativista, aprofundar especialmente na proposta alternativa do SCA.* **Manejo e conservação do solo**: *mostrar às pessoas a importância de conhecer o solo, para que possam manejá-lo da melhor maneira possível, sem degradá-lo.* **Medicina Alternativa**: *capacitar agentes no conhecimento da medicina alternativa, a fim de que estes participem dos debates dos problemas que envolvem a saúde da comunidade.* **Culinária**, *com objetivo de desenvolver um planejamento das refeições de modo a obter valor nutritivo máximo.* (Fonte: Memória do Fip, 1992:25-39)

A carga horária de cada curso variou de 8 a 40 horas, sendo que os procedimentos metodológicos envolviam sempre a reflexão sobre a prática e os problemas enfrentados na Cooperativa. Todos os cursos, em seus planejamentos, apresentavam a parte teórica, aprofundamento dos temas, através de aulas expositivas e de leitura de textos. Também, uma parte prática, envolvendo trabalhos do tipo levantamento do rebanho da cooperativa, construção de caixas para a criação de abelhas, cálculos de custo sobre a produção, entre outros, sempre destacando dimensões da realidade da cooperativa, como objetivo de estudo.

As estratégias educativas do MST, para desenvolver a cooperação nos assentamentos, englobam o curso de 2° grau, Técnico em Administração; os cursos localizados; grupos de pessoas que se reúnem para a discussão da cooperação em suas áreas; os convênios entre Anca[74]/MST e Secretaria do Estado, no caso a Secretaria do Meio Ambiente do Paraná, onde existe um convênio objetivando a contratação de agrônomos para as áreas de assentamentos rurais, sendo organizado cursos de formação para os mesmos. Ainda que tais estratégias possam ser questionadas, do ponto de vista do processo educativo, não há dúvidas que as mesmas vêm suprir uma defasagem oriunda da incapacidade/não interesse do Estado de gerir a Reforma Agrária, enquanto processo de desapropriação da terra, assistência técnica e formação educacional, enfim, condições para a viabilização econômico-

[74] - Associação Nacional de Cooperação Agrícola.

social dos projetos. Constituem-se mais em estratégias políticas de organização da cooperação do que em estratégias educativas, propriamente dita.

3 - Autonomia e relações democráticas: elementos do processo de decisão sobre as formas de cooperação agrícola.

D'Incao e Roy (1995) desenvolveram estudo sobre a construção da cidadania no cotidiano de trabalhadores rurais, analisando um dos assentamentos rurais do estado de São Paulo, onde discutiram cooperação e liberdade, dentre outros.

Em uma das partes do estudo, os autores afirmam que *"...a aprendizagem da democracia no quotidiano dessas populações é o caminho mais seguro para levá-las a transformarem-se em atores de seu próprio desenvolvimento ou de sua própria história"* (1995:24). Ou seja, isso indica a necessidade de propostas e de práticas participativas no processo de desenvolvimento da democracia e, consequentemente, do trabalho coletivo, no caso dos assentamentos. Implica no desenvolvimento de estratégias para discutir os aspectos culturais dos assentados.

Os modelos de organização do trabalho nos assentamentos organizados pelo MST, ora são direcionados pelos técnicos e agrônomos do Estado, cujo objetivo é tanto criar associações de forma a exercer controle sobre os trabalhadores, quanto inseri-los nas regras do mercado; ora são direcionadas pelas lideranças do MST, cujo objetivo é construir no interior dos assentamentos rurais um modo de produção que se aproxime do socialismo.

Durante a década de 80, estava claro para a direção do MST, que um dos objetivos do Movimento era oferecer uma visão crítica-social no processo de formação dos assentados e sem-terra, enfatizando a formação de "trabalhadores revolucionários". Durante a década de 90, a direção do MST torna flexível tal posicionamento político, afirmando que *"a cooperação agrícola como organização econômica está inserida no sistema econômico vigente na sociedade, ou seja, apesar dela ser uma forma socialmente avançada de organizar a produção na agricultura, por si só não derrotará o capitalismo"* (Documento Básico do MST, 1991).

D'Incao e Roy (1995) acreditam que *"o interesse coletivo se construirá a partir do encontro e da negociação dos interesses individuais, ou não se construirá"* (p.257). O que vem reforçar a necessidade de processos democráticos cujo objetivo seja a reflexão sobre os interesses coletivos e individuais, ao organizar o trabalho coletivo.

Os referidos autores afirmam que o argumento de que os trabalhadores já vivenciaram experiências coletivas, no momento de conquista da terra, não é convincente. Comentam que no momento da luta pela terra o objetivo e aspiração é o mesmo, ou seja, "a conquista da terra", porém no momento seguinte as singularidades, o desejo de autonomia se torna mais vivo, emergindo as diferenças e as heterogeneidades de projetos de vida entre as famílias.

Esses trabalhadores, que quase sempre receberam ordens e cuja cultura é marcada pelo alto grau de individualismo, necessitariam de assessores técnicos que os orientassem na organização da produção agrícola e, acima de tudo, precisariam de espaço para dialogar, discutir os objetivos de cada família, analisar as diferentes formas de cooperação e escolher a que melhor atende às expectativas, tanto sociais quanto econômicas.

Giddens(1996) discute a reflexibilidade social, entendendo-a como *"... um universo de ação onde os observadores sociais são eles mesmos socialmente observados..."*(p.101). Afirma que *"o desenvolvimento da reflexibilidade social é a principal influência sobre uma diversidade de mudanças ..."* (p. 15). Simultaneamente, o autor utiliza o termo "confiança ativa" que "pressupõe" autonomia em vez de posicionar-se contra ela" (p. 12).

Conforme o autor, a reflexibilidade social constitui um dos potenciais para o desenvolvimento da democracia dialógica (que *"pressupõe o diálogo em um espaço público, fornece um modo de viver com o outro em uma relação de tolerância mútua..."* p. 133). Ainda, o autor nos fala do diálogo que *"deveria ser entendido como a capacidade de criar confiança ativa por meio de uma avaliação de integridade do outro"* (p. 133). Tais idéias contribuem para a reflexão sobre os processos de organização das formas cooperativas, resgatando a importância de que, tanto os interesses particulares do grupo, quanto os coletivos, sejam discutidos de

forma interativa, onde o Eu e os Outros constituam-se em membros participativos da ação.

A perspectiva de D'Incao e Roy sobre a cooperação nos assentamentos rurais mostra a necessidade de que os projetos agrícolas sejam articulados diretamente com os projetos dos próprios trabalhadores, ou seja, projetos de agricultura familiar. "*Mas não dispensariam a reflexão sobre a organização política e econômica ao avanço desses produtores*" (1995, p.76).

Acreditam, os referidos autores, que autonomia e liberdade seriam manifestos na forma de diálogo: trabalhadores e trabalhadores; trabalhadores e militantes das lideranças; trabalhadores e técnicos/agrônomos. A partir dessa relação construir-se-ia um espaço democrático de relações no assentamento rural. Democrático no sentido do "propor", "decidir", "rever", para reconstruir, no novo contexto (interior do assentamento), onde predomina a heterogeneidade.

Essa heterogeneidade é ressaltada por Zimmermann(1994), quando estuda a organização interna em um dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. A autora caracteriza o assentamento como *"espaço de relações sociais, onde as características heterogêneas individuais, homogeneizados no processo de luta pela terra, ressurgem em bases novas"* (p.205).

A referida autora afirma que o MST e a CPT atuaram como organizadores do trabalho conjunto no assentamento. A preocupação do MST era com a superação do 'individualismo' e a implantação de formas coletivas de trabalho na terra. As formas coletivas foram implantadas; houve diferentes tentativas de organizar os grupos para a produção; surgiram diferenças (origem, experiências) entre as famílias e mesmo com os rearranjos grupais, ocorreu dissociação do grupo.

Os fatores destacados como influenciadores na dissociação dos grupos foram: não equivalência da força de trabalho, trajetórias de vida diferenciadas, subordinação e autonomia e hierarquização das atividades em algumas formas grupais.

O trabalhador sem-terra luta pela conquista da terra. Quando nela se encontra, depara-se com normas do grupo e divisão do trabalho, que fogem ao ideal de autonomia e auto-suficiência imaginados.

> Vêem a impossibilidade de condução e acesso a todo o processo produtivo e, em face de tarefas específicas assumidas, percebem a falta de oportunidade para realizar outros importantes à reprodução da família. A especialização que o trabalho em grupo estabelece leva não só ao sentimento de desvalorização da capacidade individual e de "ser colono", mas também a uma hierarquia interna que acirra o antagonismo" (Zimmermann, 1995, p.219).

O posicionamento de Zimmermann não é contrário às práticas coletivas, mas sim afirma que *"a adoção de formas mais complexas, comprovadamente mais eficazes à potencialização da produtividade do trabalho e aumento dos investimentos produtivos, terá de se dar em meio à prática democrática do auto-fazer-se na diversidade de formas associativas que as especificidades das famílias determinam. O ideal de autonomia e auto-suficiência dos colonos assentados poderá ser alcançado enquanto um ser coletivo, mas eles assim precisam se entender..."* (p.223).

Bergamasco (1994) comenta os processos associativos nos assentamentos do município de Sumaré. Após a conquista da terra, a posse passou a ser individual e os maquinários, organização da produção, escolha da cultura, coletivos. A autora afirma que:

> Num primeiro momento, os trabalhadores vivenciaram as associações como forma de reivindicação. Em seguida, elas se transformaram em entidades preocupadas com o processo produtivo, sem perderem todavia seu caráter reivindicatório. E a garantia de sua continuidade é colocada em risco, pois *'o fato de se colocarem como iguais no momento da luta não significa, necessariamente, sua disposição de se estruturarem coletivamente para a organização social da produção'* (Bergamasco et al., 1990 citado por Bergamasco, 1994:228-229).

Romano (1995) destaca um choque de valores entre os princípios dos organizadores e os princípios da grande parcela de assentados. No primeiro estágio do assentamento, comparece a dimensão cooperativa, comunitária e coletivo entre os assentados. No segundo momento, os assentados vivenciam o conflito da vida cotidiana permeada, de um lado, pelos interesses dos líderes (valores igualitários), de

outro, pelas suas próprias experiências, tradições e desejos de "controlar" o espaço, agora, conquistado.

Sobre a gestão do assentamento rural, Teófilo Filho (1994), estudando o processo de gestão de um assentamento no Ceará, afirma que *"todas as vezes que se falava em organizar os trabalhadores, embora a palavra tivesse conotações distintas conforme o mediador, seja o sindicato, a igreja ou o Estado, em geral, partiam do pressuposto da incapacidade do camponês de gestar sua organização. A palavra mágica 'organização' sempre serviu a distintos interesses e a distintos senhores, ramente aos próprios trabalhadores" (p.112).*

O referido autor fala da formação de uma comunidade para a tomada de decisão no assentamento. Afirma que somente a própria comunidade construindo a organização é que se atinge a autonomia real, a autogestão e a cidadania.

Desenvolver um processo participativo numa sociedade onde predomina a subordinação é tarefa difícil, pressupõe um projeto político e, principalmente, o empenho da comunidade em construir o espaço "idealizado".

Teófilo Filho(1994) refletindo sobre a organização e produção nos assentamentos, afirma que o desempenho dos mesmos em termos econômicos, varia conforme fatores subjetivos (diferentes capacidades e motivações individuais para o trabalho) e o fator organizativo (produção, consumo e comercialização). Afirma que *"...quando se está diante de desafios de produzir o quê, como e para quem, esses grupos mais organizados reproduzem de forma mais ampliada..."* (Teófilo Filho, 1994:119).

A tarefa de organizar grupos, associações, cooperativas requer um trabalho de base, discutindo principalmente a cultura dos trabalhadores rurais, bem como o significado de trabalho, que pode ter diferentes conotações para os trabalhadores com diferentes experiências no campo, ou, às vezes, sem nenhuma experiência no trabalho rural.

Kleba (1994) relata um estudo sobre experiências de cooperação agrícola em assentamentos rurais no estado de Santa Catarina. Afirma que muitos dos assentamentos de Reforma Agrária se caracterizam pela descapitalização dos assentados, ausência de infra-estrutura, entre outros. Por outro lado, existem os

assentamentos que vêm tendo resultados positivos, devido ao nível de organização - cooperação agrícola, qualidade da terra e apoio material do Estado e do MST. O referido autor destaca a "carência de formação cooperativa" um dos principais problemas para a Cooperação Agrícola em Assentamentos, ou seja, a carência de informações sobre as diferentes formas de cooperação, suas regras e seu funcionamento (Kleba, 1994, p.134).

Cardoso(1994) desenvolveu estudo em Santa Catarina, com o objetivo de verificar a premissa do MST de que *"a atividade coletiva é a melhor forma de enfrentar os problemas da produção e comercialização nos assentamentos"*.

Após verificar o rendimento médio por hectare, relacionado à forma de trabalho, destacando correção de solo e financiamentos, concluiu que os produtores coletivos têm melhores condições de produzir do que os individuais. Porém, para generalizar tal afirmação, é preciso conhecer a trajetória social do grupo assentado; as condições fisicos-climáticas do local, tipo de solo, assistência técnica, entre outros, que são diferenciados de região para região.

Um dos motivos pelos quais os assentados desistem das formas associativas e cooperativas tem sido o processo de gestão das formas de cooperação agrícola, ou seja a dificuldade em trabalhar com as diferentes opiniões dos assentados e sua formação técnica. A negação das diferenças sociais e culturais contribui para a existência dos conflitos e pseudo-homogeneidade do grupo. Os presidentes das cooperativas destacam que a desistência se deve tanto à questão do retorno econômico, demorado, quanto do não enquadramento das pessoas, nas normas coletivas.

4- Caracterização das formas de cooperação agrícola no Paraná.

Durante a década de 80, a cooperação agrícola passou a ser mais difundida no estado do Paraná. Em 1989, foi realizado o 1° Laboratório Organizacional de Campo no assentamento Santo Rei no município de Nova Cantu. A primeira Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) foi fundada no município de Pitanga, no assentamento Novo Paraíso.

A Central de Cooperativa dos Assentamentos/Pr(CCA) foi fundada em 1991, contando com quatro CPA's, a saber: a Cooperativa de Produção e Serviço de Pitanga (COOPROSERP), no assentamento Novo Paraíso; a Cooperativa de Produção Agropecuária Camponesa (COPRAC); a Cooperativa de Produção Agropecuária Conquista, em Querência do Norte (COPACO) e a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI), no Assentamento Santa Maria, município de Paranacity. A Associação dos Trabalhadores Rurais do ABAPAN (ATRA), município de Castro, faz parte da CCA/PR.

As cooperativas regionais de comercialização estão filiadas e centralizadas ao CCA/PR: a Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro-Oeste do Paraná (COAGRI), que atende assentamentos nos municípios de Cantagalo, Nova Laranjeiras, Laranjeiras do Sul, Queda d'Iguaçu e Guarapuava. A Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária do Paraná (COARA) atua nos municípios de Ibema, Lindoeste e Cascavel.

Além das cooperativas regionais e CPA's, existem, no Paraná, quatro unidades de beneficiamento filiados à CCA: a unidade de Abapan que transforma milho; a unidade de Querência do Norte, que beneficia arroz; a unidade de Santa Maria do Oeste que beneficia erva-mate e a unidade de Lindoeste, que investe em abate e transformação de suínos e bovinos, bem como em sua comercialização.

A cooperação agrícola no Paraná vem sendo desenvolvida a partir das discussões e propostas nacionais do MST, para a gestão da produção em assentamentos. A coexistência de propostas coletivistas, mistas e semi-coletivas pode ser explicada, por um lado, pelos ideais coletivos predominantes entre as lideranças do Movimento – o que gera os grupos coletivos - e, por outro lado, pelo predomínio de formas de trabalho familiares entre os assentados – confirmando o predomínio de práticas individuais de trabalho, construídas historicamente entre os mesmos, cuja maioria é oriunda da pequena produção.

Por um lado, a forma de organizar o trabalho no assentamento reflete a visão de mundo dos sujeitos envolvidos no processo. As características culturais dos assentados (experiências/relações de trabalho anteriores, costumes com relação ao cultivo de determinados produtos, hábitos alimentares) são fundamentais para o

entendimento da escolha por uma determinada forma de trabalho, pois para decidir o como produzir, os assentados, num primeiro momento, recorrem às experiências anteriores, acumuladas pelos pais e por eles próprios, ao mesmo tempo formam-se os grupos de discussões dentro do assentamento, propiciando um espaço de novas idéias, propostas e definição de objetivos de cada assentado, principalmente, sobre o objetivo do assentamento rural e da reforma agrária.

Por outro lado, os cursos de formação política contribuem para a re-elaboração da visão sobre algumas formas de produção, à medida que apresentam diferentes experiências de trabalho nos assentamentos e discutem os fundamentos ideológicos e políticos de cada forma de trabalho, relacionando com as demandas do mercado interno e externo. Porém, não basta que o curso de formação traga informações, é preciso que os trabalhadores se sintam sujeitos do processo de (re)pensar o assentamento, tendo possibilidades de discutir desde sua história de vida passada, até o cotidiano que vivenciam.

As estratégias de cooperação agrícola podem ser entendidas no contexto global da sociedade. De um lado, as demandas pela produção e pela produtividade do assentamento, de outro, a necessidade de viabilizar a reforma agrária, reivindicar uma política agrícola até então negada pelo Estado.

No contexto da globalização, o MST redimensiona o sentido do termo revolucionário (o objetivo central não é a revolução, mas sim a viabilização do assentamento rural no interior do sistema capitalista) e retoma discussões sobre alternativas que permitam que o assentamento rural se insira no processo competitivo do mercado.

5 - As questões de gênero e a cooperação agrícola.

A cooperação agrícola em suas várias formas (modelos: associativismo, semi-coletivo, coletivo) suscita uma reflexão sobre as questões de gênero no interior do assentamento rural. Duas situações nos vêm à mente quando nos referimos ao papel da mulher e do homem, tanto no interior do MST, quanto do assentamento rural. A primeira está relacionada aos contatos mantidos durante a

pesquisa: Ao procurar representantes do MST estadual para nos indicar nomes de pessoas participantes do movimento, que pudessem auxiliar na pesquisa, nenhuma mulher foi citada. Nos assentamentos rurais visitados, a situação se repetiu. Poderíamos indagar se isto aconteceu em função da temática, cooperação agrícola.

A segunda situação está diretamente ligada ao trabalho de campo. No primeiro assentamento, durante a entrevista com um assentado, um grupo de mulheres sentou ao nosso lado para ouvir o diálogo. Como o conteúdo da entrevista se referia à história do assentamento e às estratégias de produção, as mulheres foram se reconhecendo como "atores sociais" do processo e, aos poucos, expuseram sua visão sobre a luta, sobre os desafios do assentamento, os primeiros anos no local - sem infra-estrutura, etc. Em outro assentamento, fomos recebidos por uma das sócias da cooperativa, cuja função era cuidar da parte administrativa; participar dos cursos de Formação, enfim, demonstrou conhecimento da história do assentamento e dos assuntos administrativos.

Embora nosso objetivo não seja discutir as questões de gênero, elas aparecem em meio ao trabalho, deixando questões do tipo: por que um número pequeno de mulheres presentes na direção do MST? Por que as mulheres são esquecidas pela direção do movimento, no momento de indicar nomes dos assentados para fins de pesquisa? Em se tratando da cooperação agrícola, qual o papel da mulher?

Lechat (1996), em artigo sobre as relações de gênero em assentamentos do MST, afirma que, as relações de macropoder é que interessam ao MST, as questões de gênero são individualizadas - homem e mulher são vistos de forma estanque, como indivíduos. A autora afirma que *"nas associações de cooperação agrícola, a complementaridade tradicional entre homens e mulheres baseada na divisão sexual do trabalho e a subordinação destas ao chefe da unidade estão sendo abaladas e sofrem profundas modificações."* (1996: 96).

Uma dessas modificações diz respeito às relações hierárquicas e de poder: a família deixa de ser unidade produtiva, consequentemente, o pai/marido não é mais o chefe. Embora as atividades relacionadas à negociação do produto, propostas para as assembléias, continuem sendo realizadas pelos homens. Outra

modificação é a responsabilidade feminina nas tarefas de produção e reprodução da unidade familiar (a mulher tem um número de horas para cumprir no setor de produção ao qual pertence). Assim, novas relações de poder estão em formação, muitas vezes camufladas pelo próprio movimento social.

A participação política da mulher nas atividades do MST tem emergido ao longo dos anos 90. De um lado, o destaque de Diolinda Alves (sempre citada como esposa do Rainha) como frente de luta e depois como responsável pelas relações internacionais do MST. De outro lado, a participação cotidiana da mulher no acampamento e na formação de grupos no assentamento. Essa participação contribui para a mulher perder o "medo de falar", demonstrando um aprendizado político.

Portanto, as relações tradicionais de poder, presentes na propriedade familiar, são recriadas no assentamento rural quando se desenvolve a cooperação agrícola. Entretanto, ainda existe um resquício de autonegação das mulheres quando afirmam que são responsáveis pelo trabalho doméstico e se consideram "ajudando" o marido na produção. Este é um aspecto a ser mais aprofundado, ou seja, é preciso se questionar como, culturalmente e de forma simbólica, as mulheres retratam seu trabalho.

Carneiro e Teixeira (1995) realizam um estudo sobre a visão dos mediadores - ONGs e liderança feminina rural - acerca da mulher rural, constatando que a mesma é pensada a partir de "seu papel como ator político", sendo a organização "um caminho para colocar a mulher lado a lado do homem". (p. 49). Os mediadores, estudados pelas autoras, utilizam a terminologia "trabalhadora rural", indicando sua participação na produção; entretanto, as autoras questionam que tal *"esforço em reconhecer a mulher como parte da população ativa não explica (...) as discriminações a que estão submetidas em decorrência de uma ideologia que se sustenta na desigualdade e na hierarquia entre os gêneros"*. (p. 56).

Neste sentido, embora existam esforços em compreender a mulher rural como trabalhadora, na realidade persistem as relações de dupla jornada de trabalho e de predomínio do trabalho doméstico - Dona de Casa - característico do

meio rural. As situações de re-criar/re-pensar as relações de poder aparecem nos contextos das atividades associativas e coletivas.

Fukui (1975), estudando os sitiantes tradicionais no Brasil e os papéis na organização familiar, afirma não haver diferença nítida entre a atividade do marido e da mulher, ambos trabalham com os mesmos instrumentos, ritmos e intensidade. Entretanto, *"os grandes negócios são feitos pelo marido mas sempre ele ouve a opinião da mulher..."*(p.55). A autora enfatiza o papel ativo da mulher, de complementaridade e não de subordinação. Isto não significa que o prestígio social seja o mesmo, *"ao nível dos valores é reconhecida a superioridade do homem sobre a mulher."* (p. 57).

Lang (1994), realizando análise sobre o conteúdo de cartas de uma família paulista, demonstra a heterogeneidade de funções desenvolvidas que se esconde por detrás do rótulo "Dona de Casa".

O questionamento de Lang sobre o rótulo Dona de Casa, suscita-nos um questionamento relacionado à mulher rural, que quando indagada sobre sua função, afirma ser doméstica ou dona de casa, mas que ajuda o marido na produção; assim reforça a negação de seu papel na atividade produtiva. O mesmo acontece com as assentadas, provenientes de contextos onde a produção está organizada de forma individual.

Portanto, as questões de gênero vêm sofrendo um processo de transformação no interior do assentamento rural, embora seja um processo lento, que questiona os próprios princípios articulatórios do MST, que parecem relegar a segundo plano a participação sócio-política-econômica da mulher.

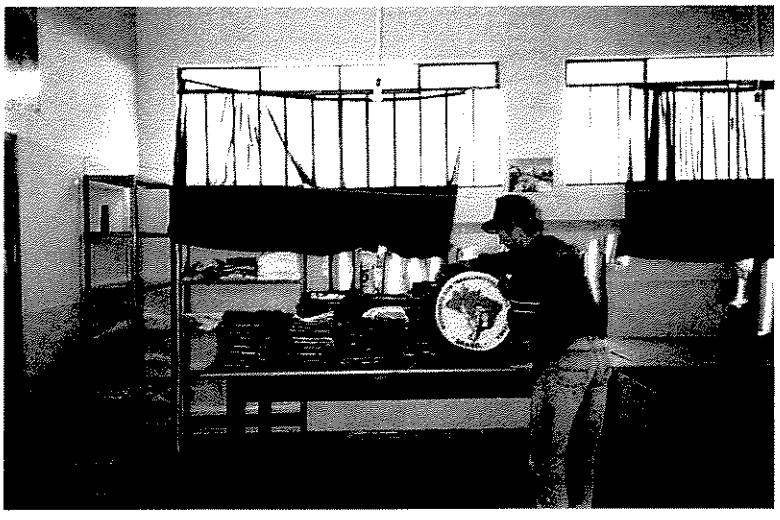
Nos assentamentos coletivos, uma série de valores são (re)elaborados, a começar pelo educação das crianças, que deixa de caracterizar-se como função da mulher, pois são organizadas as creches, ou mesmo grupos de mulheres responsáveis pelo cuidado das crianças do assentamento. A questão doméstica, a mulher que está por 8 horas na atividade agropecuária, hortaliças ou agroindústria, requer que as tarefas de casa sejam divididas entre homem e mulher, em alguns casos, em outros, o trabalho da mulher torna-se de dupla jornada. A participação na gestão da

cooperativa, a mulher tem o mesmo direito de qualquer outro sócio, assim como a participação nas assembléias e reuniões desenvolvidas no assentamento.

Para concluir, destacando que o objetivo central do capítulo era caracterizar as formas de cooperação e algumas estratégias educativas utilizadas pelo MST, podemos afirmar que a diversidade de formas de cooperação é organizada em função das experiências de cada assentado e da práxis do MST, possibilitando a construção de associações, onde há predomínio do trabalho individual, resguardando a parcela de poder reservado ao chefe da família, bem como a construção de grupos coletivos, onde o objetivo é criar um modo diferente de organizar a produção e o social no assentamento. Também, as formas cooperativas, por exemplo, as coletivas, instalam tanto um modo de produção diferente, quanto suscitam a (re)elaboração de práticas e de valores sobre a vida na terra. A grande dificuldade encontra-se nas questões culturais, que contribuem para a não permanência nos coletivos e nos ideais construídos pelos próprios líderes do Movimento, ou seja, no momento de formação dos coletivos, há todo um enfoque no retorno econômico, na estratégia de sobrevivência, na melhoria de vida, etc. no entanto, o assentado, decepciona-se com a demora do retorno e vive inquietações com relação à administração, motivos que o levam a desistir deste novo modo de pensar e de desenvolver a cooperação. As questões culturais referem-se principalmente ao costume do trabalho individual e da gestão privada da produção, onde a família é o centro do processo. As questões administrativas referem-se ao descontentamento com o controle de horas, divisão de tarefas, normas, enfim, um conjunto de novas práticas, que não são incorporadas facilmente.

As estratégias educativas utilizadas, tanto o LOC, TAC, núcleos de produção, têm enfocado a cooperação como uma das formas de melhoria nas condições de vida. Assim, forma-se uma expectativa entre os assentados que, conjunturalmente, acaba sendo inviabilizada, tanto por questões econômicas, quanto de relacionamento social. São estratégias que partem do ideal do Outro, ou seja, a direção do Movimento, e não necessariamente, o ideal do assentado, o que gera conflitos de objetivos, muitas vezes ignorados no processo de construção dos coletivos, o que posteriormente, contribui para rupturas nos mesmos.

CAPÍTULO 6
A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA EM ASSENTAMENTOS ORGANIZADOS PELO MST: ORIGENS, DESENVOLVIMENTO, RUPTURAS E (RE) ELABORAÇÕES



As três fotos foram tiradas com o objetivo de destacar o redimensionamento das práticas, no interior dos projetos coletivos. A **primeira foto** refere-se ao restaurante comunitário existente no assentamento Santa Maria, ao mesmo tempo que é espaço de refeições coletivas e de reuniões, configura-se num repensar sobre o trabalho da mulher, que passa a ter suas atividades desenvolvidas nos setores de produção, ficando o âmbito doméstico como duplicação da jornada de trabalho ou como divisão de tarefas entre os membros da família. **A foto do meio** representa a atividade industrial no assentamento, que não é espaço apenas de atividades agrí cola, mas de uma diversidade de setores, dentre eles, a malharia, no assentamento Novo Paraíso Cooproserp. A **terceira foto** ilustra os investimentos constantes, realizados nas cooperativas de produção. no caso, a construção refere-se so setor de gado de leite, em processo de ampliação, no assentamento Santa Maria - Copavi. Um dos pontos destacados pelos assentados, no que se refere ao trabalho coletivo, é a facilidade para a obtenção de créditos e investimentos em diferentes setores de produção. Por outro lado, destacam a necessidade de que os setores tenham rendimentos positivos para o pagamento dos financiamentos.

Fotos: Maria Antônia de Souza, 1997 e 1998.

CAPÍTULO 6 – A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA EM ASSENTAMENTOS ORGANIZADOS PELO MST: ORIGENS, DESENVOLVIMENTO, RUPTURAS E (RE)ELABORAÇÕES.

Conforme a exposição realizada na introdução, foram três os assentamentos onde realizamos o trabalho de campo – entrevistas, depoimentos e coleta de documentos. Procuraremos, ao longo deste capítulo, evidenciar a experiência dos assentados na luta e construção do novo modo de vida; as práticas de organização da produção; o redimensionamento dos valores sobre a família e o trabalho; as atitudes e normas construídas no processo de organização da cooperação, assim como, as rupturas e (re)elaborações que continuam a ocorrer no cotidiano das relações entre os assentados e, decorrentes, em grande parte, da conjuntura político-econômica nacional..

Os três assentamentos pesquisados foram organizados pelo MST, sendo um deles, pelo antigo MASTRO, que organizou ocupações na região oeste do Paraná. Uma das primeiras ocupações nos anos 80 refere-se à região do ABAPAN, no município de Castro. A primeira cooperativa de produção do MST, conhecida como COOPROSERP, foi iniciada em 1989, com estatuto aprovado no mês de agosto. No estado do Paraná, a cooperativa de produção, tida como "modelo"[75] do MST, localiza-se no município de Paranacity, no assentamento Santa Maria, denominada de COPAVI. São estas, as três áreas delimitadas em nossa pesquisa.

No quadro abaixo, sintetizamos algumas características dos assentamentos pesquisados, destacando a data de surgimento do Projeto, a forma de trabalho e de distribuição da terra, alguns elementos que influenciaram na organização do coletivo ou da associação e as estratégias de formação política e técnica utilizadas na construção da cooperação.

---

[75] - Como salientam os assentados e líderes do MST, no estado, a COPAVI, denominação que recebe a cooperativa do assentamento Santa Maria, não é perfeita, mas é um dos bons exemplos – em termos de investimento, infra-estrutura e organização social, atuando nas frentes de produção, industrialização e comercialização.

Quadro número 1 - Assentamentos pesquisados

assentamentos / categorias	Abapan	Novo Paraíso	Novo Paraíso	Stª Maria
Terra	individual	coletiva	Coletiva	Coletiva
Trabalho	família	coletivo	Coletivo	Coletivo
Cooperação	Associação Coop. Com.	CPA	Associação	CPA
Criação do Projeto	1985	1989 - 1992	1993	1992
Visão sobre cooperação (síntese da fala dos assentados)	Coletivo seria o ideal; falta formação política	Coletivo é o ideal, mas as várias formas devem ser levadas em conta	Coletivo é a estratégia para viabilizar a produção	O coletivo é uma das formas, deve ser aprimorada.
Conhecimento das Propostas Cooperação	pouco	A experiência deles	A experiência deles	Bastante conhecida
Organiz. da cooperação	Após assentados	Anterior ao assentamento	Ruptura ocorrida na Cooproserp	Anterior ao assentamento
Estratégias Formação	Cursos, reuniões	Cursos integrados; reuniões; assembléias	Cursos, reuniões	Cursos, reuniões, convênios com universidade

Fonte das informações: Souza, 1997 e 1998. Trabalho de Campo para a pesquisa de doutorado.

1- Assentamento ABAPAN.

Alguns elementos podem ser acrescentados ao quadro acima, tais como: no Projeto criado em 1985 – Conceição/ABAPAN, onde a posse da terra é individual, os assentados tentaram várias formas de produção, desde a comunitária até a associação de produtores e de comercialização. Inicialmente, o projeto comunitário objetivava a produção de alimentos para a subsistência, entretanto, aos poucos as famílias foram identificando suas diferenças e semelhanças – por exemplo a questão da origem regional e o tipo de trabalho, anteriormente, desenvolvido – e foram organizando grupos do tipo associação, objetivando comprar maquinários e realizar a comercialização dos produtos em conjunto, o que lhes garantiria uma menor perda

nas negociações. O assentamento constituiu-se num espaço onde as relações sociais foram sendo reconstruídas e, consequentemente, a cooperação foi sendo transformada, de um lado influenciada pelas questões familiares (família não aceitava o trabalho coletivo, principalmente por fatores relacionados a número de mão de obra da família e horas de trabalho) e, de outro, pela conjuntura político-econômica que anunciava – indiretamente – a necessidade da organização dos trabalhadores assentados, tanto para a obtenção de créditos, quanto para a decisão do que produzir e comercializar. Portanto, organizam as formas de associação para compra de maquinários e venda de produtos, principalmente, resguardando o trabalho individual de cada um, em seu lote.

Conforme afirma um assentado, no início do assentamento, as famílias formaram uma associação visando a compra de maquinários, onde o objetivo principal era facilitar e incentivar a produção, uma vez que na cidade de Castro existem grandes cooperativas e muitos "picaretas". *"Como a gente não era associado dessas cooperativas, tinha de fazer comercialização de outra forma, então o pessoal vendia para os intermediários"*. (assentado).

A chegada das famílias à região do Abapan, ocorreu em 1984, numa área que já era desapropriada pelo estado. As famílias vieram de regiões diferentes (norte e oeste do estado). Eram famílias oriundas do MASTRO – Movimento dos Trabalhadores Rurais do Oeste – e ilhéus da margem do Paraná. Essa diversidade contribuiu para o desenvolvimento de diferentes formas de organizar o trabalho na terra, mas também acarretou diversos problemas. Para facilitar a gestão da produção, dirigentes do MST sugeriram a organização por grupos cuja procedência fosse comum. Mesmo com tal estratégia, persiste a dificuldade em desenvolver trabalhos coletivos, há predomínio da forma "familiar" de trabalho, dificultando os investimentos e a comercialização da produção, que muitas vezes é feita por intermediário ou através das grandes cooperativas da região.

A forma de trabalho é predominantemente individual, uma vez que os lotes estão divididos, no entanto, estão organizados em associações. Uma das três associações existentes no assentamento foi formada com 22 famílias. Um dos assentados nos relata que *"as pessoas entraram com expectativa, com um sonho que*

não podia ser realizado. Eles achavam que criar uma associação ia resolver todos os problemas e não era isso. Então, muitos desistiram e, depois percebendo que se com a associação estava difícil, sem ela era pior, então fundaram outra associação (...) hoje são três associações dentro do assentamento, com uma média de 13 famílias por associação. Apenas uma delas tem membros do MST, as outras conhecem os princípios, até participam das reuniões, mas não tem quem participe das reuniões do MST".(assentado Abapan)

O presidente de uma das associações nos relata que a segunda associação surgiu a partir de divergências no interior da primeira, pois os trabalhadores tinham objetivos diferentes, tanto em termos de tempo a ser destinado para o trabalho, quanto ao tipo de produto e ao número de membros da família a se envolver nas atividades. Um outro grupo de pessoas que não estava organizado, tendo observado o trabalho da duas associações, decidiu formar uma terceira, onde o objetivo é compra e venda de produtos em conjunto, assim como a elaboração de projetos para obtenção de créditos agrícolas.

As três associações encontram-se reunidas na Cooperativa de Comercialização – COTRAMIC - cujo objetivo é juntar a produção dos assentamentos existentes no município de Castro e conseguir maiores quantidades de produtos e melhores preços na venda. No entanto, a cooperativa, desde que foi fundada, encontra-se inoperante. Conforme depoimento de um dos sócios, a cooperativa estava inativa devido a própria ação dos sócios, *"que acabam esperando pelas decisões da direção ... não vêem que eles também podem decidir".*

A Cooperativa foi fundada no dia 16 de março de 1997, a partir da realização de uma assembléia, onde estiveram presentes os 56 associados - da região do Abapan e do assentamento Três Pinheiros -; representantes do Partido dos Trabalhadores – vereadores e deputado estadual –; sindicato de trabalhadores rurais de Castro e membros da direção estadual do MST.

O representante da Central Cooperativista dos Assentamentos – CCA – no Paraná, refere-se ao ato de fundação da Cooperativa, como *"um momento histórico ... é a primeira cooperativa da região Sul do Paraná ... deve ser o exemplo da região ... serão os "pequenos" que irão dar direção à cooperativa ... só produzir*

não vale a pena, é preciso organizar a produção e a comercialização ... a cooperativa vai resolver estes problemas".

O discurso do representante do MST enfoca a cooperação como a solução para os problemas, entretanto, nos assentamentos, a cooperação é uma das estratégias para a questão econômica, principalmente, a obtenção de financiamentos e a comercialização dos produtos. Alguns exemplos têm indicado a necessidade de repensar o próprio modelo de cooperação, para citar um, podemos nos deter no próprio Abapan, onde formas comunitárias e associações já foram planejadas, sem contudo obter os resultados econômicos idealizados, fator que contribui para a continuidade na busca de alternativas. O que está evidente é que não existe apenas a questão da organização da produção em jogo, mas um conjunto de relações e modelos culturais, que não estão propiciando a concretização do modo de vida almejado, justamente pela dificuldade, no interior do MST, em trabalhar com as diferenças, em suma, com a diversidade cultural enquanto elemento norteador de um processo de desenvolvimento ecônomico, sócio-cultural e político.

O agrônomo da região conduz a assembléia, cujo objetivo é aprovar o estatuto da cooperativa, oficializando sua fundação. Realiza algumas reflexões sobre o papel do agrônomo e a viabilização da pequena produção, destacando que não é um agrônomo sozinho que vai solucionar o problema destes pequenos proprietários. Afirma que quando começou a trabalhar nos assentamentos rurais, encontrou um quadro muito ruim – baixa produção, não organização – e ao mesmo tempo, a conjuntura que não permite que os pequenos se desenvolvam. Acredita que, em primeiro lugar, é preciso organizar a produção para ter acesso à tecnologia avançada que está aí. "*O SCA não prega a fundação de uma cooperativa, ele prega que os assentados e pequenos se reunam de alguma maneira (associação, coletivo ou cooperativa)*".

Destaca que esta "*consciência começa a se formar nos grupos*", pois há 12 anos os assentados da região investem em leite e não vendem; é uma produção familiar, não mecanizada. Diante desta realidade, organizou com os assentados, núcleos de produção, investindo em rebanho com potencial energético. Mostra que

individualmente os trabalhadores não teriam conseguido tal conquista. Foi a partir de tais núcleos de produção que elegeram uma comissão para a fundação da cooperativa.

O profissional destaca que a cooperativa *"não vai enriquecer ninguém, não vai melhorar se o grupo não quiser. A cooperativa é um artifício para melhorar a situação de cada assentado"*. O discurso do agrônomo diferencia-se do representante da CCA, quando destaca a cooperativa como um artifício e não como a solução. Ou seja, delega responsabilidades aos assentados e ao mesmo tempo não motiva o pensamento de que a cooperativa trará grandes resultados econômicos e será a solução para os problemas. A Cooperativa é mais uma estratégia de resistência na terra.

Neste assentamento constatamos que a prática desenvolvida, pelos assentados, representantes do MST e técnicos, refere-se à formação de grupos informais de produção, reflexões sobre a conjuntura, formação de comissão para viabilizar a fundação da cooperativa. Presenciamos a prática da transmissão de informações aos assentados, que não estão diretamente envolvidos na organização da cooperativa, e de reuniões gerais para a aprovação de documentos.

O estatuto da cooperativa prevê que cada sócio deve estar organizado em grupos com dez famílias, o que motiva/obriga os trabalhadores a se organizarem e a (re)elaborarem saberes do tipo prático (experiências anteriores com a produção, muitas vezes em pequena escala e comercializada através dos intermediários); técnico (por exemplo o trabalho manual passa a ser realizado com maquinários, dentre eles, o trator, que facilita o preparo de uma grande área de cultivo, num período curto de tempo) familiares (por exemplo, num grupo, as decisões não são tomadas pelo "chefe" da família, mas pelo grupo cujos membros devem entrar em acordo).

Há, no assentamento, a continuidade do processo de socialização política, destacando as constantes análises de conjuntura que são realizadas nos encontros e seminários do MST, o que possibilita um contínuo acompanhamento, por parte dos membros que compõem o Movimento, da política e economia nacional. Um dos mediadores centrais do processo de organização da cooperação agrícola tem sido o agrônomo, que procura conciliar os interesses políticos do MST, com as

necessidades e interesses dos assentados locais, com intuito de auxiliar na viabilização do assentamento, na conjuntura atual.

2- Assentamento Novo Paraíso – COOPROSERP E ASTROAGRI

O assentamento Novo Paraíso foi organizado numa área grilada do Estado, o imóvel Tigre, do qual 40 alqueires eram registrados, sendo os 976 hectares de terras, considerados como terras devolutas. Conforme afirma um dos coordenadores locais do MST, havia uma briga entre o Estado e o INCRA, entretanto, o Estado não repassou a área para o INCRA. Portanto, é um assentamento de responsabilidade do governo estadual.

A origem do assentamento está vinculada às lutas dos trabalhadores rurais na região de Cantagalo. Os trabalhadores do município de Pitanga, organizados pelas lideranças do MST e representantes do sindicato, acamparam no município de Cantagalo, numa área distante 35 quilômetros da cidade, onde hoje é o assentamento Ouro Verde. No local havia um número grande de famílias, numa área pequena. Portanto, havia a necessidade dos grupos se organizarem para novas ocupações e, assim, o pessoal do MST, sabendo da irregularidade do imóvel Tigre, existente em Pitanga, encaminhou uma carta para o grupo que trabalhava coletivamente, no assentamento Ouro Verde, chamando-os para a ocupação no atual assentamento Novo Paraíso.

O coletivo de produção que havia no assentamento do município de Cantagalo era formado por famílias conhecidas entre si, parentes e vizinhos. Assim, tais famílias aceitaram ir para a área coletiva que estava se formando em Pitanga. Quando as famílias chegaram, a cooperativa já havia sido fundada, com 19 famílias, oriundas de Inácio Martins e da experiência do Laboratório Organizacional de Campo, desenvolvido no assentamento Santo Rei, em Nova Cantu. Chegaram as 13 famílias oriundas da ocupação de Cantagalo, totalizando 42 famílias na Cooproserp.

A Cooperativa Cooproserp (Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga) foi organizada em 1989, constituindo-se por acampados oriundos de

acampamentos da região Sudoeste do Paraná. No início conseguiram pouco êxito, devido à baixa fertilidade do solo e à ausência de tecnologias, conforme afirma um assentado. O assentamento Novo Paraíso foi consolidado em 1992, oficializando a Cooproserp como uma empresa coletiva.

Os assentados que vieram de outras regiões para a Cooproserp tinham conhecimento do trabalho coletivo na cooperativa. Conforme afirma um assentado *"nós viemos sabendo que a área era coletiva. Já tava discutindo o pessoal do movimento, o pessoal que veio de Inácio Martins, que era uma parte do LOC, de Nova Cantu. Já tinha uma linha de como tinha que ser feito um coletivo"*.

A partir do levantamento do quadro natural e sócio-econômico do assentamento, o Estado constatou que a permanência das 42 famílias só seria viável através do trabalho coletivo. Organizaram o coletivo, entretanto, após a safra de 1994, cerca de 27 famílias desistiram da cooperativa e passaram a trabalhar de forma individual. Os motivos da desistência são explicados, de um lado, pela frustração com a primeira safra e, de outro lado, pela divergência de idéias, conforme afirma um assentado.

Iniciou-se um processo de discussão e de reagrupamento das famílias no assentamento, sendo formada a ASTROGRI – Associação dos Trabalhadores Organizados na Agricultura. Conforme o depoimento de uma sócia da ASTROAGRI, a referida associação se formou da seguinte forma:

> Trabalhamos no coletivo e o pessoal achou que era muita dificuldade para tocar uma cooperativa. Aquela visão que se tinha de antigamente e as linhas gerais eram o problema, tudo era coletivo, horta, refeitório. Mas, eles tinham o costume de cada um ter o seu. E aí começou a pensar e acharam melhor mudar para cá, cada um ter o seu lote e plantar individual. As casas foram feitas nos lotes, por 2 anos. Na prática, viram que não houve lucros econômicos, daí começaram uma discussão para formar a associação, onde nós estamos hoje. Mesmo assim, umas pessoas não aceitaram a associação, porque também era coletivo. Aí foram embora, trocaram os lotes. Daí ficaram 11 famílias, ainda que umas já trocaram, mas o número de lugares é 11.

A Astroagri é o exemplo do processo de resistência para permanecer na terra. Refere-se a uma das tentativas de organizar a produção conforme os

objetivos/interesses particulares, combinados no grupo. Ou seja, por conflitos de idéias, deixam a cooperativa coletiva e fazem a tentativa do trabalho individual, onde não obtiveram resultados, sendo obrigados, a novamente retomar o coletivo, na forma de associação.

Com relação ao funcionamento da cooperativa e aos avanços obtidos no assentamento, é notório a melhoria na qualidade de vida das famílias, da construção das casas, da infra-estrutura e dos setores de produção. Entretanto, o assentado afirma que:

> O pessoal de fora – outros assentados e sociedade em geral – vê como projeto bonito (...) internamente não conseguimos ver os avanços, um retorno econômico (...) por outro lado, há uma contradição acerca do trabalho, alguns assentados dizem 'se eu consigo fazer uma coisa que o outro não, eu valho mais... se eu ficar aqui, vou trabalhar por outros que não se esforçam' (...) poucas pessoas conseguem mudar a visão de mundo, mesmo passando pela ocupação.

Um dos sócios da cooperativa afirma que *"estamos trabalhando por uma nova sociedade, com menos exploração. Vejo que os coletivos sejam um caminho (...) Uma nova sociedade é um lugar onde todos estejam bem; não é possível tal sociedade no sistema capitalista"*.

O discurso demonstra o ideal político-ideológico do MST, ou seja, que o coletivo é uma experiência molecular para a caminhada em direção a uma sociedade socialista.

Atualmente a Cooproserp é composta por 15 famílias, enquanto que a Astroagri é constituída de 11 famílias. Constatamos que aproximadamente 40% das famílias desistiram do trabalho coletivo, voltando para áreas individuais. Um dos assentados explica que:

> Uma das coisas que o pessoal desanimou muito, é a questão econômica. A pessoa entrou pra dentro do coletivo ele quer saber do econômico. Porque dentro do Movimento, desde a formação de base já vem falando que dentro do coletivo vocês vão ter dias melhores, vão melhorar as condições e tudo; então, o pessoal vai com aquela fé no coletivo e amanhã ele já tá com o bolso cheio de dinheiro, já tá comprando tudo que ele necessita. Ele tem que pensar que tem que investir certas coisas pra depois ter um retorno ao longo do tempo.

Um outro assentado afirma que *"na verdade foi investido demais e não foi cumprido o objetivo, não somos capaz de cumprir; falta administração, alguém que tivesse carreira pra administração"*.

Os lugares deixados pelas famílias desistentes são ocupados por outras famílias, que se interessam pelo coletivo e que passam por um ano de experiência no assentamento. Ao longo do trabalho de campo notamos que as famílias que passam pela "experiência" sentem-se receosas em tecer comentários sobre o coletivo, apenas dizem que deve ser bom.

O coletivo, enquanto socialização dos meios de produção e do modo de produção inicia-se a partir da discussão dos grupos de trabalhadores, em suas comunidades, mediados por representantes de sindicatos e por lideranças do MST. O coletivo consolida-se como alternativa para viabilizar a sobrevivência das 42 famílias, numa área de 976 hectares, onde 20% destina-se à preservação ambiental. No entanto, ao longo do desenvolvimento da experiência, dos investimentos e das primeiras safras, alguns assentados questionam a viabilidade e sua identificação com o coletivo, concluindo que seria melhor (re)construir a experiência do trabalho individual, entretanto, ao final de dois anos de trabalho, constatam que através do trabalho individual eles não conseguiriam sobreviver e, novamente (re)elaboram uma alternativa, ou seja, o coletivo, mas em forma de associação. Conforme, uma sócia, *"a principal diferença entre a associação e a cooperativa é que a segunda é mais burocrática que a primeira, o resto é tudo coletivo"*.

As formas de participação dos assentados nestes coletivos de produção fazem-se através das reuniões organizadas em cada setor de produção, assim como nas assembléias mensais, onde cada representante de setor coloca os problemas e possíveis soluções, para que sejam discutidos e aprovados pelo grupo. Conforme depoimento dos assentados, todos participam nas assembléias, entretanto, o nível de participação varia, pois geralmente as pessoas que mais falam e propõem são os representantes do MST ou o presidente da cooperativa. *"Quem mais propõe é quem tem mais formação"*, afirma um dos assentados.

Na cooperativa, os assentados definiram linhas de produção, a saber: agrícola, suínos, leite e malharia. Na associação, as linhas são: animal, agrícola e erva

mate. Essas linhas são definidas a partir da orientação técnica e dos projetos para a obtenção de créditos. A inserção dos assentados nos setores de produção é discutida no grupo e cada um opta pela atividade na qual possui experiência, formação técnica ou identificação.

Com relação ao trabalho, há uma ficha para marcar o número de horas que cada um trabalha. Divide-se as sobras do mês e ano. As sobras do ano são divididas pelo total de horas trabalhadas, conforme explícito no esquema descrito no capítulo 4. As sobras são divididas da seguinte maneira: 50% entre os sócios; 15% para o FATES -Fundo de Assistência Técnica e Educação Social-, 10% para reservas; 10% para capitalização e 5% para o MST.

A polêmica atual entre os setores da cooperativa relaciona-se à repartição igualitária dos resultados. Ou seja, o setor agrícola reivindica que o resultado do setor seja dividido entre os que nele atuam e que o mesmo seja feito com os outros setores.

Nestes 6 anos de oficialização do Projeto, os sócios da Cooproserp adquiriram 2 tratores (financiados); uma colhetadeira e equipamentos agrícolas (com recursos próprios); aproximadamente 90 cabeças de gado; construção de barracões; malharia; 1 caminhão e uma caminhonete com recursos do PROCERA; suínos, estábulos, ordenhadeiras, silo e silagem.

3- O assentamento SANTA MARIA (Paranacity) - COPAVI

O assentamento Santa Maria teve início em 1992, sendo que o decreto de desapropriação é de 1988, entretanto o processo final de regularização do assentamento ocorreu em 1994. As famílias que compõem o assentamento são oriundas do oeste e centro-oeste, faziam parte de grupos excedentes nos assentamentos das referidas regiões.

Conforme depoimento de um assentado as famílias que vieram para o assentamento haviam passado por um processo de formação e de conhecimento sobre a cooperativa.

> Já vieram com um certo conhecimento e um certo objetivo, que era trabalhar em conjunto, que a terra não seria dividida (...) as famílias foram reunidas e concordaram em ocupar a área que já havia sido desapropriada (...) o objetivo era fundar uma cooperativa e trabalhar coletivo (...) em 1993 começamos estruturar os setores de produção e toda organização interna (...) com os recursos advindo do PROCERA a gente foi investindo na estrutura de produção, tirando algumas linhas de produção, diversificando a produção e industrialização.

A Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória/COPAVI foi fundada com 25 famílias que eram arrendatárias na suas regiões de origem. Atualmente, há um total de 19 famílias, sendo que 4 delas estão em processo de experiência – constitui uma espécie de estágio no coletivo, onde a família insere-se num setor de produção e na organização do assentamento como um todo, passando a conhecer as normas da cooperativa.

As famílias organizaram os setores de produção a partir da idéia de produzir e industrializar, era uma nova perspectiva que surgia nas áreas de cooperação. Assim, os setores de produção são: produção (pecuária, lavoura, horta e indústria); comércio e administrativo. Conforme depoimento do presidente da cooperativa, a atividade que tem dado mais lucro é a horta, cuja comercialização é feita no próprio município e em Cruzeiro, município vizinho de Paranacity. Em termos de volume, a maior produção é a do leite.

Conforme depoimento do presidente da cooperativa, *"a solução para a agricultura tem que ser o coletivo"* e, um dos problemas enfrentados no assentamento refere-se à formação sócio-cultural, por exemplo, quanto à questão das desistências das famílias esta deve-se as:

> Dificuldades para se enquadrar nas propostas; isso vai muito das famílias, dos objetivos que cada um tem. O pensamento das pessoas está voltado para o imediatismo, nós estamos construindo, num processo lento. Isso acaba sendo determinante na formação do grupo. As pessoas não desistem somente pela questão econômica, mas da questão de se adequar, entender (...) aí as limitações, a gente não consegue investir muito nesta formação político-ideológica.

Outro assentado afirma que o problema da desistência está relacionado aos seguintes pontos: mentalidade das pessoas; convivência em grupo; retorno econômico; decisões, mas principalmente à questão do econômico. Com relação à de mentalidade das pessoas, para conviverem no coletivo, ela está sendo construída, aos poucos, conforme afirma um dos membros do assentamento.

Com relação à participação dos sócios, existem espaços para discussão no assentamento, por exemplo: os núcleos de famílias – cujo objetivo é discutir, desenvolver leituras – sendo formados por fileiras de casa, cada núcleo discute os problemas vivenciados, a prestação de contas, o planejamento das atividades. Outro espaço para discussão é o restaurante coletivo. Durante o horário do café da manhã fazem-se consultas às pessoas, encaminhamentos e informes. As assembléias são realizadas uma vez por mês mas, como afirma o presidente da cooperativa, *"a participação das pessoas não é o que deveria ser, elas têm dificuldades para discutir, opinar. Há uma abertura para participação e discussão"*.

O principal instrumento de controle das ações e para a administração da cooperativa tem sido o regimento interno e o próprio estatuto. No regimento interno estão explícitos os seguintes objetivos para a COPAVI:

> Ser uma cooperativa de produção, comercialização e industrialização em vista de organizar o trabalho dos seus sócios; liberar mão-de-obra para contribuir no MST e SCA; ser uma organização social de reivindicação e de luta em favor da reforma agrária e do interesse de seu quadro social; dar exemplo através dos resultados econômicos e social de que a reforma agrária dá certo; especialização de mão-de-obra; garantir a participação nas decisões, execução, controle e divisão das sobras através da gestão democrática.

Um dos sócios afirma que o objetivo do grupo era criar uma empresa, produzir e comercializar, entretanto, chegaram à conclusão *que "não sabiam fazer, por exemplo, a pinga, trabalhar com os derivados do leite, etc"*. Por outro lado, agora que conseguiram uma qualidade na produção, esbarram no mercado, por exemplo, na questão da legalização do leite. Afirma que o leite deve ser o carro chefe e que há muitos investimentos, por exemplo na área de suínos e de frangos, e pouco

lucro, ou seja, os investimentos altos e o baixo retorno econômico " *repercutem politicamente, pois começam a mostrar o que não deu certo...*".

O coletivo de produção do assentamento Santa Maria, foi construído, principalmente com pessoas que eram ex-arrendatárias em suas regiões de origem. Todos vieram com o objetivo e a certeza de que o coletivo seria a melhor maneira de organizar o assentamento, entretanto, após 6 anos de Projeto, cerca de 40% das famílias desistiram do coletivo, optando por formas individuais de trabalho e associativas no momento da comercialização e compra de equipamentos e insumos agrícolas. O coletivo passa por reestruturações, uma dela é a revisão das linhas de produção e a questão dos investimentos infra-estruturais onde, conforme afirma um dos assentados, há necessidade de conter os investimentos e melhorar a produção dentro das linhas já instaladas.

Um dos problemas levantados por dois assentados, refere-se ao trabalho da mulher, afirmando que 8 horas por dia é muito e que haveria necessidade da mulher se dedicar mais aos serviços da casa. Entretanto, numa das entrevistas, a mulher participou da conversa dizendo que está contente com o trabalho que faz e que 8 horas não é um sacrifício. Assim, a experiência dos coletivos passa por rupturas e por constantes (Re)elaborações em todas as instâncias – política, econômica, social e cultural.

4 – A cooperação a partir da percepção dos representantes/MST e assentados.

Embora haja um acúmulo de discussões sobre a cooperação, a grande maioria dos assentamentos tem a organização da produção de forma individual (93,96%); sendo 1,21% coletiva e 4,82% de forma mista, (dados obtidos do I Censo da Reforma Agrária, 1997).

Entrevistas realizadas com assentados, que trabalham de forma coletiva, revelaram qual a importância que os mesmos atribuem aos projetos coletivos, de produção:

"Participação mais ativa no movimento; a produção não pára, se eu fico doente, todo mundo atende, a nível de trabalho, da organização" (assentado novo Paraíso);

"Seria mais fácil para os técnicos... para a negociação, nos bancos, por ex. O pessoal adquire mais informação. Os fatos acontecem, o pessoal discute mais rápido" (assentado Novo Paraíso);

"Relação humana, você convive com a diversidade, pra chegar no consenso é difícil. Na cooperativa tal questão está bem discutida" (assentada Santa Maria);

"Os projetos coletivos têm maior viabilidade para negociar, quebra os intermediários" (assentado Novo Paraíso);

"Apoio do movimento. Assim, talvez possa trazer mais retornos" (assentada Novo Paraíso);

"Preocupa os governantes e articulação política. Tem problemas porque somente organizar os grupos, não há uma receita, como seguir, tem que ir inventando, criando. As pessoas fazem curso para tal área e, às vezes, não dá certo." (Assentada Novo Paraíso);

Embora os entrevistados(as) destaquem os aspectos de sociabilidade, viabilidade econômica, estratégia política e facilidade no atendimento técnico, estão descontentes com o andamento dos projetos de cooperativas coletivas, cujo investimento é muito alto e o retorno econômico pouco significativo. Os defensores do coletivo afirmam que o retorno vem a longo prazo e que a única saída para o assentado é se associar ou formar cooperativas de produção ou de comercialização.

As famílias que trabalham de forma individual afirmam que o coletivo é a saída para o assentado, na atual conjuntura, entretanto estão satisfeitas com sua situação no lote individual. Explicam que a partir do momento em que a área é dividida em lotes e os sem-terra são assentados em seus pedaços, fica difícil construir uma organização coletiva. Enfatizam as diferenças com relação às experiências anteriores de cada assentado e reforçam que o coletivo, para funcionar, tem que ser

organizado entre vizinhos que já se conheçam ou entre parentes. Isto pode reforçar a tese de que a cooperação carece de contextualização histórica, resgatando a dimensão da sociabilidade entre moradores de uma vila ou bairro. A cooperação, quando entendida de forma artificial e como algo inovador, tende a ser vista com estranhamento por parte dos assentados. Consequentemente a recusa ao trabalho com horas marcadas, controle rígido, tende a comparecer nos setores – trabalho do tipo escravo - *"escravo da cooperativa, de nós mesmos"*, conforme afirma um assentado recém-chegado à cooperativa coletiva.

O medo de novas formas de subordinação está atrelado às normas que são confeccionadas no coletivo. Em alguns casos, as normas estão relacionadas a sanções, revelando a perda de autonomia por parte do assentado que, muitas vezes, desiste dos trabalhos em grupos por não concordar com os princípios da organização. Ainda que o estatuto da cooperativa seja aprovado pelo grupo, é no desenvolvimento das atividades que surgirão as contradições, as dúvidas e as desistências. Isto evidencia a impossibilidade de traçar um modelo de cooperação para os assentamentos que não seja aquele idealizado/construído a partir da participação real do trabalhadores. É um processo lento de formação e de identificação de idéias e objetivos que possibilitará uma prática de cooperação coletiva ou semi-coletiva.

Alguns elementos poderiam contribuir para a explicação da predominância da forma familiar de produção, dentre eles: a) **trajetória das famílias/experiência** (66,31% de agricultores/camponeses); 5,67% de trabalhadores rurais, sendo o restante distribuído entre outras atividades rurais, boia-fria, motorista, mecânico, pedreiro e carpinteiro[76]; b) **estratégias educativas** utilizadas pelo MST, objetivando desenvolver a cooperação: tais estratégias valorizam a transmissão de conteúdos, como exemplo podemos citar os Laboratórios Organizacionais de Campo e os cursos chamados de "Formação Integrado à Produção". O próprio termo cooperação, enquanto matriz cultural do saber do assentado, é discutido de forma fragmentada, uma vez que não há contextualização das práticas cooperativas, que

[76] - Vide I Censo da Reforma Agrária do Brasil, 1997. Com ressalvas, uma vez que o censo não atingiu todos os beneficiários, deixando de recensear pelo menos 1000, dentre um total de mais de 4000 beneficiários, no estado do Paraná.

entre os agricultores são desenvolvidas na forma de ajuda e de mutirões[77]; c) o **aparato institucional**, via atuação do Incra e Emater, não prioriza formas coletivas de produção, bem como o fato de grande parte dos profissionais que atuam como assistentes técnicos não possuírem uma **formação acadêmica** que fundamente sua atuação em áreas de assentamento, portanto, está presente a necessidade tanto de reestruturações curriculares, principalmente na área agronômica, bem como um redimensionamento na atuação dos órgãos governamentais.

O depoimento a seguir exemplifica, alguns dos pontos, afirmados acima:

> Acho que a idéia da associação, do coletivo, começou na época que veio o PROCERA. Então existia até a proposta no momento que uma parte dessa verba fosse aplicada em coletivo. E era discutido no assentamento inteiro naquela época (...) para comprar as coisas coletivas. Só que naquele tempo bagunçou. Depois na hora de fazer os projetos, os caras da EMATER acharam que não era bom fazer os projetos coletivos e, com aquilo, desmobilizou muito. Tivemos a idéia de comprar o trator (...) então foi colocada a terra em coletivo, também (...) A gente tem passado por uma série de dificuldades na questão de a gente ver realmente o que é uma associação (...) uma das maiores dificuldades é realmente a questão da administração da associação, essa questão do próprio planejamento, em saber um pouco o que a gente conseguiu (...) a gente vai muito pelo rumo (...) não existe uma discussão política do rumo desses grupos. Uma coisa que a gente sabe que ganhou foi em investimento, em relação aos individuais. A questão da produção mais ou menos iguala (...) Eu acho que uma das consequências da própria dificuldade dos coletivos, de não estar dando muito certo, hoje, a experiência é a questão da luta como um todo, isso é uma outra parte, que poucas pessoas acabam desgastando muita força para todo mundo e, como o coletivo é pequeno ele sofre (...) eu acho que o pessoal e mesmo as pessoas que estão no coletivo não têm conseguido superar assim e até entender a proposta do coletivo, o que se quer mesmo (...) Na questão do coletivo que é uma experiência nova, acho que a dificuldade que se tem é a forma de as pessoas terem a sua ligação, a forma de fazer. Cada um vem de um sistema diferente, cada um foi criado de uma forma de educar. Na medida que todas as pessoas não têm, as vezes, a mesma visão do que é a sociedade, como que é, e eu acho que uma das coisas que dificulta é a pessoa, como tem dúvida, que isto está certo, é uma coisa nova, quer dizer, por um lado eu, para mim, a gente tem percebido, as pessoas de fora às vezes são contra esse tipo de coisa, eles não tentam discutir, passar uma mensagem boa (...) o grande problema é a forma de você usar a família dentro da associação... (Comissão de assentados, entrevista Ipardes)

---

[77] - Vide Antonio Candido, 1987, principalmente quando resgata a questão da sociabilidade nos bairros rurais paulistas.

O depoimento aponta alguns dos elementos centrais que contribuem para o desenvolvimento da cooperação. Em primeiro lugar, é a própria **necessidade** que orienta a ação dos trabalhadores, ou seja, com o objetivo de conquistar e de aplicar os recursos do Procera é que os assentados se organizam em associações. Em segundo lugar, é importante destacar o papel dos **mediadores**, ainda que no depoimento acima, a EMATER não enfatize o coletivo, em outros assentamentos, tanto o INCRA quanto os representantes estaduais do MST, têm destacado as experiências coletivas como alternativa para a sobrevivência dos pequenos proprietários e, no caso, dos assentamentos. Em terceiro lugar, o **conhecimento** técnico aparece como uma carência e um obstáculo entre os assentados, ou seja, de um lado as dificuldades na administração dos coletivos e de outro, a própria formação política dos envolvidos, que não atinge a todos e, portanto, também dificulta o entendimento do projeto desenvolvido pelos representantes do movimento social e de outros mediadores. Em quarto lugar, o depoente aponta as **diferenças** sociais e culturais entre as famílias, o que dificulta o acordo e a consolidação de coletivos. Em quinto lugar, a questão da **família**, ou seja, qual é o papel da família nos coletivos de produção. Como a experiência é tida como algo inovador, as pessoas apresentam dificuldades em entender que o processo de decisão, repentinamente, não será mais do "chefe" da família e, sim, do grupo. O próprio lugar da mulher no contexto da produção sofre transformações, pois a mulher passa a ser um membro dos setores de produção e não uma ajudante do marido.

Os coletivos de produção que têm sido organizados pelo MST são diferentes dos mutirões e de trabalhos comunitários, nos quais a solidariedade ocupava o lugar central. No MST, o elemento central passa ser a questão econômica, a viabilização do assentamento, portanto, o coletivo surge como empresa e como estratégia política.

A idéia de mundo da vida, desenvolvida por Habermas(1989:167), nos auxilia no entendimento das (re)elaborações que ocorrem no cotidiano do assentamento, no que se refere às formas de cooperação. O autor afirma que:

> O mundo da vida constitui, pois, o contexto da situação; ao mesmo tempo, ele fornece os recursos para os processos de interpretação com

> os quais os participantes da comunicação procuram suprir a carência de entendimento mútuo que surgiu em cada situação da ação (...) os participantes da comunicação baseiam os seus esforços de entendimento mútuo num sistema de referências composto de exatamente três mundos. Assim, um acordo na prática comunicativa da vida quotidiana pode se apoiar ao mesmo tempo num saber proposicional compartido intersubjetivamente, numa concordância normativa e numa confiança recíproca.

O autor refere-se ao mundo da vida como pano de fundo da ação comunicativa, mostrando que a realidade antes aceita sem questionamentos pode ser transformada, num contexto de diálogo, em conhecimentos que podem contribuir para a (re)elaboração de determinada situação. No contexto dos coletivos, a ação estratégica, orientada para o êxito, prevista num determinado modelo, passa a ser questionada a partir dos conflitos que emergem no cotidiano, ou dos resultados concretos da produção. Assim, novos elementos se destacam na construção do coletivo de produção e na consolidação dos conhecimentos dos assentados. Por exemplo, as relações cotidianas demonstraram que o restaurante comunitário não estava sendo aceito por todos, portanto, no assentamento Novo Paraíso, os assentados eliminaram a realização conjunta das refeições e, no assentamento Santa Maria, os assentados decidiram fazer 2 refeições comunitárias, o café da manhã e o almoço. A criação coletiva de aves para consumo é redimensionada, no assentamento Novo Paraíso, onde as pessoas passam à criação individual. São questões micro que influenciam no andamento do coletivo e que, a princípio, não são previstas, até porque não existem. É a partir da convivência com os diferentes e a partir das discussões/diálogo que o cotidiano do coletivo vai sendo (re)elaborado.

Entre os dirigentes do MST, a preocupação com a cooperação – agrícola – ocorre no âmbito do econômico, enquanto que entre os assentados, os resultados obtidos com as cooperativas coletivas têm sido insuficientes, inclusive para pagamento dos financiamentos. Assim, tais situações conduzem ao redimensionamento das propostas de coletivos, onde os próprios representantes do MST começam a enfatizar as várias formas de cooperação na viabilização do assentamento, sendo o coletivo apenas uma delas. A preocupação do MST se dá no contexto global da sociedade, onde são pressionados pelo Estado e pela própria

sociedade a mostrarem os resultados das lutas. Portanto, a estratégia do MST, de organização das cooperativas, pode ser entendida tanto no conjunto da luta de classes quanto no contexto conjuntural em que se encontra o país, onde a pequena produção tem sofrido um processo crescente de deterioração.

Os assentados resistem no momento da conquista da terra, organizam o assentamento adotando diferentes estratégias de produção e de cooperação. A lógica de atuação do assentado é permeada pela percepção que possui do contexto macro da sociedade, bem como pelos desejos da família e possibilidades vislumbradas no assentamento. Adota a forma coletiva de produção imaginando o êxito econômico, entretanto, quando percebe que o retorno obtido não é o idealizado ou que a organização da cooperativa está tomando um rumo não previsto, procura novas formas de sobrevivência na terra. Portanto, o assentado escolhe uma forma de cooperação ou o trabalho individual, conforme a alternativa que lhe é (im)posta. Os assentados (Re)criam estratégias de organização tais como as associações de vizinhos, onde o espaço comunicativo pode ser desenvolvido, de forma construtiva, e não apenas como receptiva de conhecimentos.

A cultura política do assentado é repleta de elementos de uma cultura política brasileira, a saber: idéia de propriedade, herança, decisões individuais, participação presencial, atitudes do tipo "ver para crer" entre outros. Por um lado, não é possível negar o aprendizado político advindo das práticas políticas, das relações sociais e dos cursos de formação. Por outro lado, isto mostra a necessidade de compreendermos o assentado a partir de suas experiências e necessidades, contextualizadas historicamente.

Os assentados que tiveram e têm uma participação ativa nos processos de gestão do assentamento e nos espaços do MST, redimensionam sua visão sobre o sistema político brasileiro, afirmando que, na conjuntura atual, somente um governo de esquerda pode dar novos rumos à economia e à política brasileira. Atribuem grande importância ao Movimento Social, como forma de garantir as condições objetivas, que isoladamente não conseguiriam. O voto é considerado por todos os assentados como um instrumento que pode possibilitar a mudança, entretanto, percebem claramente que a mídia condiciona muitos dos eleitores, assim como,

percebem também que os representantes políticos da situação utilizam-se de um grande aparato financeiro e ideológico no momento das eleições. É importante lembrar que praticamente todos os entrevistados se posicionaram a favor do Partido dos Trabalhadores, mesmo os assentados que estão em fase de experiência nos coletivos, afirmam que "pensam" que "*tem que votar em quem entende o povo*".

Os assentados afirmam *que "votar é uma das melhores armas para mudar o país"*; *"votando já é ruim, imagine sem votar"*; *"quem não vota não é cidadão"*; *"é importante votar, independente do partido, é preciso que a pessoa seja da mesma classe"*. Além da importância que atribuem ao voto, como um dos mecanismos de mudança e uma das dimensões do exercício da cidadania, afirmam que a participação dos trabalhadores nos processos de votação e elaboração de projetos para a agricultura e, em específico, para os assentamentos, é essencial.

Os assentados consideram importante a sua participação nos processos de gestão da produção agrícola e das negociações, como meio de garantir seus interesses. Entendem que a sociedade brasileira não se caracteriza por uma democracia real, pois se isso ocorresse, não haveria necessidade de ampliação das formas de lutas empreendidas pelo próprio MST. Destacam que esta percepção, sobre a participação no contexto global da sociedade e dos interesses específicos da classe, se desenvolveu a partir de sua inserção no movimento social, principalmente, e nas atividades do sindicato dos trabalhadores, pois no debate com os colegas e no ato de ouvir os mediadores – lideranças, religiosos e sindicalistas – aprenderam que têm direito de reivindicar melhores condições de vida. Um dos assentados afirma que o "*acampamento é a maior escola que já presenciei*".

A compreensão que os assentados apresentam de sua realidade (assentamento), do próprio movimento social e da sociedade brasileira, bem como as formas de participação em tais espaços, foi construída na práxis cotidiana. A práxis, se manifesta nas ocupações, nas caminhadas, nas reuniões, no fazer e avaliar as atividades do coletivo, aqui em discussão. No contexto dos coletivos, a práxis concretiza-se no planejamento das atividades sócio-econômicas, na interação constante entre os envolvidos e no replanejamento do projeto coletivo. Assim, a superação das situações objetivas ocorre no âmbito da ação e da reflexão, mediada

por atores sociais que auxiliam na interpretação da realidade. As alternativas para a superação de uma dada situação são construídas a partir das necessidades locais que vão sendo colocadas ou a partir dos acontecimentos nacionais que pressionam ou contribuem para a elaboração de estratégias de ação.

As formas coletivas não têm garantido o desenvolvimento de um processo democrático pleno, no interior do assentamento, entretanto propiciam o aprendizado da luta e da conquista. Os assentados que desenvolvem formas individuais de trabalho consideram importante o sistema coletivo, mas sentem-se pouco formados para tal condição. Afirmam perceber a necessidade de um contínuo processo de formação política. Ao mesmo, tempo, indicam a necessidade de flexibilizar os coletivos organizados pelo MST, pois as pessoas têm pouca liberdade para manifestar suas opiniões, ainda que os espaços de discussão sejam considerados como locais de participação.

Os coletivos de produção reproduzem o sistema hierárquico de funções existentes na sociedade, fragmentam o nível de participação do assentado, uma vez que o espaço de discussão é a assembléia, onde predomina uma forma de participação presença, por parte da maioria, e uma participação de tipo ativa, por parte dos membros da coordenação da cooperativa. Repete-se a idéia de que é um administrador que deverá resolver os problemas, perdendo, portanto, a dimensão real do coletivo. Um segundo ponto, a constatação de que os dirigentes do MST desenvolvem um agir estratégico, quando propõem as alternativas de produção para os assentamentos, ou seja, uma ação orientada ao objetivo econômico – formas empresas/cooperativas nos assentamentos – e ao político – mostrar que a luta pela reforma agrária dá certo.

Portanto, há ausência de um "agir comunicativo"[78] que poderia consolidar o verdadeiro coletivo, enquanto espaço construído por todos os diferentes e do qual não se tem uma receita, mas sim uma preocupação com a emancipação

---

[78] - Quando falamos em agir comunicativo e em agir estratégico estamos nos referindo às concepções habermasianas, respectivamente, "quando os atores tratam de harmonizar internamente seus planos de ação e de só perseguir suas respectivas metas sob condição de um acordo existente ou a se negociar sobre a situação e as conseqüências esperadas" e "agir orientado para o sucesso (...) a coordenação das ações de sujeitos que se relacionam dessa maneira, depende de como se entrosam os ganhos egocêntricos".

sócio-cultural do grupo, que poderá desencadear uma forma diferente de produção, construída por sujeitos caracterizados por uma história de luta semelhante, porém com uma trajetória de vida/experiências diferenciadas.

As principais **práticas** desenvolvidas nos coletivos são: organização das atividades em setores e comercialização; controle das horas trabalhadas; práticas comunitárias de alimentação; constante realização de assembléias e de reuniões com representantes do Estado e do MST; envolvimento cotidiano com as lutas do movimento, em outras regiões. Em contraponto, nos assentamentos individuais, as práticas cotidianas relacionam-se ao contexto da família ou do vizinho mais próximo. As reuniões são realizadas esporadicamente, quando há alguma questão relacionada ao financiamento ou à legalização de áreas. A assistência técnica se dá de forma individual, entretanto, nem todos os assentados são orientados, devido ao número reduzido de técnicos. A comercialização dos produtos se dá de forma individual ou em pequenos grupos. O envolvimento com o movimento social se dá através dos representantes locais, porém, principalmente, nos grandes atos, como em ocupações de prédios públicos ou em caminhadas – ainda que em pequeno número de participantes.

Em termos de **aprendizagens**, tais práticas possibilitam a formação continuada, técnica e política entre os membros do coletivo, principalmente. Os coletivos de produção investem na busca de conhecimentos técnicos, devido à necessidade de aprimoramento dos setores de produção. Em termos de conhecimento político, atualizam-se constantemente, através da participação em seminários e em reuniões onde se analisa a conjuntura. É importante destacar que as aprendizagens são resultantes do processo de mediação desenvolvido por representantes do MST; técnicos e agrônomos; Ongs e membros do INCRA estadual com os assentados.

A principal dimensão educativa dos coletivos de produção, a nosso ver, refere-se à convivência com **o diferente**, que até então havia sido homogeneizado no processo de luta. No entanto, as diferenças culturais estão reforçando a necessidade de recriação do sistema coletivista, seja idealizando um outro modelo de coletivo ou trabalhando com formas mistas associativas. Os assentados, quando

desistem dos coletivos, têm procurado os assentamentos individuais, recriando as formas de associação de produção e/ou comercialização.

As raízes do modelo de produção coletiva, implantada nos assentamentos do MST, estão nas experiências russas, sandinistas, nicaraguenses e cubanas.

Em Cuba, de acordo com Almeida (1995), a primeira Cooperativa de Produção Agropecuária – CPA – surgiu em 1973. A partir do final dos anos 70, consolida-se o processo de constituição das CPAs cubanas, que se destacam *"por serem uma organização coletiva onde o camponês entrega sua terra e todos os seus meios de produção à cooperativa. Ele vai se transformar num sócio e receberá de acordo com sua produção, bem como terá o direito a receber o pagamento por seus bens, que será feito de forma paulatina e parcelada"* (Almeida, 1995). Os principais mediadores na criação das CPAs foram o governo, a Associação Nacional de Agricultores Pequenos e o partido em nível de município.

Na Nicarágua, conforme Esterci e Novaes, a produção é organizada através das CAS (Cooperativas Agrícolas Sandinistas), as CCS (Cooperativas de Crédito e Serviço) e os CT (Coletivos de Trabalho). Nas *CAS "as terras pertencem aos cooperados que têm o título coletivo. Também são assumidos coletivamente, o trabalho, o financiamento, as perdas, os lucros e a assistência técnica. Em toda CAS existe para cada participante uma pequena parcela de terra onde trabalha, livremente..."*. Esta forma de organização corresponde, em partes, às CPAs organizadas pelo MST no Brasil. Uma diferença encontra-se no trabalho das crianças e mulheres, que na CAS não vão para o coletivo, ficando responsáveis pelo trabalho na "huertos de família" – parcelas individuais de terra. As CCS são compostas pelas terras tituladas (desapropriadas pela Reforma Agrária e tituladas aos camponeses individualmente), terras privadas (pequenos produtores) e terras alugadas (tipo arrendatário). É considerada uma forma transitória para a CAS. Os lotes são individuais e distantes uns dos outros. É semelhante às Cooperativas de Comercialização e de Créditos e Serviços do MST. Os CT caracterizam-se pela junção de famílias vizinhas ou parentes, localizadas próximas umas das outras, facilitando a organização dos coletivos de produção e trabalho.

Além das experiências cubanas e nicaraguenses, que fundamentam as propostas do MST, é preciso destacar que a idéia de coletivos de produção e cooperativas coletivas estiveram presentes no final do século XVIII e início de XIX na Inglaterra, num outro contexto histórico, conforme relata Singer (1998). A idéia das "Aldeias Coletivas" foi proposta por Owen, em 1817, como parte de um plano para acabar com a pobreza, mediante o emprego.

> A mais antiga cooperativa, com existência documentada, parce ter sido iniciativa de trabalhadores empregados nos estaleiros de Woolwich e Charham, que em 1760 fundaram moinhos de cereais em base cooperativa para não ter de pagar os altos preços cobrados pelos moleiros, que dispunham de um monopólio local (...) a cooperativa de consumo mais antiga, registrada pela documentação, foi a da sociedade dos tecelões de Fenwick, iniciada em 1769.(Singer, 1998:90)

Singer, destaca que as cooperativas organizadas por sindicalistas estavam atreladas diretamente à luta de classes. O autor reflete as reações advindas das revoluções industriais, destacando que:

> ... as qualificações que foram destruídas pela primeira revolução industrial eram artesanais e consistiam em habilidades no manejo de ferramentas manuais ou máquinas simples, adquiridas por aprendizado no próprio trabalho. As qualificações que foram destruídas pela segunda revolução eram em sua maioria semi-artesanais e consistiam em habilidades no manejo de máquinas e na execução de tarefas complementares às realizadas pela máquina (...) Atualmente, a terceira revolução industrial, nos quadros institucionais da revolução social capitalista, prossegue na marcha destruidora das qualificações profissionais e criadora de novas qualificações, cada vez mais adquiridas em escolas. (1998:108)

Conforme afirma o autor, tais modificações no mundo do trabalho provocam reações por parte dos envolvidos, como por exemplo as reações da classe operária britânica durante a primeira revolução industrial. Ou seja, a formulação de um projeto alternativo ao capitalismo, destacando o projeto construído por Owen *"uma sociedade formada por comunidades autônomas em que os resultados do trabalho coletivo são repartidos de forma eqüitativa, tendo por critério o tempo de trabalho socialmente necessário gasto na produção de cada bem ou serviço"*(p.109).

Singer enfatiza a importância do desenvolvimento de um projeto socialista ou comunista alternativo, *"não à base da imaginação utópica mas à base da experiência histórica"*, como fez Owen, quando criou as "Aldeias Cooperativas". Reforça a idéia de que *"o desafio ideológico é formular um projeto de sociedade que respeite as liberdades individuais, políticas e econômicas, conquistadas pelos trabalhadores no capitalismo hodierno e lhes ofereça inserção no processo produtivo em termos de pleno emprego, participação nas decisões que afetam seus destinos também ao nível de empresa e um patamar mínimo de rendimento que lhes proporcione um padrão 'normal' de vida" (1998:110)*

Portanto, o que parece ser novidade no interior do MST deve ser contextualizada historicamente, enquanto processos de resistência e alternativas ao modo de produção capitalista. Marcos (1998) faz uma caracterização das experiências coletivas e comunitárias de produção, resgatando as discussões de Bakunin e Kropotkin, que deram origem as correntes coletivista (Bakunin) e comunista (Kropotkin), sendo que a grande diferença entre ambos referia-se à forma de apropriação dos frutos do trabalho realizado. A autora comenta as contribuições de Marx, Engels, Lênin e Luxemburgo acerca da forma de organização da produção, afirmando que Marx defendia a *"nacionalização do solo e dos meios de produção como a única maneira de se transformar as relações entre o trabalho e o capital e de eliminar a produção capitalista na agricultura"*. Engels *"defende a supressão da propriedade privada e sua substituição pela utilização coletiva de todos os meios de produção e a repartição de todos os produtos por comum acordo"*. Lênin, conforme enfatiza a autora, *"ressaltou que a luta camponesa pela terra era a luta pela destruição dos latifúndios feudais e alertou para a necessidade da partilha das terras comunitárias dos feudos, como única possibilidade de desenvolvimento pleno do capitalismo"*.

A autora destaca quatro formas de organização da produção advindas das experiências dos anarquistas e socialistas, a saber: o uso comum da terra, a cooperação ou ajuda mútua, a produção coletiva e a produção comunitária. Afirma que a opção por uma destas formas de organização *"deve partir dos próprios camponeses e não apenas de suas lideranças"*.

Marcos (1998:57) afirma que:

> Embora realizada coletivamente, pelo menos no imaginário camponês a luta é pela propriedade individual/familiar da terra. Ao imporem práticas coletivas sem o devido preparo, estas lideranças vão contra os anseios destes camponeses e minam toda e qualquer possibilidade de uma realização, posterior e com sucesso, deste tipo de prática. Partir para estágios mais avançados da proposta, como as formas coletivas e comunitárias de produção, sem que o terreno tenha sido devidamente preparado é, a nosso juízo, andar contra-mão da construção da sociedade futura. É minar as possibilidades de sucesso, divulgação, ampliação e realização destas propostas".

No interior do MST, a proposta de tais coletivos surge tendo como objetivo central a mudança da sociedade e do sistema capitalista. É a busca por uma sociedade diferente, como afirma um assentado. No entanto, as formas idealizadas de coletivos (totalmente coletivo) não estão sendo reproduzidas nos assentamentos, enquanto que as associações de produção e de comercialização estão se proliferando. O interessante é questionar o porquê dessa ocorrência e qual a influência do processo de socialização política vivenciada no momento do acampamento, pela maioria dos assentados. De um lado, conforme depoimento dos assentados, estes sentem maior liberdade nos seus lotes individuais, embora saibam que, para sobreviver, no lote, é necessário estar agrupado. Por outro lado, destacam-se os fatores sociais e culturais, como influenciadores desta resistência ao coletivo. Por exemplo, enquanto no coletivo todos trabalham "igualmente", sendo organizados em setores e coordenações de grupos, nos lotes individuais, quem orienta o trabalho e as ordens geralmente é o marido, ou um filho mais velho ou ainda a esposa, em alguns casos. No coletivo a divisão do trabalho e a repartição das sobras é semelhante ao que ocorre numa empresa e as normas de funcionamento são aplicadas, de acordo com o previsto no regimento interno. Ou seja, os coletivos exigem uma ruptura sócio-cultural de um paradigma anterior de trabalho e de família. O "novo" é tido como algo muito diferente do vivido anteriormente, principalmente para os ex-pequenos agricultores. Geralmente é bastante aceito entre os jovens, cujo interesse é trabalhar com maquinários e industrialização de produtos.

Portanto, as formas de cooperação que têm predominado no estado do Paraná, nos assentamentos organizados pelo MST, são as associações de produtores e

as cooperativas de comercialização, onde as famílias trabalham e moram nos seus lotes. Houve um processo de rupturas nos coletivos, influenciado por vários fatores, a saber: retorno econômico, privacidade, família, atritos e costumes, liberdade de horários e preocupação com o tempo presente. Portanto, a ruptura ou os elementos que contribuíram para a desistência de sócios do coletivo, relacionam-se com a cultura do pequeno proprietário que, no caso do estado do Paraná é muito forte. Por exemplo a preocupação com a *herança dos filhos* – um dos assentados entrevistado trocou de lote, onde morava há mais de dez anos, devido ao aumento da área que iria conseguir, indo para outro assentamento; afirma que aceitou mudar de lugar devido à necessidade de mais terra para os filhos. A questão dos *horários* relaciona-se com o sentimento de liberdade, presente ao trabalhar no próprio lote, enquanto que no sistema de controle das horas, há uma identificação com o trabalho na indústria e com a proletarização e subordinação às ordens dos superiores.

Paulilo (1996), ao discutir os assentamentos e as novas alternativas, destaca seis objeções dos assentados à coletivização total, que vêm juntar-se às nossas observações em campo, a saber: a relação do horário; pequeno espaço deixado para os desejos individuais; questão dos bens acumulados pelo grupo; a conciliação entre famílias com diferentes número de pessoas capacitadas para o trabalho; a presença da liderança dentro do grupo e a última objeção refere-se à questão da herança.

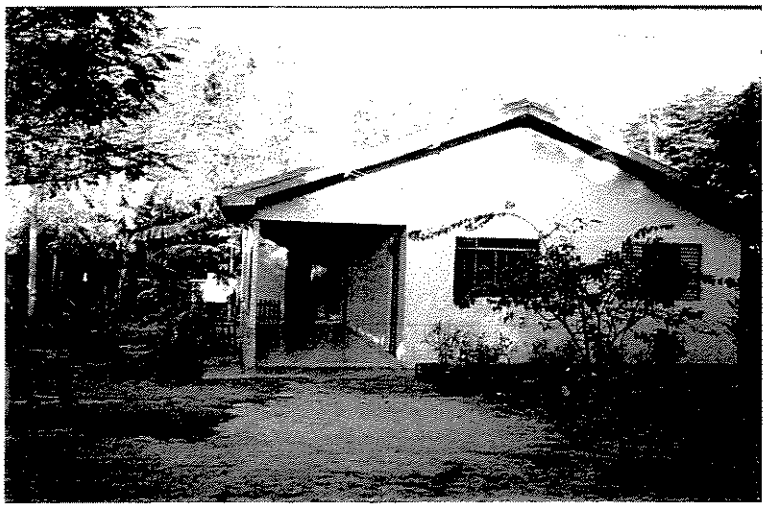
Uma das afirmações da autora vem ao encontro dos resultados obtidos em nosso estudo, a de que *"...a excessiva ênfase colocada nos grupos coletivos, tem levado a um certo menosprezo por experiências que não se enquadram nesse modelo (...) existem os grupos semicoletivos. Mas a experiência que tem mais aceitação entre os entrevistados é a da Associação"* (Paulilo,1996,p.148).

No estado do Paraná, tanto técnicos quanto lideranças do MST têm atribuído importância às diferentes formas de cooperação agrícola, afirmando que *"o importante é o assentado estar organizado, caso contrário não sobreviverá na terra"*.As experiências de coletivo, que analisamos em nossa pesquisa demonstram a urgente necessidade de flexibilizar tal forma de cooperação, uma vez que o número de desistentes nos dois projetos pesquisados se aproxima de 50%. Os assentamentos que possuem associações, em específico o Abapan, passaram por um longo processo de

aprendizagem decorrente, em grande parte, da experiência cotidiana individual e em pequenos grupos, o que contribui, portanto, para a realização de novos investimentos e organizações, lembrando as mediações realizadas pelos técnicos e pelas próprias necessidades impostas pelo contexto conjuntural. O técnico é o mediador que planeja a obtenção de créditos e a aplicação da verba, conforme as possibilidades existentes em cada local e a aceitabilidade dos assentados.

As principais (re)elaborações que têm sido desenvolvidas nos assentamentos pesquisados, referem-se ao repensar os projetos coletivos, destacando os investimentos, a participação dos sócios, os horários, as questões de gênero, os ideais de cada assentado, as desistências, enfim, o próprio projeto ideológico do MST, que tem maior aceitabilidade entre as lideranças e menor, entre os assentados ex-pequenos proprietários. O fato do coletivo ser reconhecido como apenas uma das formas de cooperação, não como a mais importante, pelos dirigentes do MST, é um dos indícios da revisão do projeto. A organização das atividades produtivas, através da divisão em setores e linhas de produção, constitui outro indício da revisão dos projetos coletivos. A preocupação com a especialização da mão-de-obra é um outro. Os espaços de participação, sendo ampliados para os grupos de vizinhos, como no caso do assentamento Santa Maria, evidenciam a preocupação com o envolvimento das pessoas no projeto. Por fim, um dos pontos centrais é a formação política e técnica para o desenvolvimento da cooperação, destacando os cursos de capacitação para assentados e técnicos agrícolas; trabalhos desenvolvidos pela CONCRAB, ITERRA e MST. Tais cursos de formação objetivam ampliar o número de pessoas que acreditam no coletivo, reforçar a ideologia da construção de uma nova sociedade, entretanto denunciam a ausência do Estado na oferta de educação geral e técnica para os trabalhadores rurais, haja vista o grande número de analfabetos existentes nos assentamentos rurais (no estado do Paraná, conforme dados do I Censo da Reforma Agrária, 1997, cerca de 75% dos beneficiários da reforma agrária possuem entre a 1ª série e 4ª série do 1º grau; 13% são analfabetos e 4% possuem alfabetização incompleta, estando os outros distribuídos nas demais séries).

CAPÍTULO 7
A LUTA PELA TERRA E O NOVO MODO DE VIDA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ASSENTAMENTOS.



As três fotos ilustram dimensões presentes nas representações sociais dos assentados, em relação ao novo modo de vida. **A primeira foto**, na margem superior da página, representa o modelo de casa a ser construído na agrovila do Assentamento Santa Maria COPAVI. Todos os assentados, quando entrevistados, destacaram a necessidade de melhorias nas moradias. **A segunda foto**, traz elementos que permeiam o cotidiano da família do Srº Assis, no assentamento Conceição. A família está iniciando a criação de peixes com intuito de organizar um pesque-pague. Faz parte de um conjunto de iniciativas que as famílias vêm desenvolvendo, na diversificação da produção nos lotes, o que possibilitaria a criação de atividades para os jovens do assentamento, cuja tendência tem sido a mudança para a cidade. **A terceira foto** ilustra o interior da casa do Srº Darvile e o momento da refeição, assentamento Novo Paraíso Cooproserp. A possibilidade de ter a mesa repleta de alimentos produzidos no próprio assentamento, representa parcela das conquistas oriundas da luta. As fotos foram tiradas em assentamentos organizados em tempos diferentes, cujas dificuldades são semelhantes e o exercício de (re)organizar a produção permeia todos. São as questões conjunturais que dificultam a sobrevivência na terra, assim como os desafios internos na organização das famílias. A reivindicação daqueles que se encontram em áreas coletivas é a mesma daqueles que optaram pela forma individual, ou seja, o retorno econômico. No entanto, os coletivos têm apresentado a diversificação de setores de produção, ocupando, praticamente, toda a mão-de-obra existente no assentamento, enquanto que nas áreas individuais, um dos problemas refere-se à saída dos jovens, que não conseguem reproduzir-se no lote.

Fotos: *Maria Antônia de Souza, 1997.*

CAPÍTULO 7 – A LUTA PELA TERRA E O NOVO MODO DE VIDA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ASSENTADOS

O entendimento das representações sociais que os assentados possuem do processo de luta pela terra, de sua participação e do desenvolvimento de formas alternativas de produção e, consequentemente, da recriação do modo de vida, no espaço do assentamento, contribuem para a compreensão de quais fatores influenciam na organização da produção, bem como em sua recriação, no cotidiano das relações sociais. O termo representações sociais está sendo utilizado com fundamento nas idéias de Penin (1989) e Minayo (1995). A autora Penin afirma que:

> As representações se formam entre o vivido e o concebido, diferenciando-se de ambos. O concebido, por um lado, constitui o discurso articulado que procura determinar o eixo do saber a ser promovido e divulgado. Representa, assim, o ideário teórico de uma época. O vivido, por outro lado, é formado tanto pela vivência da subjetividade dos sujeitos quanto pela vivência social e coletiva dos sujeitos num contexto específico (...) Entre as representações que se formam entre o vivido e o concebido, algumas se consolidam, modificando o concebido e o vivido; outras circulam ou desaparecem sem deixar pistas. (1989, p. 27).

Procuramos, ao longo da pesquisa, analisar as práticas desenvolvidas pelos assentados, nos coletivos de produção e em áreas individuais, onde prevalecem as associações. Entretanto, para entender tais práticas, tornou-se fundamental caracterizar a visão dos trabalhadores sobre a sua inserção na luta, a compreensão que possuem dos coletivos, assim como quais as mudanças que consideram importantes para que os coletivos de produção sejam viabilizados. O vivido comparece nas descrições sobre o acampamento e assentamento, enquanto que o concebido comparece nas idealizações que faziam e fazem dos coletivos e do próprio modo de vida em construção. O concebido é influenciado tanto pelos ideais de uma vida melhor, quanto pelas intermediações realizadas pelas lideranças.

Minayo (1995:110) afirma que as representações sociais por serem ilusórias, contraditórias e verdadeiras, *"podem ser consideradas matéria-prima para*

a análise do social e também para a ação pedagógico-política de transformação, pois retratam e refratam a realidade segundo determinado segmento da sociedade".

A autora destaca que *"... a realidade vivida é também representada e através dela os atores sociais se movem, constroem sua vida e explicam-na mediante seu estoque de conhecimentos (...) as representações sociais possuem núcleos positivos de transformação e de resistência na forma de conceber a realidade (...) a visão de mundo dos diferentes grupos expressa as contradições e conflitos presentes nas condições em que foram engendradas"*(p.108-109).

Neste capítulo o objetivo é identificar algumas das representações sociais que os assentados possuem sobre a cooperação agrícola; sobre a influência de sua trajetória de luta na construção das formas de cooperação, bem como analisar as formas de participação dos sócios nas cooperativas e associações de produção. Numa primeira parte, faremos uma breve discussão sobre a categoria assentado e assentamento rural, destacando as contribuições dos pesquisadores que têm se dedicado ao tema. Na segunda parte, trabalharemos com os depoimentos dos 26 entrevistados nas três áreas de pesquisa, na tentativa de evidenciar algumas representações presentes entre os assentados.

1- Assentado e assentamento: sujeito e espaço em processo de (re)construção.

O assentado é caracterizado como um trabalhador que possui uma trajetória específica de luta, a vivência no MST, seja participando das ocupações e acampamentos ou de reuniões, onde o interesse e os objetivos concretos se materializam na conquista da terra. Não significa que esta trajetória, no contexto do MST, sirva para anular todas as lutas e saberes[79] construídos em outros momentos da vida, ao contrário, ela é aqui entendida como um processo de aprendizado, de rupturas e (re)elaborações de saberes, os quais são técnicos, culturais e políticos.

A situação que une os assentados num coletivo refere-se à exclusão social – expropriação, desemprego, falta de terra para arrendar, pequeno proprietário,

[79] - Nos referimos aos saberes empírico, técnico e cultural, construídos ao longo de sua prática social.

filho de pequenos. Recentemente, o ato "Grito dos Excluídos", realizado na maioria dos estados brasileiros teve a participação não apenas de trabalhadores sem-terra, mas de grande parte de trabalhadores que se encontram em situação de vulnerabilidade de emprego e trabalho[80].

Constituem-se como sujeitos que sofreram um processo profundo de exclusão social, encontrando-se numa situação de inclusão precária. Ou seja, os assentados encontram-se em condição semelhante a dos pequenos agricultores – não conseguem competir no mercado, não produzem em quantidade e qualidade, não têm condições de se modernizar -, condenados novamente ao processo de exclusão. Entretanto os assentados, representados pelo MST, discutem e organizam formas de produção que possam viabilizar economicamente o assentamento. Os assentados caracterizam-se pela organização política, que dá continuidade à fase vivenciada no acampamento, ainda que em menor grau – menor em função de um objetivo que foi atingido, o que contribui para evidenciar a heterogeneidade de opiniões, de ideais e de lutas.

No assentamento, a mulher recria suas relações de trabalho, lutando pelo reconhecimento de ser "trabalhadora rural". A jornada de trabalho duplica, principalmente, nos coletivos de produção, onde é responsável pelo trabalho doméstico e por uma atividade nos setores de produção. O assentamento rural, oriundo da organização do MST é analisado como um espaço social onde há um processo de criação e re-criação de idéias, de relações sociais, enfim, um espaço de aprendizado político constante. As mulheres criam sua organização, enquanto trabalhadoras e inserem-se nos processos produtivos, na mesma dimensão que o homem, isso provoca rupturas no contexto familiar, onde a mulher deixa de ser a figura da casa, buscando, portanto, um lugar na sociedade e no próprio assentamento – o lugar do reconhecimento no grupo.

---

[80] - Robert Castel, em sua obra Metamorfoses da questão social, desenvolve uma discussão e uma nova conotação ao termo exclusão social. Vide em específico o capítulo 8, intitulado A nova questão social.

Bergamasco e Norder (1996) descrevem cinco tipos de assentamentos rurais, a saber: os projetos de colonização a partir dos anos 70; reassentamento dos atingidos por barragens; planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessória; programas de reforma agrária por interesse social; criação de reservas extrativistas para seringueiros. Os autores afirmam que *"... no Brasil a implementação dos assentamentos não decorre de uma deliberada política de desenvolvimento voltada para o atendimento das demandas da população rural, mas de uma tentativa de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo ..."(p. 9)*

Esterci et al (1992, p. 5) iniciam um debate sobre a concepção de assentamentos rurais, resgatando definições como: assentamento está atrelado às *"diversas etapas da ação do Estado ao visar a ordenação ou reordenação dos recursos fundiários"*; assentamentos como oriundos dos movimentos de luta pela terra, ressaltando os trabalhadores como atores políticos. Zimmermann (1994, p. 205) define o assentamento rural *"... enquanto um espaço de relações sociais onde as características heterogêneas individuais, homogeneizadas no processo de luta pela terra, ressurgem em novas bases. No cotidiano do assentamento, diferentes formas organizativas voltadas para a produção são criadas e recriadas, numa dinâmica rica de situações, impasses e enfrentamentos*". Ferrante et alii (1994) entendem os assentamentos *"... como parte de uma história de distintos tempos sociais, vivida por múltiplos sujeitos sociais que têm as fronteiras de seu mundo demarcadas por pressões, atritos e lutas."* (p. 77).

Whitaker e Fiamengue (1995, p. 65) compreendem os assentamentos de trabalhadores rurais como *"... espaços alternativos que re-estabelecem a diversidade social e a biodiversidade através das inúmeras estratégias criadas pela família trabalhadora que luta para permanecer na terra num 'ativo processo, no qual, a forma da mediação altera as coisas mediatizadas...' "*.

Poderíamos continuar buscando concepções de assentamentos rurais nos inúmeros trabalhos desenvolvidos sobre a temática, porém necessitaríamos de

aprofundar tais concepções, uma vez que os processos educativos - enquanto caminhada no sentido de criar e recriar alternativas para a sobrevivência na terra; a ação - reflexão - ação; interação e diálogo em torno da experiência - não são explicitados em tais estudos.

Nossa concepção de assentamento rural procura enfatizar tais processos educativos, entendendo o assentamento rural como um espaço de relações sociais influenciadas pela trajetória social do assentado; por sua relação com os mediadores; portanto, como um espaço de reconstrução de saberes, onde a heterogeneidade cultural emerge e o direito à diferença torna-se explícito. Este espaço de relações sociais é permeado por um jogo de forças entre os próprios assentados cuja trajetória social, cujas experiências e cujos conteúdos de formação política são diferentes, assim como a relação com os mediadores que motiva a recriação de diferentes ideais. O assentado é tido como um "novo pequeno produtor", inserido no contexto excludente da pequena produção no Brasil. A especificidade refere-se à trajetória de lutas no movimento social, o que fornece elementos - do tipo organização de grupos, estratégias de negociação política, manifestações – para que elaborem mecanismos complexos de resistência, tais como as cooperativas coletivas, por exemplo.

Na seqüência analisaremos as opiniões dos assentados entrevistados, sobre as aprendizagens adquiridas ao longo do processo de luta, as alternativas elaboradas no cotidiano do assentamento para a viabilização da produção e quais as mudanças que consideram necessárias tanto no local onde vivem, quanto na sociedade. Ou seja, nosso objetivo com as entrevistas foi buscar elementos que pudessem explicar as representações sociais dos assentados sobre o novo modo de vida.

2 - Os assentados entrevistados : quem são, porque ingressaram na luta e como vêm reconstruindo seu modo de vida.

2.1 – Quem são os assentados?

Os assentados entrevistados nas três áreas, possuem origem relacionada à terra, sendo 18 deles, filhos de pequenos proprietários de terra e 8 são filhos de arrendatários. Quanto aos assentados, antes de ingressarem na luta pela terra, 20 eram arrendatários, 3 trabalhavam em esquema de porcentagem, 1 trabalhava com o pai, na pequena propriedade, 2 eram ex-pequenos proprietários. Os números nos indicam um processo de "perda" da terra, revelando que os filhos não conseguem reproduzir-se na propriedade do pai, nem dar continuidade à situação de proprietário.

A faixa etária dos entrevistados varia entre 20 e 60 anos, predominando aqueles que estão na casa dos 30 anos. Dos 26 entrevistados, 14 possuem a faixa dos 30 anos; 6 estão na casa dos 20; 6 têm acima de 40. Com relação à escolaridade, 10 têm o 1° grau incompleto; 7 são analfabetos; 3 possuem o primário incompleto; 3 estão cursando supletivo, 1 possui o 2° grau incompleto; 1 possui o 2° grau completo e 1 possui o 1° grau completo.

Estes assentados ingressaram na luta pela terra através da atuação dos sindicatos, MST e grupo de religiosos; possuem, em sua maioria, mais de 10 anos de ingresso na luta. Entre os demais, 5 pessoas ingressaram há 2 anos e 4 ingressaram há 7 anos. Os motivos que levaram ao ingresso na luta são apontados como sendo os seguintes: com o aumento da família, há necessidade da busca de terra para que possam sobreviver e trabalhar; conquista do próprio espaço; interesse em continuar fazendo o que sabe – "trabalhar a terra"; ausência de terra para arrendar ou altas taxas no arrendamento. Portanto, foram as condições objetivas que conduziram todos os entrevistados à busca de terra e de trabalho. Entretanto, a inserção na luta contribui para o desenvolvimento de novas representações sobre o que é o movimento social e os significados da luta para o grupo. Como afirma um assentado, *"a luta é uma escola"*, onde os conhecimentos apreendidos transformam-se em novos instrumentos

de luta, tais como as análises de conjuntura realizadas em todos os encontros e reuniões do Movimento, uma vez que dão o suporte para o entendimento das relações que se passam entre os atores envolvidos no processo de luta, sejam eles os Sem Terra, o Estado, os grandes proprietários ou os vários mediadores presentes. Assim, as relações (negociações, confrontos, despejos, necessidades) concretizadas no auge da luta – o acampamento – evidenciam o papel de cada um dos atores, ao mesmo tempo que explicitam o confronto entre as classes sociais.

Quando questionados sobre o que mais aprenderam no processo de luta pela terra, afirmaram o seguinte:

*"a questão da política – **conjuntura** -, o que a gente tem de fazer, como era, o que fazer. Possibilidade de pensar o que produzir. Tem que estar envolvido na luta, é a política da gente".*

*"aprendeu que o **governo é o inimigo**. A reforma agrária só sai a bordoadas".*

*"**lutar pelos direitos**, educação, terra, saúde... você se obriga a lutar. Me sinto bem da gente conseguir estar na luta. No assentamento aprende que com a união se consegue a cooperação".* Outros destacam que o que mais sobressai é sentir a força do povo, a união e que no assentamento, através desta união, o resultado tem sido o sistema coletivo.

*"ter **mais visão**, de conhecer o lado mais sofrido dos outros..".* Há destaque para a questão do convívio com o Outro, no espaço do assentamento, a construção de amizades.

*"saber **relevar os companheiros**, os nossos inimigos são aqueles que querem nos tirar a terra".* A questão do respeito, a amizade e sociabilidade são categorias destacadas por alguns assentados.

"Trabalhar sem defensivos e sem agrotóxicos". O assentado destaca a dificuldade inicial em *"fazer na prática, em solo desconhecido, aquilo que fazia em outras terra, de outra*

qualidade". Uma das assentadas relata que aprendeu várias coisas e que a principal é o trabalho com a medicina natural – ervas e chás.

Os entrevistados demonstram algumas dimensões educativas presentes no interior do movimento social e, em específico, do espaço de luta. Poderíamos caracterizá-las, aplicando as definições de Gohn (1992a) para o caráter educativo dos movimentos sociais. Assim, os assentados demonstram a *dimensão da organização política*, quando afirmam que aprenderam a questão da conjuntura e que o principal inimigo é o governo. Gohn, comenta a existência de uma *" consciência adquirida progressivamente (...) que se constrói a partir da agregação de informações dispersas sobre como funciona tal órgão público, como se deve proceder para se obter tal verba, quem administra tal fundo, quais são os agentes que estão presentes na gestão de determinado bem ou equipamento público..."*(p.17).

A *dimensão da cultura política* aparece quando destacam a força da união; a importância de estar envolvido na luta e fazer a própria política; a luta pelos direitos sociais, enfim, demonstram que é essencial a participação e a união, elementos camuflados da cultura política brasileira, que se evidencia muito mais individualista e competitiva. Os participantes do movimento destacam tal aprendizado nos conhecimentos e simbologias que têm construído no cotidiano da luta. Os espaços da mística têm sempre resgatado a dimensão da união, solidariedade, participação, igualdade, entre outros.

Outra aprendizagem destacada pelos assentados refere-se ao saber técnico, enfocando a questão do trabalho sem defensivos químicos e as receitas naturais para alguns tipos de doenças.

Há necessidade de destacar que tais dimensões educativas são construídas na prática cotidiana da luta e que são mediadas por lideranças do movimento social e de sindicatos, quando se trata das análises de conjuntura e das políticas governamentais, assim como o papel de membros da igreja, quanto ao ensinamento das receitas naturais, hortas medicinais, entre outros. Realizar cursos sobre a produção agrícola, principalmente legumes, sem o uso de defensivos

químicos, constitui-se em outra dimensão educativa. Tais cursos são oferecidos por técnicos e agrônomos especializados em tais cultivos.

A consolidação destas aprendizagens resulta, em grande parte, das necessidades vivenciadas no contexto do acampamento. Os assentados lembraram que os principais problemas e necessidades eram: falta de água limpa, doenças, fome, frio, higiene, saúde, pressão dos fazendeiros. Entretanto, destacam alguns aspectos relevantes da experiência no assentamento rural, dentre eles:

"não há um empenho igual no trabalho... ";
"tinha que ter ***mais organização****, um ajudar o outro, ter carinho, falta compreensão entre os assentados, mais união... ";*
*"****melhoria das condições de vida****, o assentamento não tem diferença com uma outra comunidade, é uma família";*
"o ***assentado não passa fome****, tem casa... tem que fazer o assentamento em terras boas";*
*" **trabalho e produção**. É necessário ter mais comunicação com o pessoal de fora e conquistar a opinião pública";*
"casa, pedaço de terra e esperança de melhorar, ver dinheiro, os resultados da cooperativa ... foi muito ***investimento****, quando entramos no assentamento não havia nenhum palanque de cerca";*
"o assentamento está relacionado com ***trabalho****, se a gente não tivesse um pedaço de terra, seria pior";*
"o ***assentamento é o orgulho do país****. Se não existisse os assentamentos, como estariam as cidades? As favelas? O MST fez um bom trabalho (...) se tivesse apoio técnico e financiamento seria melhor para o assentado".*
*"****assentamento é terra conquistada****, sonho em produzir, passar por uma transformação de vida, no coletivo, o objetivo é comercializar e acabar com o intermediário";*
*"****assentamento é vitória, sou dono****, tenho onde trabalhar, antes tinha que dar para o patrão e agora posso produzir o que quiser".*

A representação que os assentados possuem do espaço conquistado evidencia o sentimento de **mudança** da situação anterior - de acampado ou trabalhador em terras de outros -; a **vitória** da organização; o papel do MST – na dimensão dos organizadores-; de **emprego**; enfim, de **re-inserção** em relações de

trabalho onde não estejam subordinados a ordens superiores. É o sentimento da (re)construção de um modo de vida que estava sendo deteriorado. No entanto, lembram a necessidade da organização para obtenção de financiamentos e a necessidade de assistência técnica para que a produção seja viável e, consequentemente, o desejo de que o resultado econômico seja concretizado.

As falas evidenciam que o momento passado – acampamento- propicia a imagem do espaço concebido – assentamento – como o lugar dos sonhos, o espaço do trabalho, da moradia, comida, etc. entretanto, quando passam para o novo espaço defrontam-se com um conjunto de relações que não faziam parte do concebido, ou seja, o pensar sobre as articulações para obtenção de créditos agrícolas, as lutas por escola, os conflitos entre os colegas, as discriminações dos moradores do local, enfim, um conjunto de novas relações que não permeavam as representações que os trabalhadores faziam do assentamento.

Retomando a idéia de Minayo (1995) sobre as representações sociais estarem imbuídas das contradições e de conflitos vivenciados na realidade que está sendo representada, constatamos nas falas dos assentados alguns elementos que permitem pensar a relação de forças entre Estado e Movimento, quando afirmam que o governo é o inimigo; os conflitos internos ao assentamento, quando afirmam que o empenho no trabalho não é igual por parte dos sócios da cooperativa; a experiência da carência de alimentos, saúde, moradia, expressa na fala referente ao assentamento enquanto lugar onde não se passa fome. A idéia de assentamento vinculado a trabalho, demonstra a preocupação atual com questões de emprego, principalmente para os filhos, numa época em que o índice de desemprego urbano aumenta e as atividades agrícolas tornam-se cada vez mais mecanizadas.

2.2 – O que pensam sobre o assentamento?

Quando foram indagados sobre o que gostariam de mudar no assentamento e na sociedade brasileira, responderam o seguinte:

*"no assentamento, **independência entre as atividades dos setores**. Na sociedade, distribuir as terras e espalhar o povo, dando mais igualdade, pois a diferença de classes é muito grande"(coletivo)*

*"no assentamento deveria melhorar a **moradia**. Na sociedade, ter um governo melhor" (coletivo);*

*"a questão **financeira** precisa melhorar. Na sociedade, a questão política, se pudesse fazer todo mundo votar no Lula" (coletivo);*

"produzir produtos com maior qualidade. Na sociedade, chegar ao sistema socialista ou comunista"(coletivo);

*"que mudasse as **idéias** das pessoas, que mesmo aqui dentro da cooperativa tem gente que quer ficar rico, a idéia é que as pessoas tivessem interesse pelas atividades. Na sociedade, mudar o sistema educacional, social, econômico, investimento na produção interna e produção de empregos" (coletivo);*

"mudança para algo que trouxesse mais retorno – dinheiro na mão. Na sociedade, mais igualdade" (coletivo);

*"A preocupação é com os **jovens**, estão saindo e indo para a cidade, falta divertimento, falta melhoria, para que eles se enquadrassem no meio rural, falta lazer, esporte, se não tiver dinheiro, não adianta lazer. Na sociedade, mudar o presidente e todos os políticos..." (individual);*

" há muito investimento em infra-estrutura e pouco retorno. Na sociedade, mais distribuição de renda e terra, assim como de poder. A riqueza tinha de ser limitada" (coletivo);

*"um pouco de **liberdade**, a gente é muito preso no serviço, o ganho é pouco. O negócio é muito no papel, precisa por em prática. Na sociedade, mais igualdade" (coletivo);*

"diversificar a produção, para que os jovens tenham lugar no assentamento. Na sociedade, mais igualdade e menos corruptos" (individual);

*"no assentamento, desenvolver a **cooperação**. Na sociedade, menos injustiça"(individual);*

"mudaria o modo de tocar a cooperativa, nós comecemos mal. Tem a casa, mas não saiu com dinheiro da cooperativa. Na sociedade, mudaria a política, questão da pobreza, mudaria tudo, tudo ao contrário. Para mudar temos que ter consciência de igualdade" (coletivo);

Podemos apontar um grande bloco de idealizações para o assentamento, que se referem às questões objetivas – retorno econômico, atividades de produção, organização e investimentos. Um dos entrevistados comenta a

importância de mudanças no âmbito das idéias das pessoas, o que levaria à consolidação de mudanças gerais, no assentamento. A dimensão do concebido é influenciada pelas expectativas criadas no momento do acampamento, o ideal de um modo diferente de produção e, consequentemente, melhores casas, saúde, educação, transportes, etc. Entretanto, quando chegam ao assentamento, todos os problemas já vivenciados antes da luta são retomados, com novas configurações e tratamentos, pois a experiência da luta pela terra, conduz os trabalhadores rurais, em grande parte, à organização e a mobilizações por escola, financiamentos, entre outras.

Com relação à afirmação sobre os jovens, é importante destacar que algumas alternativas que os assentados vêm criando para evitar a saída dos filhos, do assentamento, é a diversificação da produção. A grande preocupação com os jovens é destacada nos assentamentos individuais, onde a produção para comercialização, às vezes, é de um único produto, o que não tem garantido serviço para todos. No entanto, as cooperativas coletivas têm tido problemas com a falta de mão-de-obra, como nos relata um assentado, ou seja, a produção foi tão diversificada, construção de vários setores de produção e industrialização e, portanto, há falta de mão de obra.

Em termos das mudanças na sociedade, todos são unânimes em destacar a questão da desigualdade social, a questão política, enfim a exclusão social, da qual têm sido participantes há muito tempo. O ideal da sociedade diferente é motivado no cotidiano da luta do MST e, portanto, das práticas desenvolvidas, como por exemplo, os próprios coletivos de produção, a bandeira, as propostas educacionais, as escolas e cursos organizados pelos dirigentes do movimento, a mística que reforça a cooperação, solidariedade, cidadania e luta contra o atual sistema político.

2.3 – A visão dos assentados sobre a participação individual, no assentamento e nas atividades gerais do MST.

Sobre a participação dos assentados em processos de decisões políticas, inclusive da questão agrícola, os mesmos afirmam considerá-la importante, porque, muitas vezes, quem decide sobre questão agrária e agrícola é quem nunca foi trabalhador. As práticas que desenvolvem para concretizar a idéia da participação são:

as reuniões, mobilizações, pressões e manifestações, conforme afirmam os mesmos. As reuniões são realizadas no próprio assentamento, de onde retiram as propostas do grupo local, que são encaminhadas para a direção estadual e, posteriormente, discutidos na instância nacional. As reuniões locais são organizadas pelo coordenador regional do MST, partindo de uma análise de conjuntura e levantamento dos principais problemas vivenciados pelo grupo. Conforme afirmam os assentados, a participação dos mesmos, em tais reuniões, é maior quando estão em pauta questões de financiamento e de organização da produção em geral. As mobilizações são realizadas através de abaixo-assinados, de contatos com sindicatos da região e com membros da igreja; também, nas comunidades, realizando visitas e palestras em escolas. As formas de pressão são várias, sendo uma das principais, a ocupação de terra. A grande caminhada de 1997, foi destacada como uma forte pressão ao governo atual, no que se refere à exclusão social e à questão agrária. A maioria dos assentamentos do estado esteve representada na grande caminhada, sendo escolhidas em cada local, quais as equipes que estariam presentes ao longo do trajeto. As caminhadas locais, estaduais e nacionais constituem tanto uma forma de pressão, quanto caracteriza-se por um processo de resistência à situação de exclusão vivenciada pelos assentados. As caminhadas têm congregado um grande número de trabalhadores rurais, mesmo diante das dificuldades em termos de distâncias e trabalho, principalmente.

Também destacam que: ***"antes de participar do movimento, era totalmente individualista, achava que perder um dia de reunião não dava"***;
"antes de participar da luta pela terra, não fazia idéia de que a participação era importante, ***depois que comecei entender a conjuntura é que formei outra visão"***;
"no MST é feito uma discussão nos setores e tirado os encaminhamentos";
"antes da luta eu não participava porque não conhecia, era uma pessoa muito fechada, depois, ***comecei a participar e isso desenvolve as pessoas"***;

A participação dos assentados, em termos de representação política no contexto do MST ocorre na dimensão do local, havendo um número reduzido de envolvidos diretamente com a direção do movimento. Quando indagados sobre se haveria necessidade de mudanças no MST, a grande maioria afirmou que não,

destacando que não conhecem todos os membros da direção e que desconhecem o movimento fora do assentamento. Um dos entrevistados afirma que o que deve mudar é *"os líderes não entrarem na jogada da imprensa"* e outro comenta a necessidade de ampliar a questão da escola e da formação política.

As principais formas de participação formal dos assentados têm ocorrido nas assembléias locais, regionais, estaduais e nacionais, realizadas durante os encontros organizados nestas instâncias.

Tomando como referência a concepção que os assentados possuem de participação, podemos apontar a dimensão da participação social, relacionada ao contexto global da sociedade, onde os assentados consideram importante participar de processos decisivos, pois são os maiores interessados na questão agrária e agrícola; participando através das passeatas, das ocupações, da produção nos assentamentos, na escola, enfim, marcam presença na sociedade, denunciando a exclusão social e reforçando a luta pelo direito à terra e pela reforma agrária.

Pensando o assentamento como uma empresa, encontramos a proposta de auto-gestão dos projetos coletivos, entretanto, como afirma uma das lideranças do assentamento *"a participação ainda não é o que deveria ser, as pessoas se envolvem pouco (...) geralmente quem mais fala e propõe são os líderes ou as pessoas com mais formação"*. Essa afirmação vai ao encontro do que diz Ammann, ou seja, que o nível de conscientização e a condição societal, influenciam na participação dos indivíduos.

2.4 – Os cursos de formação política como conscientização... e as primeiras experiências nos modelos de cooperação.

A necessidade de um número maior de cursos de formação política é destacada entre os assentados, pois julgam que estes contribuiriam para o entendimento sobre as formas de cooperação e, principalmente, os coletivos de produção. Os relatos a seguir ilustram tanto a importância dos cursos de formação, para a criação da cooperação, quanto suas experiências com relação às alternativas traçadas no assentamento, para viabilizar a produção.

> Nós naquela época, não tínhamos experiência nenhuma de avanço aí sobre a Reforma Agrária, **nós não tínhamos formação**. Faltava muita gente no Movimento, faltava gente naquela época que tivesse formação política sobre reforma agrária para saber dividir melhor os lotes, colocar quem é quem perto para dar um assentamento mais avançado. Nós não pensávamos, naquela época nós nem discutíamos, nem pensávamos em fazer tudo coletivo (...) é um assentamento bastante individual, faltou formação naquela época, que nós não tínhamos. (Comissão Central do Assentamento, Ipardes, 1989).

No depoimento acima, o enfoque central é para a importância dos cursos de formação. Os assentados têm destacado a necessidade de cursos de formação tanto para a dimensão política da luta quanto a dimensão técnica/administrativa de associações e coletivos de produção. Se retomarmos um pouco a história do MST e a discussão sobre cooperação, como já apresentado em capítulos anteriores, observaremos que em meados dos anos 80, a preocupação central do Movimento era com a ocupação de terra, objetivando mostrar para a sociedade, a necessidade da reforma agrária; ficando em segundo lugar a questão da produção nos assentamentos. É a partir do início dos anos 90 que uma das preocupações centrais do Movimento passa a ser a organização da produção e a organização de experiências coletivas, o destaque das "estratégias educativas" que começaram a ser utilizadas ao final dos anos 80, do tipo Laboratórios de Campo. Portanto, é ao longo dos anos 90 que se consolida o SCA; cursos de capacitação técnica; escola técnica, entre os vários seminários que são organizados em cada estado.

Os cursos de formação política, na representação dos assentados, seriam a ponte para a mudança nas práticas de trabalho e organização da produção, do espaço vivido para o concebido ou idealizado, que é aquele que dará retorno econômico, o que possibilitará as melhorias de vida, tão almejadas.

> Nós éramos todos de Santa Isabel, daí formava o grupo. Eram grupos de catorze, quinze famílias para facilitar mais o trabalho de organização. Então, cada grupo tinha um coordenador – isso no momento do acampamento. **Na época que o pessoal estava**

> **acampado, todo mundo tinha uma proposta aí de trabalhar coletivamente ou em associações, ou mutirão, seja lá como fosse, trocas de dias**. Então, isso aí, já veio nascendo desde a época do acampamento (...) o objetivo era fazer um assentamento coletivo, porque a gente já tinha a experiência, isso era uma voz só, pois todo mundo era aquilo que nós falamos, todo mundo era meeiro, parceiro ou arrendatário (...) então, **todo mundo chegou numa conclusão que individualmente, com essa política agrícola que tem aí, não seria o objetivo para se sustentar em cima de um pedaço de terra**. Então a melhor saída que tinha na época, e hoje, não resta dúvida, seria o trabalho coletivo ou através da associação (...) **agora, hoje aí, também tendo o assentamento com um ano, dois anos, dentro do sistema que todo mundo foi criado, da cultura aí, falar em trabalho coletivo, por exemplo, fica a coisa mais difícil**. Então, hoje, ainda tem a dificuldade de não sair às vezes o trabalho coletivo, não ter mais associações. Mas tudo isso é **culpa do sistema político em que todo mundo viveu** (...) então, quando se fala numa nova sociedade aí fica difícil para o pessoal botar na cabeça que individualmente ninguém consegue, nós mesmos se fosse individualmente, não teríamos conseguido um pedaço de terra (...) a nível de associação, acho que existem dez formadas, tem dois moinhos, tem serraria, tem silos, tem uma série de associações (...) O pessoal começou do nada e continua. Pelo menos temos o essencial que é a coragem e a força de lutar. O pessoal não tem muito recurso, mais na medida do possível vai se tocando o barco (...) **pelo menos é discutido que não adianta montar duas, três associações com uma mesma finalidade, então, existe uma associação para o moinho, existe uma associação diferente da outra, para amanhã ou depois uma não ir prejudicar a outra**....(Entrevista Ipardes, 1989).

A organização da produção é pensada em grupos, com objetivo de melhor gerir os recursos advindos dos créditos agrícolas, como afirmam os assentados.

O depoimento acima ilustra o ideal da formação do coletivo, a partir da experiência vivenciada no acampamento e da recusa de um modo de produção anterior, onde vendiam a força de trabalho ou pagavam arrendamento. No entanto, com a entrada no lote definitivo, as idéias são reformuladas e predomina o sistema individual, com algumas associações para compra e venda de produtos. A não organização do coletivo é influenciada por vários fatores, um deles é a própria formação e como afirma o assentado, a questão cultural do costume individual; também, há que se destacar o papel do Incra, que no final dos anos 80 era pouco visível, cabendo ao estado a organização dos assentamentos e a assistência técnica, ambos Incra e estado, desconheciam os sistemas coletivos, prevalecendo a ênfase na

desapropriação da área, seguida de divisão dos lotes. O pequeno número de lideranças e militantes do MST dificultava a organização e formação política do pessoal. No entanto, os assentados traçaram estratégias criativas, ou seja, organizaram as associações, mas com a preocupação de que cada uma tivesse uma função diferente, para que não prejudicassem uma à outra no processo.

O coletivo aparece como ideal, quando estão em processo de luta para a conquista da terra, processo no qual todos vivenciam a mesma situação de exclusão, entretanto, após a conquista, cada família possui desejos de se reproduzir e construir o seu modo de vida. Apesar da importância que alguns assentados atribuem aos cursos de formação política na organização da cooperação, existem muitas desistências nos coletivos, mesmo com as pessoas participando freqüentemente de cursos de formação organizados pelas lideranças locais e estaduais. Isto vem mostrar que a questão não é somente de formação, mas está presente no contexto das relações familiares – no coletivo, por exemplo, o pai deixa de ser o chefe; a mulher está inserida igualmente no processo de produção; as decisões são coletivas.

> **As famílias que vieram pra cá, antes elas já tiveram um processo de formação e um conhecimento sobre cooperativa.** Já vieram com um certo conhecimento e um certo objetivo, que era trabalhar em conjunto, que a terra não seria dividida. As famílias eram oriundas do oeste e centro-oeste (Cascavel, Guarapuava), eram grupos (excedentes) de área de assentamentos, então foi reunido o pessoal e topou ocupar a área aqui que já era desapropriada, com imissão de posse e já com o objetivo de nessa área organizar a produção, fundar uma cooperativa e trabalhar coletivo. Em janeiro de 94 é que se definiu o assentamento, a gente fundou a cooperativa em 10 de julho de 1993, com nome de COPAVI. A partir daí começou-se estruturar os setores de produção, toda a organização interna. A gente foi em busca de recurso, só que como a burocracia é bastante, demorou um pouco, praticamente a gente só conseguiu recurso em 94, pra viabilizar a produção, os investimentos. Os recursos vieram do Procera. O Procera é liberado em parcelas. A gente pegou uma parcela na época. Foi começado investir na estrutura de produção. Foi a partir daí, a gente foi tirando algumas linhas de produção. A gente diversificou um pouco a idéia que já surgiu desde antes, é que a gente fosse partindo pra produção e industrialização da produção nossa mesmo. Então, a gente instalou a produção de avicultura, bovinocultura, já com o objetivo de transformar. Como a gente tem várias linhas de produção, a gente vai melhorando, vai investindo. Então todos eles sem dúvida tá dando resultado. Não é um resultado grande, mais tem resultado cada atividade (assentado em Santa Maria, entrevistado em 1997).

No assentamento Santa Maria, a experiência de um modo de produção coletiva, onde terra e trabalho são coletivizados, tem colocado novos desafios ao MST, dentre eles: o assentamento é tido como um dos modelos de cooperação, no entanto, passa por dificuldades financeiras e sociais, uma vez que uma parcela significativa de sócios da Cooperativa, desistiu do assentamento. Portanto, do ponto de vista político, o insucesso da cooperativa pode contribuir para críticas, dos setores conservadores da sociedade, de que a Reforma Agrária é inviável.

As experiências com formas coletivas, no princípio, foram permeadas por posicionamentos, princípios rígidos e autoritários, pois o objetivo central era produzir uma nova sociedade, partindo da organização do assentamento. O sistema coletivo de produção seria o caminho para uma sociedade socialista. No entanto, as realidades nos assentamentos foram evidenciando uma recusa a tais modelos coletivos.

> Na forma de cooperativa facilita um pouco isso porque as pessoas já discutem, na formação da cooperativa, qual a forma que vai ser trabalhada. Então, com isso se discute um **regimento interno**, o que cada um teria que seguir pra cooperativa se desenvolver melhor. Dentro da cooperativa há possibilidade de resolver alguns problemas entre famílias, porque já prevê alguns problemas e já tem no regimento interno o que fazer quando acontecer o problema. **Dentro dos assentamentos individuais é um pouco diferente. Isso depende de se ter mais o processo de Formação**. Na verdade é o pessoal que não era habituado trabalhar no assentamento, não se tem idéia de como funciona. Esse tipo de problema nos assentamentos teria que se concentrar mais na formação política. (assentado em Santa Maria, entrevista realizada em 1997).

No depoimento a seguir, a representação que o assentado possui sobre o nível de organização do assentamento está relacionada a fatores como: relações sociais, pois as famílias eram de dois grandes grupos e um não conhecia o outro; questões climáticas, pois os trabalhadores eram oriundos de regiões quentes, o que desmotiva para a permanência na região de Castro; sofriam a discriminação dos moradores da região, que pouco conheciam sobre o movimento social; a questão da organização da produção, não tinham experiência.

> As famílias são oriundas do MASTRO e ilhéus da margem do Paraná. Todos chegaram em 1984. Motivo: enchentes do rio Paraná, pois moravam nas ilhas e com a construção da barragem de Itaipu, as propriedades foram alagadas. Antes das famílias virem para a região, já estava negociado com o governo do estado. A área já estava desapropriada, o engenheiro já estava medindo o loteamento. A gente ficou nos barracos, mas foi questão de um mês, pouco tempo. Só pra dá tempo de terminar o processo de divisão dos lotes. Nesse tempo era 87 famílias. Deu problema na nossa chegada. Nós éramos os primeiros que começaram ocupação de área no Estado. **A gente não tinha experiência de organização, chegar, se organizar. A gente não conhecia bem os outros, passamos a conhecer aqui, e daí, a organização da gente era um pouco diferente, no caso do MASTRO e a dos ilhéus.** Chegou aqui, começaram chocar as idéias e daí esse monte de gente, quando podia compor apenas 42 famílias. Muitas das pessoas não adaptaram aqui (condições climáticas), outros desistiram, porque chegamos aqui embaixo de uma geada e pra lá ninguém via isso. Muitos se desesperaram.

Neste assentamento, os assentados destacam o conflito de idéias, entre pessoas que eram descendentes de índios; pessoas que anteriormente só trabalhavam com a pesca e os outros trabalhadores que eram arrendatários ou meeiros, em suas regiões de origem. Portanto, não tinham experiência, nem formação para trabalhar com tais diferenças culturais. Por outro lado, a assistência técnica era insuficiente e o MST não tinha a estrutura que possui hoje, em termos de quadros para discutir e organizar as formas de produção. Os principais mediadores, na época em que chegaram na região, eram os técnicos da Emater, que também não tinham formação para trabalhar com as diferenças apresentadas pelos trabalhadores, nem conseguiam dar assistência a todos os lotes.

> Nessa época, 1989 já tinha criado uma associação aqui dentro. Já tinha conseguido um trator. Pras famílias da associação melhorou, aumentou a área de produção e a produção também. **Depois de 2 anos no assentamento é que formaram a associação com 30 associados. O objetivo era facilitar, incentivar a produção, ajudar o associado aumentar a produção e também compra de insumos e comercialização.** Em Castro é muito difícil a comercialização por causa das **grandes cooperativas.** Com isso os **picaretas** tiram proveito. Como a gente não era associado dessas cooperativas, tinha de fazer comercialização de outra forma, então o pessoal vendia para intermediários. Nós da associação sempre fazia um grupo, ia lá na cooperativa fazia um contrato. Esse grupo colhia e vendia na cooperativa, mas enfrentava o problema de não poder pegar nota

> individualmente. Só recebia nota fiscal aquele que fazia o contrato em seu nome. Forma de trabalho era individual. Associação fazia prestação de serviços, algumas vezes fazia lavoura coletiva para criar fundos para a associação.

A associação foi criada com a finalidade de diminuir a atuação dos intermediários, na região e, como estratégia para negociar junto às cooperativas existentes. No entanto, as associações sofrem um processo de ruptura, quando uma parte dos assentados, considerados excedentes na região, foi transferida para o norte do estado. A desistência de outros assentados também deve-se ao fato de que a associação não trouxe grandes retornos econômicos, como idealizavam.

> Com o processo de remanejamento dos trabalhadores excedentes, o número de associados diminuiu para 22, incluindo outros que desistiram, entravam com **expectativa**, com sonho sem poder ser realizado. **Eles achavam que criar uma associação ia resolver todos os problemas e não era isso**. Então muitos desistiram. Mais tarde eles viram que com a associação tava difícil, sem ela muito pior. Eles hoje criaram uma associação. Hoje tem 3 aqui dentro. Em cada associação tem uma média de 13 famílias. **Se fosse tudo numa única associação era melhor, mas têm os objetivos**. Tem uns que não concorda com certos objetivos, daí eles criam uma associação com os objetivos deles, de acordo com aquilo que eles queriam.

Uma das questões presentes em todos os assentamentos pesquisados refere-se à expectativa que é formada junto aos assentados, quanto a cooperação agrícola, ou seja, todos entram pensando que o retorno econômico será rápido e em quantidade, apenas as lideranças é que possuem alguma clareza sobre o longo prazo necessário para que as formas de cooperação possam trazer resultados. A expectativa é formada junto aos membros da família, entretanto, após uma primeira safra, a decepção contribui para que a família desista, no caso do coletivo, procurando outras alternativas que tragam o retorno econômico idealizado.

Outro ponto a destacar relaciona-se com os objetivos traçados por cada assentado ou família. Objetivos que nem sempre condizem com aqueles aprovados no coletivo, o que contribui para rupturas e (Re)elaborações de outras formas de garantir a sobrevivência no assentamento. Um dos assentados nos relata que prefere vender os produtos agrícolas para o intermediário, pois recebe

imediatamente, ainda que seja um preço menor que o pago pela cooperativa, que as vezes demora 30, 60 dias ou mais para realizar o pagamento.

> Hoje, a produção aumentou. Antes, além de ter uma área pequena, a gente lidava com a base de enxada. A gente não tinha condições de ter uma boa produção. Agora aumentou nossa área e trabalho mecânico, a produção melhorou. Isso depende da **assistência técnica**, agora nós temos o agrônomo do MST, efetivo. A gente se preparando também, não adianta só a assistência técnica, nós participa fazendo cursos de preparação e vamos colocando em prática, com isso nós estamos mudando e ampliando nossa produção. O agrônomo (convênio entre CCA e governo do estado), a cooperativa contrata e o estado paga.

A questão da assistência técnica tem sido um dos problemas de grande parte dos assentamentos, ora porque o agrônomo não compartilha com a ideologia do MST, ora porque possui pouco conhecimento sobre o rural, conforme afirma um dos assentados.

Na reconstrução de um modo de vida, após a vivência do processo de acampamento, os trabalhadores defrontam-se com questões relacionadas a créditos, infra-estrutura, escolas, condições para dar continuidade à luta política e, ainda, encontram-se diante das diferenças culturais entre os próprios assentados. Diferenças que até então, haviam sido homogeneizadas por um processo de luta e um interesse comum – o acesso à terra.

Uma das primeiras lições, destacadas pelos assentados, refere-se à **necessidade de continuidade da luta**, e à recriação de um processo de reuniões, comissões pois, após a conquista da terra, torna-se problemático organizá-las, devido à distância entre os lotes e o tempo de trabalho na terra.

A **busca por alternativas** para viabilizar economicamente a produção, torna-se um processo de tentativas, sendo originada a partir da recusa a um processo de exclusão. Ou seja, a conquista da terra não garante a sobrevivência, a reprodução da família, é apenas um começo de uma trajetória de lutas, resistência para a conquista de condições (créditos, infra-estrutura) que possibilitem a reprodução familiar e do próprio coletivo – assentamento.

Os assentados encontram-se num cotidiano de relações, onde o rompimento com um paradigma, de produção e de propriedade, não é espontâneo.

Percebem que o sonho de produzir e melhorar as condições de vida da família, torna-se inviável na conjuntura política-econômica predominante. Portanto, o rompimento com algumas práticas de produção torna-se condição para a sobrevivência na área da conquista. Esse aprendizado advém das relações estabelecidas no "mundo da vida", no contexto da interação com os vizinhos, grupos de assentados e com técnicos e lideranças no MST. Mas, principalmente, da experiência mal sucedida quando de alguns encaminhamentos, no próprio lote.

As representações sociais dos assentados sobre a cooperação caminham entre o vivido e o idealizado para o novo modo de vida. O imaginário é composto por elementos da experiência anterior – trabalho na terra ou acampamento- bem como pelos ideais transmitidos pelos representantes do MST, os quais enfatizam as expectativas sobre os sistemas coletivos, como meio de sobrevivência e de construção de uma nova sociedade. Assim, a ações do cotidiano, no processo de mediação com atores tais como: Incra, lideranças, membros de sindicatos, igreja, contribuem para a imagem idealizada pelo assentado para a vida no espaço conquistado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acampamento na Fazenda Giacomet-Marodin, iniciado em abril de 1996, contando com aproximadamente 12000 pessoas. O latifúndio Giacomet-Marodin, na época, era composto por 82.600 hectares, englobando 5 municípios. Em 1997 foram desapropriados, aproximadamente 17000 hectares, para assentamento das famílias que lá se encontravam acampadas. A reivindicação por mais terra continua, pois a área desapropriada é pequena para o total de famílias presentes na luta.
Foto:*Maria Antônia de Souza, julho de 1996.*

12ª Romaria da terra, realizada no Assentamento "Ireno Alves dos Santos", no dia 31 de agosto de 1997. O lema da Romaria foi "Libertar a terra, promover a vida". A realização da 12ª Romaria, no município de Rio Bonito do Iguaçu, teve como objetivos "chamar a atenção das comunidades e da sociedade como um todo, para a situação em que 3 mil famílias, esperam a terra para plantar", ou seja, as famílias que desde abril de 1996 acamparam na Fazenda Giacomet-Marodin, considerada o maior latifúndio contínuo do Estado do Paraná. Atualmente a área está desapropriada e com aproximadamente 900 famílias assentadas.
Foto: *Maria Antônia de Souza, 31/08/97*

A foto ilustra a **organização da produção**, após a conquista da terra. No caso, o **Assentamento Santa Maria, Cooperativa de Produção COPAVI** que desenvolveu os setores de produção, dentre eles, o setor de hortas, considerado o responsável pelo maior lucro. Outros setores, como o de leite, é o responsável pela maior quantidade em termos de produção. A experiência coletiva construída no cotidiano, representa uma parte da práxis do MST e dos assentados.
Foto: *Maria Antônia de Souza, janeiro de 1997.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"É verdade que o termo 'conclusão', quando aplicado a uma pesquisa, está sempre carregado de ambiguidade. Em relação à pesquisa terminada, ela é um resultado final, no sentido definitivo do termo; no entanto, ela é também uma exposição das consequências daquilo que se descobriu, das consequências do conhecimento novo que se adquiriu, e como tal levanta pontas de véu, abre as portas para novas pesquisas" (Pereira de Queiroz, 1991:128)

Em nossa pesquisa procuramos evidenciar, num primeiro momento, a luta pela terra no Paraná, a partir da atuação do MST, destacando a relação entre Estado e Movimento, principalmente, como norteadora das políticas agrárias e agrícolas desencadeadas nos anos 80 e 90. O Estado que aparecia distante das lutas dos trabalhadores, no início dos anos 80, aproxima-se do MST, no final da mesma década. No final dos anos 90, a estratégia tem sido, tanto por parte do governo federal, quanto do estadual, de tentar a anulação do MST, através de outras formas de acesso à terra, tais como o Projeto Casulo (projeto do governo federal que visa a desapropriação de terras municipais, conforme a disponibilidade e necessidade do município) e o Programa Vilas Rurais (descrito no capítulo 3), que objetivam a municipalização da Reforma Agrária e a desmobilização política dos trabalhadores. Neste contexto, o MST, amplia as ocupações e manifestações com objetivo de denunciar, de um lado, o sistema político corrupto, principalmente com relação à reforma agrária e, de outro lado, reivindicar a viabilização sócio-econômica do assentamento, que carece de educação, de saúde, de assistência técnica entre outros tópicos. Novamente, os programas dos governos federal e estadual são lançados, repassando a responsabilidade, seja da formação escolar, quanto da técnica, ao movimento social e seus "parceiros", como por exemplo, o convênio MST/setor de cooperação e governo do estado, para a contratação e formação de técnicos para as áreas de assentamentos.

Nossas reflexões foram conduzidas a partir das análises documentais – programas dos governos estaduais referentes aos anos 80 e 90, documentos do MST, entrevistas com representantes do Movimento e representantes do governo estadual. A partir de tais procedimentos evidenciamos a relação de forças estabelecida entre os atores envolvidos na questão agrária.

Num segundo momento, enfocamos a discussão sobre a cooperação agrícola, no interior dos setores de formação, de educação e do próprio Sistema Cooperativista, evidenciando a preocupação da direção do Movimento, em conscientizar os trabalhadores para o desenvolvimento de formas de produção coletivas ou associativas. As formas cooperativas de Produção ou Comercialização são destacadas, pela direção do Movimento, como aquelas que possibilitariam tanto o desenvolvimento do aspecto econômico/empresarial, quanto do aspecto político/ideológico idealizados nos princípios do MST. Ao mesmo tempo, caracterizamos as diferentes formas de cooperação existentes nos assentamentos e nas propostas do MST, evidenciando as estratégias educativas utilizadas pelos dirigentes. As análises foram conduzidas a partir do conteúdo presente nos documentos do setor de Educação, Formação e SCA, do MST.

Num terceiro momento, destacamos as experiências dos assentados e suas representações sociais, referentes à cooperação agrícola e ao novo modo de vida, construído após a luta. O trabalho de campo, a partir de entrevistas e de depoimentos, juntamente com a reflexão a partir dos referenciais teóricos, constituíram o fio norteador dos capítulos 6 e 7.

Tomando como referência os objetivos centrais de nossa pesquisa, ou seja, entender quais as formas organizacionais de produção propostas pelo MST; as práticas desenvolvidas nas áreas coletivas e individuais, bem como as estratégias educativas utilizadas pelos dirigentes do Movimento, teceremos nossas considerações finais.

Em primeiro lugar, reforçamos a idéia de que a pesquisa foi desenvolvida em áreas de assentamentos rurais organizados pelo MST, onde pressupõe-se que o objetivo central da luta tenha sido atingido, ou seja, a conquista da terra. No entanto, os novos desafios que emergem na área conquistada conduzem à continuidade da luta, através de manifestações para a obtenção de financiamentos, créditos para a construção das casas, por assistência técnica, entre outros. A nossa preocupação, então, foi entender as propostas organizadas pelo MST, para a viabilidade sócio-econômica do assentamento e, principalmente, as práticas desenvolvidas pelos assentados, tanto na organização, quanto no desenvolvimento das formas coletivas – tipo Cooperativa de Produção – assim como das formas grupais - Associações de Produção.

Em segundo lugar, a concepção teórica-metodológica adotada constituiu-se da preocupação com os relatos orais dos assentados, sobre o como entendem a organização da produção e o papel da cooperação, assim como, qual a representação social que possuem do novo modo de vida e quais as práticas, desafios e (re)elaborações que são desenvolvidas nos sistemas coletivos e individuais. A análise do conteúdo presente nos documentos do MST, sobre a cooperação agrícola, nos permitiram, também, caracterizar as orientações político-ideológicas seguidas pelos dirigentes. Partimos da hipótese de que são os fatores externos (conjunturais) e os internos (relacionamentos sociais e desejos dos assentados) que orientam a organização de uma ou outra forma de cooperação. Uma segunda hipótese refere-se às estratégias educativas e propostas dos dirigentes do MST, entendendo que as mesmas são organizadas com base em princípios político-ideológicos coletivistas e que se encontram distantes dos ideais da base – assentados – em termos culturais, principalmente, o que levaria aos constantes casos de desistências nos coletivos de produção.

A partir da pesquisa, evidenciamos que os fatores conjunturais são destacados pelos representantes do MST, quando afirmam que o pequeno produtor e o assentado tendem a desaparecer, deixando claro que um dos caminhos para a sobrevivência do assentado é a união, ou seja, a organização de formas de cooperação. Entre os assentados, de tanto ouvirem que a cooperação é o ideal, acabam reproduzindo que há necessidade de se unir, entretanto, a maioria não aceita ter o espaço privado em segundo plano. Como exemplo, citamos o caso das Cooperativas Coletivas, onde a socialização dos meios de produção, dos resultados do trabalho e o desenvolvimento da empresa, estão em primeiro lugar, para a direção do MST. Desde a distribuição das casas até as decisões sobre o trabalho, tudo é coletivo. Como as casas são próximas umas das outras, o próprio quintal deixa de existir.

Culturalmente, o espaço do quintal e a realização do trabalho em horários compatíveis com a predominância do sol ou chuva são característicos da organização dos pequenos produtores ou "camponeses". No assentamento Novo Paraíso, os assentados redimensionaram o espaço coletivo, organizando atividades individuais tais como: criação de galinhas; o espaço do quintal e realização individual das refeições. Tal redimensionamento foi realizado após a existência de

vários conflitos sobre o sistema coletivo total e da desistência de vários sócios da cooperativa, cuja família não se adaptava à coletivização. Todas as atividades eram coletivas no início da Cooperativa, hoje, devido às divergências, individualizaram pelo menos o espaço da casa, ainda que esta seja construída na agrovila.

Estas experiências demonstram que a dicotomia individual/coletivo não serve para caracterizar os assentamentos rurais, ou seja, não são termos opostos, existem de forma articulada. Um exemplo refere-se ao número de assentamentos que são formados por lotes individuais, em que os assentados trabalham de forma grupal, comunitária ou em associações de compra e venda de produtos.

Ao longo de nossa pesquisa, observamos, para usar o esquema de Habermas, que o MST trabalha com o agir estratégico, orientado para o êxito político-econômico, principalmente quando propõe a coletivização como uma das formas ideais de produção. O agir estratégico manifesta-se nas exposições dos dirigentes do Movimento, quando desenvolvem as reuniões preparatórias para a fundação de uma cooperativa, sendo comum os discursos que reforçam a cooperação como uma das formas centrais para viabilizar o assentamento. Entretanto, a própria direção do Movimento transforma seu discurso, diante da inexpressiva adesão dos assentados aos coletivos de produção. Por exemplo, o documento produzido pela CONCRAB, em 1996, versando sobre o SCA, destaca *que "o SCA deve trabalhar com todos os assentamentos independente da forma de cooperação adotada ou da forma como esta organizada a produção"*.

As formas de cooperação agrícola propostas pelo MST são: os coletivos, as cooperativas – Produção, Prestação de Serviços e Comercialização - as associações, os condomínios e os semi-coletivos (conforme descrito na capítulo 5). Dentro do MST há reconhecimento de que as formas organizacionais de produção que "massificam a cooperação" são as cooperativas de prestação de serviço, que se caracterizam por *"atuar no campo da comercialização, aquisição de insumos, máquinas e assistência técnica*" (CONCRAB, 1996).

Nos discursos das lideranças e nas práticas dos assentados emergem as questões relativas à pequena produção no Brasil, que sobrevive das resistências dos atores sociais que se encontram envolvidos com a produção. Uma das questões refere-se à necessidade de construírem alternativas com relação ao **que produzir**. Nisto aqueles assentados, que são chamados de artesanais e individualistas, por

alguns dirigentes do MST, têm mostrado suas capacidades de "inovações culturais", para relembrar Martins (1992), quando modificam suas formas de trabalho e o tipo de produto cultivado , como por exemplo, os assentados individuais que organizaram tanques de peixe, objetivando tanto vender a produção, quanto construir áreas de lazer – pesque-pague. A pequena produção tem sofrido com as políticas de importação de produtos, com as altas nos preços dos insumos, com a desvalorização da produção nacional, diante dos importados, com as dificuldades no acesso a financiamentos, para citar alguns elementos. É nesse cotidiano que os assentados têm que organizar estratégias para a sobrevivência/resistência na terra.

Na atualidade, a organização de formas cooperativas/associativas têm sido uma das alternativas para os assentados, uma vez que podem desenvolver a diversificação da produção, ocupando um maior número de pessoas, bem como juntar a produção do grupo objetivando a comercialização em conjunto. Também, a construção de infra-estrutura produtiva para grupos de assentados, contribui para a economia nos gastos de construção.

A figura do técnico ou agrônomo tem sido essencial para o planejamento da produção, quando do recebimento de financiamentos, no entanto, nem todas as áreas possuem um profissional que oriente a produção, o que, aos olhos da sociedade, pode representar a incompetência dos assentados, mas que na verdade demonstra a ausência do Estado, quando afirma que está realizando reforma agrária – desapropriando áreas.

Verificamos que tanto os assentamentos que desenvolvem formas coletivas de trabalho, quanto os individuais, adotam a cooperação como uma forma de resistência na terra.

Conforme afirma Gohn (1998b:21) *"o trabalho cooperativo tem sido apontado como uma das saídas para a crise do emprego na economia formal, no mundo contemporâneo (...) no meio rural, onde sempre predominou formas precárias de contrato de trabalho e a tecnologia globalizadora está avançando nas áreas de grande produção a passos avassaladores e criando desemprego em massa, a cooperativa significa uma possibilidade de trabalho e também a construção de um espaço de autonomia para o trabalhador do campo (ao decidir o que, como, quanto produzir, etc)...".*

Aqueles que desenvolvem as Cooperativas Coletivas de Produção – por exemplo a Cooproserp e Copavi – vivem o conflito de tornar viável uma empresa coletiva, no entanto, como afirma um dos assentados *"nós que começamos do nada, é difícil conseguir um retorno econômico rápido, pois temos os financiamentos que começam a vencer e temos que ter os recursos"*, e ao mesmo tempo, gerenciar os conflitos que surgem ao longo do processo, tais como: a divisão de horas de trabalho das sobras da produção/comercialização. Os assentamentos que optaram pela forma individual de trabalho, adotaram as Associações como forma de conseguir desenvolver os projetos para obtenção de recursos, bem como a estratégia da cooperativa de comercialização como meio de buscar um controle tanto na quantidade e tipo de produto a produzir, bem como participar da concorrência com as demais empresas, o que é difícil, tendo em vista as carências (técnicas e financeiras) existentes para obter uma quantidade e qualidade de produtos que possam competir com as cooperativas particulares. Portanto, queremos frisar que o desenvolvimento de uma forma ou outra de organização da produção constitui-se numa alternativa de resistência na terra.

Como a resistência, enquanto criação de novas estratégias de produção, se desenvolve nos assentamentos? A práxis que origina o processo de resistência geralmente tem início com um trabalho comunitário, logo após a entrada na terra. É uma forma de garantir alimentos para a família e o desenvolvimento da organização sócio-econômica no assentamento. Aos poucos, as famílias vão constatando diferenças do tipo: ritmo de trabalho, interesse pelo serviço, número de membros da família envolvido na produção, "fofocas" no grupo, enfim, aquelas diferenças que haviam ficado em segundo plano no processo de acampamento, são evidenciadas no assentamento. Tais diferenças são decorrentes de um conjunto de costumes, tradições culturais que cada assentado possui. Retomando Thompson (1998:18) quando afirma que *"as práticas e as normas se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes. As tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral"*, podemos refletir sobre a resistência individual às formas totalmente coletivas de produção. Ou seja, culturalmente os assentados participaram de processos de trabalho onde o centro de decisão era a família ou o patrão. A partir da conquista da terra, enquanto conquista pessoal e coletiva, desenvolvem o sentimento de autonomia, no que se refere à gestão

da produção no lote. A prática de decisões no espaço coletivo passa a ser novidade para os assentados. O saber social e técnico do assentado, muitas vezes, está alicerçado na experiência anterior, em que o papel da família era fundamental para a aprendizagem do "como trabalhar a terra".

Ao constatarem as diferenças de ritmo de trabalho, dedicação e objetivos no trabalho com a terra, conforme os depoimentos, as famílias se re-agrupam de acordo com suas afinidades e seus objetivos. Geralmente aqueles que têm participação mais ativa, no MST, formam um grupo e, em termos de produção, procuram desenvolver o trabalho coletivo. É deste processo, por exemplo, que se originaram as três associações no assentamento Abapan, ou seja, as diferenças levaram à construção de novas formas de organização da produção, construindo vários grupos no assentamento. A resistência manifestou-se na fundação da cooperativa de comercialização – COTRAMIC -, resultado da união das três associações e de dois assentamentos vizinhos. A adesão das pessoas à cooperativa depende do trabalho dos técnicos e agrônomos e dos próprios representantes dos assentamentos e da cooperativa. O papel do agrônomo tem sido fundamental no momento de organização da cooperação, pois o mesmo tem organizado grupos de discussão, com o objetivo de refletir sobre a situação da agricultura brasileira e suas conseqüências para a pequena produção e os assentamentos.

É de um processo semelhante que se origina a práxis na áreas coletivas, ou seja, as famílias que já desenvolviam debates desde a época do acampamento, concordam em que o coletivo é a melhor saída para os assentamentos e organizam as duas experiências de cooperativa coletiva. A diferenciação entre as famílias, em termos de idéias e de ritmos de trabalho, contribuiu para a desistência de muitas famílias do modo coletivo de produção. Ao mesmo tempo, os coletivos sofreram transformações tais como: a criação de setores de produção, construção de refeitórios, delimitação de quintais e replanejamento dos investimentos.

Portanto, a resistência possui dois focos, de um lado constatamos a resistência pessoal às formas coletivas de produção, manifestadas nas desistências dos sócios. De outro lado, o processo de resistência no interior do sistema capitalista, ou seja, as formas associativas, cooperativas, semi-coletivas, etc, são organizadas enquanto alternativas para a viabilização sócio-econômica do assentamento. É principalmente, desta resistência que falamos ao longo de todo o texto, ou seja, as

forma que tanto o MST propõe, quanto aquelas que os assentados re-criam no cotidiano das relações no assentamento.

Uma das conclusões que podemos apontar é a dificuldade que os membros do MST e, consequentemente dos coletivos de produção e dos assentamentos em geral possuem para trabalhar com as diferenças culturais manifestadas nas ações e expressão de idéias dos assentados. Os cursos de formação, em específico, aqueles relacionados à produção têm o duplo objetivo de desenvolver uma afinidade ideológica entre os assentados e ao mesmo tempo desenvolver o modo de produção coletivo, o qual é tido como uma das melhores estratégias de resistência na terra. No entanto, nem todos os assentados pensam que o coletivo seja a saída, a prova é que a maioria dos assentamentos possui trabalho do tipo associativo –grupal- que, também é uma das formas de garantir os projetos e a obtenção de recursos para a produção. Assim, explicitam os valores diferentes presentes entre os assentados, de um lado os ideais de coletivismo dos líderes e, de outro, as práticas culturais – históricas – dos demais assentados.

Podemos retomar Romano (1994), quando discute a questão dos valores, do poder e dos conflitos no interior dos assentamentos, afirmando *que "após o primeiro momento do assentamento – pelo geral um estado extraordinário, de ultrapolitização, que mantém como em suspense todas as outras dimensões da vida social do grupo -, de grande influência dos mediadores, e onde todo mundo é cooperativo, comunitário, coletivo, passa-se a evidenciar a tensão cotidiana, permanente, entre igualitarismo e hierarquia".*

Ou seja, o igualitarismo expressa-se nas propostas realizadas pelos mediadores que atuam nos assentamentos e a hierarquia aparece enquanto uma das dimensões culturais dos assentados, manifesta no processo de decisão sobre a produção, nos horários cíclicos de trabalho, como afirma Romano (1994:257) *"a organização social, o mundo, a cosmovisão da maioria dos grupos camponeses estão baseados na hierarquia, no reconhecimento de papéis diversos dos atores e na sua valorização diferencial, com deveres, direitos e retribuições diferentes estabelecidos a partir dos princípios não necessariamente econômicos".*

Com relação à participação dos assentados na gestão das Cooperativas coletivas destaca-se a presença dos mesmos nas reuniões. As normas de funcionamento da cooperativa são coletivas, estabelecidas em assembléia. Nem

sempre os objetivos particulares são contemplados no espaço coletivo, o que contribui para as constantes desistências no interior do projeto. Por exemplo, os representantes de associações e cooperativas afirmam que ocorre muita desistência devido à questão econômica, entretanto, o fator "não adequação às normas" é considerado como motivador das desistências dos sócios.

Podemos sintetizar a práxis que origina os coletivos e Associações da seguinte forma: nos coletivos predominam a constante confecção de projetos para a obtenção de financiamentos, a divisão de tarefas, a organização de setores de produção, as instâncias de participação que vão desde as reuniões dos setores até a assembléia enquanto espaço de deliberações, práticas de industrialização da produção e desenvolvimento de setores não agrícola, tais como a malharia, existente num dos coletivos. Os coordenadores de setores de produção e os representantes da cooperativa coletiva participam ativamente das atividades do MST, a nível local e estadual, principalmente dos cursos de formação, os quais tornam-se, portanto, o espaço privilegiado para a difusão da dimensão político-ideológica do MST.

Uma das práticas que nos chamou a atenção nas áreas coletivas foi a organização da experiência – tipo de estágio pelo qual passa a família interessada em entrar para o coletivo, quando ele já está em funcionamento. Por exemplo, no caso de desistência de uma família, abre-se o lugar para outra que esteja disposta a trabalhar no coletivo, no entanto, é preciso salientar que as lideranças do MST desenvolvem todo um trabalho de divulgação dos coletivos, afirmando que são a saída para os assentados. As famílias, em situação de experiência, vêm para o assentamento pensando em retorno econômico, não têm clareza da situação econômica da empresa, como num dos casos em que o coletivo está com saldo negativo, poderíamos questionar o seguinte: as pessoas que desistem do coletivo não pagarão sua parte e aquelas que entram, fazem-no pensando em lucros, então, como fazer o coletivo funcionar? Esse parece ser um dos desafios que os coletivos vêm enfrentando ultimamente, como o caso do Novo Paraíso, onde os assentados afirmam que foi feito um investimento para 42 famílias, no entanto, restam 15 e têm que pagar os investimentos das 42. No caso de Santa Maria, ocorre o mesmo, fizeram investimentos para 25 famílias e ficaram 19, como trabalhar com o saldo negativo, sem prejuízos políticos para o MST e sócio-econômicos para os assentados? Como afirma um dos assentados, no coletivo a "*gente fica de cabeça quente o tempo todo*".

O outro grande desafio que permeia os coletivos refere-se a aplicação dos recursos obtidos, de forma que os assentados consigam um rendimento suficiente para o pagamento do financiamento e para as despesas familiares. Ou seja, o desafio é econômico e deve ser contextualizado no cenário das políticas neoliberais, de enxugamento dos gastos públicos e de pouco incentivo à produção interna, principalmente no que se refere a agricultura.

Com relação aos assentamentos individuais, predominam as práticas de trabalho da família nos lotes; a diversificação da produção; a formação de associações, principalmente para a compra de máquinas e comercialização da produção; elaboração conjunta de projetos para a obtenção de créditos agrícolas. Algumas dificuldades relacionam-se à saída dos filhos do lote, procurando trabalho na cidade, e esta é uma das preocupações centrais dos assentados entrevistados na região do Abapan. Um dos assentados afirma que estão buscando diversificar a produção para possibilitar a inserção dos jovens no trabalho no assentamento; um outro assentado fez uma troca de lotes de uma assentamento para outro, com intuito de conseguir um lote maior, pensando no futuro dos filhos.

Não fizemos a diferenciação coletivo x individual para mostrar que um é mais viável que outro. Não resta dúvida que o coletivo propicia maiores investimentos, conforme pode-se notar a partir das construções (infra-estrutura de produção) existentes nos assentamentos, entretanto, ambos estão construindo formas de resistência, no contexto do sistema capitalista, na área conquistada. Os assentados individuais estão mais próximos dos pequenos produtores que ainda resistem na terra; os primeiros possuem a vantagem de ter participado e de pertencer a uma organização política – MST – que contribui para a ampliação da visão sobre a luta, direitos e cidadania. Os assentados do coletivo, vivem o desafio de viabilizar a empresa que idealizam ser o modelo de produção, embora alguns estejam questionando o funcionamento da mesma, como aqueles que afirmaram trabalhar demais e receber pouco, dizendo que "*somos escravos de nós mesmos*". Ou seja, compara a empresa coletiva a um trabalho na indústria onde o tempo funciona com a mesma lógica da indústria, um tempo diferente dos trabalhadores acostumados ao trabalho agrícola, cujo tempo, pode se dizer, está relacionado ao nascer e ao pôr do sol, por exemplo.

Não constatamos, no trabalho de formação, a preocupação com questões culturais do tipo: resgate das experiências anteriores dos assentados, seus ideais, suas atitudes em relação às organizações, entre outros. O resgate das matrizes culturais que compõem o imaginário do assentado seria um dos caminhos para iniciar um processo de socialização política, que conduzisse o próprio assentado à organização da cooperação, não necessariamente, nos termos propostos pelos dirigentes do Movimento. As matrizes culturais evidenciam-se nas falas e momentos de místicas "tradicionais" dos assentados e dos sem-terra, a saber: o aspecto comunitário poderia ser uma das matrizes, uma vez que vários assentados possuem experiência em trabalhos do tipo roças comunitárias, as "ajudas" oferecidas aos vizinhos em épocas de colheitas, a construção de casas, para citar alguns. Outra matriz cultural refere-se à sociabilidade, ou seja, entre os pequenos agricultores é comum a troca de alimentos, as festas ao final das colheitas, enfim, a construção de laços de amizades e de relações de trocas de valor simbólico.

Destacamos tais dimensões culturais como importantes para um processo de formação e construção de formas alternativas e cooperativas de produção, tendo em vista que os cursos ministrados pelos dirigentes do MST ou pelas Ematers – regionais, estão direcionados ora para a formação política, como o caso do MST, ora para as questões técnicas, como os cursos da Emater. Mesmo os cursos organizados pelo MST, tais como o FIP e TAC, possuem uma carga de disciplinas que são técnicas e administrativas, deixando para segundo plano os conteúdos que seriam sócio-culturais, tais como o resgate da historicidade da cooperação agrícola ou as atividades comunitárias, que não são totalmente novas para os assentados, embora sejam apresentadas como algo diferente, inovador.

Martins (1994:162) destaca que *"o que se tem agora é um novo desafio: restaurar a vitalidade da base e do real (...) crescemos e aprendemos na 'ida' e devemos aprender e crescer na 'volta'. É nesse movimento que o fragmento se faz parte do todo, ser reconhece no todo e no próprio movimento*". O autor está se referindo à passagem de um contexto de regime militar para o regime civil, quando refere-se ao "agora". Portanto, em termos do MST, tal afirmação é relevante, principalmente quando, historicamente, constatamos que o Movimento surge das reuniões de base e que ao longo do processo de "espacialização" torna-se articulador de ações políticas, de caráter genérico, deixando para segundo plano o imaginário da

base. A atitude genérica da luta e do coletivo é uma estratégia no momento de conquista da terra, momento em que os objetivos são comuns e há necessidade de pressões fortes para a desapropriação da área. Após a conquista novas necessidades surgem, sendo uma delas, o pensar as diferenças no assentamento, enquanto um ponto de partida para a continuidade do Movimento e outra pode ser a construção de formas de luta para a obtenção das condições essenciais à viabilidade econômico-política e social do assentamento.

Navarro (1998) destaca alguns dos aspectos que caracterizam o MST, hoje, dentre eles: MST assume uma feição nacional a partir dos conflitos existentes no Pontal do Paranapanema; o MST, em termos de opinião pública, tornou-se sinônimo de ocupações de terra, o que estreitou o campo de ação de suas lutas no campo; os assentamentos rurais e sua viabilidade; por último, afirma que *"... o MST tem seguido, em sua estruturação interna, uma trajetória quase nada democrática e, externamente, apenas retoricamente tem dirigido seus esforços para a democratização real dos espaços sociais em que exerce influência*"(p.184).

A trajetória denominada por Navarro, como "quase nada democrática" transparece nos cursos de formação e nas reuniões dos coletivos do Movimento, onde o objetivo central destacado pelo MST é a conscientização das pessoas da base, atuando num sentido de reprodução de conhecimentos e de atitudes e, não de emancipação sócio-cultural, que exigiria uma reflexão sobre as tradições e costumes que cada assentado traz como experiência.

Com relação à reforma agrária, Martins (1994:159) afirma que:

> ... a reforma agrária aparece através das necessidades dos próprios trabalhadores. Não aparece como pretexto (e meio) para outras transformações sociais que poderiam ser do interesse de outras classes e grupos sociais (...) não aparece no primeiro plano enquanto problema agrário. Aparece como condição para que outras necessidades sejam atendidas: necessidade de sobrevivência, necessidade de emprego, necessidade de saúde, de educação (...) Antes, acreditava-se que a reforma agrária traria tudo isso e que bastaria conquistar politicamente o Estado para que a reforma se concretizasse. Agora, é possível ver que a reforma é tudo isso e que o Estado é apenas um intermediário (poderoso) que precisa ser mobilizado pela sociedade civil, pelos movimentos sociais, pelos grupos de pressão.

O autor nos remete à reflexão sobre o papel do Estado nas áreas de assentamentos rurais, principalmente no que se refere à produção agrícola, pois os trabalhadores são levados para uma área desapropriada e lá devem se organizar para reivindicar créditos que permitam desde a construção de casas até a compra de sementes, insumos agrícolas e maquinários, portanto, explicita-se a necessidade de continuidade da luta, após a conquista da terra. Os cursos de formação organizados pelo MST, ainda que tenham um cunho tradicional, em termos de concepção de educação, possibilitam a formação técnica de parcela dos assentados, principalmente daqueles vinculados à coordenação do Movimento. Tais cursos técnicos e aqueles vinculados à alfabetização de adultos, resumem-se a conquistas dos trabalhadores, no entanto, reforçam a ausência do Estado, de suas funções básicas. Assim, os convênios envolvendo projetos educacionais, formação de técnicos e agrônomos, entre outros, surgem a partir da mobilização do Movimento social, que se incumbe de gerenciar os parcos recursos advindos do Estado.

Enfim, procuramos ao longo do trabalho demonstram que os assentados desenvolvem uma práxis de resistência as facetas de exclusão social do sistema capitalista, quando articular as formas associativas e cooperativas de produção. Os coletivos e, principalmente, as cooperativas de produção em que terra e trabalho são coletivos estão sendo redimensionados no processo de construção do MST. Os ideais de coletivismo, de algumas lideranças, são repensados diante da ação e reação dos assentados.

Ao relatar as experiências dos coletivos e das associações procuramos destacar tanto as estratégias de sobrevivência quanto os resultados da luta dos sem-terra. Ou seja, a experiência vivida nos acampamentos, conforme depoimento dos assentados – fome, frio, doença, discriminações, despejos, mortes, etc - , é compensada com a conquista da terra, com a construção da casa, com a escola enfim, com a produção de alimentos para o sustento. Portanto, para a maioria dos assentados, a situação de assentamento é uma vitória, que significa a conquista de um objetivo e de um mínimo de dignidade social. Significa a conquista de um espaço de ação, de aprendizado político (a destacar as análises de conjuntura e o reconhecimento dos atores políticos envolvidos no processo de luta). A participação no processo de luta e de construção do assentamento contribui para o redimensionamento da cultura política dos assentados, que se manifesta na suas

práticas, símbolos e conhecimentos dos fenômenos políticos, a citar por exemplo, o envolvimento de assentados em questões da sociedade como um todo, tais como as manifestações contra a privatização da Vale do Rio Doce; a decisão de que votar em candidatos da esquerda, tanto para presidente, quanto para representantes locais.

Por último, vale enfatizar que ao estudar as formas organizacionais de produção procuramos demonstrar as dimensões educativas do MST, que se traduzem em novas alternativas de luta e no re-posicionamento político-ideológico dos atores envolvidos no Movimento.

Resta a certeza de que muitos dos temas, presentes neste trabalho, continuarão sendo objeto de futuras pesquisas.

ANEXOS

Assentamentos Rurais no Estado do Paraná

Anexo 1

PROJETOS DE COLONIZAÇÃO

Nº DE ORD	PROJETO	MUNICÍPIO	ÁREA (HA)	FAM ASSENT	DECRETO		IMIS. POSSE	CRIAÇÃO P.P.		QDO NAT	ESTAG ATUAL	DEM. TOP.	AO	TD	JURISD. ADM.	CÓDIGO DO SIPRA
					Nº	DATA		INSTRUM	DATA							
01	POTY (I)	ARAPOTI	3.835,98	414	86.131	22.06.81	TRANSF.	RES/171	03.08.81	SIM	E	SIM	SIM	SIM	SR(09)Z	PR0006000
01	POTY (II)	TOLEDO	140,02	21	86.131	22.06.81	TRANSF.	RES/171	03.08.81	SIM	E	SIM	SIM	SIM	UAP	PR0006000
02	PASSO FUNDO	PALMAS	654,61	43	89.909	03.07.84	01.08.84	RES/322	19.11.84	SIM	E	SIM	SIM	SIM	UAI	PR0008000
03	BUTIA	CLEVELÂNDIA	935,69	82	89.903	03.07.84	01.08.84	RES/323	19.11.84	SIM	E	SIM	SIM	SIM	UAI	PR0010000
04	SERRANO (PAIOL GDE)	CLEVELÂNDIA	631,43	43	89.897	03.07.84	29.08.84	RES/324	19.11.84	SIM	E	SIM	SIM	SIM	UAI	PR0007000
04	SERRANO(VTA MATUNG)	CLEVELÂNDIA	931,22	83	89.897	03.07.84	29.08.84	RES/324	19.11.84	SIM	E	SIM	SIM	SIM	UAI	PR0007000
05	ILHÉUS	CANDOI	1.172,08	79	90.042	13.08.84	19.09.84	RES/325	19.11.84	SIM	E	SIM	SIM	SIM	UAI	PR0009000
SUB-TOTAL			8.301,03	765												

PROJETOS DE ASSENTAMENTO

06	ÁGUA DA PRATA	TAMARANA	1.651,60	93	91.391	02.07.85	16.07.85	RES/0066	10.04.86	SIM	E	SIM	SIM	SIM	SR(09)Z	PR0011000
07	NOVA CONQUISTA	CHOPINZINHO	531,55	31	91.683	24.09.85	31.10.85	POR/0391	24.06.86	SIM	C	SIM	SIM	NÃO	UAI	PR0012000
08	NHUNDIAQUARA	MORRETES	1.542,76	73	90.114	28.08.84	25.09.84	POR/0571	28.08.86	SIM	C	NÃO	NÃO	NÃO	SR(09)Z	PR0013000
09	3ª CONQUISTA DA UNIÃO	NOVA LARANJEIRAS	2.425,96	164	91.684	24.09.85	06.12.85	POR/0663	16.09.86	SIM	E	SIM	NÃO	NÃO	UAP	PR0014000
10	COL.SÃO JOÃO BATISTA	CANDOI	396,88	34	90.897	05.02.85	26.03.85	POR/0729	23.09.86	SIM	E	SIM	NÃO	NÃO	UAI	PR0015000
11	TRÊS CAPÕES	MANGUEIRINHA	848,99	33	93.016	27.07.86	29.08.86	POR/0838	05.11.86	SIM	C	SIM	SIM	NÃO	UAI	PR0016000
12	COVOZINHO	MANGUEIRINHA	365,37	13	93.014	27.07.86	29.08.86	POR/0978	17.12.86	SIM	E	SIM	SIM	NÃO	UAI	
13	VITÓRIA DA UNIÃO DO PARANÁ	MANGUEIRINHA/ HONÓRIO SERPA	10.060,76	373	90.812	15.01.85	30.04.85	POR/0980	17.12.86	SIM	E	SIM	SIM	SIM	UAI	PR0017000
14	GLEBA 03 CANCAN/COL. CANTU	RONCADOR	343,56	18	93.012	27.07.86	01.09.86	POR/0037	15.01.87	SIM	E	SIM	SIM	SIM	UAP	PR0020000
15	ARAGUAÍ	SANTA MARIA DO OESTE	4.485,50	217	92.257 92.285	30.12.85 09.01.86	07.03.86 18.03.86	POR/0041	15.01.87	SIM	E	SIM	SIM	NÃO	SR(09)Z	PR0019000
16	IMBAUZINHO	ORTIGUEIRA	802,94	27	93.011	27.07.86	29.08.86	POR/0115	06.02.87	SIM	C	SIM	SIM	NÃO	SR(09)Z	PR0021000
17	JACIRETÁ	RENASCENÇA	1.495,19	73	91.793	17.10.85	12.12.85	POR/0133	10.01.87	NÃO	C	SIM	SIM	NÃO	UAI	PR0022000
18	FAZENDA VITÓRIA	LINDOESTE	2.372,26	152	92.256	30.12.85	29.07.86	POR/0147	18.02.87	SIM	C	SIM	SIM	NÃO	UAP	PR0023000
19	SÁVIO DOIS VIZINHOS	MEDIANEIRA/SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	649,25	41	92.286	09.01.86	07.03.86	POR/0150	18.02.87	SIM	E	SIM	NÃO	NÃO	UAP	PR0025000
20	FAZENDA LAGOA	HONÓRIO SERPA	684,05	32	92.255	30.12.85	07.03.86	POR/01151	18.02.87	SIM	E	SIM	SIM	SIM	UAI	PR0024000
21	TRÊS PINHEIROS	CASTRO	857,19	35	93.010	27.07.86	18.11.86	POR/0884	18.02.87	SIM	E	SIM	NÃO	NÃO	SR(09)Z	PR0037000
22	FAZ.VASTO HORIZONTE	TIBAGI	651,44	26	93.321	01.10.86	18.11.86	POR/0282	31.03.87	SIM	C	SIM	NÃO	NÃO	SR(09)Z	PR0026000
23	PASSO LISO/QUINHÃO 12	LARANJEIRAS DO SUL	583,59	36	93.719	16.12.86	28.01.87	POR/0376	12.05.87	SIM	C	SIM	NÃO	NÃO	UAP	PR0027000
24	FAZ. PERSEVERANÇA	MARMELEIRO	674,38	34	93.718	16.12.86	04.02.87	POR/0377	12.05.87	SIM	C	SIM	SIM	NÃO	UAI	PR0028000
25	FIO DE OURO	RESERVA	321,66	11	94.104	17.03.87	20.05.87	POR/0463	02.06.87	SIM	E	SIM	SIM	NÃO	SR(09)Z	PR0032000
26	SANTA HELENA	RESERVA	680,14	23	93.717	16.12.86	29.01.87	POR/0464	02.06.87	SIM	E	SIM	SIM	NÃO	SR(09)Z	PR0031000
27	RIO DA AREIA	TEIXEIRA SOARES	508,68	18	94.036	17.02.87	22.04.87	POR/0465	02.06.87	SIM	E	SIM	NÃO	NÃO	SR(09)Z	PR0030000
28	SANTA MADALENA	WENCESLAU BRÁZ	534,05	20	93.783	17.12.86	06.02.87	POR/0466	02.06.87	SIM	E	SIM	NÃO	NÃO	SR(09)Z	PR0029000
29	FAZENDA CAVACO	CANTAGALO	713,41	26	94.032	16.02.87	08.04.87	POR/0528	22.06.87	SIM	E	SIM	NÃO	NÃO	SR(09)Z	PR0033000

30	BUGRE MORTO	LARANJEIRAS DO SUL	216,00	05	94.103	17.03.87	09.06.87	POR/0587	17.07.87	NÃO	E	SIM	NAO	NAO	UAP	PR0034000
31	JUQUIÁ DE CIMA	CANTAGALO	542,88	20	94.107	18.03.87	03.06.87	POR/0690	14.08.87	SIM	E	SIM	SIM	SIM	UAP	PR0035000
32	CHOPIM	HONÓRIO SERPA	896,36	27	94.286	29.04.87	01.07.87	POR/0736	25.08.87	SIM	C	SIM	SIM	NÃO	UAI	PR0036000
33	PARI PARÓ	LONDRINA / TAMARANA	326,70	23	93.007	27.07.86	18.08.87	POR/0305	03.12.87	SIM	E	SIM	SIM	NÃO	SR(09)Z	PR0038000
34	FAZENDA BEBEDOURO	SANTANA DO ITARARÉ	99,22	06	94.203	10.04.87	17.06.87	POR/0313	03.12.87	NÃO	E	SIM	NÃO	NÃO	SR(09)Z	PR0078000
35	CHOPIM I	HONÓRIO SERPA	1.865,93	74	94.756	10.08.87	23.09.87	POR/0543	25.04.88	SIM	C	SIM	SIM	NÃO	UAI	PR0040000
36	FAZENDA MARRECAS	TURVO	540,26	20	94.914	18.09.87	26.01.88	POR/0556	27.04.88	SIM	E	SIM	NÃO	NÃO	SR(09)Z	PR0041000
37	SERRO VERDE	GUARAPUAVA	260,61	14	95.189	10.11.87	17.08.88	POR/1428	27.10.88	SIM	E	SIM	NÃO	NÃO	SR(09)Z	PR0046000
38	COLÔNIA PIQUIRI	GOIOXIM	269,52	11	94.915	18.09.87	17.08.88	POR/1429	27.10.88	SIM	E	SIM	NÃO	NÃO	UAP	PR0045000
39	SANTO REI	NOVA CANTU	1.281,05	70	93.015	27.07.86	17.03.88	POR/1430	27.10.88	SIM	C	SIM	SIM	NÃO	UAP	PR0044000
40	RIO PERDIDO	QUEDAS DO IGUAÇU	1.205,23	58	P/233	12.11.87	11.05.88	POR/1431	27.10.88	SIM	C	SIM	NÃO	NÃO	UAP	PR0043000
41	FAXINAL DAS ARARAS	CAMPINA .DO SIMÃO	394,29	20	95.186	10.11.87	17.08.88	POR/1432	27.10.88	SIM	E	SIM	NÃO	NÃO	SR(09)Z	PR0042000
42	BARRA GRANDE	PALMITAL	554,86	23	96.103	27.05.88	20.12.88	POR/127	27.02.89	SIM	E	SIM	NÃO	NÃO	UAP	PR0052000
43	SÃO FRANCISCO	RIBEIRÃO DO PINHAL	834,40	48	96.256	30.06.88	10.11.88	POR/128	27.02.89	SIM	C	SIM	NÃO	NÃO	SR(09)Z	PR0050000
44	SÃO LUIZ II	SAPOPEMA	3.981,49	137	94.284	28.04.87	27.03.89	POR/129	27.02.89	SIM	C	SIM	NÃO	NÃO	SR(09)Z	PR0053000
45	OURO VERDE	MARQUINHO	1.225,99	49	95.820	11.03.88	19.07.88	POR/130	27.02.89	SIM	C	SIM	NÃO	NÃO	UAP	PR0047000
46	SÃO CARLOS	PALMITAL	333,10	04	96.380	20.07.88	20.12.88	POR/131	27.02.89	SIM	E	SIM	NÃO	NÃO	UAP	PR0049000
47	FAXINAL DOS RIBEIROS (Q.1A)	PINHÃO	1.486,87	46	95.775	03.03.88	19.10.88	POR/133	27.02.89	SIM	C	SIM	NÃO	NÃO	UAI	PR0048000
48	SÃO BRAZ	SALGADO FILHO	319,25	09	96.097	27.05.88	06.12.88	POR/161	08.03.89	SIM	E	SIM	NÃO	NÃO	UAI	PR0051000
49	SÃO JOÃO	PALMITAL	344,06	10	96.110	01.06.88	20.10.88	RES/006	29.08.89	SIM	E	SIM	NÃO	NÃO	UAP	PR0055000
50	SÃO JOSÉ	PALMITAL	321,55	13	96.095	27.05.88	20.10.88	RES/009	29.08.89	SIM	E	SIM	NÃO	NÃO	UAP	PR0054000
51	FAZENDA CIELITO	LINDOESTE	368,65	17	96.105	27.05.88	29.03.89	RES/021	12.09.89	SIM	E	SIM	SIM	NÃO	UAP	PR0056000
52	CRICIUMA	RESERVA	2.472,61	54	95.765	02.03.88	28.03.89	RES/053	20.10.89	SIM	C	SIM	SIM	NÃO	SR(09)Z	PR0058000
53	VOLTA GRANDE/ESTRELA	ORTIGUEIRA	76,29	03	93.374	09.10.86	16.08.88	RES/054	20.10.89	SIM	E	SIM	NÃO	NÃO	SR(09)Z	PR0067000
54	CHOPIM II	HONÓRIO SERPA	2.028.95	70	P/1170	10.08.88	23.06.89	RES/115	27.12.89	SIM	C	SIM	NÃO	NÃO	UAI	PR0060000
55	FAZENDA MACHADO	MANGUEIRINHA	415,83	12	P/1170	10.08.88	29.08.89	RES/117	27.12.89	SIM	E	SIM	NÃO	NÃO	UAI	PR0059000
56	SERRARIA	TAMARANA	381,10	20	97.869	23.06.89	08.08.89	RES/014	02.04.91	SIM	E	SIM	NÃO	NÃO	SR(09)Z	PR0061000
57	ETIENE	BITURUNA	1.052,61	24	P/1167	10.07.88	23.11.89	RES/027	13.05.91	SIM	E	SIM	NÃO	NÃO	UAI	PR0062000
58	RONDON III	BITURUNA	4.240.39	80	P/1167	10.07.88	23.11.89	RES/028	13.05.91	SIM	C	SIM	NÃO	NÃO	UAI	PR0063000
59	JARAU	CANTAGALO	1.467,16	51	96.260	30.06.88	01.08.89	RES/078	03.09.91	SIM	C	SIM	NÃO	NÃO	UAP	PR0065000
60	CHOPIM III	HONÓRIO SERPA	302,42	11	96.348	15.07.88	24.08.89	RES/079	03.09.91	SIM	E	SIM	NÃO	NÃO	UAI	PR0064000
61	FAXINAL DOS RIBEIROS I-C	PINHÃO	872,31	25	96.521	15.08.88	12.09.89	RES/059	18.05.92	SIM	E	NÃO	NÃO	NÃO	UAI	PR0066000
62	BOM RETIRO	INÁCIO MARTINS	277,67	11	98.567	15.12.89	08.05.92	RES/077	10.06.92	NÃO	E	SIM	NÃO	NÃO	SR(09)Z	PR0074000
63	FAXINAL DOS SILVÉRIOS	PINHÃO	1.212.97	42	98.083	22.08.89	07.05.92	RES/078	10.06.92	SIM	I	SIM	NÃO	NÃO	UAI	PR0073000
64	CHOPIM IV	HONÓRIO SERPA	580,80	22	98.204	27.09.89	30.04.92	RES/080	10.06.92	SIM	E	NÃO	NÃO	NÃO	UAI	PR0071000
65	NOVA ESPERANÇA DO PIQUIRI	GOIOXIM	202,38	09	97.952	11.06.89	15.04.92	RES/081	10.06.92	SIM	E	NÃO	NÃO	NÃO	UAP	PR0070000
66	BOM RETIRO/BUTIA	PALMAS	1.730,38	61	98.202	27.09.89	19.05.92	RES/082	10.06.92	SIM	I	NÃO	NÃO	NÃO	UAI	PR0069000
67	TUNAS/TUNINHAS	CANTAGALO	263,05	09	97.862	23.06.89	19.05.92	RES/083	10.06.92	SIM	E	SIM	NÃO	NÃO	UAP	PR0068000
68	VOLTA GRANDE	CANTAGALO	266,85	10	96.096	27.05.88	01.08.89	RES/084	10.06.92	SIM	E	SIM	NÃO	NÃO	UAP	PR0067000
69	SÃO PEDRO	GUARAPUAVA	912,47	38	97.815	06.06.89	06.08.92	RES/209	02.09.92	SIM	I	SIM	NÃO	NÃO	SR(09)Z	PR0077000
70	ÁGUA FRIA	GOIOXIM	368,80	15	96.104	27.05.88	06.08.92	RES/210	02.09.92	SIM	E	NÃO	NÃO	NÃO	UAP	PR0076000
71	RIBEIRÃO BONITO	CARLÓPOLIS	145,19	12	98.066	17.08.89	17.06.92	RES/265	21.10.92	NÃO	E	SIM	NÃO	NÃO	SR(09)Z	PR0080000
72	FAZENDA RETIRO	TIBAGI	254,50	08	98.568	15.12.89	05.06.92	RES/266	21.10.92	NÃO	E	SIM	NÃO	NÃO	SR(09)Z	PR0079000
73	FAZENDA GUAMPARÁ	MARQUINHO	176,00	07	98.198	22.09.89	04.06.92	RES/267	21.10.92	SIM	E	SIM	NÃO	NÃO	UAP	PR0084000
74	SANTA MARIA	PARANACITY	256,52	20	96.259	30.06.88	27.08.92	RES/306	12.11.92	NÃO	E	SIM	NÃO	NÃO	SR(09)Z	PR0081000
75	JACAREZINHO	JACAREZINHO	241,53	09	TRANSF./MARA		-	RES/361	24.11.92	SIM	E	SIM	NÃO	NÃO	SR(09)Z	PR0082000
SUB TOTAL			72..048,21	2930												

ASSENTAMENTOS CRIADOS EM 1.993

76	CAMPO BONITO	CAMPO BONITO	946,79	47	AQUISIÇÃO		26.05.93	RES/124	20.10.93	NÃO	I	SIM	NÃO	NÃO	UAP	PR0083000
77	ÁGUA QUENTE	PALMITAL	484,80	14	97.644	11.04.89		POR/1165	30.12.93	NÃO	I	SIM	NÃO	NÃO	UAP	PR0085000
SUB TOTAL			1.431,59	61												

ASSENTAMENTOS CRIADOS EM 1.994

78	MODELO	IBAITI	2.248,00	86	AQUISIÇÃO		12.01.93	POR/214	17.03.94	SIM	I	SIM	NÃO	NÃO	SR(09)Z	PR0086000
79	1ª CONQ.DA BRACATINGA	QUEDAS DO IGUAÇU	403,52	23				POR/425	30.06.94	NÃO	I	SIM	NÃO	NÃO	UAP	PR0094000
SUB TOTAL			2.651,52	109												

ASSENTAMENTOS CRIADOS EM 1.995

80	MATIDA	JUNDIAÍ DO SUL	1.969,31	82		29.10.93	14.10.94	POR/06	23.02.95	NÃO	I	SIM	NÃO	NÃO	SR(09)Z	PR0095000
81	SANTO ANTONIO	GOIOXIM	1.003,28	44		24.10.93	16.06.94	POR/07	23.02.95	SIM	I	SIM	NÃO	NÃO	UAP	PR0096000
82	NÚCLEO AGRÍCOLA VITÓRIA	QUEDAS DO IGUAÇU	642,49	36	CARTA DE ORDEM			POR/08	23.02.95	SIM	I	SIM	NÃO	NÃO	UAP	PR0097000
83	SANTA CATARINA	HONÓRIO SERPA	440,70	16		24.10.93	23.06.94	POR/09	23.02.95	SIM	I	SIM	NÃO	NÃO	UAI	PR0098000
84	SANTA CLARA	GOIOXIM	296,00	12		25.04.94	16.02.95	POR/40	16.06.95	NÃO	I	SIM	NÃO	NÃO	UAP	PR0101000
85	JABUTICABAL	GOIOXIM	1.110,65	47		20.01.94	18.10.94	POR/41	16.06.95	NÃO	I	SIM	NÃO	NÃO	UAP	PR0099000
86	29 DE AGOSTO	GOIOXIM	2.381,00	82		20.12.93	18.10.94	POR/42	16.06.95	NÃO	I	SIM	NÃO	NÃO	UAP	PR0100000
87	ARARAÍ	CAMPINA DO SIMÃO	601,61	19		20.01.94	02.06.95	POR/61	18,10.95	NÃO	I	SIM	NÃO	NÃO	UAP	PR0102000
88	NOVA TERRA	HONÓRIO SERPA	1.300,00	72		25.03.95	08.11.95	POR/63	23.11.95	NÃO	I	SIM	NÃO	NÃO	UAI	PR0105000
89	CRUZEIRO DO SUL	PALMAS	601,57	30	93.006	27.07.86	22.12.94	POR/64	23.11.95	NÃO	I	SIM	NÃO	NÃO	UAI	PR0103000
90	VERDUM	LINDOESTE	308,94	19		23.05.94	11.01.94	POR/65	23.11.95	NÃO	I	NÃO	NÃO	NÃO	UAP	PR0104000
91	GUANABARA	IMBAÚ	1.183,38	35		01.12.94	08.11.95	POR/69	30.11.95	SIM	I	SIM	NÃO	NÃO	SR(09)Z	PR0112000
92	REC. ESTRL.-19 OUTUB.	NOVA LARANJEIRAS	611,16	26		25.03.95	19.10.95	POR/70	30.11.95	NÃO	I	NÃO	NÃO	NÃO	UAP	PR0108000
93	TRÊS LAGOAS	CASTRO	455,99	17		01.12.94	06.11.95	POR/71	30.11.95	NÃO	I	SIM	NÃO	NÃO	SR(09)Z	PR0111000
94	BELA VISTA	VENTANIA	759,77	35		01.12.94	07.11.95	POR/72	30.11.95	NÃO	I	SIM	NÃO	NÃO	SR(09)Z	PR0113000
95	SANTA RUTHE	PRES. CAST.BRANCO	197,23	09		22.08.94	10.11.95	POR/73	30.11.95	NÃO	I	SIM	NÃO	NÃO	SR(09)Z	PR0114000
96	FAZ. CHAPADÃO	LARANJAL	3.613,80	210		22.08.94	17.10.95	POR/74	30.11.95	NÃO	I	SIM	NÃO	NÃO	UAP	PR0110000
97	CAIÇARA	RESERVA	434,39	23		25.03.95	26.10.95	POR/75	30.11.95	NÃO	I	SIM	NÃO	NÃO	SR(09)Z	PR0106000
98	SANTA LUZIA	CANTAGALO	454,23	20		12.01.95	17.10.95	POR/76	30.11.95	NÃO	I	SIM	NÃO	NÃO	UAP	PR0109000
99	SINHÁ ANA	RESERVA	726,00	33		23.05.94	26.10.95	POR/77	30.11.95	NÃO	I	SIM	NÃO	NÃO	SR(09)Z	PR0107000
100	MASCOTE	ITAGUAJÉ	362,80	20		25.03.95	07.12.95	POR/82	19.12.95	NÃO	I	SIM	NÃO	NÃO	SR(09)Z	PR0116000
101	PONTAL DO TIGRE	QUER. DO NORTE	8.096,10	336	95.784	04.03.88	22.10.95	POR/79	19.12.95	NÃO	I	NÃO	NÃO	NÃO	UAP	PR0118000
102	FAX. DOS RODRIGUES	INÁCIO MARTINS	485,36	32		25.03.95	13.12.95	POR/81	19.12.95	NÃO	I	NÃO	NÃO	NÃO	SR(09)Z	PR0117000
103	CHICO MENDES	QUER. DO NORTE	2.296,50	81		25.03.95	14.12.95	POR/80	19.12.95	NÃO	I	NÃO	NÃO	NÃO	UAP	PR0119000
SUB TOTAL			30.332,26	1.336												

ASSENTAMENTOS CRIADOS EM 1.996

104	FAZ.ESTRELA	ORTIGUEIRA	496,10	23	93.313	30.09.86	14.05.96	PORT/46	14.08.96	NÃO	I	SIM			SR(09)Z	PR0120000
105	MANDAÇAIA	TAMARANA	485,92	25		10.11.95	30.06.96	PORT/47	14.08.96	NÃO	I	NÃO			SR(09)Z	PR0121000
106	JOSÉ DIAS	INÁCIO MARTINS / GUARAPUAVA	1.975,40	85	AQUISIÇÃO		14.06.96	PORT/48	14.08.96	SIM	I	NÃO			SR(09)Z	PR0122000
107	PÓ DE SERRA	LONDRINA	154,15	14		20.01.96	02.09.96	PORT/64	17.09.96	SIM	I	NÃO			SR(09)Z	PR0123000

108	MARIMBONDO	IBAITI/JAPIRA	1.126,51	76		02.07.96	04.12.96	PORT/104	16.12.96	NÃO	I	NÃO			SR(09)Z	PR0127000
109	JACUTINGA	HONÓRIO SERPA	179,14	09	97.851	21.05.89	19.09.96	PORT/105	26.12.96	NÃO	I	NÃO			UAI	PR0128000
110	APUCARANA GRANDE (RETIFICAÇÃO PORTARIA LIBERTAÇÃO CAMPONESA)	ORTIGUEIRA	1.331,00	60		10.10.96	13.12.96	PORT/106	26.12.96	NÃO	I	NÃO			SR(09)Z	PR0129000
SUB TOTAL			5.748,22	292												

ASSENTAMENTOS CRIADOS EM 1.997

110-A	LIBERTAÇÃO CAMPONESA	ORTIGUEIRA	5..515,00	190		10.10.96	13.12.96	PORT/106	26.12.96	NÃO	I	NÃO			SR(09)Z	PR0129000
111	MUNDO NOVO	TAMARANA	810,50	27		10.10.96	18.02.97	PORT/09	19.06.97	SIM	I	NÃO			SR(09)Z	PR0130000
112	SOL NASCENTE	SÃO JERONIMO SERRA	227,97	12		17.09.96	07.05.97	PORT./15	10.07.97	NÃO	I	NÃO			SR(09)Z	PR0132000
113	UNIÃO CAMPONESA	TAMARANA	546,00	27		04.12.96	07.05.97	PORT./ 16	20.08.97			NÃO			SR(09)Z	
114	SÃO JORGE	MARMELEIRO	300,00	17		21.10.96	13.05.97	PORT./17	20.08.97			NÃO			UAI	
115	IRENO ALVES DOS SANTOS	RIO BONITO DO IGUAÇU / NOVA LARANJEIRAS	16.983,00	900		16.01.97	08.05.97	PORT./ 43	30.09.97	SIM	I	NÃO			UAP	PR0134000
116	COLINA VERDE	GAL.CARNEIRO / PALMAS	1.784,60	60		06.12.96	26.06.97	PORT./ 24	14.10.97	SIM	I	NÃO			UAI	PR0144000
117	NOVA ALIANÇA	PALMITAL	740,80	25		06.09.96	17.04.97	PORT./20	17.09.97			NÃO			UAP	PR0137000
118	NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS	GOIOXIM / CANTA GALO	1.622,14	60		25.11.96	29.04.97	PORT./21	17.09.97			NÃO			UAP	PR0136000
119	CHE GUEVARA	QUERENCIA DO NORTE	2.453,24	70		15.01.97	26.06.97	PORT./23	14.10.97	SIM	I	NÃO			UAP	PR0138000
120	NOVA COLINA	PALMITAL	740,80	25		06.12.96	26.06.97	PORT. / P / PUBLIC.							UAP	
121	SANTA RITA	PIABIRÚ	1.713,50	85		06.11.96	16.09.97	PORT./25	14.10.97	SIM	I	NÃO			UAP	PR0139000
SUB TOTAL			33.437,55	1.498												

PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO ESTADO DO PARANÁ

01	COLÔNIA JOÃO XXIII	TUNAS DO PARANÁ	830,00	30					14.04.86						SR(09)Z	
02	COLÔNIA PENAL / TORMENTA.	CASCAVÉL	290,00	13					22.05.87						UA.P	
03	ABAPAN	CASTRO	1.457,00	42					16.03.85						SR(09)Z	
04	COL. PENAL AGRICOLA / TAMARANA	TAMARANA	121,00	10					10.04.88						SR(09)Z	
05	NOVE DE JULHO	PITANGA	1.319,75	49	-	-	-	POR/11	27.03.95	-	-	-	-	-	SR(09)Z	PR0502000
06	NOVO PARAISO	PITANGA	976,16	42	-	-	-	POR/12	27.03.95	-	-	-	-	-	SR(09)Z	PR5000000
07	NOVA ESPERANÇA	PITANGA	672,23	40	-	-	-	POR/13	27.03.95	-	-	-	-	-	SR(09)Z	PR0501000
SUB TOTAL			**5.666,14**	**226**												

PROJETO DE REASSENTAMENTO DA ELETROSUL

01	MARMELEIRO	MARMELEIRO	840,61	32	CONV	-	-	POR/944	21.11.90	SIM	C	SIM	NÃO	NÃO	UAI	PR0075000
02	NOVA CONCÓRDIA	HONÓRIO SERPA	807,87	38				POR/101	12.12.96							
03	CHOPINZINHO	CHOPINZINHO	1.838,56	74				POR/102	12.12.96							
04	ITÁ	MANGUEIRINHA	2.252,90	81				POR/103	12.12.96							
SUB TOTAL			5.739,94	225												

ÁREAS COM DECRETO DE DESAPROPRIAÇÃO - AGUARDANDO IMISSÃO DE POSSE

TOTAL																

TOTAIS

ÁREAS DO INCRA	= 123	153.950,38	6.991
ÁREAS DO ESTADO	= 07	5.666,14	226
ÁREAS DA ELETROSUL	= 04	5.739,94	225
TOTAL GERAL	= 134	165.356,46	7.442

OBSERVAÇÕES:

- **RELAÇÃO DE PROJETOS ORDENADOS SEGUNDO DATA DE CRIAÇÃO**
- **ESTÁGIO ATUAL:**

⇒ **I = IMPLANTAÇÃO** **45 P. ASSENT. 3.223 FAMILIAS**
⇒ **C = CONSOLIDAÇÃO** **22 P. ASSENT. 1.281 FAMILIAS**
E = EMANCIPAÇÃO **53 P. ASSENT. 2.305 FAMILIAS**

Fonte: INCRA/Superintendência Estadual do Paraná. Outubro de 1997.

AREAS OCUPADAS EM SITUAÇAO AINDA NAO REGULARIZADA

Anexo 4

Nº	DATA OCUPAÇÃO	IMÓVEL	SITUAÇÃO	ÁREA HA	MUNICÍPIO	Nº FAM	OBSERVAÇÕES
01	ABR/ 83 RF	ANONNI / PERS.	Ocupada	3.225,00	MARMELEIRO	446	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
02	1987	São Joaquim	Ocupada	2.603,30	Teixeira Soares	115	Decreto Desapropriatório 06/07/98
03	1986	São João / Linha	Ocupada	135,10	S. José Palmeiras	21	Regularização Fundiária
04	Jul/89 RF	Formigas (I.I)	Ocupada	1.106,00	Ibema	60	Apelação Cível 9621
05	Jul/89 RF	Formigas / 24	Ocupada	834,00	Ibema	50	Apelação Cível 9621
06	Ago / 89	Linha Lara	Ocupada	318,00	Barracão	11	
07	maio/ 91	Itapemirim	Ocupada	196,00	Rib. Pinhal	20	Proposta de Compra pelos Ocupante
08	Maio / 92	Santa Barbara	Ocupada	1.669,34	Bituruna	54	Sub- judicie
09	Out./ 92	S. J. Cer. Agudo	Ocupada	7.262,00	Palmas	150	Decreto desapropriatório
10	Nov./93	Chapadão/Rema	Ocupada	200,00	Laranjal	5	Parcelas Ofertadas pelo 433/92
11	14/04/95	Fax. Rodrigues/ Matão	Ocupada	150,00	Inácio Martins	6	Estudos para Aquisição
12	14/11/95	Bom Sucesso	Ocupada	1.003,90	Sapopema	250	Negociação / Estudo de viabilidade
13	15/11/95	São Carlos	Ocupada	348,60	Sapopema	6	Negociação / Estudo de Viabilidade
14	13/12/95 21/01/97	Porongaba II Liminar STF Susp. Ef. Decreto	Ocupada	2.107,80	Querência do Norte	102	Sub- judicie
15	02/04/96	Madeirit (Faz Velha) +	Ocupada	3.097,00	Inácio Martins	40	Nova Vistoria em Janeiro 1998/ Parte Ofertada pelo Banestado
16	07/04/96	Col. Cielito	Ocupada	100,00	Santa Teresa do Oeste	20	Regularização Fundiária
17	17/04/96	N.S. Aparecida	Ocupada	357,8	Pitanga	50	Processo em Andamento para desapropriação -

							(09) Z
18	27/05/96	Reserva Perseverança (Santa Brigida)	Ocupada	982,00	Marmeleiro	38	Em Negociação
19	08/07/96	Jangadinha	Ocupada	705,82	Cascavel	38	Decreto Desapropriação
20	27/07/96	São Vicente	Ocupada	181,50	São João do Caiuá	12	Processo em Andamento para Desa-propriação
21	07/10/96	Tesouro (Parte)	Ocupada	101,9062	Tamarana	51	Com Decreto em 11/09/97
22	07/10/96	Faxinal dos Mineiros	Ocupada	147,2	Fernandes Pinheiro	40	Em Negociação
23	07/10/96	Fazenda Gaúcha	Ocupada	2.043,93	Ortigueira	30	Com Decreto em 21/10/97
24	07/10/96	Prosérpina	Ocupada	1.185,80	Ortigueiras	35	Com Decreto em 12/09/97
25	07/10/96	Santa Paula	Ocupada	1.089,00	Ortigueira	30	Com Decreto em 12/09/97
26	10/11/96	Gemar	Ocupada	400,00	Teixeira Soares	50	Em Processo de Desapropriação SR (09) J
27	10/11/96	Santa Rita (Remenescentes)	Ocupada	360,00	Peabiru	20	Em Negociação
28	29/11/96	Fazenda Cacique	Ocupada	162,04	Tamarana	48	Em Processo de Desapropriação SR (09) J
29	29/11/96	Sagarana (Bem Bom e Sangrilá)	Ocupada	387,2	Tamarana	25	Imóvel Produtivo
30	04/01/97	Rio Claro	Ocupada	406,9	Tamarana	30	Com Decreto em 11/09/97
31	14/01/97 20/11/97	Doralúcia	Ocupada	716,6	Cruzeiro do Sul	90	Processo em fase de desapropriação - SR (09) J
32	21/01/97	São Francisco III (Porangabinha)	Ocupada	160,00	Querência do Norte	72	Sem Vistoria
33	21/01/97	Bom Jardim	Ocupada	968,00	Tibagi	30	Em Fase Desapropriação SR (09)J
34	08/04/97	Corumbataí	Ocupada	5.830,00	Jardim Alegre	500	Decreto revogado no STF
35	12/04/97	Bettega	Ocupada	2.400,00	Bituruna	200	Em fase de Desapropriação

							SR (09) R
36	22/04/97	Irmã Maria (Porangabinha)	Ocupada	302,50	Querência do Norte	20	Sem Vistoria
37	06/05/97	União	Ocupada	363,0	Querência do Norte	20	Sem Vistoria
38	15/06/97	Fundão	Ocupada	580,00	Reserva do Iguaçu	10	Sem Vistoria
39	16/06/97	Santa Maria	Ocupada	222,15	Primeiro de Maio	20	Com Proposta de Desapropriação - SI (09)R
40	17/06/97	Santa Ana	Ocupada	333,2	Querência do Norte	35	Imóvel Produtivo
41	03/07/97	Bandeirantes	Ocupada	310,99	Querência do Norte	12	Imóvel Produtivo
42	13/07/97	Santa Maria	Ocupada	169,4	Reserva	20	Inviável
43	13/07/97	Barra Grande I ou Cyanamid (Monjolinho)	Ocupada	575,96	Ortigueira	33	Imóvel Improdutivo mas com Severa Restrições de Solo
44	13/07/97	Floresta	Ocupada	527,56	Florestópolis	40	Assentamento Florestan Fernandes
45	14/07/97	Vale do Sol /Paineira	Ocupada	895,40	Peabiru / Barbosa Ferraz	80	Sem Vistoria
46	14/07/97	Paineira	Ocupada	242	Palmital	36	Inviável
47	14/07/97	Volta Redonda	Ocupada	333,96	Figueira	16	Sem Vistoria
48	15/07/97	N.S.Guadalupe	Ocupada	295,60	Ortigueira	50	Ofertada
49	15/07/97	N.S. Aparecida	Ocupada	1068,12	São Jeronimo da Serra	70	Em Fase de Desapropriação SR (09)
50	18/07/97	Jacutinga	Ocupada	400,00	Porecatu	42	Desocupada em 12/11/98 p/ vistoria segundo negociação MST, INCRA, Governo do PR
51	18/07/97	* Da Luz I, II, III	Ocupada	685,12	Faxinal	45	Com Decreto em 09/07/97
52	18/07/97	São Cristiano +	Ocupada	580,29	Reserva	30	Imóvel Produtivo
53	18/07/97	São Jorge e Boa Vista (Santa Terezinha)	Ocupada	1265,16	Nova Cantú	61	
54	18/07/97	Jerusalém	Ocupada	670,06	Nova Cantú	30	Sub- Judicie

55	21/07/97	N. S. de Fátima	Ocupada		Faxinal	50	Sem Vistoria
56	03/08/97	Pinhal Ralo	Ocupada	5000,00	Rio Bonito do Iguaçu	400	Em Negociação
57	17/08/97	Renascença	Ocupada	100,00	Reserva	12	Vistoriar
58	17/08/97	Cinco Casas	Ocupada	605,00	Mato Rico	18	Sem Vistoria
59	18/08/97	Vera Lúcia	Ocupada	243,21	Querência do Norte	100	Imóvel Produtivo
60	21/08/97	Ouro Verde	Ocupada	500,00	Altamira do Paraná	119	A Vistoriar
61	25/08/97	São Marcos	Ocupada	146,00	Primeiro de Maio	36	Sem Vistoria
62	26/08/97	Col. São Pedro (Rotta)	Ocupada	721,6	São Pedro do Iguaçu	26	Decreto de desapropriação
63	27/08/97	Parigot	Ocupada	605,00	Mato Rico	26	
64	30/08/97	Água Amarela	Desocupada	720,00	Jardim Olinda	400	Imóvel Produtivo
65	03/09/97	Tupi	Ocupada	363,00	Honório Serpa	26	Revistoria
66	07/09/97	Palmeiral	Ocupada	2700,00	Palmeira	30	Sem Vistoria
67	09/09/97	Cachoeira	Ocupada	1555,4	Sapopema	80	Vistoria ainda em Dezembro de 97
68	09/09/97	São Vicente	Ocupada	454,96	Luisiana	30	A Vistoriar
69	22/09/97	Saudades	Ocupada	1020,60	Santa Isabel do Ivai	62	Sub- Judicie
70	24/09/97 17/08/97	Mitacoré	Ocupada	1098,90	São Miguel do Iguaçu	85	Em Negociação
71	13/11/97	Santa Cecília	Ocupada	1341,28	Itaguajé	80	Com Decreto em 11/11/97
72	20/11/97	Boa Sorte	Ocupada	937,24	Marilena	60	Com Decreto em 11/11/97
73	20/11/97	Santo Ângelo	Ocupada	839,50	Marilena Loanda	60	Com Decreto em 11/11/97
74	17/01/96 27/11/97	Borborema	Ocupada	581,00	Tamarana	20	Sub- Judicie
75	27/11/97	Caracu	Desocupada	989,00	Candói	67	Desocupada segundo negociação MST, INCRA, Governo do Estado
76	01/12/97	Menegatti	Ocupada	435,60	Mangueirinha	25	Sem Vistoria

77	05/12/97	Guarita	Ocupada	405,00	Coronel Domingos Soares	23	Em Analise de GUT e GEE
78	13/12/97	Santo Antonio	Ocupada	375,90	Santo Inácio	40	* Com Decreto em 12/12/97
79	13/12/97	Laguiche	Ocupada	2863,50	Cândido de Abreu	66	Improdutiva com 50% de Mata
80	27/12/97	Paraíso	Ocupada	442,90	Santa Cruz do Monte Castelo	20	UAP - 964.97/16 Improdutiva Ocupação Pacifica
81	27/12/97	Bela Vista	Ocupada	507,20	Santa Cruz do Monte Castelo	30	UAP - 895/97/97 Improdutiva Ocupação Pacifica
82	29/12/97	São Pedro	Ocupada	1273,00	Querência do Norte	40	UAP - 5294/97 Improdutiva
83	29/12/97	N. S. Aparecida/ Boa Sorte	Ocupada	517.00	Mangueirinha	40	UAP - 211/97 Improdutiva com Restrições de Solo
84	04/01/98 (13/07/97)	Barra Grande/ Cyanamid (Monjolinho)	Ocupada	575,96	Ortigueira	12	Improdutiva
85	04/01/98	Boi Preto	Ocupada	432,10	Santa Teresa do Oeste	30	Com Decreto e Imissão de Posse
86	20/04/98	Monte Alto II	Ocupada	378,8133	Peabiru	20	Decreto em 15/04/98
87	Abril / 98	Criciúma	Ocupada		Bituruna	30	
88	06/05/98	Zattar	Ocupada	1.200 alque	Cruz Machado	90	
89		Rio Grande	Ocupada	560 alquei	Querência do Norte	30	Tem vistoria e está a venda
90		Vitória	Ocupada	105 alquei	Querência do Norte	40	Vistoria 1ª Produtiva
91	28/10/98	Casa Amarela	Ocupada	585 ha	Ramilandia	80	
92		São José	Ocupada		São Pedro do Paraná	30	Desocupada segundo negociação MST, INCRA, Governo do PR
93		Xavante	Ocupada		São Pedro do Paraná	30	Desocupada segundo negociação MST, INCRA, Governo do PR
94		Faz. Santana	Ocupada	2.000	Renascença	250	
95		Faz. Zanquete	Ocupada	732	Francisco Beltrão	100	
96		Fazenda Tupi	Ocupada		Honório Serpa	19	

97		Fazenda Guarita	Ocupada		Coronel Domingos Soares	21	
98		Fazenda Florão	Ocupada	400 alque	Querência do Norte	20	En fase de desocupação Segundo negociação MST, INCRA, Governo do PR
099		Fazenda Tapiriva	Ocupada	300 alque	São João do Caiuá	40	
100		Fazenda Santa Gertrudes	Ocupada	2651 ha	Mariluz	300	Despejada pela PM em 09/07/98
101		Acampamento 277			Ibema	380	
102		Acampamento Santa Rosa (CNEC)			São Miguel do Iguaçu	40	Familias de saida negociação com governo
103		Acamp. Diamante			Diamante	100	
104		Faz. Irmãos Gregios	Ocupada	540 ha	Laranjal	167	Desocupada Segundo negociação MST, INCRA, Governo do PR
105		Picada Benjamim	Ocupada	88 alqueires	Matelândia	11	
106		Faz. Casa Amarela	Ocupada		Ramilandia	50	Com decreto

Fonte: MST. Secretaria Estadual do Paraná. Novembro de 1998

Anexo 3

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E SERVIÇOS DE PITANGA - COOPROSERP

P R O J E T O

P A R A

À

R E A L I Z A Ç Ã O

D O

C U R S O D E F O R M A Ç Ã O I N T E G R A D O À

P R O D U Ç Ã O - F. I. P.

PITANGA - PARANÁ

AGOSTO DE 1992.

1.0 DOCUMENTO DO PROJETO

- Título:

Projeto para a realização do curso de Formação Integrado à Produção

- Abrangência:

Será abrangido toda a área da Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga LTDA - COOPROSERP,e do assentamento Cunha, STR's, Associações e outros assentamentos da região.

Sede do Projeto:

Terá como sede do projeto a Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga LTDA - COOPROSERP, localizada no Assentamento Cunha, Linha Gaúcha, Boa Ventura -Pitanga- Pr.

- Beneficiários:

. Diretos - Todos os associados da COOPROSERP e participantes do Curso de Formação Integrado à produção.

. Indiretos - O assentamento Cunha e seus arredores.

- Duração:

A duração inicialmente prevista é de 35 dias.

- Recursos:

Recursos internos CR$ _____

Recursos Externos CR$ _____

2.0 ESTRATEGIA METODOLÓGICA

Serão atingidas 54 pessoas.

. Início dia 09/08/92 às 14:00 hs e término indeterminado.

. Encaminhamentos previstos.

1 - Organização da Empresa;
2 - Teorias da organização;
3 - Seminários sobre Cooperação Agrícola e Cooperativismo;
4 - Cursos;
5 - Elaboração de projetos;
6 - Atividades em geral da empresa.

- Marco Institucional

Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga LTDA - COOPROSERP.

3.0 INSTITUIÇÕES PROMOTORAS

O curso de Formação Integrado à Produção F.I.P., será promovido pela Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga LTDA - COOPROSERP, com sede no Assentamento Cunha, Linha Gaúcha, Pitanga - Pr. e pela Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná - CCA-PR

4.0 EQUIPE

- AIRTON PILATTI
  SECRETÁRIO
- OBREMAIR BALBINOTTI
  2º CONSELHO FISCAL
- GILSON VALDERI FERREIRA ALVES
  VICE-SECRETÁRIO
- LUIZ ZENAIDE GOMES
  TECNICO EM AGROPECUÁRIA

5.0 OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

- VIABILIZAR economicamente o assentamento "téófilo Cunha"
- OBTER uma consiência organizativa e empresarial da COOPRO SERP.

5.2 OBJETIVOS ESPECÌFICOS

- CAPACITAR os associados em diférentes áreas de produção.
- AUMENTAR a organização empresarial da Cooperativa.
- MELHORAR as técnicas de produção da Cooperativa.
- CAPACITAR pessoas na área de administração e contabilidade.

6.0 JUSTIFICATIVA

Em 10.08.89 e Outubro de 1989, 15 famílias de Trabalhadores Rurais Sem Terra, oriundas da ocupação de Inácio Martins e da ocupação Cavaco II, ocuparam juntamente com outras 27 famílias a área denominada "Teófilo Cunha", de 976 ha.

Os grupos tinham clareza e vontade de explorar a área de forma coletiva, empregando de maneira plena os princípios de divisão social do trabalho e do processo produtivo socialmente dividido.

À 24.08.89 constituiu-se juridicamente para a legalização da proposta a Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga COOPROSERP. A qual foi fundada em Agosto de 1990 e possui atualmente 15 famílias ligadas à esta Cooperativa.

A Cooperativa em seu tempo de funcionamento não conseguiu se viabilizar economicamente.

Os associados não são capacitados para desenvolver trabalho e atividades da Cooperativa tendo um baixo rendimento e produtividade.

Não se tem uma organização empresarial em nível satisfatórios que necessitam.

As técnicas de produção da Cooperativa são muitas rudimentares e com pouca produção, o que ocasiona baixa renda econômica dos associados.

A cooperativa não possui pessoal capacitado na área de administração.

A realização do CURSO DE FORMAÇÃO INTEGRADO À PRODUÇÃO visa superar muitas das dificuldades que hoje a Cooperativa enfrenta, dispertar a consciência organizativa empresarial dos participantes, incentivar o surgimento de outras associações dentro dos assentamentos da região, melhorar o nível de tecnologia da produção do Assen-

7.0 METODOLOGIA

7.1 - Serão atingidas 54 pessoas;

7.2 - Início dia 09 de agosto de 1992 às 14:00 Hs e término indeterminado (aproximadamente 14/09/1992);

7.3 - O CURSO DE FORMAÇÃO INT.A PRODUÇÃO abrangerá toda a área da Cooperativa e do assentamento "Teófilo Cunha" e se localiza no Centro do Paraná a aproximadamente 330 Km de Curitiba e 34 Km da cidade de Pitanga limitando-se com os municípios de Roncador, Iretama, Jardim Alegre, Ivaiporã, Manoel Ribas, Cantagalo, Guarapuava, Turvo, Candido de Abreu e Palmital.

7.4 - Encaminhamentos previstos:

7.4.1 - Oraganização da empresa;

7.4.2 - Teorias da organização;

7.4.3 - Seminários sobre cooperação Agrícola e Cooperativismo;

7.4.4 - Cursos;

7.4.5 - Elaboração de projetos;

7.4.6 - Atividades em geral da empresa.

9.0 RECURSOS

9.1 RECURSOS HUMANOS

AGENTES	QUANTIDADE
Participantes	43
Equipe de apoio	10
Instrutores dos cursos	08
Motorista	01
Laboratirista	01

9.2 RECURSOS AMBIENTAIS

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitanga

EMATER - PR

Instituto de Terras Cartografia e Florestas - ITCF

Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga - COOPROSERP

9.3 RECURSOS INSTITUCIONAIS

Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga - COOPROSERP-
Assentamento "Teófilo Cunha", Linha Gaúcha, Pitanga - Pr.

9.4 RECURSOS MATERIAIS

9.4.1 Recursos Materiais de Consumo

Discriminação	Quantidade
Lápis	50 unidades
Canetas	50 unidades
Papel CHAMEX 100	50.000 unidades
Clips	1.500 unidades
Grampo para grampeador	05 caixas
Fita adesiva	04 unidades
Fita crep	05 unidades
Corretivo para estencil à tinta	04 unidades
Corretivo para papel	05 unidades
Grampos encadernadores	70 unidades
percevejos	01 caixa
Alfinetes	01 caixa

Borrachas	50 unidades
Tinta para pincel atômico	05 vidros
Tinta para mimeógrafo	30 bisnagas
Álcool	04 litros
Cola bastão	03 tubos
Bobina pepel embrúlho	01 unidade
Giz escolar	800 unidades
Carbono	100 unidades
Cartolina	50 unidades
Cartolina	50 unidades
Talão de recibo	06 unidades
Óleo diesel	400 litros
Estencil à tinta	250 unidades
Estencil à álcool	100 unidades
Faixas	02 unidades
Lona plástica	400 m^2
Gás de cozinha	01 botijão
Jornais	50 unidades
Lâmpadas	20 unidades
Pregos	10 Kg

9.4.2 Recursos Materiais Permanentes

Discriminação	Quantidade
Régua	50 unidades
Grampeador Grande	02 unidades
Grampeador pequeno	01 unidade
Perfurador Grande	01 unidade
Perfurador pequeno	01 unidade
Quadros negros	05 unidades
Máquina de datilografia(Carro grande)	02 unidades
Máquina de datilografia(carro pequeno)	05 unidades
Apagador para quadro negro	05 unidades
Tesouras	02 unidades
Mimeógrafo à tinta	01 unidade
Mimeógrafo `a álcool	01 unidade
Calculadora grande	01 unidade
Calculadora pequena	02 unidades

Arado reversível 3 discos	01 unidade
Trator VALMET 86	01 unidade
Gerador de energia	01 unidade
Motor para gerador	01 unidade
Pratos	50 unidades
Talheres	130 unidades
Copos	50 unidades
Panelas	10 pnidades
Fios elétricos	100 metros
Soquetes	10 unidades
Tomadas	10 unidades
Interruptores	10 unidades
Bandeira Nacional	01 unidade
Bandeira Estadual	01 unidade
Bandeira Municipal	01 unidade
Fita do Hino Nacional	01 unidade
Mapa municipal	01 unidade
Mapa estadual	01 unidade
Manuais de diferentes profissões	40 unidades
Vídeo VHS	01 unidade
Filmadora VHS	01 unidade
Fitas para vídeo VHS	20 unidades
Grade aradora	01 unidade
Colchões	15 unidades
Cobertores	30 unidades
Microfone	02 unidades
Amplificador	01 unidade
Caixa de som	02 unidades
Gravador	01 unidade
Mesa	05 unidades
Cadeiras	20 unidades
Fogão à gás	01 unidade
Botijão para gás	01 unidade
Fita com o Hino do MST	01 unidade
Livretos Elementos da teoria da organização	12 unidades
Bandeira MST grande	03 unidades
Bandeira MST média	02 unidades
Doc. Básico MST	16 unidades
Normas MST	16 unidades
Barracos (5 X 6)	03 unidades
Barracos (8 X 10)	01 unidade

9.5 RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão obtidos junto à Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga - COOPROSERP e empresas que se dispuseram a emprestar e/ou doar materiais e máquinas, num montante total de CR$ 197.697.570,00.

10.0 PLANO DE APLICAÇÃO DA VERBA

10.1 Remuneração de Recursos Materiais de Consumo

Discriminação		Sub-total (CR$)	Total (CR$)
50	Lápis	500,00	25.000,00
50	Canetas	680,00	34.000,00
50.000	Papel CHAMEX 100	40,00	2.000.000,00
1.500	Clips	210,00	315.000,00
05 cx	Grampo para grampeador	8.560,00	42.800,00
04	Fita adesiva	6.950,00	27.800,00
05	Fita Crep	6.950,00	34.750,00
04	Corretores para estencial	4.495,00	17.980,00
05	Corretivo para papel	4.495,00	22.475,00
70	Grampos encadernadores	800,00	56.000,00
01 cx.	Percevejo	2.500,00	2.500,00
01 cx.	Alfinete	1.000,00	1.000,00
50	Borrachas	300,00	15.000,00
05	Tinta para pincel atômico	4.550,00	22.750,00
30	Tinta para mimeógrafo	36.700,00	256.900,00
04 lt	Álcool	5.000,00	20.000,00
03 tb	Cola Bastão	3.670,00	11.010,00
01	Bobina papel embrulho	51.500,00	51.500,00
800	Giz escolar	50,00	40.000,00
100	Carbono	198,00	19.800,00
50	Cartolina	800,00	40.000,00
06	Talão de Recibo	2.340,00	14.040,00
400 lt	Óleo Diesel	1.780,00	712.000,00
240	Estencil à tinta	1.750,00	420,000,00
100	Estencil à álcool	7.950,00	795.000,00
02	Faixas	50.000,00	100.000,00
400 m	Lona plástica	1.500,00	600,000,00
01	Botijão de Gás de cozinha	10.000,00	10.000,00
50	Jornais do MST	5.000,00	250.000,00
20	Lâmpadas	2.300,00	46.000,00
10 kg	Pregos	8.700,00	87.000,00
50	Réguas	500,00	25.000,00
		230.968,00	6.115.305,00

10.2 Remuneração de Recursos Materiais Permanentes.

Discriminação		Sub-Total(CR$)	Total(CR$)
02	Grampeador Grande	40.100,00	80.200,00
01	Grampeador Pequeno	23.580,00	23.580,00
01	Perfurador Grande	99.000,00	99.000,00
01	Perfurador Pequeno	18.400,00	18.400,00
05	Quadros Negros	62.510,00	312.550,00
Máquina de datilografia - 02		1.400.000,00	2.800,000,00
05	Máquinas de Datilografia	1.300,000,00	6.500.000,00
05	Apagadores para quadro negro	3.500,00	17.500,00
02	Tesouras	1.200,00	2.400,00
01	Mimeógrafo à tinta	1.500.000,00	1.500,000,00
01	Mimeógrafo à álcool	1.000.000,00	1.000.000,00
01	Calculadora grande	552.840,00	552.840,00
01	Calculadoras pequenas	88.000,00	88.000,00
01	Arado reversível	7.500.000,00	7.500.000,00
01	Trator VALMET 86	120.000.000,00	120.000.000,00
01	Gerador de energia	1.760.000,00	1.760.000,00
01	Motor para gerador	2.500,000,00	2.500,000,00
50	Pratos	4.000,00	200.000,00
130	Talheres	1.000,00	130.000,00
50	Copos	850,00	42.500,00
10	Panelas	32.000,00	320.000,00
100 m	Fios elétricos	5.500,00	550.000,00
10	Soquetes	8.000,00	80.000,00
10	Tomadas	7.500,00	75.000,00
10	Interruptores	8.200,00	82.000,00
01	Bandeira Nacional	25.000,00	25.000,00
01	Bandeira estadual	22.000,00	22.000,00
01	Bandeira municipal	25.000,00	25.000,00
Fita do Hino Nacional - 01		7.000,00	7.000,00
01	Mapa municipal	4.600,00	4.600,00
01	Mapa estadual	8.300,00	8.300,00
40	Manuais de diferentes profissões	15.000,00	600.000,00
01	Vídeo VHS	1.800.000,00	1.800.000,00
01	Filmadora VHS	1.750.000,00	1.750,000,00
01	Grade aradora	6.500,000,00	6.500.000,00
15	Colchões	48.000,00	720.000,00
30	Cobertores	15.000,00	450.000,00

02	microfone	20.000,00	40.000,00
01	Amplificador	250.000,00	250.000,00
02	Caixa de som	350.000,00	700.000,00
01	Gravador	220.000,00	220.000,00
05	Mesa	100.000,00	500.000,00
20	Cadeiras	12.000,00	240.000,00
01	Fogão à gás	350.000,00	350.000,00
01	Botijão	60.000,00	60.000,00
01	Fita Hino Nacional MST	7.000,00	7.000,00
12	Livretos el. teo. de org.	12.000,000	144.000,00
03	Bandeira grande MST	8.000,00	24.000,00
02	Bandeira MST média	6.000,00	12.000,00
16	Doc. básico MST	300,00	4.800,00
16	Normas MST	600,00	9.600,00
		149.531.980,00	160.867.270,00

10.30 Remuneração de Prestação de Serviços

		Sub-total	Total
1505	Dias dos participantes	15.000,00	22.575.000,00
350	Dias dos instrutores EP	15.000,00	5.250,000,00
35	Dias do laboratorista	15.000,00	525.000,00
35	dias do motorista	15.000,00	525.000,00
40	Horas dos instrutores	5.750,00	1.840,000,00
		65.750,00	30.715.000,00

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E SERVIÇOS DE PITANGA LTDA- COOPROSERP

C O N V I T E

A Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga LTDA - COOPROSERP, com sede na fazenda "Otto Cunha", Linha Gaúcha, município de Pitanga, vem através deste, convidar o (a) Sr. (a), para participar do ato de Encerramento do (Curso F.I.P.), Curos de Formação Integrado à Produção, a realizar-se no dia 12 de Setembro de 1992, com a seguinte programação:

14 horas - Recepção
15 horas - Ato soleme de encerramento

Contamos com sua honrosa participação e desde já agradecemos.

Pitanga, 08 de Setembro de 1992.

COORDENAÇÃO GERAL DA COOPROSERP

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E SERVIÇOS DE PITANGA LTDA - COOPROSERP

Carta de Agradecimento

A COOPROSERP - Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga LTDA -, vem por meio desta fazer o agradecimento por sua colaboração na realização do curso de Formação Integrado à Produção-F.I.P.

Ressaltamos que este curso é e será de grande importância na capacitação e organização dos integrantes desta Cooperativa, abrindo novas perspectivas para melhorar a produção e a condição de vida das famílias que aqui vivem.

Sem mais para o momento, reinteramos nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

COORDENAÇÃO GERAL DA COOPROSERP

CURÇO DE FORMAÇÃO INTEGRADO À PRODUÇÃO - FIP

COOPROSERP _Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga

PROGRAMAÇÃO DO ATO DE ENCERAMENTO

1- DADOS

*LOCAL= Plenaria da Empresa (barracao);

*DIA= 12 de setembro de 1992;

*HORARIO= 15:00 horas.

2- PARTICIPANTES:

Os participantes do curço de formação integrado à produção e convidados.

3- COORDENADORES DO ATO:

AIRTON PILATTI

GILSON V. FERREIRA ALVES

4- PROGRAMAÇÃO:

=Recepção : 14:00 horas;

=Abertura e Boas Vindas : 15:00 horas;

=Composição da mesa diretora;

=Hino Nacional Brasileiro;

=DISCURÇOS:

-Representante da COOPROSERP

-Instrutor do FIP

-Representante da RURECO

-Representante do IAP (antigo ITCF)

-Representante da regional centro do MST.

6- HOMENAGEM

Entrega da copia do premio NOBEL ALTERNATIVO recebido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

7-Hino Nacional do MST

8-Convite aos convidados a participar de um "comes e bebes"

CURSO DE FORMAÇÃO INTEGRADO À PRODUÇÃO F.I.P.

COOPROSERP - Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga LTDA

AVALIAÇÃO DO F.I.P.

. PONTOS POSITIVOS

- Aumentou a organização da empresa;
- Os cursos realizados capacitaram os participantes;
- Praticamente todos os cursos terão sequência;
- Os instrutores mostraram esforços para realizar os cursos;
- Aumentou a participação das mulheres nos trabalhos e desisões;
- O pessoal compreendeu a necessidade de se organizar e acabou as dúvidas da cooperação;
- Diminuiu o comodismo;
- Os vídeos passados foram de grande importância e contribuição;
- Os trabalhos tiveram avanços;
- Os setores estão funcionando bem;
- Melhorou as relações públicas da cooperativa e conseguiu mais espaços na sociedade;
- O pessoal tem mais ânimo.

PONTOS NEGATIVOS (FALHOS)

- O planejamento Global da empresa não aconteceu devido a situação da área;
- - Os cursos de capacitação foram mal distribuidos no decorrer do curso ocasionando acúmulo;
- O curso de contabilidade e administração rural teve pouco tempo e muito atropelado devido a realização de mais cursos no mesmo dia.
- Ainda faltou alguns controles das horas trabalhadas;
- Faltou disciplina em algumas pessoas, chegam atrasadas;
- Há pessoas que não participam;

. SUGESTÕES

- Fazer um bom planejamento com ajuda dos técnicos;
- Dar continuidade aos cursos;
- Setor assumir e planejar com autonomia seu trabalho;
- Cobrar do SCA um acompanhamento mais direto a cooperativa.
- Fazer com que a organização conseguida continue.
- Dar continuidade ao espírito coletivo do grupo;
- Melhorar a organização interna dos setores;
- Garantir o trabalho do setor;
- Melhorar os planos de trabalho dos setores;
- Conhecer e observar melhor os trabalhos da cooperativa que estão em andamento;
- Procurar ocupar o máximo de mão-de-obra disponível;
- Organizar a contabilidade da cooperativa o mais rápido possível;
- Puxar estudos e discuções com o pessoal nas tempos vagos.
- Manter a disciplina;
- Executar o regimento interno;
- Ver as possibilidades e como conseguir capassitar uma pessoa na área da contabilidade.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL Ltda - CONCRAB
CGC 68 342 435/0001 58 - Fone/Fax: (011)873-1119
Rua Iperoig. 756 - Perdizes
05016-900 - São Paulo - SP

SÍNTESE DO SEMINÁRIO NACIONAL DO SCA

"PERSPECTIVA DA COOPERAÇÃO NO MST"

1. ANÁLISE DA REALIDADE E A TEORIA

- Estado do funcionamento do capitalismo na agricultura
- Estado da experiência de cooperação nos países socialistas
- Estado dos problemas gerais da cooperação no MST

2. AJUSTES NA CONCEPÇÃO POLÍTICA

2.1. Percebe-se que a terra não é mais o elemento principal, nas aplicações da cooperação. Depende mais do capital, tecnologia, muita gente, localização próxima de mercado.

2.2. Elaborou-se uma seguinte concepção de cooperação: "Queremos uma cooperação agrícola que traga: Progresso econômico e desenvolvimento social, praticando os valores humanistas e socialistas. A cooperação deve estar vinculada a um Projeto Estratégico que vise a transformação de toda a sociedade. Para isto, devemos organizar os trabalhadores assentados, preparar e liberar quadros. Ser missiva, de resistência e luta ao capitalismo".

2.3. Que tipo de cooperação queremos desenvolver:

a) Adotar as diversas formas de cooperação, adequada a realidade de cada região. Buscando massificar (não podemos ter um tipo único).

b) Descobrir formas que atinjam a todos, no assentamento.

c) Fazer um planejamento da produção em cada área. E de acordo com cada tipo de produção se aplica uma forma de cooperação.

d) Implementar Agroindústrias e Indústrias.

2.4. Papel político da cooperação: Não se conseguiu aprofundar a discussão, mas deve-se vincular com o Programa Agrário.

2.5 Condições necessárias para a Cooperação:

a) Levar em conta os recursos que existem na área (terra, capital, tipo de gente) para ver qual forma é mais viável.

b) Ter normas claras e rígidas, que impeçam os oportunismos, de entrar e sair (colocar nos estatutos e regimentos).

c) Estudar qual o potencial de mercado que existe próximo (para depois definir a produção e a forma de produzir).

d) Criar motivação interior, ideológica, entre os assentados.

3. OS PROBLEMAS DE FUNCIONAMENTO DAS CPAs

Analisou-se a realidade atual das CPAs e identificou-se os seguintes problemas principais:

3.1. Externos:

a) Necessidade de capital/recursos;

b) Conhecer e existir mercado e preço para os produtos que vamos viabilizar.

3.2. Internos:

a) Organização do trabalho:

- Aproveitamento da mão-de-obra;
- Produtividade do trabalho

b) Planejamento:

- da produção;
- e do uso de tecnologias adequadas.

c) Administração:

- controles contábeis;
- gerência;
- transparência e democracia com os associados.

4. PROPOSTAS DE SAÍDAS "GERAIS" PARA ESSES PROBLEMAS:

4.1. Orientações para a necessidade do planejamento:

- ter decisão política de enfrentar os problemas;
- buscar apoio técnico: Estado/universidade/nossos técnicos;
- capacitar nossos próprios quadros (TAC, ...);
- CCAs fazerem os planejamentos estratégicos e global do estado;
- qualificar nossa produção;
- criar uma metodologia padronizada (planejamento, controle de trabalho) e publicá-la na forma de cartilha.

4.2. Orientações para a necessidade de organização do trabalho:

- definir linhas de produção que utilizem, mais mão-de-obra, e de forma permanente (o ano todo);
- criar mecanismos de estímulo ao trabalho cooperativo
- desenvolver mecanismos de controle e aumento da produtividade do trabalho.

"RECUPERANDO AS DEFINIÇÕES POLÍTICAS ADOTADAS PARA A CONSTRUÇÃO DO SCA"

Pretendemos neste pequenos textos recuperar as definições adotadas pelo MST, em sua trajetória, em vistas da organização dos assentados e posteriormente da construção do Sistema Cooperativista dos Assentados. Como também elucidar os principais desafios que temos pela frente

1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA:

1. Em 1986, o MST, enfrenta sua primeira grande discussão sobre o seu papel frente aos assentamentos e como trabalhar com a cooperação agrícola. Neste ano realiza-se o Encontro Nacional dos Assentados, onde define-se que o MST deveria também se dedicar a organização política e econômica dos Assentamentos. Além disto define-se por organizar diversos grupos de cooperação, nunca maior do que 10 famílias visto as dificuldades de administrar os grupos maiores. Mais a diante a prática revelou que era possível organizar e administrar grandes coletivos. Já em 1988, com a nova Constituição do País e suas mudanças gerais na organização das cooperativas, dão condições para o surgimento das primeiras Cooperativas Coletivas.

2. Mas é nos anos 90 que se aprofunda o debate de como desenvolver a cooperação e garantir sua organização nos assentamentos. Neste período, tornou-se imprescindível para o avanço da reforma agraria, o desenvolvimento econômico dos assentamentos. Constata-se também que não haveria desenvolvimento pleno dos assentamentos dentro do sistema capitalista.

Em junho de 1990, o MST, desenvolve o debate sobre qual estrutura criar para avançar na organização dos assentados. Pensava-se em um banco dos assentados, ou cooperativas de credito. Mas ao final dos debates definiu-se por criar o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA).

3. Mas é em março de 1992, que as contradições acirram-se e força o MST a retomar o debate sobre a representação dos Assentados e como estes participavam da lutas pela reforma agrária: O então criado SCA e suas cooperativas teriam um cara própria ou se apresentariam como um setor do MST. Estas contradições tinham profundas implicações práticas, na condução da luta de massa e na organização econômica dos assentamentos. Deste Seminário Nacional, elabora-se um conjunto de linha políticas fundamentais, com validade nos dias de hoje:

a) O SCA é um setor do MST submetido as linhas políticas do MST.

b) O SCA deve trabalhar com todos os assentamentos independente da forma de cooperação adotada ou da forma como esta organizada a produção.

c) O SCA deve estimular as diferentes formas de cooperação, partindo das formas simples para as formas complexas.

d) O SCA deve se constituir como mais uma ferramenta de luta para a conquista da reforma agrária.

ERROS / AVALIAÇÃO

Também neste seminário definiu-se duas outras linhas políticas que a prática novamente nos mostrou que não eram corretas. Então vejamos:

a) As Cooperativa Centrais deveriam se constituir como uma estrutura única dos assentamentos, encaminhando junto atividades econômicas e mobilização de massas, em detrimento as questões administrativas e burocráticas, incorporando duas lógicas organizativas distintas, determinando que as cooperativas seriam o caminho para carrear recursos para o movimento de massa.

b) Ter um setor único de formação, respondendo todas as demandas dos setores nacionais.

Após este seminário funda-se a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), em 15 de maio de 1992.

4 Já em 1994, surgem dois importantes seminários que buscavam tratar do realinhamento da construção do SCA. Em abril, realiza-se um seminário para discutir o trabalho organizativo junto aos assentamentos individuais e em dezembro um outro encontro procurando discutir a crise nas CPAs e com isto o sentido da cooperação no MST.

Neste período, é consenso que o conjunto da organização chegou ao limite de elaboração sobre a estratégia de construção do SCA. Neste encontro de dez/94, aprofundou-se a nossa concepção de cooperação:

"Devemos buscar uma cooperação que traga o desenvolvimento econômico e social, desenvolvendo valores humanistas e socialistas. A cooperação que buscamos deve estar vinculada a um projeto estratégico, que vise a mudança da sociedade. Para isto deve-se organizar os trabalhadores, preparar e liberar quadros, ser massiva, de luta e de resistência ao capitalismo".

Alem disto, neste encontro/94, avançamos no entendimento das seguintes questões:

A) O que massifica a cooperação nos assentamentos são as formas não produtivas (prestação de serviços).

B) As CPAs continuam sendo a forma superior de organização e estratégicas para o MST e portanto devem ser constituídas em condições muito bem definidas. Apesar disto elas não massificam a cooperação.

C) O que determina a possibilidade de desenvolvimento econômico de uma unidade de produção não é mais o tamanho do lote (terra) e sim a sua localização, modelo tecnológico, volume de capital e mercado. Em fim, o que orienta e organiza a cooperação é o capital e não a terra.

D) A introdução de Agroindustria nos assentamentos é estratégico para o desenvolvimento econômico dos assentamentos e de todo o interior do pais, envolvendo a juventude e agregando valor a mercadoria produzida. Este caminho faz parte de leis gerais da economia.

E) Não haverá desenvolvimento autônomo dos assentamentos sem a presença do Estado, e neste caso, de um Estado controlado e dirigido pela classe trabalhadora. O Estado desempenhará um papel indutor da cooperação, via o crédito, assistência técnica e da pesquisa.

F) Esta descartada a possibilidade da "acumulação primitiva" de capital nos assentamentos, determinando aos assentados a necessidade de disputar através da luta política a mais valia social.

5. Além destas outras linhas políticas formadas nos encontros e seminários, existem também algumas outras definições que não foram deliberadas pelo conjunto do MST, mas que informalmente balizam algumas das ações do SCA em alguns estados. Então vejamos:

5.1- O SCA, deve trabalhar também com pequenos agricultores, organizados para a cooperação, desde que assumam o caráter, os princípios e os objetivos do MST.

5.2 - O SCA, acredita na Produção Familiar Cooperativada ou organizada em alguma forma de cooperação.

5.3 - Os assentamentos devem: levar em conta os princípios agroecológicos, beneficiar a sua produção (agregar valor) e atuar no mercado popular (massa) e em nichos de mercado.

2. DESAFIOS ATUAIS PARA O FUTURO

Visto a evolução das linhas políticas dos MST para o SCA, cabe agora relacionar os principais desafios que este enfrente no momento atual em vistas de sua construção. Estes desafios ficaram mais claros depois que realizamos o Encontro de 94. Tanto o Grupo de Estudo do SCA, como a Coordenação da CONCRAB, estão debatendo estes desafios em busca de aplicar políticas que supere-os. Para vários destes desafios foram tomadas medidas mas que ainda não apresentaram resultados expressivos que nos garantem a superação dos mesmos. Agora apresentamos a Coordenação Nacional do MST, os 13 pontos que consideramos limitantes para o desenvolvimento do SCA, os quais teremos de soluciona-los na elaboração de nossa estratégia:

2.1. DESAFIOS ESTRATÉGICOS / EXTERNOS

1) Agroindustria: Deve-se caminhar para isto, pois se trata de uma lógica econômica de desenvolvimento da humanidade. Em particular no Brasil, a Reforma Agrária com um Programa de Agroindustrialização, determinará o desenvolvimento do interior do pais. Assim deve-se buscar fontes para o financiamento deste Programa. Iniciativas foram tomadas neste sentido, ao nível de órgãos governamentais (DENACOOP, PRONAF, BNDES) e ao nível do PROCERA.

2) Mercado: Qual será a estratégia de mercado considerando a Estratégia Geral do MST. Produzir para quem? Neste particular, esta sendo elaborado 8 estudos regionais de mercado nos estados RS, SC, PR, SP, ES, BA, PE, CE, que redimensionarão os planejamentos destas Cooperativas Centrais.

3) Crédito: O SCA, requer definir formas de dirigir a aplicação dos recursos, em especifico o PROCERA, buscando um melhor aproveitamento. Além disto, o SCA, deverá avançar na constituição de um Sistema de Crédito, sendo um braço financeiro do mesmo. Hoje já temos um Cooperativa de Crédito em fase de registro no Banco Central, e ha contratação de um especialista nesta área. No inicio de junho será realizada em Sarandi, um Seminário com os Estados do RS, SC, PR para discutir este sistema de crédito.

4) Modelo Tecnológico: Em todos estes anos de desenvolvimento da cooperação agrícola, pouco discuti-se ou se fez no sentido de subverter a lógica do modelo tecnológico atual, formulado para garantir a inserção do capital no campo.

5) Planejamento Geral: Desenvolver um método apropriado a realidade das cooperativas dos assentamentos e definir o ponto de partida deste, em vistas da dimensão política que se quer atingir. Trabalha-se com a idéia de partir de uma renda mínima desejada pelos assentados e disto realizar o planejamento da empresa. Seria este de fato o ponto de partida? Neste particular esta sendo discutido a elaboração de um treinamento em Planejamento Estratégico ao nível das Cooperativas Centrais e CONCRAB.

6) Formas de Cooperação: O avanço do SCA exige a definição de formas que massifiquem a cooperação agrícola nos assentamentos. Já concluimos que as CPAs são estratégicas mas não massificam e as formas que massificam são as de prestação de serviço. Neste particular o grupo de estudo do SCA, aprofundou o debate e já chegou a formulação de mais dois tipos de cooperativas: As cooperativas de Produção e Prestação de Serviço (caracteriza-se por ter alguma atividade produtiva desenvolvida coletivamente e por prestar alguns serviços aos cooperados); As Cooperativas de Prestação de Serviço (caracterizam-se por atuar especificamente na prestação de serviços no campo da comercialização, aquisição de insumos, maquinas e assistência técnica. Na prática, estas são as cooperativas regionais, mas que melhor se classificam por esta nova denominação, visto que em geral das 10 Coop. Regionais, existentes poucas são de fato regionais).

2.2. DESAFIOS ORGÂNICOS / INTERNOS

1. SCA - enquanto um Sistema: Atualmente o SCA é apenas uma articulação política que garante a aplicação geral das Linhas Políticas, mas não atua enquanto um sistema. Portanto o SCA, necessita definir normas e padrões mínimos que suas filiadas deverão seguir tanto do ponto de vista gerencial/administrativo, quanto do ponto de vista da organização das formas de cooperação. Neste sentido já se elaborou normas mínimas no tocante a adoção das formas de cooperação, a padronização contábil e auditorias.

2. Organização do Trabalho, e Produtividade: Como formular uma política de estimulo e de resgate do trabalho como valor ético da classe trabalhadora. Além disto, definir como melhorar a organização da força de trabalho disponível nos assentamentos e aumentar a sua produtividade. Este tema também esta sendo objeto de estudo no Programa de Acompanhamento das CPAs.

3. Gestão: Como garantir que a gestão democrática nas empresas associativas, não inviabilize a eficiência econômica. O que de fato deve-se priorizar no processo participativo da gestão, que garanta a democracia e a eficiência ? No tocante a este ponto, esta em andamento um Programa de Acompanhamento das CPAs, que no final de Junho será realizado um Seminário para definição das possíveis mudanças de funcionamento nas CPAs.

4. Contabilidade: Transformar este mecanismo legal, em um mecanismo que de fato sirva na gerência das Cooperativas. A formulação e implantação do Programa Sistema Contábeis é condição básica para o avanço do SCA. Este programa esta sendo debatido e elaborado, partindo das experiências de SP e RS. No inicio de junho se aprofundará o debate sobre como deverão ser feitos os controles mínimos nas CPAs e no final de maio será realizada um nova Oficina Técnica de Contabilidade em Cooperativas. Além dos estados de SP e RS, o Programa Sistema Contábeis esta sendo estendida para o PR e SC.

5. Capacitação: É decisivo para o avanço do SCA a colocação em prática de um Programa Nacional de Formação, contemplando os níveis de base, intermediário e de quadros. Neste sentido o SCA, participa do Intersetorial, buscando contribuir para esta formulação. Em particular o companheiro Cerioli, esta com esta tarefa.

6. Educação Cooperativista: Efetivar um profunda trabalho que revolucione a cultura camponesa, desenvolvendo a consciência e valores éticos da Classe Trabalhadores, como o Trabalho, a Solidariedade.

7. Formação Político - Ideológica: Definir a quem cabe este trabalho (MST ou SCA) e o método de como desenvolve-lo nas Cooperativas.

CONCRAB
(Maio/96)

II SEMINÁRIO NACIONAL: PERSPECTIVAS DA COOPERAÇÃO NO MST

Caçador, 30/07 à 02/08/1996

I - A ESTRATÉGIA DO MST PARA OS ASSENTAMENTOS

1. REAFIRMAMOS NOSSAS LINHAS POLÍTICAS GERAIS

- A Reforma Agrária que queremos não acontecerá sem mudanças profundas na sociedade atual. Temos que organizar a nossa base para contribuir na transformação da sociedade.
- O SCA tem que contribuir na estratégia geral do MST: sendo a sua retaguarda (proporcionar militantes/dirigentes e criar condições materiais para a luta); desenvolver a consciência política na base e construir a organicidade; engajar-se na sociedade (fazendo articulação política e ajudando a organizar outros segmentos);e vivênciar novos valores.
- A forma de cooperação mais desenvolvida (prioritária) é a CPA, mas devemos trabalhar todas as formas de cooperação, de acordo com as realidades.
- Precisamos massificar a cooperação agrícola.

2. AVANÇAMOS

- O SCA (e cada cooperativa) tem que ter um caráter POLÍTICO (mobilização social de massa e lutas políticas) e de EMPRESA ECONÔMICA (resistência\crescimento econômico).
- O SCA tem que ser um MODELO COOPERATIVISTA: diferente, alternativo e de oposição ao que está aí.
- O importante não é a forma, mas a ESTRATÉGIA. O desenvolvimento do PROCESSO DE COOPERAÇÃO deve ter seguir esta estratégia.
- As formas de cooperação devem ter como objetivo principal o desenvolvimento da PRODUÇÃO.
- Os NÚCLEOS DE BASE são do MST. Eles devem servir para: conscientização/politização; desenvolver atividades no Movimento; Estar vinculado a uma cooperativa; ter atividades econômicas próprias.
- Precisamos buscar uma QUALIDADE DE VIDA MÉDIA/BOA para cada assentado. E sempre melhorando.
- Temos que PLANEJAR a produção nos assentamentos/cooperativas em vista da SUBSISTÊNCIA e de garantir uma RENDA MÍNIMA para os assentados.
- O MERCADO segue sendo um desafio, mas o nosso maior problema está na produção.
- Existem duas LÓGICAS DE MERCADO: a) Capitalista; b) Temos que assumir uma NOVA LÓGICA, buscando um mercado alternativo; popular; local/regional; ideológico/propaganda da Reforma Agrária; e comercialização direta.
- As Cooperativas devem seguir as seguintes orientações organizativas: a) Organizar a base em núcleo de base; b) Os núcleos deverão estar representados no Conselho de Administração; c) A direção tem que ser coletiva; d) Deve haver distribuição de sobras; e) Garantir a transparência administrativa; f) Ser uma ferramenta para a transformação da sociedade; g) Planejar a produção.

3. PRECISAMOS APROFUNDAR/DEBATER

- Qual o MODELO DE DESENVOLVIMENTO que devemos adotar nos assentamentos? (sustentável, alternativo, ...)
- O que entendemos por QUALIDADE DE VIDA?
- A questão da propriedade individual da terra casada com formas coletivas de produção.

4. DESAFIOS PARA BUSCARMOS SOLUÇÕES

- Preparar quadros políticos/técnicos (e ter em todas as cooperativas).
- Superar as deficiências para massificar a cooperação.
- Superar as deficiências na produção, em vista do mercado (quantidade, regularidade, qualidade e preço).
- Planejar a produção, de médio e longo prazo, levando em conta a renda e a análise dos investimentos.

- Analisar e ajustar os investimentos em vista da eficiência econômica.

5. TAREFAS QUE PRECISAMOS ASSUMIR
- Contribuir na costrução da organicidade do MST
- Ajudar a sociedade a se organizar
- Alimentar a esperança do possível.

I - COOPERATIVAS DE CRÉDITO

. QUESTÕES ECONOMICAS DE FUNDO

.1. A REALIDADE
- Para crescermos economicamente precisamos de capital. Temos que obter capital de outros setores. Não vamos conseguir acumular apenas pelo nosso trabalho o capital que precisamos, no curo prazo.
- O capitalismo provoca permanente diferenças sociais, mesmo entre os assentados. Devemos combater exclusão, com a massificação.
- Devemos trabalhar com os empobrecidos (linhas especiais de crédito), mas não com os que não querem trabalhar.

.2. PERSPECTIVAS DE LINHAS DE CRÉDITO
- Mercados (popular, nichos, regional)
- Agroindústria
- Procera
- Cooperativas de Crédito
- Banco Popular (a estudar)

DESVIOS QUE APARECEM NOS ASSENTAMENTOS
- Economicismo: Achar que vai conseguir ficar rico individualmente e por isto deixa de apoiar e participar da luta dos trabalhadores.
- Social-democracia: Se contentar em fazer pequenas reformas, em vez de lutar pela transformaçãoi das estruturas.
- Comodismo: Não participar mais da luta por que já conseguiu o que queria. Para ele os outros que se lasquem.
- Peleguismo: Virar puxa-saco do Estado e ficar na dependência do Estado só porque ganhou algo.
- Corporativismo: Só olhar para o seu umbigo (seu lote, sua cooperativa, seu assentamento, seu estado). Não vê as necessidades do MST como um todo. nem a luta de classes.

DESAFIOS GERAIS QUE PRECISAMOS RESOLVER
- Organizar a produção.
- Massificar a cooperação.
- Como os assentados vão contribuir com a estratégia geral do MST.
- Trabalho ideológico permanentemente.
- Garantir a direção política nas regiões.

SOBRE AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

I. CONDIÇÕES GERAIS
- Elas são uma ferramenta que podem ajudar para conseguirmos obter mais capital.
- Só é viável como um sistema articulado (uma cooperativa não sobreviverá sózinha).
- Tem que ser próprio do MST (articulado a estratégia política geral do MST)
- Só tem sentido se for complemento de uma cooperaativa de produção/comercialização/serviços.
- Podem influir no planejamento da produção (repassará crédito para o que nós queremos).
- Pode nos ajudar a articular outros setores da sociedade.
- Só é viabilizam, massificadas (média de 500 sócios).
- Não se pode generalizar, criar em toda parte e a nível nacional.

4.2. ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO

- Ir devagar.
- É cedo para definir um Sistema/Federação. Primeiro ver a viabilidade.
- Criar antes condições objetivas (econômicas e técnicas) e subjetivas (política/ideológica)
- Amadurecer as idéias (aprofundar melhor): discutir a nível nacional e com as bases.
- Criar uma articulação entre as que existem. A CONCRAB coordenar.

4.3. DESAFIOS DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO (PARA APROFUNDAR O DEBATE)

- Estudos de viabilidade econômica e custos de operação.
- Como dar suporte técnico às cooperativas.
- Como garantir avanço político-ideológico, sem cair no economicismo ou comportar-se como Banco normal.
- Como massificar (sem excluir), mas eliminando oportunistas.
- Como construir direções políticas nas regionais, que dirijam MST, setor de assentados, cooperativas, crédito, etc.
- Como evitar que a formação de cooperativas de crédito reforce/agudize/ estimule os desvios ideológicos que existem (ver ponto 2 acima) ou mesmo acabe formando uma elite entre os assentados.

III - SISTEMA QUE QUEREMOS

1. CARÁTER

- O SCA deve ter um caráter POLÍTICO e de EMPRESA ECONÔMICA. Temos que discutir isto em todas as Unidades de Produção já existentes e nas novas.

2. RELAÇÃO PARA FORA DO MST

2.1. GOVERNO:

- Temos que buscar recursos para investimentos na produção e agroindústria..
- Temos que fazer convênios para formação e assistência técnica. Temos que garantir as atividades básicas e garantir uma parcela para a luta.
- Temos que cuidar do risco de cooptação e de intervenção.
- A assistência técnica é papel do Estado. Temos que controlar a qualidade dos técnicos e fazer o acompanhamento dos mesmos.

2.2. COOPERATIVISMO TRADICIONAL

- Somos oposição a OCB/OCEs. Quem está dentro deve sair. Isto não quer dizer que vamos fazer uma campanha contra, mas devemos marcar posição.
- Com as cooperativas tradicionais podemos estabelecer relações, quando necessário.
- Devemos acompanhar/intervir na elaboração da nova Lei Cooperativista.

2.3. SOBRE AS COOPERATIVAS DE PEQUENOS AGRICULTORES E DOS TRABALHADORES URBANOS

- Estimular a que os outros setores de trabalhadores se organizem em cooperativas.
- Não ter a pretensão de filiar as cooperativas desses setores nas nossas Centrais.
- A médio prazo devemos estimular a constituição de um Sistema Alternativo Nacional; que junte a todos, inclusive nós (uma OCB progressista).
- Manter com essas cooperativas, um programa de intercâmbio, mútua ajuda, capacitação técnica em conjunto e troca de experiências.

2.4. COMO ATUAR/RELACIONAR COM OS PEQUENOS AGRICULTORES

- Nós queremos aglutinar também os pequenos agricultores, que estão próximos aos assentamentos.
- Priorizar a articulação com os pequenos agricultores que se identificam com nosso projeto político.
- Ter cautela. Não há necessidade de massificar entre os pequenos agricultores.
- Garantir que os pequenos agricultores filiados sigam as mesmas normas; de nucleação, discussão políticas, e participação democrática nas bases.

- Não ter ilusão que vamos ajudar economicamente os pequenos agricultores. Mas conscientizá-los para nosso projeto estratégico, e para a concepção, de que somente com luta conquistaremos mudanças.

3. RELAÇÃO PARA DENTRO DO MST

3.1. SOBRE A NATUREZA DAS ATIVIDADES DAS CENTRAIS

- O SCA deve participar das lutas: com base, estrutura e recursos.
- Mas o presidente/diretoria deve ter tática de atuação, para preservar imagem/postura.
- Ter cuidado para que as Centrais (CCA) não caiam no burocratismo ou no legalismo acima de tudo.
- Mas também superar a lógica do "rolo" do movimento de massa que não se adequa às atividades das Centrais.
- Devemos combater o desvio de achar que o papel do SCA é apenas "limpar recursos".
- A natureza das atividades deve seguir uma função política e de empresa econômica.
- O SCA deve discutir permanentemente como contribuir para a construção da estratégia geral do MST: o avanço da Reforma Agrária, a massificação, a formação de quadros, resposta econômica de melhoria de vida dos assentados.
- A lógica da estrutura das Centrais deve se submeter a essa linha política. Evitando-se o gigantismo desnecessário ou caindo no amadorismo que não viabiliza nada.

3.2. QUESTÃO DE RECURSOS DO SCA

- O SCA deve contribuir para as atividades do MST.
- Mas não se pode confundir/misturar as finanças, nem achar que todos os recursos do SCA devem ir pro MST.
- Em cada estado, devem ter orçamentos próprios. Discutir politicamente e programar o que cada setor pode contribuir financeiramente com o outro.
- As Centrais devem ter cuidado em não cair em desvios desorganizativos, que afetem juridicamente e organicamente, sua contabilidade e controle.
- Deve-se ter transparência sobre os recursos existentes, nas direções (que pode ser através de orçamentos e balanços) para que sejam aprovados, compreendidos, e como um mecanismo democrático que evita tensões.
- Deve-se discutir formas concretas e legais da Central bancar recursos para outros setores do MST, que sejam compatíveis com as atividades da Central. Como por exemplo: educação, capacitação, publicações, etc.

3.3. DIREÇÃO POLÍTICA DO CCA/SCA

- O SCA é um setor do MST. E portanto está incluído na linha política geral do MST.
- A Direção do MST deve garantir linha política via CCA; sem cair no estreitismo, que dirigir politicamente é fazer controle burocrático/administrativo da estrutura do SCA.
- Propõe-se que as diretorias das CCAs sejam referendadas politicamente pelos Encontros Estaduais (discutir um método participativo e democrático, para garantir).
- Os problemas que existem de relacionamento entre direção do MST e diretorias do SCA devem ser resolvidas politicamente, e sob a concepção de garantir o avanço de nosso projeto estratégico, e de massificação do Movimento.
- É necessário ter mais clareza nas direções do MST e do Setor; sobre qual o papel político de cada um.
- Deve-se combater os desvios de disputa pessoais ou de poder que se criam entre as duas instâncias. Mas para isso, é preciso amadurecimento político-ideológico de todos os dirigentes.
- Recomenda-se que parte dos membros da direção política do SCA sejam também da direção legal da CCA, para não criar dicotomia.

4. PAPEL DA CONCRAB

- Encaminhar auditorias internas, de preferência anualmente, em todos os níveis.
- Promover a intercooperação entre as Unidades de Base e as CCAs, tendo claro os critérios para a constituição das cooperativas, integrando as atividades e eliminando a concorrência predatória.

- Reunir Unidades de Base que tenham atividades econômicas comuns com o objetivo de definir estratégias comuns de atuação.
- Definir e cobrar as obrigações que as filiadas tem, tais como: balanço, orçamento, dados sobre as safras, ...
- Definir responsáveis pelo acompanhamento político regional, que farão parte da executiva da CONCRAB e terão tarefas nacionais.
- Implementar um padrão de gerenciamento financeiro das cooperativas (ACANT).
- Definir normas de constituição de todos os tipos de cooperativas e fazer o acompanhamento.
- Instituir o prêmio nacional para a cooperativa destaque e para a unidade de cooperação destaque.
- Representar todo o SCA. Alterar a composição da direção da CONCRAB para representar todo o Sistema. A CONCRAB deve ser igual ao SCA.
- Propor Estatuto Social modelo para cada tipo de cooperativa e um modelo de regimento Interno. As cooperativas atuais terão que se adaptar, assumindo o seu segmento.
- Propor normas organizativas, de remuneração do trabalho, de ... às Unidades de Base, flexiveis à realidade do local.
- Propor os princípios e os procedimentos contábeis para todos os tipos de empresas associativas a ela ligadas e adotar um sofware comum para as CCAs e as CR.
- Propor um modelo básico de planejamento da produção.
- Viabilizar programas de capacitação técnica na área administrativa (sentido amplo) e de multiplicação de quadros organizadores.
- Manter uma equipe técnica de alto nivel para assessoramento às CCAs nas áreas de: processo de produção, planejamento, contabilidade, investimentos (crédito), ...
- Dar acompanhamento técnico-político às CCAs para que se adequem as linhas políticas do SCA.
- Que se preocupe em elaborar metodologias de organização de base, nos assentamentos.
- Entrar também na área da comercialização.

5. PAPEL DAS CCAs

- Contemplar todos os segmentos (CPA, CPS, CPPS, CR, Coop. P.Agricultores, coletivo que trabalha com assentados individuais e acampamentos, ...) na direção e com políticas de trabalho. A CCA deve ser igual ao SCA.
- Ser uma Central de Cooperação (representação política e articuladora de recursos) e também uma unidade econômica (comercialização e transformação).
- Orientar a produção e pesquisar o mercado.
- Fazer estudo nas Unidades de Base e em futuros assentamentos em, vista da criação de postos de trabalho ou a recolocação destes em outras atividades.
- Realizar estudos de mercado e a partir destes assessorar a definição de estratégias de mercado e de desenvolvimento das Unidades de Base.
- Elaborar projetos para a implantação de unidades agroindustriais, industriais, ... nos assentamentos e filiadas.
- Viabilizar o deslocamento de quadros técnicos e organizadores para apoiar o desenvolvimento do SCA nos assentamentos em todos os estágios.
- Prestar assessoria na definição de projetos de investimento, montagem de planejamento, elaboração de normas de qualidade e produtividade do trabalho.
- Centralizar a política comercial das Unidades de Base (pelo menos de alguns produtos) visando estabelecer estratégias adequadas de marketing (preço, público alvo, qualidade do produto, catálogo comercial comum, propaganda, contratos de grande vulto, ...)
- Organizar a centralização da contabilidade das cooperativas.
- Desenvolver atividades de capacitação técnica, elaborar política para os técnicos, etc.
- Fazer o trabalho de articulação e de mobilização em todos os assentamentos e o debate sobre a cooperação nos acampamentos.
- Que se preocupe com o desenvolvimento de atividades de formação político-ideológicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. A regulamentação da lei agrária. In: **Revista ABRA** - Assentar, Assentados e Assentamentos: solução ou atenuante. Campinas, vol.22, set./dez., 1992.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. Algumas reflexões sobre a agricultura cubana. Presidente Prudente, 1995. **Mimeo**.

ALMOND, Gabriel A. e POWELL JR., G. Bingham. **Uma teoria de política comparada**. Rio de Janeiro:Zahar Editores, 1980.

AMMANN, Safira Bezerra. **Participação social**. 2.ed. SP:Cortez e Moraes Ltda, 1980.

AMSTALDEN, Luís Fernando F. Estatística e Indicadores: Reforma Agrária no Governo Collor. In **Revista ABRA** - Assentar, assentados e Assentamentos: solução ou atenuantes. Campinas. vol. 22, set./dez., 1992.

ARAGÃO, Lúcia M. de Carvalho. **Razão comunicativa e teoria social em jurgen Habermas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

AVRITZER, Leonardo (coord.). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

AVRITZER, Leonardo e LYYRA, Timo. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. Entrevista realizada com Alberto Melucci. In: **Novos Estudos CEBRAP**, nº 40, 1994.

_____.**A moralidade da democracia**. SP:Perspectiva; Belo Horizonte: Editora da UFMG. 1996.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A cidadania ativa**: referendo, plebiscito e iniciativa popular. SP:Ática,1991.

BERGAMASCO, S.M.P.P. e NORDER, L.C. **O que são assentamentos rurais**. SP:Brasiliense, 1996.

_____. Estratégias familiares e organizativas: limites e controvérsias. Texto apresentado na XX Reunião Nacional da ANPOCS, Caxambu. 1996. **Mimeo**.

BERGAMASCO, Sonia M.P.P. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. In: **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. Medeiros, Barbosa, Franco, Esterci e Leite (orgs.). SP, Ed. UNESP, 1994.

BERGAMASCO. S. M. P. P.; FERRANTE, V. L. S. B. E D'AQUINO. Assentamentos de trabalhadores rurais em São Paulo: a roda viva de seu passado/presente. In: **Ciências Sociais Hoje.** São Paulo: Vértice, 1990.

BOFF, Leonardo. Alimentar nossa mística. In: MST. Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo. **Caderno de Formação nº 27**, março de 1998.

BONIN, Anamaria Aimoré; FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno; TORRENS, João Carlos; KERSTEN, Márcia S. de Andrade. **A luta pela terra no Paraná**: os Sem Terra de Imaribo. Curitiba. S/D

BOUFLEUER, José Pedro. **Pedagogia da ação comunicativa:** uma leitura de Habermas. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A cultura na rua**. Campinas: Papirus, 1989.

CALDART, Roseli Salete. Movimentos sociais e a luta pela escola do (sonho) possível. Porto Alegre, 1995. **Mimeo**.

_____. **Sem Terra com Poesia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

CAMARGO, Aspásia. História oral e política. In: MORAES, Marieta de (org.). **História Oral**. Rio de Janeiro:Diadorim,FINEP. 1994.

CANCLINI, Néstor. **As culturas populares no capitalismo**. SP:Brasiliense, 1983.

CARDOSO, Eulália Enise. Trabalho coletivo nos assentamentos de reforma agrária. **Revista ABRA**, nº 3, vol. 24. Campinas, 1994.

CARNEIRO, Maria José e TEIXEIRA, Vanessa L. Mulher rural nos discursos dos mediadores. In: **ESTUDOS Sociedade e Agricultura**, nº 5, CPDA, Rio de Janeiro, novembro de 1995.

CARVALHO, Horácio Martins. **Entrevista concedida em 10/11/97**. Assunto: gestão do governo Requião no Paraná.

CERIOLI, Paulo. Uma concepção de desenvolvimento rural. **Cadernos de cooperação agrícola.** nº 1. São Paulo: CONCRAB-MST, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. SP:Brasiliense, 1986.

ARATO, Andrew e COHEN, Jean. Sociedade civil e teoria social. In: AVRITZER, Leonardo (coord.) **Sociedade civil e democratização**. Del Rey. Belo Horizonte, 1994.

D'INCAO, Maria Conceição. A experiência dos assentamentos: contribuição ao debate político da Reforma Agrária. In**: Lua Nova**, Revista de Cultura e Política, nº 23, março de 1991. SP:Marco Zero:Cedec.

D'INCAO, M.C. e ROY, G. **Nós cidadãos**. SP:Paz e Terra. 1995.

D'INCAO, M.C. O MST e a verdadeira democracia. In. Stédile, João Pedro (org). **A reforma Agrária e a luta do MST**.Petrópolis:Vozes, 1997.

D'AQUINO, Terezinha. A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço nos assentamentos das terras de Promissão/SP. Texto apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu. 1996. **Mimeo**.

_____. O "Laboratório de Campo" e os bairros rurais no assentamento das terras de Promissão-SP: os sujeitos, o Movimento dos Sem Terra e a construção de um novo modo de vida. **XVII Encontro Nacional do Projeto de Intercâmbio em Pesquisa Social e Agricultura**/PIPSA. Porto Alegre, outubro de 1994.

D'AQUINO. Terezinha et al. Nas terras de Promissão: da luta à construção do "lugar". In: Retratos de Assentamentos. **Cadernos de Pesquisa**. Ano 1, nº. 1, 1994. NUPEDOR, F.C.L./Unesp. Araraquara/SP.

DAMASCENO, Maria Nobre. **Pedagogia do Engajamento**: trabalho, prática educativa e consciência do campesinato. Fortaleza:EUFC, 1990.

_____. Algumas reflexões sobre o trabalho associativo nos assentamentos. **15ª Reunião Anual Anped**, Caxambú, 1992. Mimeo.

_____. A construção do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e política. In: **Coletânea CBE** - Sociedade Civil e Educação. Campinas: Papirus: Cedes; São Paulo: ANDE, 1992.

_____. Pedagogia do enfrentamento no cotidiano das lutas no campo. In: **Cadernos Anped**, nº 6, outubro de 1994.

_____. O saber social e a construção da identidade. In: **Contexto e Educação**, ano 9, nº 38, abril/junho de 1995. Editora UNIJUÍ, RS.

DANDURAND, P. e OLLIVIER, É. Centralidade dos saberes e educação: em direção a novas problemáticas. **Revista Educação e Sociedade**, nº 46, dezembro de 1993.

ESTERCI, Neide e NOVAES, José Roberto. **Cooperativas agrícolas na Nicarágua**: os casos de Diriomo e de las Cruzitas. CEDI, Mimeo.

ESTERCI, Neide et al. Assentamentos rurais: um convite ao debate. In: **Revista ABRA**, Campinas, set./dez., 1992.

FAPEAGRO. Avaliação participativa do Programa Vilas Rurais. Curitiba, 1997.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST**: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Amassando a massa: para uma crítica ao conceito de massa. Presidente Prudente, s/d. **Mimeo**.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta e SILVA, Maria Aparecida Moraes. A política de assentamento: o jogo das forças sociais no campo. In: **Perspectivas**, nº 11. São Paulo, 1988.

FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta et al. Assentamentos rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo modo de vida. In: FERRANTE, V. L. S. B. (org). Retratos de Assentamentos. **Cadernos de Pesquisa**, NUPEDOR, UNESP - Araraquara. Ano I, nº 1, 1994.

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. **Movimentos Sociais Rurais no Paraná**. In: Bonim, A. et al. Movimentos sociais no campo. UFPR:Criar,1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1987.

FUKUI, Lia F. Garcia. Os papéis sexuais na organização familiar de sitiantes tradicionais no Brasil. **Cadernos CERU**. 1ª série, nº 8, São Paulo, 1975.

FUNDEP. **Coragem de Educar**: uma proposta de Educação popular para o meio rural. Petrópolis - RJ: Vozes, 1994.

GAIGER, Luíz Inácio Germany. **Agentes religiosos e camponeses sem terra no sul do Brasil**: quadro de interpretação sociológica. Petrópolis:Vozes, 1987.

_____. Culture, religion et praxis socio-politique: La pastorale de libération et le Mouvement des Travailleurs Ruraux Sans-terre au Sud du Brésil. **Tese de doutorado em Sociologia**. Universite Catholique de Louvain. 1991.

_____. A práxis coletiva do sem-terra: rumo à unidade ou heterogeneidade cultural? In: **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, v.6, 1994.

GERMER, Claus. **Modernização, estrutura de classes e movimetnos sociais no campo.** Curitiba, 1988. Mimeo.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita.** São Paulo: Editora UNESP, 1996.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Participação e gestão popular na cidade. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. SP:Cortez, no 26, abril, 1988.

_____. As relações sociedade civil e Estado nos anos 90: perspectivas sobre a participação. In: **Revista Serviço Social e Sociedade.** SP:Cortez, no 36, agosto, 1991.

_____. CONAM, ANAMPOS e PRÓ-CENTRAL dos movimentos populares: três formas de organização de cidadania e da cultura política. In: **Movimentos populares urbanos**: crise e perspectivas. FASE/CIDADE. Porto Alegre, 1992.

_____. **Movimentos Sociais e Educação**. SP:Cortez, 1992a.

_____. Questões metodológicas na análise dos movimentos sociais. **16a. Reunião Anual da ANPED**, 1993. Mimeo.

_____. Movimentos, organizações populares e cidadania: conquistas, problemas e perspectivas nos anos 90. 1993. **Mimeo**.

_____. Educação Não-Formal no Brasil: anos 90. In: **Cidadania/Textos**, n°10, outubro de 1997. Gemdec,Faculdade de Educação,Unicamp. Campinas.

_____. Os sem-terra, ongs e cidadania. SP:Cortez, 1997.

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997b.

_____. Desafios da participação popular no meio rural brasileiro neste final de milênio. **Texto apresentado no XXII Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, outubro de 1998.

_____. O novo associativismo e o Terceiro Setor. In: **Revista Serviço Social e Sociedade,** n° 58, ano XIX, novembro de 1998b.

GOMES, Iria Zanoni. A recriação da vida como obra de arte. No assentamento, desconstrução/reconstrução da subjetividade. **Tese de doutorado** apresentada ao departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP.São Paulo, 1995.

_____. 1957: A revolta dos posseiros. Curitiba: Edições Criar, 1986.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRZYBOWSKI, Candido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**.Petrópolis:Vozes,1991.

_____. Esboço de uma alternativa para a educação no meio rural. **Revista Contexto e Educação**, n° 4. Ijuí/RS. 1984.

GUANZIROLI, Carlos. Reforma Agrária: viabilidade econômica no contexto de uma política agrícola em transformação. In: **Assentamentos Rurais**: uma visão multidisciplinar. Medeiros, Barbosa, Franco, Esterci e Leite (orgs.). Ed. UNESP, 1994.

GUEDES PINTO, Luís Carlos. Reflexões sobre a política agrária brasileira no período de 1964-1994. **Revista ABRA**, vol. 25, n.1, Campinas, 1995.

HABERMAS, Jurgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. RJ: BibliotecaTempo Brasileiro, 1989.

HURTADO, Carlos Nunez. **Educar para transformar, transformar para educar**. Petrópolis:Vozes, 1993.

KLEBA, J.B. Cooperação e coletivismo em assentamento de reforma agrária. **Revista ABRA**, n° 3, vol. 24. Campinas, 1994.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. SP:Paz e Terra. 1976.

LANG, A. B. DA S. Gordo. Eugênia: uma dona de casa. **Cadernos CERU**. n° 5, série 2, 1994. São Paulo.

LEAL, Laurindo (coord.). **Reforma Agrária da Nova República**. SP:Cortez, 1985.

LECHAT, Noelle Marie paule. relações de gênero em assentametnos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (RS): Participação da Mulher na produção e reprodução em unidades familiares e coletivas. In: ALMEIDA, J. A.; ALMEIDA, F. R. e PRESVELOU, Clio (orgs.). **Mulher, família e desenvolimento rural**. Santa Maria - RS: Editora da UFSM, 1996.

LIMA, Sandra Amêndola Barbosa. **A participação social no cotidiano**. SP:Cortez, 1980.

LISBOA, Teresa Kleba. **A luta dos sem terra no oeste catarinense**. Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, co-edição. Florianópolis. 1988.

MAINWARING, Scott e VIOLA, Eduardo. Novos movimentos sociais: cultura política e democracia: Brasil e Argentina. In: SCHERER-WARREN, I. e KRISCHKE, Paulo J. **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul. SP:Brasiliense, 1987.

MARCOS, Valéria de. A (u)topia da produção comunitária camponesa no final do século XX. In: **Caderno CEAS**, 177, set/out de 1998.

MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo (org). **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo: Caetes/Hucitec, 1987.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: vozes, 1984.

_____. **Não há terra para plantar neste verão**. 2.ed. Petrópolis:Vozes, 1988.

_____. **Caminhada no chão da noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. SP:Hucitec, 1989.

_____. Educação e cultura nas lutas do campo. In**: Sociedade Civil e Educação** / Antonio Joaquin Severino, José de Souza Martins; Alba Zaluar e outros. Campinas:Papirus; Cedes; São Paulo:Ande:Anped. 1992. Coletâneas CBE.

_____. **A chegada do Estranho**. SP:Hucitec, 1993.

_____. **O poder do atraso**: ensaios de Sociologia da História Lenta. SP:Hucitec, 1994.

_____. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (org) **A Reforma Agrária e a luta do MST**. Petrópolis:Vozes, 1997.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**.RJ:IBASE,1989.

MELUCCI, Alberto. **Conferência** "Movimentos sociais e sociedade complexa". (Tradução, transcrição e organização de PEDRINI, Dalila Maria e LIPPI, Luzia Fátima Baierl). In: Movimentos Sociais na contemporaneidade. Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Movimentos Sociais. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. PUC/SP. Abril de 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 3. Ed. Petrópolis:Vozes, 1994.

_____. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). **Textos em representações sociais**. 2.ed. Petrópolis:Vozes, 1995.

MOISÉS, José Álvaro. Democratização e cultura política de massas no Brasil. In: **Lua Nova**, Revista de Cultura e Política, nº 26, especial: cultura política. CEDEC, Marco Zero, São Paulo. 1992.

MORAIS, Clodomir Santos de. Plano do Laboratório Experimental ou Organizacional de Capacitação massiva para expansão do emprego e incremento de renda familiar. S/D, **Mimeo**.

NAVARRO, Zander. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: NAVARRO, Zander(org.). **Política, protesto e cidadania no campo**: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. RGS:Editora da UFRGS. 1996.

_____. **Ideologia e economia: formatos organizacionais e desempenho produtivo em assentamentos rurais** - o caso do assentamento nova Ramada/RS. Relatório Final de Pesquisa. Porto Alegre, 1995. Mimeo.

_____. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo, o MST e reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro (org.) **A Reforma Agrária e a luta do MST**. Petrópolis:Vozes, 1997.

_____. Dilemas de um protagonista da luta pela terra. In:COSTA, Luiz Flávio Carvalho e SANTOS, Raimundo. **Política e Reforma Agrária**. Rio de Janeiro:Mauad, 1998.

NOVAES, Regina Reyes. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo et al (orgs). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. SP:Editora Unesp, 1994.

OLIVEIRA, Juraci P. de. **A massificação da cooperação nos assentamentos**. Mimeo, 1996.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1992.

PAULILO, Maria Ignez. **Assentamentos de reforma agrária como objeto de estudo**. Santa Catarina. Mimeo. s/d.

_____. **Terra à vista... e ao longe**. Florianópolis:Editora da UFSC, 1996.

PAULINELLI, Alysson. Propostas de política pública. **Revista Agroanalysis**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, outubro, 1997.

PENIN, Sônia. **Cotidiano e escola: a obra em construção**. SP:Cortez,1989.

PILATTI, Airton. As contradições entre a gestão e a eficiência administrativa das cooperativas de produção agropecuária. **Monografia** apresentada como conclusão de de curso Técnico em Administração de Cooperativas – TAC. ITERRA, Veranópolis/RS, 1996.

PINTO, Luís Carlos Guedes. Reflexões sobre a política agrária brasileira no período de 1964-1994. **Revista ABRA**, vol. 25, n.1, Campinas, 1995.

PISTRAK. **Fundamentos da escola do trabalho**. SP:Brasiliense, 1981. Tradução: Daniel Aarão Reis Filho.

POLI, Odilon Luiz. Aprendendo a andar com as próprias pernas: o processo de mobilização nos movimentos sociais do Oeste Catarinense. **Dissertação de mestrado** apresentada à Faculdade de Educação da UNICAMP. Campinas, 1995.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: **Coleção de Textos CERU**, 2ª série. São Paulo, 1992.

_____. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. SP:T.ª Queiroz, 1991.

ROMANO, Jorge Osvaldo. Poder, valores e conflitos nos processos de organização no interior dos assentamentos. In: **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. SP:Ed.UNESP,1994.

ROMEIRO, A ;GUANZIROLI, C.; PALMEIRA M. e LEITE, S. (orgs.). **Reforma Agrária:** produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate. RJ:Vozes/IBASE/FAO, 1994.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Renda e emprego: a viabilidade e o sentido da Reforma Agrária. In: **Reforma Agrária**: produção, emprego e renda. Petrópolis:Vozes; RJ:IBASE; FAO, 1994.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. SP:Brasiliense, 1988.

SALLES, Leila Maria Ferreira. Representação social e cotidiano. In: **Revista Didática**, v.26/27, 1990/1991. UNESP, São Paulo, 1991.

SCHELLING, Vivian. **A presença do povo na cultura brasileira**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. 2 ed. Florianópolis:Ed. Da UFSC. 1987.

_____. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (org).**Uma revolução no cotidiano**? Os novos movimentos sociais na América do Sul. SP:Brasiliense,1987.

_____.**Redes de movimentos sociais**. SP:Loyola, 1993.

_____. Novos rumos da pesquisa sobre ações coletivas. In: COSTA, Luiz Flávio Carvalho e SANTOS, Raimundo (orgs.). **Política e Reforma Agrária**. Rio de Janeiro:Mauad, 1998.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. In: **Estudos CEBRAP**, nº 26, março de 1990.

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. **Jurgen Habermas:Razão comunicativa e emancipação**. RJ:Tempo Brasileiro,1989.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Petrópolis:Vozes, 1998.

SOBRADO, Miguel. **Apuentes para um manual sobre el laboratorio de organizacion**. Instituto Nacional Agrário. Honduras, 1992. Mimeo.

STÉDILE, João Pedro e GOERGEN, Frei Sérgio. **A luta pela Terra no Brasil**. SP: Scritta, 1993.

_____. **Assentamentos**: a resposta econômica da Reforma Agrária. Petrópolis:Vozes, 1991.

STÉDILE, J.P(org.). **A Reforma Agrária Hoje.** Porto Alegre:UFRGS, 1994.

_____ (org.). **A Reforma Agrária e a luta do MST**. Petrópolis:Vozes,1997.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **A construção da viagem inversa**: ensaio sobre a investigação nas Ciências sociais. In: Cadernos de Sociologia, v. 3, nº 3, jan/jul. Porto Alegre, 1991.

_____. Colonização de novas terras: a continuidade de uma forma de dominação, do Estado Novo à Nova República. In: **Revista ABRA**, 1995.

TEÓFILO FILHO, F.E. A organização da produção nos assentamentos: subordinação ou autogestão? In: **Reforma Agrária**: produção, emprego e renda. Petrópolis:Vozes; RJ:IBASE; FAO, 1994.

THERRIEN, Jacques. **Uma abordagem para o estudo do saber de experiência das práticas educativas**. ANPED, 1996. Comunicações.

TORRENS, João Carlos Sampaio. Alianças e conflitos na mediação política da luta pela terra no Paraná: o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra - 1978 - 1990. **Dissertação de Mestrado**. CPDA. Rio de Janeiro, 1992.

TOURAINE, Alain. **Palavra e Sangue**. SP:trajetória, 1989.

_____. **O que é a democracia**? Petrópolis:Vozes, 1996.

_____. **Programa roda viva**. TV Cultura. 10 de novembro de 1997.

_____. Do social movements exist**? Trabalho apresentado no Internacional Congress of de AIS**, Montreal, 1998. Tradução de Samira Kauchakje. Campinas, 1998.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria**. SP:Zahar, 1981.

_____.**Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. SP:Companhia das Letras, 1998. (tradução de Rosaura Eichemberg)

TRAGTENBERG, Maurício.Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha(1936/1939).In:VENOSA,Roberto(org.).**Participação e Participações**. Ensaios sobre auto-gestão. SP:Babel Cultural, 1987.

VILALLOBOS, Jorge U. Guerra. Os conflitos rurais no território paranaense: 1912-1993. Londrina. **Mimeo**. S/D.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro. Depois da terra, a conquista da cooperação: um estudo do processo organizativo num assentamento de Reforma Agrária no RS. **Dissertação de Mestrado**. Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, 1989.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, Leonilde et al (orgs.). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. SP: Editora da Unesp, 1994, p. 205-224.

WHITAKER, Dulce C. A. e FIAMENGUE, Elis C. Assentamentos de Reforma Agrária: Novos atores e novos espaços sociais no campo. In: WHITAKER, D. C. A. e FIAMENGUE, E. C. (orgs.). Retratos de Assentamentos . **Cadernos de Pesquisa**, NUDEPOR, UNESP - Araraquara. Ano II, nº 2, 1995.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**. SP: Hucitec, Brasília:Edunb, 1995.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha (coord). Estratégias de sobrevivência e reprodução de grupos familiares de baixa renda (objetivo específico nº 4). **Relatório final** do projeto temático: a família em São Paulo: as especificidades estruturais e conjunturais da mediação indivíduo e sociedade. 1993.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Divisão sexual de trabalho, produção e reprodução. In: SIQUEIRA, D. E.; POTENEY, G. F e CAPPELLIN, P. (orgs.). **Relações de trabalho, relações de poder.** Brasília: Editora UnB, 1997 .

BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de e GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. **A construção da democracia na América Latina**: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política. Canoas/Porto Alegre:Editora da Universidade; Centro Educacional La Salle de Ensino Superior. Porto Alegre, 1998.

BAQUERO, Marcello (org.) **Condicionantes da consolidação democrática**: ética, mídia e cultura política. Porto alegre: Editora da Universidade/UFRGS. Porto Alegre, 1996.

_____. **Cultura política e democracia**: os desafios das sociedades contemporâneas. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 1994.

_____. Cidadania e democracia. In: **Lua Nova**, Revista de Cultura e Política, nº 33. São Paulo, 1994.

BERGAMASCO, Sônia M.P.P.; BLANC-PAMARD, Chantal e CHONCHOL, Maria-Edy. **Por um atlas dos assentamentos brasileiros**: espaços de pesquisa. Rio de Janeiro:DL/Brasil, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertran do Brasil S/A, 1989.

BRIOSCHI, Lucila Reis e TRIGO, M. H. Bueno. Família: Representação e Cotidiano. **Textos CERU**. 2ª série, nº 1. São Paulo, 1989.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. **Depoimentos de Camponeses** - seus saberes e suas lutas; uma contribuição coletiva ao debate. In: **Colêtaneas CBE**. Sociedade Civil e Educação. Campinas: Papirus: cedes; São Paulo: Ande: Anped, 1992.

CALDART, Roseli Salete. **Educação em Movimento**: formação de educadoras e educadores do MST. Petrópolis - RJ: Vozes, 1997.

CASELLA, Ademir Antonio. Assentamentos rurais e cooperação agrícola: políticas conflitantes – o caso do assentamento 30 de outubro/SC. **Dissertação de mestrado** apresentada ao curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Itaguaí, Rio de Janeiro, 1992.

CRUZ, Armando. **Sem-Escola, Sem-Terra**: para uma sociologia da expropriação simbólica. Pelotas:Ed.Universitária/UFPel, 1996.

D'AQUINO, Terezinha (org.). Retrato de Assentamento. **Caderno de Pesquisa**. Ano II, n. 4, Araraquara, 1995.

DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90:** política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Histórias de vida na abordagem de problemas educacionais. In: VON SIMSON, Olga de Moraes (org.) **Experimentos com histórias de vida (Itália – Brasil)**. SP:Vértice, 1988.

_____. Relatos orais: novas leituras de velhas questões. **XVIII Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, MG, outubro de 1993.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO RURAL. **Nossa luta é nossa escola**: a educação das crianças nos acampamentos e assentamentos. BRAGA, 1990.

ESTERCI, Neide (org.) **Cooperativismo e coletivização no campo**: questões sobre a prática da igreja popular no Brasil. SP:Marco Zero, 1984.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – Brasil. 1998. **Mimeo**.

FRANCO, Mariana C. Pantoja. Xagu: de sem terra a assentado. Um estudo sobre a construção de identidades sociais no campo. **Dissertação de mestrado** em Sociologia, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1992.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 8.ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra,1982.

_____. **Extensão ou comunicação?** 10ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1988.

_____. **Educação e mudança**. 14.ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1988.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 17.ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1986.

_____. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1996.

GAIGER, Luiz Inácio. Sobrevivência e utopia: os projetos alternativos comunitários no RS. **Cadernos do CEDOPE**, Série Movimentos sociais e Cultura, ano 6, nº 10. 2 edição. UNISINOS/CEDOPE. 1994.

_____. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: Gaiger, Luíz Inácio (org.) **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1996.

_____. As razões da luta: uma análise das condições sócio-culturais do engajamento no MST. **XXII Encontro Anual da ANPOCS**. GT Processos e Movimentos Sociais no Campo. Caxambu, outubro de 1998.

GIACOBBO, Elisa Olívia. A construção e reconstrução das relações familiares em um assentamento de reforma agrária. **Dissertação de mestrado** em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1994.

HABERMAS, Jurgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa:Publicações:Dom Quixote, 1990.

_____. **Crítica da modernidade**. 3.ed. RJ:Vozes, 1995.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 3.ed.SP:Paz e Terra, 1989.

HELOANI, Roberto. **Organização do trabalho e administração**: uma visão multidisciplinar.2 ed. SP:Cortez, 1996.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos**. SP:Companhia das Letras, 1995.

JACOBI, Pedro. Ação coletiva, atores sociais e cultura política. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 28, dezembro. São Paulo, 1988.

JORDAN, Glenn; WEEDON, Chris. **Cultural politcs**. Cambridge, Man, Blackwell, 1996. (tradução de Reulcinéia Prestes).

KAGEYAMA, Angela e GRAZIANO DA SILVA, José. Os resultados da modernização agrícola dos anos 70. **Estudos econômicos**, São Paulo, vol. 13, nº 3, set./dez/, 1983.

KAGEYAMA, Angela et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agro-industriais. Campinas; UNICAMP, 1987. **Mimeo**.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. A discussão do sujeito no movimento do discurso. **Tese de doutorado** apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Campinas, 1998.

MASSELLI, Maria Cecília. Extensão rural: novas perspectivas a partir da situação de assentamento. **Dissertação de mestrado em Educação**. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Campinas, 1994.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões. In: **Caderno Temático nº 1**, Rede Interamericana Agricultura e Democracia, Fórum Alternativas para a Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro, 1994.

MÉDICI, Alberto. Trabalhadores e intelectuais nos movimentos reivindicatórios e no acesso à terra no estado de São Paulo. **Dissertação de mestrado** do Programa de Pós-graduação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. USP, São Paulo, 1989.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? In: **Revista Lua Nova**, nº 17. SP:Marco Zero;Cedec, junho de 1989.

MORAES, Marieta de. **História oral**. RJ:Diadorim, 1994.

NEVES, Glacir de Jesus e DORIGONI, Maria Nerci Presa. A luta pela terra, pela educação: refletindo sobre aspectos da prática escolar no Assentamento Ireno Alves dos Santos, município de Rio Bonito do Iguaçu/PR. **Monografia** apresentada como conclusão do curso de especialização em educação. Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR,1997.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento rural**: reforma agrária em migalhas. Niterói/RJ:Editora da UFF, 1997.

_____. Pluralismo cultural e mediações sociais. **Versão preliminar**. Rio de Janeiro, 1996.

NOGUEIRA, Adriano. **O sujeito irreverente**. Campinas:Papirus, 1993.

PRIM, Lorena de Fátima. Agricultura de grupo e projeto camponês: avanços e limites na construção da cidadania – o Movimento de Cooperação Agrícola no Oeste Catarinense. **Dissertação de mestrado** apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1996.

_____.Cultura política: possibilidade de compreensão das relações de cooperação. **Relatório de estágio** na área de Psicologia Educacional. Departamento de Psicologia, Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1991.

Revista ABRA, nº 3, vol. 24. Campinas, 1994.

Revista Lua Nova. **Questão Agrária, Hoje e Democracia e Sistema Global**. SP:Marco Zero/Cedec. n.23.1991.

Revista USP Estudos Avançados. **Dossiê Questão Agrária**: Censo dos assentamentos. vol. 11, nº. 31, São Paulo, set./dez., 1997.

SADER, Emir (org.). **Movimentos sociais na transição democrática**. SP: Cortez, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**.2.ed.São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. Afrontamento:Lisboa, 1985.

_____. A construção multicultural da igualdade e da diferença. Palestra proferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, 1995. **Mimeo**.

SILVA, Carlos Almeida. A questão rural. Curitiba, 1995. **Mimeo**.

SORJ, Bernardo. A reforma agrária em tempos de democracia e globalização. In: **Novos Estudos Cebrap**, nº 50, março. São Paulo,1998.

SOUZA, Maria Antonia de. Estudo comparativo de alguns aspectos da educação pública em dois assentamentos do Pontal do Paranapanema: Gleba XV de Novembro e Fazenda Rebojo. **Relatório de Iniciação Científica**/CNPq. UNESP, Presidente Prudente, 1992.

_____. A formação da identidade coletiva: um estudo das lideranças de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema. **Dissertação de mestrado** apresentada à Faculdade de Educação da UNICAMP. Campinas, 1994.

_____. Educação Não-formal e a formação de lideranças do MST. In: **Cidadania/Textos**, nº10, outubro de 1997. Gemdec,Faculdade de Educação,Unicamp, Campinas.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VENDRAMINI, Célia Regina. Ocupar, resistir e produzir – MST: uma proposta pedagógica. **Dissertação de mestrado em educação**. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 1992.

WOORTMANN, Ellen F. e WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília, Editora da Universidade de Brasília. Brasília, 1997.

WOORTMANN, Klass. Com parente não se neguceia. O campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico**, 87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília:Edunb, 1990.

DOCUMENTOS REFERENCIADOS E CONSULTADOS

COAGRI - **Estatuto** da Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária do Centro Oeste do Paraná – COAGRI. Aprovado em assembléia, no dia 21 de outubro de 1993.

CONCRAB - MST. Cooperativas de Produção. **Caderno de formação nº 21**. 2. Edição. São Paulo, abril de 1996.

_____. Perspectivas da cooperação agrícola nos assentamentos. **Caderno de Cooperação Agrícola, nº 4**. São Paulo, dezembro de 1995.

CONCRAB. **Quatro anos organizando a Cooperação**. CONCRAB,1996.

CONCRAB. Sistema Cooperativista dos Assentados. **Caderno de cooperação agrícola**, nº5. São Paulo, 1997.

COOPROSERP - **Estatuto** Social da Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga. Pitanga/PR.

COPAVI. **Regimento interno**. Paranacity.

COPAVI - **Estatuto** da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória – COPAVI. Paranacity/PR.

CPT. **Conflitos no campo** – Brasil. Goiânia, GO. 1996.

_____. **Conflitos no campo** – Brasil. Goiânia, GO. 1997.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Programa Paz na Terra. Curitiba, 1992.

_____. Plano de Ação 1983 - 1987. Curitiba, 1983.

_____. Plano de Governo. Curitiba, 1987.

_____. Plano de Governo. Curitiba, 1995.

_____. Plano Plurianual 1992 - 95. Curitiba, 1991.

INCRA/CPT/CEDOP/UNITRABALHO-UFPB. A vida na terra conquistada: **relatório geral da pesquisa qualidade de vida nos assentamentos paraibanos**. Outubro de 1997.

INCRA. Listagem dos Assentamentos Rurais no Paraná. Outubro. 1997. **Mimeo**.

_____. Superintendência Regional do Paraná. **Projeto de viabilidade sócio-econômico do projeto de assentamento Novo Paraíso**. Pitanga, PR, 1994.

INCRA. Superintendência do Incra no Paraná. **Levantamento de Produção de Projetos de Assentamentos no Paraná**. Curitiba, 1996.

_____. **Projeto Lumiar**. Brasília, 1997.

_____. **Projeto Casulo**. Brasília, 1997.

_____. **Projetos de assentamentos do INCRA no Paraná**. INCRA:Curitiba, s/d.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTAS. **Relatório de Atuação do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas na implantação da Reforma Agrária no Paraná.** Curitiba, 1990.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-IPARDES. **Assentamentos rurais no Paraná**. Curitiba, 1992.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Elementos sobre a teoria da organização no campo. São Paulo. MST. Caderno de Formação, nº 11, 1986.

_____. Normas gerais do MST. São Paulo, 1989.

_____. Memória. **1º Laboratório organizacional de campo**. Assentamento Santo Rei. Nova Cantu, PR. 1989.

_____. Linhas básicas da proposta de educação do MST para as escolas de acampamentos e assentamentos (documento para discussão). Setor de Educação, São Paulo, 1990. **Manuscrito**.

_____. **Documento Básico do MST**. Piracicaba, 1991.

_____. **Construindo os núcleos**: resultado das discussões dos coordenadores estaduais do Setor de Núcleos. São Paulo, 1992.

_____. Boletim de Educação, n. 1, 1992.

_____. Como fazer a escola que queremos. **Caderno de Educação.** n. 1, 1992.

_____. **Memória do FIP**. Pitanga, 1992.

_____. Alfabetização de Jovens e Adultos: Como Organizar. **Caderno de Educação.** n. 3, 1994.

_____. Alfabetização de Jovens e Adultos: Educação Matemática. **Caderno de Educação.** n.5, 1995.

_____. Como fazer a Escola que queremos: o planejamento. **Caderno de Educação**, nº 6. Porto Alegre, 1995.

_____.Vamos organizar a base. **Cartilha nº 2**. São Paulo, 1995.

_____. **Programa de Reforma Agrária**. São Paulo, 1995.

_____. Recuperando as definições políticas adotadas para a construção do SCA. **Mimeo**, 1996.

_____. II Seminário Nacional: perspectivas da cooperação no MST. Caçador, 1996. **Mimeo**.

_____. **Sem Terra**: as músicas do MST. Porto Alegre: Unidade Editorial. 1996.

_____. **Síntese do Seminário Nacional do SCA**: perspectiva da cooperação agrícola no MST. S/D. mimeo.

_____. Princípios da Educação no MST. **Caderno de Educação**, nº 8. 2. ed. SP, 1997.

_____. A vez e a voz dos valores. **Caderno de Formação, nº 26**. São Paulo, janeiro de 1998.

_____. **Calendário histórico dos trabalhadores**. Setor de Educação/Formação. 2.ed. São Paulo, fevereiro de 1998.

_____. Listagem das áreas de ocupações no estado do Paraná. 1998. **Mimeo**.

SEMA. Listagem das áreas de ocupações no Paraná. Setembro. 1997. **Mimeo**.